

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

SABRINA CASAGRANDE

A AQUISIÇÃO DO OBJETO DIRETO
ANAFÓRICO EM PORTUGUÊS
BRASILEIRO

FLORIANÓPOLIS, 09 DE JANEIRO DE 2007

SABRINA CASAGRANDE

A AQUISIÇÃO DO OBJETO DIRETO
ANAFÓRICO EM PORTUGUÊS
BRASILEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

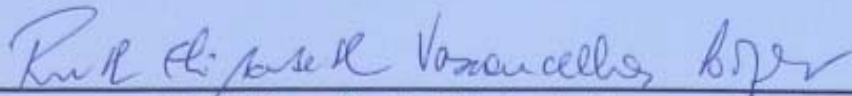
Orientadora: Prof. Dra. Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes

FLORIANÓPOLIS, 09 DE JANEIRO DE 2007

SABRINA CASAGRANDE

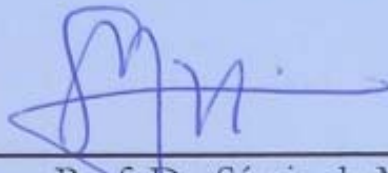
A AQUISIÇÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO EM PORTUGUÊS
BRASILEIRO

BANCA EXAMINADORA



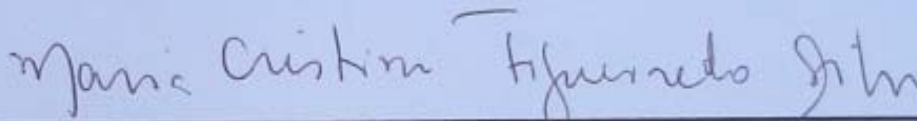
Prof. Dra. Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes

(Orientadora)



Prof. Dr. Sérgio de Moura Menuzzi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Prof. Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Carlos Mioto

Universidade Federal de Santa Catarina

(Suplente)

*Sou um guardador de rebanhos
O rebanho é os meus pensamentos
E os meus pensamentos são todos sensações.
Penso com os olhos e com os ouvidos
E com as mãos e os pés
E como nariz e a boca*

*Pensar uma flor é vê-la e cheirá-la
E comer um fruto é saber-lhe o sentido*

*Por isso quando num dia de calor
Me sinto triste de gozá-lo tanto
E me deito ao comprido na erva,
E fecho os olhos quentes,
Sinto todo o meu corpo deitado na realidade,
Sei a verdade e sou feliz.*

[Alberto Caeiro, “O Guardador de Rebanhos (IX)” (1912/25)]

Aos meus pais Valmor e Luiza pelo apoio de toda a vida
À minha orientadora Ruth por todo carinho e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Como eles são inevitáveis, não fugirei do lugar comum, pois muitos precisam receber meu “muito obrigado”.

Ao professor Emílio Pagotto, que me incentivou a dar o pontapé inicial do caminho que me fez chegar até esse “final”.

À professora Sônia Cyrino da UNICAMP por ter me recebido com tanto carinho numa tarde de EVELIN, por ter aceitado participar de minha qualificação e por ter me dado sugestões importantes para esse trabalho. Ainda que não esteja presente na defesa, tenho certeza que continuará dando sugestões valiosas para meu trabalho.

À professora Maria Cristina Figueiredo Silva pelas sugestões da banca de qualificação, muito importantes para o desenvolvimento da dissertação, e por aceitar participar de minha banca de defesa.

Aos professores Sérgio Menuzzi da UFRGS e Carlos Mioto da UFSC também por terem aceitado o convite para a banca de defesa.

Ao professor Alckmar Luis dos Santos por todo apoio nos primeiros meses desse curso de mestrado, quando eu ainda estava “desembolsada”. Meus agradecimentos a todos do NUPILL que de uma maneira ou de outra sempre me deram apoio.

Aos amigos Gustavo e Leonor pelas noites de leitura de Chomsky nos primeiros semestres do curso, quanto delírio!!... Se o Chomsky tivesse lá iria se orgulhar da gente, hahaha!!

Aos amigos do NEG que compartilharam comigo os momentos de descontração, quando não mais agüentava o trabalho solitário em frente ao computador, corria pro NEG, sabia que lá sempre encontraria alguém pra conversar, especialmente se o assunto não fosse lingüística, hehe!! Em especial, a Fabiana, Sandra, Gustavo, Mateus e Marcos pelas tardes de NEG e à Mariana e Gláucia pela amizade sincera.

À UFSC pelo acolhimento de 6 anos, desde o início do meu curso de graduação até o término desse mestrado.

À CAPES pela bolsa de pesquisa.

... deixo por último aqueles que merecem agradecimentos mais que especiais...

A Deus pela vida e pelo poder de sua luz.

Às amigas verdadeiras que floresceram ainda na graduação e que me acompanharam por todo o mestrado: Adriana, Aline e Andréia, prefiro dizer, Adri, Ali e Déia, obrigado por existirem na minha vida, amo vocês!

Às outras amigas verdadeiras que surgiram em meio à turbulência do mestrado: às amigas Cláudia e Leonor, também prefiro dizer, Clau e Leo por tudo, e esse “tudo” inclui muita coisa, mais do que se possa imaginar, amo vocês!

Também à amiga Flávia pelas horas de conversas gostosas e pela amizade.

À minha querida amiga Lu (Lucilene) pela amizade gostosa, pelos conselhos e pelos cafés compartilhados!

Às meninas que moraram comigo nesses dois anos, Paty e Camilla, obrigado por me agüentarem durante esses dois anos, especialmente obrigada pela acolhida e pelas horas de conversa serena!

À minha orientadora Ruth, por me receber de braços abertos quando, sem jeito, fui a ela perguntar se podia ser minha orientadora. Não só por isso, por toda a paciência, carinho, dedicação, puxões de orelha, sugestões, pelo profissionalismo, pelas aulas que me deu a cada novo e-mail de dúvida que eu a mandava e que retornava pintandinho. Por me fazer enxergar coisas que a minha cegueira não via e por ser parte do que eu sou hoje, por ser parte deste meu trabalho e por me mostrar o quanto a aquisição da linguagem é fascinante, meus mais sinceros agradecimentos!

Aos meus pais por toda dedicação e todo carinho, por terem renunciado a muita coisa para que eu pudesse estar aqui, principalmente pelo apoio que nunca me faltou, em especial por parte de minha mãe, que nunca deixou de lutar comigo, é pra ela também este trabalho. Te amo, mãe! Te amo, pai!

Finalmente aqueles que, de uma maneira ou outra, me ajudaram e me acompanharam nesse caminho e que, porventura, não mencionei.

Obrigada a todos!

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 1 – A teoria de princípios e parâmetros: algumas implicações para a aquisição da linguagem..... | 10 |
| • 1.1 Introdução..... | 10 |
| • 1.2 A teoria gerativa e sua concepção de faculdade da linguagem..... | 11 |
| • 1.3 A abordagem de princípios e parâmetros..... | 13 |
| • 1.4 Hipóteses de aprendizagem..... | 18 |
| • 1.5 A questão dos parâmetros..... | 24 |
| • 1.6 Concluindo o capítulo..... | 29 |
| 2 – O fenômeno em questão: considerações diacrônicas e sincrônicas..... | 31 |
| • 2.1 Introdução..... | 31 |
| • 2.2 O estatuto dos clíticos acusativos em PB..... | 32 |
| 2.2.1 Considerações diacrônicas..... | 32 |
| 2.2.2 Clíticos: resistência ou queda?..... | 43 |
| 2.2.3 Dados sincrônicos: Duarte (1989) | 45 |
| • 2.3 Concluindo o capítulo..... | 48 |
| 3 – O fenômeno em questão: considerações semânticas e sintáticas..... | 50 |
| • 3.1 Introdução..... | 50 |
| • 3.2 As questões semânticas que envolvem o objeto nulo do PB..... | 52 |
| 3.2.1 Animacidade e especificidade..... | 52 |
| 3.2.2 Schwenter & Silva: uma perspectiva semântico-pragmática de análise do objeto nulo..... | 57 |
| • 3.3 O fenômeno do objeto nulo: considerações sintáticas..... | 61 |
| 3.3.1 A análise do chinês: Huang (1984)..... | 61 |

| | |
|--|------------|
| 3.3.2 A análise de Cole (1987) para o quíchua imbabura..... | 65 |
| 3.3.3 Campos (1986): o objeto nulo no espanhol..... | 68 |
| 3.3.4 A análise para o PE: Raposo (1986) e Kato & Raposo (2001)..... | 69 |
| 3.3.5 A análise para o PB..... | 76 |
| 3.3.5.1 Bianchi & Figueiredo Silva (1994)..... | 77 |
| 3.3.5.2 Barra Ferreira (2000)..... | 80 |
| 3.3.5.3 Os trabalhos de Cyrino..... | 83 |
| 3.3.5.4 Creus & Menuzzi (2005)..... | 86 |
| 3.3.6 A natureza do objeto nulo: comparando as análises..... | 88 |
| • 3.4 Concluindo o capítulo..... | 92 |
| | |
| 4 – A posição de objeto direto na aquisição da linguagem..... | 93 |
| • 4.1 Introdução..... | 93 |
| • 4.2 Crianças passam por uma fase de omissão de objetos em línguas não-objeto-nulo..... | 95 |
| • 4.3 Aquisição do objeto nulo no português: as contribuições de alguns autores..... | 117 |
| 4.3.1 O estudo de Magalhães (2006)..... | 117 |
| 4.3.2 A proposta de Costa & Lobo (2005)..... | 121 |
| 4.3.3 A hipótese dos traços semânticos na aquisição: Lopes & Cyrino (2005)..... | 126 |
| • 4.4 As noções de gênero gramatical e semântico na aquisição do objeto direto anafórico..... | 129 |
| • 4.5 Amarrando as pontas: parâmetro do objeto nulo?..... | 132 |
| • 4.6 Concluindo o capítulo..... | 134 |
| | |
| 5 – Clíticos acusativos na aquisição do PB..... | 136 |
| • 5.1 Introdução..... | 136 |
| • 5.2 Metodologia..... | 138 |
| • 5.3 Análise dos dados..... | 145 |

- 5.4 Discussão dos dados.....164
- 5.5 O que as hipóteses não explicam: uma proposta
de análise para pronomes lexicais na posição de objeto.....173
- 5.6 Concluindo o capítulo.....183

CONCLUSÃO.....185

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....190

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

CAPÍTULO 2:

Tabelas:

Tabela 1 (Cyrino (1997: 246)): Distribuição de posições nulas vs. posições preenchidas (p.36)

Tabela 2 (Cyrino, 1996: 173 extraído de Tarallo, 1983: 166-193): frequência de retenção de objeto direto anafórico em cinco momentos históricos. (p. 37)

Tabela 3 (adaptada de Cyrino (1997: 246)): ocorrências de posições nulas (vs. preenchidas) de acordo com o tipo de antecedente, através do tempo. (p.38)

Tabela 4 (adaptada de Cyrino (1997: 247/248)): objetos nulos de acordo com o traço semântico do antecedente (numerador: objeto nulo; denominador: objeto nulo + objeto preenchido). (p.38)

Tabela 5 (Cyrino, 1996: 175): Tipo de preenchimento através do tempo (% sobre total de preenchimento). * uma ocorrência; ** clítico plural. (p.39)

Tabela 6 (Duarte, op. cit.: 21): distribuição dos dados computados segundo variante usada. (p.46)

Tabela 7 (Duarte, 1989: 24): distribuição das variantes usadas segundo o traço semântico do objeto. (p.46)

Tabela 8 (Duarte, op. cit.: 21, excluído a opção SN anafórico): distribuição dos dados computados segundo variante usada. (p.48)

Gráficos:

Gráfico 1 (Duarte, 1989: 26): uso das variantes segundo a escolaridade. (p.47)

Gráfico 2 (Duarte, op. cit.: 27): uso das variantes segundo a faixa etária. (p.47)

CAPÍTULO 3

Tabelas:

Tabela 1 (S&S, op. cit.: 6): resultados globais, objeto direto anafórico pronominal e nulo de terceira pessoa. (p.59)

Tabela 2 (S&S, op. cit.): objeto direto anafórico pronominal e nulo de terceira pessoa no *corpus* do PEUL (animacidade e especificidade). (p.60)

Tabela 3 (adaptada das tabelas 3 (p.172) e tabela 4 (p. 174) de Cyrino (1994)): objetos nulos vs. preenchidos (clíticos e repetição de NP) de acordo com especificidade e animacidade do antecedente no século XX. (p.60)

Tabela 4 (Cyrino, *op.cit.*: 610): ocorrência de complementos nulos. (p.84)

Tabela 5 (Cyrino, *op.cit.*: 615): ocorrência de objetos nulos no século XX. (p.85)

Tabela 6 (Cyrino, *op.cit.*: 611): antecedentes do objeto direto nulo. (p.85)

Tabela 7 (C&M, op. cit.: 10) Ocorrências de ONs e PrPIs segundo o tipo do antecedente. (p.87)

CAPÍTULO 4:

Tabela 1 (Fujino, *op.cit.*: 28): proporção de NP lexical vs. clítico vs. objetos nulos. (p.97)

Tabela 2 (adaptada de W,G&T (2003: 8): omissão de clíticos na aquisição do catalão e do espanhol. (p.104)

Tabela 3 (adaptada de W,G&T (2003: 8/14): omissão de clíticos na aquisição do catalão e do italiano. (p.105)

Tabela 4 (adaptada de Ticio & Reglero (op.cit.: 1/2)): percentual de clíticos/clíticos nulos. (p.106)

Tabela 5 (Y&M, op. cit.: 2425): freqüência de objetos nulos no corpus bilíngüe do inglês. (p.113)

Tabela 6 (Y&M, op. cit.): freqüência de objetos nulos no corpus bilíngüe do cantonês. (p.114)

Tabela 7 (Lopes & Cyrino (2005:8)): Resultados gerais de preenchimento da posição de objeto direto anafórico nas duas crianças analisadas. (p.120)

Tabela 8 (dados de Magalhães (op. cit.: 122)): porcentagem de objetos nulos e preenchidos para as crianças portuguesas. (p.120)

Tabela 9 (dados de Magalhães, op. cit.: 122): porcentagem de objetos nulos e preenchidos para as crianças brasileiras. (p.121)

Tabela 10 (adaptado de Costa & Lobo, op. cit.: 15): porcentagens das retomadas em cada contexto sintático do teste de produção eliciada; **grupo de controle**. (p.122)

Tabela 11 (adaptado de Costa & Lobo, op. cit.: 16): porcentagens das retomadas em cada contexto sintático do teste de produção eliciada; **crianças entre 2 – 3 anos**. (p.123)

Tabela 12 (adaptado de Costa & Lobo, op. cit.: 17): porcentagens das retomadas em cada contexto sintático do teste de produção eliciada; **crianças de 4 anos**. (p.123)

Tabela 13 (L&C, 2005:9): Média de resultados para a realização nula e pronominal do objeto. (p.128)

Tabela 14 (L&C, 2005: 9): porcentagem de objetos nulos e pronominais para cada criança em cada idade. (p.128)

Gráficos:

Gráfico 1 (adaptado de S&M, 2003: 10): porcentagens de preenchimento do objeto em francês e italiano. (p.108)

CAPÍTULO 5

Tabelas:

Tabela 1: Número de enunciados considerados em cada faixa etária para cada criança. (p.138)

Tabela 2 (adaptada de Cyrino, 2003: 32): Ocorrência dos clíticos de 1ª e 2ª pessoas no decorrer dos séculos. (p.147)

Tabela 3: Média geral de uso de objetos nulos vs. pronome lexical nos dados das crianças. (p.148)

Tabela 4: Média geral dos tipos de retomadas feitas em posição de objeto direto anafórico. (p.149)

Tabela 5: média de uso dos nulos dêiticos (situacionais e imperativos) nos dados das três crianças (numerador: nulo dêitico; denominador: total geral de dados analisados). (p.149)

Tabela 6: média de uso do objeto nulo de acordo com os traços semânticos do antecedente (numerador: objeto nulo; denominador: total geral de dados analisados). (p. 150)

Tabela 7: média de uso do pronome lexical de acordo com os traços semânticos do antecedente (numerador: pronome lexical; denominador: total geral de dados analisados). (p.151)

Tabela 8: número de ocorrências de objetos nulos dêiticos, objetos nulos [-animado, +específico] e pronomes lexicais nos dados de AC. (p.156)

Tabela 9: número de ocorrências de objetos nulos dêiticos, objetos nulos [-animado, +específico] e pronomes lexicais nos dados de G. (p.157).

Tabela 10: número de ocorrências de objetos nulos dêiticos, objetos nulos [-animado, +específico] e pronomes lexicais nos dados de R. (p.158)

Tabela 11 (Duarte, 1989: 21): distribuição dos dados computados segundo a variante usada. (p.167)

Tabela 12 (Duarte,1989: 24): distribuição das variantes usadas segundo o traço semântico do objeto. (p. 175)

Tabela 13 (adaptada de C&S (1995,1999)): pronomes fortes e fracos apresentados em relação a suas diferenças de deficiência. (p.178)

Gráficos:

Gráfico 1: porcentagem de nulos dêiticos nos dados gerais. (p.155)

Gráfico 2: número absoluto de nulos dêiticos vs. nulos anafóricos em cada faixa etária de AC. (p.157)

Gráfico 3: número absoluto de nulos dêiticos vs. nulos anafóricos em cada faixa etária de G. (p.158)

Gráfico 4: número absoluto de nulos dêiticos vs. nulos anafóricos em cada faixa etária de R. (p.159)

Gráfico 5: número absoluto de nulos dêiticos vs. nulos anafóricos em comparação com o pronome nos dados das três crianças. (p.160)

RESUMO

Esta dissertação está inserida no modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981 e obras posteriores) e tem como objetivo principal observar de que maneira as crianças do PB estão adquirindo a estrutura de objeto direto anafórico e quais os indícios lingüísticos que a criança tem para escolher entre o uso da categoria nula e do pronome lexical nesta posição; mais precisamente, qual o papel que os traços semânticos de animacidade e especificidade do antecedente desempenham nessa escolha. Os dados de aquisição utilizados aqui são de produção espontânea de três crianças, AC, do Rio Grande do Sul, de faixa etária entre 1;8 – 3;7; G, também do Rio Grande do Sul, de faixa etária entre 1;10 – 3;6 e R, de São Paulo, na faixa etária entre 1;6 – 3;2.

Para a análise dos dados baseamo-nos no trabalho de Cyrino (1994 e obras posteriores) e, especialmente, no trabalho de Lopes & Cyrino (2005), que propõem que os traços semânticos de especificidade e animacidade do antecedente, assim como guiaram a mudança diacrônica, ocorrida com os clíticos acusativos de terceira pessoa – o que resultou no seu desaparecimento do paradigma pronominal do PB – estão também guiando a aquisição do elemento em posição de objeto direto anafórico.

Além dessa proposta, a hipótese de Creus & Menuzzi (2005), que dá ao gênero semântico, e não aos traços semânticos de animacidade e especificidade, papel importante na alternância entre pronome lexical e objeto nulo na posição de objeto, também será testada diante dos dados de aquisição.

Os resultados obtidos nesta pesquisa nos mostram que os padrões identificados no estudo de Lopes & Cyrino (2005) são, em grande medida, confirmados por nossos dados; a predominância de ocorrência em posição de objeto direto anafórico é do objeto nulo – cerca de 96,5% – que retomou, em sua grande maioria, antecedentes inanimados, enquanto que as retomadas por pronome lexical somaram apenas 3,5%. Além disso, a proposta de Creus & Menuzzi foi, quase totalmente, também confirmada nos dados analisados, não dando conta, aparentemente, apenas de alguns dados de difícil identificação quanto ao gênero semântico.

Palavras-chave: aquisição da linguagem, português brasileiro, objeto nulo, pronome lexical, traço semântico.

INTRODUÇÃO

A teoria gerativa tem colaborado com o avanço nos estudos das línguas naturais, especialmente porque propôs uma nova maneira de encarar o fenômeno da aquisição da linguagem, segundo a qual a aquisição é entendida como o desenvolvimento de um órgão mental biológico, que está presente em todo ser humano e que o capacita a adquirir qualquer língua, desde que seja exposto a alguma. Este órgão biológico – a Faculdade da Linguagem – possui princípios que servem como “guia” de aquisição para qualquer língua, além de parâmetros que devem dar conta da diversidade lingüística.

A tese nuclear da qual a teoria parte – uma capacidade inata para adquirir linguagem, a Hipótese do Inatismo – tem proporcionado uma explicação para os fenômenos relacionados à aquisição da gramática. Através da Hipótese Inatista se pode entender como uma criança adquire uma língua mesmo em condições tão adversas, como *input* desordenado, sabendo diferenciar o que é simplesmente um ruído do que é realmente dado lingüístico. Como Chomsky (1998: 1) salienta, “given this endowment, a human infant, but not her pet kitten, will reflexively categorize parts of the confusion around her as ‘linguistic’ and develop rich and highly articulated capacities to enter into these peculiar modes of human thought and action”.

O modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981 e obras posteriores) representou um grande avanço na teoria no sentido de estabelecer, de maneira mais concreta, como se poderia atingir a adequação explicativa, buscada desde o início do desenvolvimento do modelo gerativista. Isso porque abandonou a noção de regras e construções gramaticais, além de ter proporcionado uma maneira mais promissora de encarar o fenômeno da aquisição, através da noção de princípios (invariantes entre as línguas e geneticamente determinados) e que são específicos à espécie, além de parâmetros a serem acionados no curso da aquisição, de acordo com o *input* recebido pela criança.

É tomando como base tal quadro teórico que esta pesquisa foi desenvolvida. Nosso objetivo principal era observar de que maneira as crianças do PB estão adquirindo a estrutura

de objeto direto anafórico¹ e quais os indícios lingüísticos que a criança tem para escolher entre o uso da categoria nula e do pronome lexical nesta posição; mais precisamente, qual o papel que os traços semânticos de animacidade e especificidade do antecedente desempenham nessa escolha.

Nosso ponto de partida aqui é mudança diacrônica ocorrida com os clíticos acusativos de terceira pessoa. Como veremos no capítulo 2, segundo apontaram Cyrino (1994, 1997), Pagotto (1996) e Nunes (1996), os clíticos acusativos de 3ª pessoa foram, a partir do século XVIII, sendo paulatinamente substituídos pelo objeto nulo (daqui em diante ON). Segundo Cyrino, essa mudança foi guiada pelos traços semânticos de animacidade e especificidade do antecedente. O primeiro nulo atingido pela queda foi o clítico *o* proposicional, com traço semântico [-animado], como vemos nos exemplos em (1), retirados de Cyrino (1997²: 276):

- (1) a. “Que é isso sobrinho?”
“Eu não **o** sei em minha consciência” (Antonio José. Guerras de Alecrim e Manjerona, p. 236)
- b. “Pois **como há aqui outro, fora D. Fuás?**”
“Eu não sei [], em minha consciência, que é má” (Antonio José. Guerras de Alecrim e Manjerona, p. 220)
‘Eu não sei [**como há aqui outro, fora D. Fuás**], em minha consciência, que é má’.

Aos poucos a possibilidade do nulo foi se estendendo a todos os antecedentes, cujo traço semântico era [-animado]:

- (2) Comprei **o casaco**_i depois que experimentei []_i.

Por outro lado, no século XIX, o pronome lexical também passa a ocorrer quando os antecedentes são [+animado]:

- (3) Encontrei **o João**_i no shopping e vi **ele**_i no cinema.

¹ O termo *anafórico* na expressão *objeto direto anafórico* está descrevendo a relação de correferência entre um elemento na posição de objeto direto (um objeto nulo ou um pronome) e seu antecedente, e não se refere ao princípio A da Teoria da Ligação, que é obedecido por anáforas, como pronomes reflexivos e recíprocos.

² Cyrino (1997) é a versão publicada em livro da Tese de Doutorado da autora, defendida em 1994.

No século XX, então, a mudança está estabelecida: os clíticos acusativos de 3ª pessoa estão totalmente excluídos do paradigma pronominal do PB, ocorrendo, em lugar deles, ou o objeto nulo ou o pronome lexical, a depender dos traços semânticos do antecedente. Os dados sincrônicos de Duarte (1989) apontam que o nulo é a forma predominante de preenchimento da posição de objeto direto anafórico, com relação à terceira pessoa, quando comparados a clíticos, pronomes lexicais e DPs anafóricos.

Levando em conta o estabelecimento do objeto nulo na gramática do PB, partimos para as considerações semânticas e sintáticas em relação a esse fenômeno, não só na gramática do PB, mas também na gramática de outras línguas que o permitem.

As questões relacionadas à semântica do objeto nulo discutidas dizem respeito às noções de animacidade e definitude/especificidade (cf. Enç (1991) e Ihsane & Puskás (2001)), importantes no entendimento não só das motivações para a escolha entre nulo e pronome em PB, como também para a marcação de acusativo em outras línguas, como mostraremos, de acordo com os trabalhos de Schwenter & Silva (2002/2003). Veremos que são as noções de animacidade e especificidade (e não definitude) que importam para o objeto nulo em PB.

Em relação à sintaxe do objeto nulo, discutimos o trabalho de Huang (1984), que analisa o objeto nulo do chinês, propondo que ele é uma variável ligada a um tópico, que pode ser nulo ou manifesto, e o trabalho de Raposo (1986), que toma a análise do chinês para a explicação do que ocorre em PE. Também veremos que essa análise do PE é modificada nos trabalhos de Raposo & Kato (2001,2005) que assumem que o objeto nulo em PE (diferentemente do que foi assumido em Raposo (1986)) e também em PB, é um *pro* que se move para uma posição F, a fim de identificar seus traços aos traços do antecedente.

Nossa revisão da literatura ainda contempla a análise do nulo no quíchua imbabura (Cole, 1987) e no espanhol (Campos, 1986). O objetivo da discussão dessas propostas é reunir um material de análise para a comparação do fenômeno do objeto nulo nessas línguas com o que ocorre no Português Brasileiro.

Em PB, como veremos, a maioria das análises propõe que o objeto nulo é um elemento pronominal do tipo *pro*. Entre essas análises estão a de Bianchi & Figueiredo Silva (1994), Barra Ferreira (2000) e Creus & Menuzzi (2005) – sendo que estes últimos apenas citam rapidamente em seu estudo que o nulo do PB seria um elemento pronominal, não discutindo detalhadamente os motivos para essa proposta, diferentemente dos outros dois trabalhos. Ao contrário dessas análises, Cyrino (1994 e obras posteriores) defende que o objeto nulo do PB é uma elipse nominal em Forma Fonética com reconstrução do elemento elidido em Forma Lógica.

Examinando as análises sobre o objeto nulo discutidas aqui, veremos que ele parece mesmo não ser um elemento pronominal do tipo *pro*. Lançando mão da proposta de Cyrino, buscaremos indicar o porquê de essa análise como *pro* não ser possível para o nulo em PB.

Ainda em relação às propostas para o PB, são as análises de Cyrino e Creus & Menuzzi que estarão mais presentes na discussão dos dados referentes à aquisição da linguagem. A primeira atribui aos traços semânticos de animacidade e especificidade o papel na alternância entre pronome lexical e objeto nulo na posição de objeto direto anafórico. Já para a segunda, é o gênero semântico, e não os traços semânticos de animacidade e especificidade, que guiam essa alternância. Observaremos com mais detalhes como essas propostas podem explicar os dados de aquisição da linguagem, analisados nesta dissertação.

Além disso, discutimos questões relacionadas à natureza do objeto nulo nas línguas que o permitem em comparação às análises relacionadas à natureza do objeto nulo em PB. Apesar de ainda termos muito que investigar sobre esse assunto, assumimos aqui que a proposta de Cyrino parece ser a mais adequada para a caracterização da natureza do objeto nulo em PB. Segundo ela, este nulo é fruto de elipse nominal em PF e reconstrução do elemento elidido em LF.

Depois de estabelecidas as questões sintáticas e semânticas com as quais iremos trabalhar, entraremos na discussão sobre o preenchimento da posição de objeto direto na aquisição de diferentes línguas. Essa discussão está presente nos trabalhos de Fujino (2000), Ticio & Reglero (2001), Tsakali & Wexler (2003), Schmitz & Muller (2003), Yip & Matthews (2005), Wang et.al (1992) e também de Magalhães (2006), Costa & Lobo (2005), Lopes & Cyrino (2005) – esses últimos relacionados ao português – entre outros que serão citados no decorrer do texto. A partir desses trabalhos chegamos à conclusão de que deveríamos estabelecer uma divisão que ilustrasse as diferenças relacionadas ao input recebido pela criança nessas línguas, o que determina a aquisição de uma ou outra estrutura em posição de objeto direto.

Dividimos essas línguas em línguas [+ objeto-nulo] – ou seja, aquelas em que o objeto nulo é possível na gramática adulta – e línguas [não-objeto-nulo] – aquelas que não permitem o objeto nulo na gramática adulta. Dentre as que não o permitem temos aquelas que preenchem a posição de objeto com um clítico acusativo (como em espanhol, italiano) e aquelas que utilizam, nessa posição, um pronome forte/fraco (como o inglês). Observando os trabalhos em aquisição, constatamos que em muitas dessas línguas, que não permitem o objeto nulo na gramática adulta, as crianças passam por uma fase em que omitem os clíticos ou o pronome forte/fraco.

Diante disso, resolvemos por separar as línguas em que o objeto nulo é um fenômeno da gramática – portanto constitui o *input* da criança em aquisição – daquelas em que o que há é apenas uma omissão de clíticos ou do pronome forte/fraco numa fase da aquisição; omissão essa que vai sendo substituída pelo preenchimento com o clítico ou com o pronome forte/fraco, de acordo com a gramática-alvo. Em suma, o que pretendemos mostrar é que a fase de omissão do objeto direto (clítico ou pronome forte/fraco), pela qual passam crianças adquirindo línguas que não permitem o objeto nulo, é um fenômeno diferente do fenômeno do objeto nulo, permitido e licenciado na gramática adulta de línguas como o português, o chinês.

Estamos pressupondo que a omissão em línguas de clítico não envolve a mesma categoria que o nulo infantil de crianças adquirindo línguas de objeto nulo. Porém, assumimos que a gramática da criança adquirindo uma língua de clítico deva funcionar dentro daquilo que a GU permite, embora não iremos aqui discutir qual a natureza da categoria envolvida na omissão, pois isso foge ao escopo e aos objetivos do nosso trabalho. São raros os autores a se preocupar com essa discussão, sendo que, daqueles que mencionamos nesta dissertação, apenas Tsakali & Wexler (2003) e Wexler, Gavarró & Torrens (2003) discutem o fato, dizendo que o objeto nulo por eles analisado é checagem da categoria nominal em apenas um núcleo funcional e Fujino (2000), que afirma que o nulo do período de omissão de objeto do espanhol é um *pro*.

Toda essa discussão é importante porque pode nos dar pistas sobre o parâmetro ao qual o objeto nulo esteja ligado, como veremos.

Para a análise dos dados de aquisição da linguagem desta dissertação, além das propostas de Cyrino (1994 e obras posteriores) e Creus & Menezzi (2005), baseamo-nos especialmente, no estudo de Lopes & Cyrino (2005), que também analisaram dados relacionados ao preenchimento da posição de objeto direto anafórico (relacionada à 3ª pessoa) na gramática infantil do PB. O que procuramos mostrar é que o estudo detalhado da aquisição do fenômeno do objeto nulo em PB ainda é muito escasso, sendo Lopes & Cyrino um dos poucos a tratar do assunto, fato que nos motivou a realizar esta pesquisa.

Para as autoras, a alternância entre o pronome lexical e o nulo na posição de objeto direto anafórico na aquisição da linguagem é diretamente influenciada pelos traços semânticos do antecedente. Regra geral, antecedentes [-animado] são retomados pelo objeto nulo e antecedentes [+animado], pelo pronome lexical.

Além disso, também lançamos mão de discussões relacionadas às noções de gênero gramatical e semântico, realizadas por Figueira (2004), Corrêa & Name (2002) e Corrêa et.al.

(2004), discussão que pode nos auxiliar na explicação de dados infantis que não foram contemplados nem pela proposta de Lopes & Cyrino (2005) nem pela proposta de Creus & Menuzzi (2005). A idéia geral dessa discussão é que a motivação semântica para a marcação do gênero gramatical não está totalmente ausente, pelo menos na aquisição da linguagem, o que leva a criança a marcar o gênero semântico em função do gênero gramatical semântico.

Para a realização de nossa pesquisa lançamos mão de dados já coletados que compõem o banco de dados do CEAAL-PUCRS e do CEDAE/IEL/UNICAMP. Os dados são de produção espontânea, coletados em ambiente familiar à criança. Foram analisados os dados de três crianças, AC, do Rio Grande do Sul, de faixa etária entre 1;8 – 3;7; G, também do Rio Grande do Sul, de faixa etária entre 1;10 – 3;6 e R, de São Paulo, na faixa etária entre 1;6 – 3;2. A pesquisa dos dados constitui-se da observação, em cada enunciado da criança e também do adulto (para que pudéssemos levar em conta o contexto), da ocorrência de um objeto direto anafórico, seja ele realizado na forma de um pronome lexical (*ele(a)*) ou de um objeto nulo; não controlamos retomadas anafóricas que se constituem em repetição do DP antecedente, como no trabalho de Duarte (1989), mencionado no capítulo 2. Trabalhamos apenas com dados que dizem respeito ao objeto nulo de verbos transitivos, bitransitivos, marcadores excepcionais de caso e nulos proposicionais (como aquele mostrado em (1) acima), que em outras línguas românicas teriam a ocorrência de um clítico em lugar do objeto nulo.

Esta investigação tinha, entre outros objetivos, observar de que maneira as crianças do PB estão adquirindo a estrutura de objeto direto anafórico e quais os indícios lingüísticos que a criança tem para escolher entre o objeto nulo e o pronome lexical.

Nossa proposta de trabalho se compõe de duas hipóteses: a primeira, relacionada à gramática infantil, diz respeito à alternância entre pronome lexical vs. objeto nulo na posição de objeto direto anafórico e a segunda se refere à ocorrência do pronome lexical na mesma posição, retomando um antecedente [-animado, +específico] na gramática adulta.

Nossa hipótese para a análise dos dados infantis está relacionada à proposta sintático-diacrônica de Cyrino (1994, 1997), para os dados adultos, e à hipótese sobre a aquisição, desenvolvida por Lopes & Cyrino (2005), e defende que os traços semânticos de animacidade e especificidade do antecedente são decisivos no momento em que a criança vai optar por uma ou outra estrutura em posição de objeto direto anafórico. Sendo assim, a regra geral é que antecedentes [-animado] são retomados pelo objeto nulo, enquanto os antecedentes [+animado] são retomados pelo pronome lexical.

Decorre dessa primeira hipótese a formulação da segunda hipótese, que procura explicar alguns dados adultos, observados no decorrer da pesquisa. A partir de uma observação mais atenta de sentenças adultas contendo estruturas de objeto direto anafórico, pudemos notar que, em alguns casos, o antecedente [-animado, +específico] está sendo retomado por um pronome e não pelo ON, conforme (4) abaixo.

(4) Eu tenho certeza que eu não gastei **ela**. (ela: nota de 50 reais. P, 18/02/06)

Mesmo não realizando uma pesquisa quantitativa sobre esses dados, parece-nos que esse tipo de ocorrência está bastante freqüente nos dados adultos (e também foi verificado nos dados infantis, mas em porcentagens pequenas). Diante desse fato, formulamos uma proposta que procura dar conta deste caso, já que esse é o único que não se explica pela hipótese de Cyrino, e também não é explicado dentro das demais propostas, como a de Creus & Menuzzi (2005), com veremos.

Nossa segunda hipótese é a seguinte: partindo dos estudos de Cardinaletti & Starke (1995, 1999) sobre a tipologia de pronomes e do trabalho de Galves (2001), que assumiu essa mesma tipologia para o PB, propusemos que esse pronome, em posição de objeto, retomando o antecedente [-animado, +específico], é um pronome fraco, que, entre outras coisas, não apresenta restrições quanto a seu antecedente, diferentemente de um pronome forte, que exige que seu referente seja humano, por exemplo.

A formulação dessa hipótese é explicada pela nossa curiosidade em saber por que o antecedente [-animado] está sendo retomado tão freqüentemente pelo pronome, e não pelo nulo – que era a preferência nesse caso. Como veremos, dados de Cyrino, por exemplo, mostravam retomada desse tipo de antecedente pelo objeto nulo em 100% dos casos, em 1973, além de resultados de Duarte (1989) indicarem a grande preferência pelo pronome lexical para antecedentes [+animado] (92,4 % contra apenas 7,6% de uso desse mesmo pronome para antecedentes [-animado]).

Em resumo, nossas hipóteses de trabalho estão desenhadas da seguinte forma: baseados na proposta de Cyrino (1994) e Lopes & Cyrino (2005), lançamos a hipótese de que a alternância na posição de objeto direto anafórico se dá seguindo condicionamentos que dizem respeito aos traços semânticos do antecedente. Regra geral, se esse antecedente é [-animado], será retomado pelo objeto nulo, e se for [+animado] será recuperado pelo pronome lexical. A segunda hipótese leva em consideração o fato de antecedentes [-animado, +específico] estarem sendo retomados pelo pronome lexical, sugerindo que esses pronomes,

de acordo com Cardinaletti & Starke (1995,1999) e Galves (2001) são, em PB, pronomes fracos.

Nossos resultados, referentes aos dados de aquisição, mostraram que a hipótese de aquisição adotada é confirmada na parte mais robusta dos dados, indicando que os traços semânticos de animacidade e especificidade, assim como guiaram a mudança com os clíticos acusativos de terceira pessoa, estão, agora, agindo na aquisição da linguagem, guiando a alternância entre pronome lexical e objeto nulo na posição de objeto direto anafórico. Também, como veremos, nossos dados, em certo sentido, confirmaram as hipóteses de Lopes & Cyrino em relação às características do elemento preenchendo a posição de objeto direto no decorrer da aquisição.

Os resultados mostraram que o objeto nulo soma 100% dos dados iniciais das crianças, número que diminui com a entrada do pronome como opção na posição do objeto direto. Esse nulo inicial, como veremos, é essencialmente dêitico, e passa a ser também anafórico depois da entrada do pronome lexical, fato que parece indicar que é a partir da entrada do pronome que as crianças começam a identificar traços de animacidade dos antecedentes. Ou ainda podemos dizer que a partir do momento em que a criança começa a perceber anaforicidade, ela lança mão do pronome como uma das opções em posição de objeto direto anafórico, para, desse modo, diferenciar as retomadas de antecedentes animados daqueles não-animados. Talvez retomada anafórica seja algo que ative, em algum sentido, o uso de um elemento pronominal preenchido nessa posição, do mesmo modo em que, a um certo período, crianças adquirindo línguas não-objeto-nulo, começam a usar o clítico no lugar do elemento nulo³.

Além disso, a maioria dos casos analisados pode também ser explicada pela proposta de Creus & Menuzzi (2005), que propõem que é o gênero semântico, e não outros traços semânticos, que guia a alternância entre pronome e objeto nulo na posição de objeto. No entanto, alguns casos não puderam ser explicados totalmente pela análise dos autores – casos, por exemplo, em que não se pode identificar com certeza qual era o gênero semântico do antecedente retomado pela criança. Para esses casos, lançamos mão das propostas de Figueira (2004) e Correa & Name (2002) e Correa et.al (2004), sugerindo que a criança pode estar atribuindo gênero semântico a partir do gênero gramatical, o que, de certa forma, torna os dados analisáveis sob o ponto de vista de Creus & Menuzzi.

³ De um certo modo, estamos falando de “que traços estão em jogo nesse caso? que tipo de traço/traços fazem com que o nulo deixe de ser unanimidade e passe a concorrer com o elemento preenchido?”. Nesse sentido, certamente se observarmos o fenômeno do objeto nulo de um ponto do vista do Programa Minimalista, talvez poderemos responder essas e outras questões que vieram a tona nesta pesquisa e que não puderam ser solucionadas no seu todo.

Em resumo, podemos dizer que os traços semânticos que guiaram a mudança com os clíticos acusativos de terceira pessoa (conforme indicou Cyrino) continuam agindo na gramática do PB, já que estão presentes nos dados de aquisição da linguagem, como mostram os dados de Lopes & Cyrino (2005) e os dados apresentados nesta pesquisa.

Esta dissertação está organizada da seguinte maneira: no primeiro capítulo apresentamos a fundamentação teórica para essa pesquisa. Procuramos mostrar os principais pressupostos da teoria gerativa, incluindo discussões sobre a Hipótese do Inatismo. Além disso, trazemos uma descrição das duas principais hipóteses de aprendizagem – maturacional e continuísta – mostrando alguns argumentos para a adoção desta última. Ainda em relação ao quadro teórico, apresentamos alguns pontos ligados à questão dos parâmetros, sua importância para a teoria e algumas idéias de como os parâmetros podem ser acionados, sempre que possível trazendo contribuições sobre o fenômeno estudado.

Já no capítulo 2 estão as considerações diacrônicas e sincrônicas sobre o objeto nulo em PB; toda a mudança ocorrida com os clíticos acusativos, em especial o de terceira pessoa, e o estado atual desses clíticos no paradigma pronominal do PB.

No capítulo 3, temos as discussões relacionadas à sintaxe e à semântica do objeto nulo. Em relação à semântica, debatemos questões ligadas aos traços semânticos de animacidade, especificidade e definitude, presentes quando nos referimos ao objeto nulo no PB e a marcação de acusativo em línguas em que esse nulo não é possível.

Ainda no capítulo 3, comentamos as propostas sintáticas relacionadas ao objeto nulo, além de realizar uma discussão sobre a natureza dessa categoria vazia em PB.

O capítulo 4 traz trabalhos relacionados à aquisição do objeto direto em algumas línguas, além do PB; também discutimos questões relacionadas aos gêneros semântico e gramatical, que servirão de base para a análise de alguns dados do capítulo 5. O capítulo ainda traz uma seção que discute, com base no que foi mencionado, um possível parâmetro ao qual o objeto nulo estaria ligado.

No capítulo 5 apresentamos os resultados referentes aos dados infantis analisados nesta dissertação, além da discussão sobre o pronome lexical retomando antecedentes [-animado, +específico], dados detectados em produção espontânea adulta.

Na conclusão apresentamos os resultados gerais e mais significativos desta pesquisa, indicando caminhos futuros que partirão dos resultados obtidos e de questões remanescentes.

CAPÍTULO 1

A TEORIA DE PRINCÍPIOS E PARÂMETROS: ALGUMAS IMPLICAÇÕES PARA A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

*Para Chomsky, a espécie humana é dotada biologicamente de uma Capacidade ou 'órgão' mental que guia e, portanto, acelera a aquisição da linguagem. As propriedades abstratas encontradas nas línguas são justamente os reflexos dos elementos constitutivos deste órgão mental, que, por ser um dote biológico da espécie, é encontrado em todos os seres humanos normais. Por isso, é chamado de **Gramática Universal**, e seus elementos constitutivos, de **universais lingüísticos**. (Menuzzi, 2001: 142)*

1.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo inicial nos concentramos em questões gerais que estão relacionadas à aquisição da linguagem, dentro do quadro de Princípios e Parâmetros (daqui em diante P&P). Tais questões dizem respeito, entre outras coisas, à concepção de Faculdade da Linguagem adotada nessa abordagem, como um órgão mental/biológico que capacita qualquer ser humano a adquirir linguagem. Assim como o filósofo grego Platão, que questionou o fato de algumas habilidades dos seres humanos serem desenvolvidas sem instrução, a teoria procura responder à questão de como uma criança pode adquirir uma língua, tão rapidamente e diante de dados tão empobrecidos e ambíguos como aqueles que constituem o *input*.

Chomsky (1986), adotando P&P como abordagem teórica, mostra, através de exemplos do inglês, que as propriedades que regem os juízos de gramaticalidade dos falantes não estão pautados na aprendizagem de características específicas do inglês, mas sim a manifestação de princípios compartilhados por todos os falantes (não só do inglês, mas de todas as línguas), além dos parâmetros específicos da cada língua, que dão conta da diversidade lingüística. É pautado nessa constatação que o autor dá a resposta ao Problema Lógico da Aquisição – um conhecimento geneticamente determinado composto de princípios radicados na mente humana e constitutivos do órgão biológico, a Faculdade da Linguagem.

Duas outras questões são ainda relevantes aqui: a primeira diz respeito às hipóteses de aprendizagem atualmente discutidas na teoria, e que devem ser observadas cuidadosamente, para que possamos posicionar nosso trabalho nos moldes de umas delas; a segunda está relacionada à questão dos parâmetros, como eles são concebidos e de que maneira eles são fixados. Para a discussão das hipóteses de aprendizagem lançamos mão, especialmente, dos trabalhos de Lopes (2001) – trabalhando dentro de uma abordagem continuísta – e Menuzzi (2001) – abordando o fenômeno da aquisição dentro da hipótese maturacional. Em relação à discussão sobre parâmetros na aquisição, utilizamos como base o clássico artigo de Meisel (1997), que debate a questão dos parâmetros sob o ponto de vista das duas hipóteses de aprendizagem, indicando quais os problemas e vantagens de adotar uma ou outra visão.

O capítulo está organizado da seguinte maneira: na seção 1.2 discutiremos alguns pontos relacionados à concepção de uma Faculdade da Linguagem como um órgão biológico, geneticamente determinada e o ponto de vista mentalista, do qual parte a teoria. Na seção 1.3 indicamos algumas vantagens trazidas pela teoria de P&P, especialmente à aquisição da linguagem, além de mostrar, ainda que rapidamente, de que maneira Chomsky (1986) deu resposta ao Problema de Platão. Na seção seguinte, trazemos as duas hipóteses de aprendizagem em debate na teoria gerativa – as hipóteses continuísta e maturacional. Em seguida, na seção 1.5, discutimos questões que dizem respeito ao conceito de parâmetro e suas implicações para a aquisição. Concluimos este capítulo na seção 1.6.

1.2 A TEORIA GERATIVA E SUA CONCEPÇÃO DE FACULDADE DA LINGUAGEM.

A teoria gerativa tem colaborado com o avanço nos estudos das línguas naturais, especialmente porque propôs uma nova maneira de encarar o fenômeno da aquisição da linguagem, segundo a qual a aquisição é entendida como um processo que parte de um estágio inicial (de uma Gramática Universal) S_0 e atinge um estágio estável S_S (ou seja, uma língua específica, como o português, o chinês) e que é concebido dessa maneira, pois se pressupõe um órgão mental biológico, que está presente em todo ser humano e que o capacita a adquirir qualquer língua, desde que seja exposto a alguma. Este órgão biológico – a Faculdade da Linguagem – possui princípios que servem como “guia” de aquisição para qualquer língua, além de parâmetros que devem dar conta da diversidade lingüística.

Nessas palavras está a base essencial da teoria: sua natureza mentalista. Esta base tem um objeto de estudo que consiste num “sistema de regras e princípios radicados na mente humana” (Raposo, 1992: 25), sistema essa que independe de propriedades lingüísticas externas à mente. O programa gerativista dá destaque a duas questões: *como o sistema de conhecimentos se desenvolve na mente humana?* e *que tipo de conhecimentos é necessário pressupor que a criança traz a priori para o processo de aquisição de uma língua particular para explicar o desenvolvimento dessa língua na sua mente?*

É tendo como base estas questões que os estudos em aquisição da linguagem se desenvolveram dentro da teoria, especialmente no modelo de Princípios e Parâmetros.

Parte-se do pressuposto de que há uma dotação genética que nos capacita a adquirir e usar a linguagem, a partir de um órgão mental biológico – a Faculdade da Linguagem. A Faculdade da Linguagem é um sistema autônomo, com princípios e representações específicas, independentes de outros sistemas da mente – como, por exemplo, a conversação, a formação de conceitos, a visão – ainda que mantenha interação com estes sistemas. Esta é a concepção de modularidade da linguagem. É por isso, por exemplo, que apesar de um surdo não ouvir ele está capacitado a desenvolver a linguagem, mesmo que em outra modalidade.

Uma outra questão levantada pela teoria é como este sistema de conhecimentos adquiridos (competência) é utilizado pelo falante em situações discursivas concretas (desempenho/performance). Segundo Raposo, em *Aspects*, Chomsky faz essa distinção entre *competência* e *performance* lingüísticas, dando especial destaque à *competência*, que é objeto de estudo da gramática Gerativa e foco da aquisição da linguagem. Raposo (1992: 33) indica algumas considerações que o lingüista deve levar em conta quando toma a *competência* lingüística como seu objeto de estudo; ele afirma:

em síntese, os estudos da competência enquanto puro sistema de conhecimentos mental implicam que o linguista proceda a uma abstracção das diversas variáveis em jogo nos actos de fala concretos, ou seja, implica que o objeto do seu estudo seja ‘um falante-ouvinte ideal, situado numa comunidade linguística completamente homogénea que conhece a sua língua perfeitamente, e que, ao aplicar o conhecimento da língua numa performance efectiva, não é afectado por condições gramaticalmente irrelevantes tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e interesse, e erros (causais ou característicos)’.

Há de se destacar que esse falante/ouvinte ideal é uma abstracção teórica, e é caracterizado como um modelo de falante, que entre outras coisas, está apto a adquirir linguagem a partir dos dados imperfeitos do *input*. Assim, a partir do questionamento de

como uma criança adquire linguagem, mesmo diante de dados tão confusos como os do *input*, estabeleceu-se o que se chamou de Problema de Platão ou Problema Lógico da Aquisição.

Em oposição àqueles que acreditam que o desenvolvimento lingüístico e a aquisição do conhecimento em geral é basicamente determinado por causas externas à mente humana e que vêem a língua como um produto social, a tradição racionalista acredita que a mente humana tem papel fundamental na aquisição e desenvolvimento da linguagem. Os aparatos da mente que desempenham tal papel e dirigem o desenvolvimento lingüístico num sentido pré-determinado são exclusivos da espécie humana, sendo assim, o objeto de estudo da lingüística gerativa é a Língua-I (“um elemento que existe na mente da pessoa que conhece a língua, adquirido por quem aprende e usado pelo falante-ouvinte” (Chomsky, 1986: 41)). Segundo Chomsky (*op.cit.*: 58) “a mudança de ponto de vista para uma interpretação mentalista do estudo da linguagem foi (...) um factor que contribuiu para o desenvolvimento das ciências cognitivas contemporâneas”.

A concepção mentalista não nega o papel do ambiente externo na aquisição da linguagem, uma vez que uma criança que não está em contato com dados lingüísticos não adquire uma língua, pois não recebe os estímulos necessários para o acionamento do sistema mental (como veremos na seção 1.5 abaixo); esses dados são essencialmente importantes na fixação dos parâmetros.

1.3 A ABORDAGEM DE PRINCÍPIOS E PARÂMETROS

Antes de entrarmos diretamente na teoria de P&P, fizemos uma pequena revisão das idéias desenvolvidas no período anterior a ela, a fim de que entendamos qual a importância do modelo de P&P para a Teoria.

A primeira fase da teoria gerativa foi desenvolvida no que se convencionou chamar de Teoria Padrão (Chomsky, 1965) e se configurou um período em que o trabalho era essencialmente descritivista. É uma teoria de regras gramaticais, que concebe as gramáticas como sistema de regras, cada língua possuindo um número de regras particulares que mantém, com outras línguas, restrito número de ligações, o que acaba por gerar um grande número de gramáticas. Nessa fase existiam dois tipos de regras: as de reescritura, que derivam a estrutura profunda, e, subsequente, as regras transformacionais, para se chegar à estrutura de superfície, “considerada um reflexo praticamente directo da manifestação auditiva concreta das frases.” (Raposo, 1992: 50).

Neste sistema de regras, as diferenças encontradas entre as línguas em cada construção individual levavam, quase sempre, à elaboração de descrições gramaticais independentes e autônomas, sem procurar estabelecer, de modo sistemático, se os fenômenos tinham algo em comum. Kato (1995) afirma que o que se podia dizer sobre o que era invariante nas línguas naturais era apenas o tipo de regra e a organização invariante da gramática nas línguas. Na perspectiva do Modelo Padrão, a criança é considerada, durante a fase de aquisição, um “pequeno lingüista”, tendo que construir hipóteses sobre as regras de sua língua que sejam compatíveis com os dados do *input*, excluindo, assim, aquelas não compatíveis com os dados novos.

Perdendo espaço no final dos anos sessenta, a Teoria Padrão foi substituída pela Teoria Padrão Estendida, desenvolvida no decorrer dos anos 70 e que se caracterizava por um modelo de regras e princípios. Objetivava diminuir o caráter descritivista da teoria e ampliar o seu caráter explicativo. Para isso, das regras particulares buscou-se os aspectos que pudessem ser convertidos em princípios gerais da linguagem – a Gramática Universal. “O trabalho efectuado durante esta fase reduz assim a enorme variedade de sistemas de regras a um número muito pequeno de opções, as quais actuam em conjunto com princípios restritivos universais na caracterização das gramáticas possíveis” (Raposo, *op.cit.*: 52). Esta redução só foi possível devido à formulação dos princípios da *teoria X-barrá*, desenvolvidos em Chomsky (1970). Nessa versão da teoria, a criança não precisa aprender, por exemplo, sobre a estrutura interna dos diferentes sintagmas, pois, por ser um princípio da GU, ele está disponível para a criança desde o início.

Neste modelo, a criança continua sendo um “pequeno cientista” que constrói hipóteses sobre sua língua, mas esse número de hipóteses é relevantemente reduzido, facilitando o processo de aquisição. “Pode-se dizer que a fase contribuiu para a especulação de que [os princípios] tivessem a ver com aprendizibilidade: sistemas que violam tais princípios não são aprendíveis. E por serem parte da herança genética, da Gramática Universal, a criança não precisa de dados para adquiri-los” (Kato, 1995: 64).

O modelo de Princípios e Parâmetros representou o abandono total da noção de regras e de construções gramaticais. Como Chomsky (2005: 36-37) destacou “as construções gramaticais conhecidas são consideradas artefatos taxonômicos, úteis talvez para descrições informais, mas sem prestígio teórico”; já que não há regras, então se precisa aprendê-las.

Segundo Raposo (1992: 25) “é (...) na Teoria de Regência e Ligação que se torna possível (talvez pela primeira vez) ancorar mais solidamente na teoria gramatical as investigações relativas à aquisição e desenvolvimento da linguagem na criança, através do

modelo de Princípios e Parâmetros”. Os Princípios seriam propriedades obrigatórias nas línguas e, neste modelo, não são comparáveis às regras de reescritura e regras transformacionais, defendidas nas primeiras versões da teoria. Já os parâmetros são propriedades de escolha com duas possibilidades (por hipótese, os parâmetros são binários). Estes, além de explicarem as diferenças entre as gramáticas de diferentes línguas, permitem a variação lingüística, especialmente a variação no desenvolvimento da linguagem. O princípio é dado pela GU e os parâmetros são limitados em cada língua (o que dá conta da diversidade lingüística).

A adoção da teoria de Princípios e Parâmetros significou um avanço na busca da adequação explicativa, tão almejada desde os primeiros passos da abordagem gerativista. Tal adequação deve caracterizar o estado inicial da faculdade da linguagem (S_0) e mostrar como a experiência é mapeada ao estado estável (S_s). A delimitação de princípios gerais (que são invariantes entre as línguas e geneticamente determinados), e não de regras específicas de línguas particulares, auxiliou na busca dessa adequação explicativa, procurando limitar o número de gramáticas possíveis, em direção à universalidade nos fenômenos da gramática. Nesse sentido, P&P deixa de lado a grande profusão de gramáticas distintas, o que decorria da visão de que as gramáticas eram constituídas de regras, ao invés de princípios.

Lightfoot (1980) afirma que os princípios relacionados à Gramática Universal são avaliados de acordo com três critérios: (i) cobertura de dados empíricos; (ii) padrões de simplicidade e elegância; (iii) em que extensão os princípios lançam luz sobre os problemas essenciais de aquisição. Segundo o autor, o critério (3) é o mais importante para uma teoria que busca a adequação explicativa. “One might postulate a simple, elegant principle entailing a significant range of facts, which makes no psychological sense in terms of language acquisition” (Lightfoot, *op.cit.*: 143). Duas teorias equivalentes sob o critério (3) poderão ser avaliadas sob os critérios (1) e (2), mas (3) terá sempre o peso maior porque, por lançar luz sobre o processo de aquisição, é que pode atingir o maior grau de explicação.

Nesse sentido, a teoria gerativa, adotando a idéia de princípios e parâmetros pode atingir uma maior profundidade de explicação dos fenômenos, pois explica, através da pressuposição de princípios específicos à linguagem, como a aquisição pode se dar de forma tão rápida e diante de dados tão empobrecidos, como são os dados do input. A questão é: *como as crianças podem adquirir uma língua nativa no que parece ser um curto espaço de tempo e diante de um input tão pobre?*

O *input*, segundo Lightfoot, é deficiente em três sentidos: (i) o que a criança ouve não se constitui apenas de sentenças gramaticais; (ii) os dados disponíveis são finitos, enquanto

que a criança se torna capaz de lidar com um número infinito de sentenças; (iii) as crianças atingem o conhecimento de suas línguas a partir de informações que não estão disponíveis nos dados aos quais ela é exposta (os dados complexos).

O caminho que Chomsky trilha em *Knowledge of Language* para responder à questão, que se constituiu no Problema Lógico da Aquisição (Problema de Platão), está pautado na hipótese de que o conhecimento da linguagem é geneticamente determinado nos seres humanos, o que explica porque as crianças podem adquirir qualquer língua, mesmo diante de um *input* pobre.

Chomsky (1986) parte de juízos de gramaticalidade de sentenças do inglês adulto⁴ para mostrar que o que se precisa saber para o entendimento de tais sentenças está, se não totalmente, mas na sua grande maioria, determinado na GU. Além do conhecimento dos itens lexicais do inglês, não há nenhuma regra específica que precise ser aprendida. Todas as interpretações de gramaticalidade e agramaticalidade são determinadas por princípios atuantes na GU. Comparemos os exemplos em (1) e (2):

- (1) John is too stubborn to visit anyone who talked to (Bill)
'John é teimoso demais para visitar alguém que falou com (Bill)'
- (2) *Who did you visit anyone [who talked to *e*]
'Quem você visitou alguém que falou com *e*.'

Em (1) *Bill* está presente, enquanto que em (2) há um elemento *wh* (em lugar de *Bill*) que se moveu para fora de uma sentença relativa (uma estrutura de ilha) de onde não se pode extrair nenhum constituinte, por conta da violação do princípio da subjacência⁵, o que explica a agramaticalidade da sentença. O falante do inglês não precisa ter conhecimento de nenhuma

⁴ Segundo Chomsky, embora os juízos de gramaticalidade dos falantes nativos possam estar influenciados por fatores diversos, não refletindo diretamente a estrutura da língua, eles fornecerão evidência para o estudo da Língua-I. É partindo desses juízos de gramaticalidade que o autor vai construir sua argumentação de que o conhecimento humano é determinado geneticamente e de que os princípios que regem os juízos de gramaticalidade estão presentes já na gramática inicial da criança.

⁵ O Princípio da Subjacência é assim enunciado:

Nenhuma regra pode envolver X e Y, onde z e w são nódulos limites:

...X...[_z ... [_w ... Y...]...X...

onde z, w = {DP, uma categoria sentencial}

O que podemos traduzir por: o movimento de um constituinte por Mova- α não pode atravessar mais que um nó-fronteira, onde nó-fronteira é um DP ou uma categoria sentencial – CP/IP.

regra específica para julgar se as sentenças são aceitáveis ou não. Os resultados são consequência do fato de que há uma estrutura de operador-variável em (2), provocada pelo movimento Wh, que liga (A-barra) uma variável na posição de argumento interno do verbo *to talk*⁶. “Os princípios da teoria dos nós-fronteira que dão conta de (108) [nosso exemplo 2], aplicar-se-ão, portanto, a (107) [nosso exemplo 1], originando os juízos já observados”. (Chomsky, *op.cit.*: 121). Considerando o movimento ocorrido, que se dá com a extração de um elemento de dentro de uma sentença relativa (*who talked to e*), podemos explicar a agramaticalidade de (2) pelo fato de a sentença ter ferido o princípio da subjacência, que se pauta na teoria dos nós-fronteira. O Princípio da Subjacência afirma que, quando há o movimento de algum elemento na sentença, esse movimento não pode ultrapassar mais que um nó-fronteira. Tanto a teoria dos nós fronteiras quanto o princípio da subjacência, que incorpora tal teoria, não são conceitos que precisam ser aprendidos pelos falantes, eles fazem parte de um conhecimento compartilhado por todos os seres humanos, independentemente de sua língua⁷.

Raposo (1992) discute um caso idêntico para o português. Ele mostra que, assim como vimos na sentença acima do inglês, em português, quando se extrai um constituinte de dentro de uma oração relativa (o que Ross (1967) chamou de NP Complexo) a sentença resultante é agramatical:

(3) O Luís conhece [_{DP} a rapariga [_{CP} a quem [o Manuel ofereceu os discos]]].

(4) *Que discos (é que) o Luís conhece [_{DP} a rapariga [_{CP} a quem [o Manuel ofereceu *e*]]]?

Levando em conta a teoria dos nós-fronteira, em (4) o movimento que atinge o constituinte wh (*que discos*) ultrapassa mais que um nó-fronteira (CP e DP); logo, fere o princípio da Subjacência.

Diante desses fatos, Chomsky (*op.cit.*: 31) indica que devemos pensar no conhecimento da língua “como um estado da faculdade da mente distinta – a faculdade da linguagem com as suas propriedades, estrutura e organização específicas – como um ‘módulo’

⁶ Também as categorias vazias estão restritas por princípios, que são parte da Teoria da Ligação; as variáveis são regulamentadas pelo princípio C dessa teoria. Tais princípios também fazem parte do conhecimento compartilhado pelos falantes de qualquer língua.

⁷ Chomsky (*op.cit.*: 55) diz que “é importante ter em mente que o estudo de uma língua pode fornecer evidência crucial no que se refere à estrutura de uma outra língua, se continuarmos a aceitar a assunção plausível de que a capacidade para adquirir uma língua, o objecto da GU, é comum aos membros da espécie.”

da mente”. A partir dessas evidências, então, temos a resposta para o Problema Lógico da Aquisição:

podemos explicar como é que as crianças conhecem estes factos sem instrução ou evidência relevante na base de que o estado inicial E_0 [S_0] da Faculdade da linguagem inclui os princípios dos vários subsistemas da GU e a mente é capaz de efectuar computações do tipo das que aqui indicamos, deduzindo os factos a partir destes princípios, uma vez dados os itens lexicais e suas propriedades. Temos, portanto, a evidência não trivial para a existência de representações mentais e de princípios que entram nas computações, bem como para a correcção dos princípios da GU e para as suas realizações específicas em cada língua, através da fixação dos parâmetros, no sentido em que podemos dizer que temos evidência para a correcção das afirmações teóricas e para a existência das entidades a que essas afirmações se referem. (Chomsky, *op.cit.*: 123)

Na perspectiva de Princípios e Parâmetros, então, a tarefa da criança não é mais identificar regras específicas que possam explicar os dados de sua língua, mas sim, segundo Lopes (1999:10), formatar a “faculdade da linguagem através da fixação dos valores dos parâmetros abertos em GU. Assim, a criança, exposta a uma dada língua, deve atribuir um determinado valor v a um parâmetro P . Uma vez fixados os valores de todos os parâmetros em GU, terá a criança atingido S_s [estado estável]”. É importante lembrar que a fixação desses parâmetros é feita mediante evidência positiva presente nos dados do *input*; como veremos adiante, na discussão sobre a noção de parâmetro, a aquisição da linguagem não pode se dar via evidência negativa, ou seja, através de um dado agramatical que nunca está (ou está marginalmente) presente no *input* da criança.

1.4 HIPÓTESES DE APRENDIZAGEM

A aquisição da linguagem na teoria gerativa apresenta algumas hipóteses de pesquisa que procuram explicar como se dá o processo de aquisição da linguagem – o caminho entre S_0 e S_s . Dentre essas hipóteses, as mais discutidas são a Hipótese Maturacional e a Hipótese Continuista.

A primeira pressupõe que há um “calendário maturacional” que o processo de aquisição da linguagem segue, e que depende da maturação cerebral (biológica). Há duas vertentes para a hipótese: a versão forte, para a qual nem todos os princípios estão prontos para a criança na GU, e uma versão fraca, que afirma que os princípios estão prontos, mas as crianças têm acesso a eles paulatinamente.

Para a hipótese maturacional forte (também denominada de descontinuidade) há estágios do desenvolvimento lingüístico que não estão sujeitos aos princípios da GU (nem todos os princípios estão disponíveis para a criança). Num estágio inicial, a criança pode gerar gramáticas não restritas pela GU, o que significa um problema, já que, como Lopes (2001: 116) afirma, isso “coloca um fardo bem maior sobre o processo de aquisição ou sobre a criança adquirindo uma língua, além de, obviamente, diminuir consideravelmente o papel da GU”.

Já para a hipótese maturacional fraca, as crianças têm acesso aos princípios paulatinamente; “(...) a GU restringiria os sistemas iniciais (...) alguns princípios ou operações formais ainda não estariam disponíveis para a criança” (Lopes, op. cit.: 117). A consequência dessa visão é que, por haver algumas propriedades que ainda não estão ativas para a criança, sua produção apresenta estruturas que não são parte da gramática que estão adquirindo ou que não aparecem em nenhuma outra língua natural.

O que há de predominante nos trabalhos dessa versão é a hipótese de que a criança começa com categorias lexicais (+/-N, +/- V) e vai adquirindo as categorias funcionais aos poucos. A ordem de desenvolvimento é um reflexo da ordem hierárquica das categorias funcionais em determinada língua. O calendário maturacional é então equivalente ao surgimento das categorias funcionais. Há ainda aqueles que não necessariamente apostam na falta de categorias funcionais. Alguns vão restringir o problema à projeção ou não de tais categorias (hipótese do truncamento de Rizzi (2000)), ou a operações que se dão de forma distinta no sistema computacional da criança em relação ao do adulto (a teoria da Unique Checking Constraint, de Wexler, por exemplo, como veremos no capítulo 4), ou, ainda, a operações específicas que ainda não maturaram, como formação de cadeia-A (Borer & Wexler, como veremos adiante nesta seção).

Algumas questões se colocam para a hipótese maturacional. Entre elas está a questão de como explicar o fato de que uma determinada categoria ou princípio amadureça antes que outro em uma determinada língua. Borer & Wexler (1987) *apud* Lopes (op. cit.) sugeriram que o *input* a que a criança tem acesso é ordenado, o que é, no mínimo, estranho diante do argumento da “pobreza de estímulos”. Guilfoyle e Noonan (1988) *apud* Lopes (op. cit.) apresentam uma resposta pautada no fato de a criança passar por um amadurecimento perceptivo. As capacidades de percepção e processamento determinam uma ou outra estrutura, o que Lopes apontou ser um argumento dos adeptos da hipótese Continuista, como veremos. “Em outras palavras, a emergência tardia das categorias funcionais estaria vinculada

a mudanças na capacidade perceptiva da criança causada por fatores não-lingüísticos, como o aumento de memória, por exemplo” (Lopes, op. cit: 120).

Esse tipo de proposta traz um dilema “ovo-galinha”, já que a aquisição de categorias funcionais é dependente dos dados do *input*; porém, é preciso haver um amadurecimento para que a criança possa lidar com os dados que são, no fundo, reveladores das propriedades dessas categorias funcionais. Assim fica o dilema: *ela precisa da categoria para lidar com os dados ou dos dados para lidar com as categorias?*

A segunda questão diz respeito ao fato de que, assim como outros órgãos biológicos, “o calendário maturacional seguiria um padrão inato previamente estabelecido.” Segundo Lopes (op. cit.) “o corolário disso é que o ‘calendário maturacional’ se traduz em ordenação de categorias ou princípios formais da gramática, reduzindo necessariamente o paralelo com a maturação biológica”. Alguns autores deixam claro que há uma ordenação interna à gramática, que não tem ligação com a maturação física da criança. Sendo assim, um determinado estágio de aquisição é dependente do outro.

Menuzzi (2001) questiona se existe evidência satisfatória para a hipótese da maturação. Ele explica, logo de início, que os melhores argumentos para a hipótese maturacional não são referentes à aquisição de língua materna, mas a de segunda língua.

O autor apresenta o estudo que Lenneberg (1967) realizou para confirmar a hipótese maturacional. Ele apontou quatro características de comportamentos cujo desenvolvimento é controlado pela maturação biológica; são eles: (i) regularidade na seqüência de surgimento dos principais elementos do comportamento, correlacionados com a idade; (ii) a estimulação ambiental relevante permanece relativamente constante e, portanto, não pode por si explicar a seqüência de eventos; (iii) as primeiras manifestações do comportamento emergem antes de que ela seja de utilidade imediata para indivíduo e (iv) as primeiras manifestações do comportamento não são o resultado de uma prática dirigida a algum objetivo, isto é, o comportamento emerge sem instrução dirigida. (Menuzzi, op. cit: 148)

Segundo Menuzzi (*op.cit*), Lenneberg afirmou que há razões para acreditar que essas características estejam presentes no desenvolvimento lingüístico da criança. Para isso mostrou que “embora haja variação individual no desenvolvimento da linguagem, o que mais impressiona é a uniformidade com que os principais estágios aparecem: a margem de tempo aberta a esta variação parece se limitar a períodos de seis meses, em média”. Por exemplo, o surgimento dos enunciados de uma palavra ocorre entre os 9 e os 14 meses de idade (diferenças de até 5 meses), já os enunciados com duas palavras fica entre 16 e 24 meses (intervalo de até 8 meses) e a ocorrência dos enunciados com cinco ou mais palavras se dá

entre 30 e 36 meses (uma diferença de até seis meses entre os indivíduos). A conclusão a qual Lenneberg chega a partir destes e de outros fatos é a de que a linguagem humana é um sério candidato a um ‘comportamento maturacional condicionado’.

Ele ainda mostrou que a disponibilidade e desenvolvimento das capacidades lingüísticas nos indivíduos estão sujeitos a um Período Crítico – que vai da idade de 2 anos até o começo da puberdade. Para isso, Lenneberg levou em conta déficits da fala causados por lesão cerebral, mostrando que o cérebro se reconstituía mais rapidamente e com maior facilidade quando a lesão ocorria em pessoas mais jovens (especialmente em crianças que ainda não tinham atingido a puberdade.). Seu argumento parece não deixar dúvidas quanto à relação entre desenvolvimento lingüístico e desenvolvimento cerebral.

No entanto, Menuzzi afirma que se pode sustentar que o argumento de Lenneberg não seja totalmente convincente, já que ele não trabalhou especificamente com aquisição da linguagem, nem estudou efeitos de maturação sobre aspectos específicos da linguagem. Seria necessário buscar o que Menuzzi chama de “argumentos positivos” para demonstrar a eficácia da hipótese. Como este autor afirma desde o início, os argumentos positivos encontrados por ele são todos relacionados à aquisição de segunda língua. Sendo assim, seria necessário buscar argumentos positivos para a hipótese maturacional no campo da aquisição da língua materna, já que parece ainda não haver.

Enquanto os maturacionistas defendem que alguns princípios da GU não estariam disponíveis desde o início da aquisição, continuístas afirmam que a criança dispõe dos universais lingüísticos e da GU desde sempre, razão pela qual um sistema em aquisição contém somente estruturas que não violam as previsões da GU. Também temos duas possibilidades dentro dessa hipótese: a hipótese continuísta forte e a hipótese continuísta fraca.

Para a primeira, as estruturas das crianças em aquisição não ferem nem princípios nem parâmetros da língua-alvo. Aqui podemos ver um problema com essa afirmação, já que temos evidências de que, em alguns casos, a criança apresenta, inicialmente, uma estrutura que não faz parte da sua língua-alvo, mas que está presente em alguma outra língua natural, reorganizando sua gramática no decorrer do processo de aquisição. Um exemplo disso é o clássico caso das crianças que estão adquirindo o inglês e produzem grande número de sujeitos nulos – algo que a língua adulta não permite. Além disso, temos o caso de crianças adquirindo o italiano e o francês que produzem grande quantidade de objetos nulos e, à medida que o processo avança, percebem que sua língua não é uma língua de objetos nulos, e esses números diminuem (cf. Schmitz & Muller, 2003).

Na versão fraca da hipótese, a gramática infantil pode apresentar, durante o desenvolvimento, estruturas possíveis em outras línguas, que não firmam a GU, que são exatamente os casos exemplificados acima para o inglês e o italiano e francês⁸.

Existe um dilema a ser solucionado: o fato de que, para alguns casos, a criança já tem a gramática desenvolvida muito inicialmente, enquanto para outros ela é tardia, ou seja, a gramática da criança é diferente da gramática do adulto. Clahsen *et. al.* (1994) *apud* Lopes (op. cit.) apresentaram argumentos para sustentar essa diferença. Um deles é a chamada *hipótese da competência plena*, que procura estabelecer o quanto da gramática do adulto já está presente na gramática da criança desde os primeiros estágios. A idéia daqueles que a propõem é que aquilo que diverge da gramática do adulto está relacionado a questões de performance (processamento).

O outro argumento diz respeito à *hipótese da aprendizagem lexical*, segundo a qual as mudanças pelas quais a gramática infantil passa ao longo do desenvolvimento são atribuídas ao aumento do léxico da criança, além de aumento de memória e capacidade de processamento. Ainda segundo Lopes, para Clahsen (1989), os itens lexicais, que a criança tem que aprender para uma língua particular, induzem reestruturações em sua gramática.

Lopes elenca algumas vantagens de se adotar a hipótese continuísta. Entre elas podemos citar, primeiramente, que essa hipótese assegura o lugar da GU desde sempre na aquisição. Além disso, não tem que justificar uma gramática sem categorias; “como aponta Kato (1995), pressupor que a criança não tem acesso à categoria funcional DP, por exemplo, significa, em última instância, assumir que a criança não esteja atribuindo referência a uma expressão nominal” (Lopes, *op.cit.*: 124). Também não precisa lançar mão de questões sobre ordenamento das categorias a serem adquiridas (seja ele externo ou interno à gramática) e garante a uniformidade da faculdade da linguagem, já que explica que as diferenças no desenvolvimento (diferenças da gramática infantil em relação à gramática adulta) são conseqüências do processamento, e não de variáveis da faculdade da linguagem que são “isoladas” no decorrer da aquisição e que lhe atribuem características diferentes no decorrer de diferentes estágios da aquisição. Assumindo que falhas no desenvolvimento lingüístico são geradas por fatores relacionados à falta de memória e capacidade de processamento, Lopes afirma que estamos garantindo o caráter modular e a especificidade lingüística da faculdade da linguagem.

⁸ Resta o problema das sentenças com infinitivo raiz, que ainda não foram detectadas em nenhuma língua natural.

Esse é o “ônus da prova” para os continuístas, que precisam admitir que as mesmas limitações de processamento que a criança apresenta (e que os continuístas lançam mão para explicar as diferenças entre gramática adulta e gramática infantil) estejam presentes quando a criança lida com o *input* e mostrar como esses fatores de processamento interferem no processo de aquisição. “Da perspectiva continuísta, o que não se ‘vê’ na fala da criança não está lá, ainda, por razões de processamento” (Lopes, op. cit.: 134).

Observando-se os pontos de vantagem e desvantagem de cada uma das hipóteses, ainda parece mais coerente assumir um ponto de vista continuísta, já que é estranho pensar na idéia de que os universais lingüísticos não estejam presentes desde o início no processo de aquisição e, além disso, imaginar, com Borer & Wexler (1987), que o *input* que a criança recebe seja ordenado, o que vai contra a idéia da “pobreza de estímulos”.

Para validar a hipótese maturacional, conforme Menuzzi, Borer & Wexler (1987) apresentaram um argumento que está relacionado à aquisição de estruturas como as passivas e verbos causativos no inglês. Os autores quiseram mostrar que a não produção inicial de passivas⁹ e a *superextensão* da regra de formação de causativas a verbos intransitivos, como em (5b), por parte das crianças, têm uma explicação maturacional: a operação de movimento que envolve esses fenômenos depende da maturação cerebral para ocorrer.

(5) a. The doll giggled

A boneca riu

b. John giggled the doll

João riu a boneca

Segundo Menuzzi (*op.cit.*: 146):

eles propuseram, então, uma explicação maturacional: a operação gramatical de movimento envolvida em passivas e na alternância causativa-intransitiva dependeria de maturação cerebral para entrar em ação; haveria, portanto, um estágio inicial

⁹ O movimento, envolvendo a formação de passivas, é um movimento argumental (A), pois há um DP, no caso da sentença abaixo *o prato*, que sai da posição de argumento interno do verbo *quebrar* em (2) e passa a posição de sujeito da sentença em (3):

(2) João quebrou o prato

(3) O prato foi quebrado (pelo João).

Isso é exatamente o que ocorre com os verbos inacusativos, que possuem apenas um argumento interno (o verbo atribui apenas um papel temático, que não é agentivo), sendo que tal argumento, em geral, sobe para a posição de sujeito da sentença.

caracterizado pela ausência de estruturas envolvendo aquela operação de movimento.

No entanto, não se pode confundir a produção da criança com sua compreensão dos fenômenos da língua, já que ela pode compreender tal estrutura e apenas não produzi-la por questões de processamento/limitações de capacidade e não por questões de conhecimento gramatical (competência). Menuzzi (op. cit.: 146) afirma que na literatura se construíram vários contra-argumentos para a análise de Borer & Wexler, um dos mais fortes é o que diz que “na mesma idade em que as crianças ainda não produzem frases passivas completas, elas já são capazes de compreendê-las perfeitamente (Maratsos e Abramovitch, 1975; Crain, 1992)”.

Levando em conta as discussões estabelecidas aqui, parece que a hipótese que parece melhor explicar nossos dados (apresentados no capítulo 5) é a continuísta, já que quando houve alguma diferença entre a gramática adulta e a gramática infantil, esta diferença parece poder ser explicada por questões relacionadas a falhas no processamento da informação pela criança¹⁰, uma vez que, como veremos, a *Unique Checking Constraint* (admitida como princípio atuante na gramática infantil), não parece explicar o que ocorre em PB, como veremos nos capítulos 4 e 5¹¹.

1.5 A QUESTÃO DOS PARÂMETROS.

O modelo de Princípios e Parâmetros significou a extinção total da noção de regras ligadas à gramática – sobre as quais a criança teria que construir hipóteses que fossem compatíveis com os dados do *input*, excluindo, assim, aquelas não compatíveis com os dados novos. Com as noções de princípios e parâmetros, Chomsky (1986: 113) afirma que “de facto, não há quaisquer regras, no sentido convencional do termo, nas áreas centrais da sintaxe”, o que significa que não há a necessidade de aprendizagem de regras, fato que diminui a responsabilidade sobre a criança em aquisição.

¹⁰Essa discussão tem sido posta de lado em aquisição por falta de evidências para ambas as hipóteses ou por resultados contraditórios que apontam para possibilidades diferentes. Tem-se discutido o papel da frequência dos dados do *input* como relevante (ou não) para esse assunto (Yang (2004)). Além disso, podemos mencionar o fato de existir hipóteses alternativas, como a de Roeper (1999), que diz que a criança manipula sempre mais do que uma gramática de cada vez (bilingüismo universal).

¹¹ Conscientes de que essa proposta ainda precisa ser mais explorada, colocaremos isso como tema de pesquisa futura.

O interesse específico na teoria dos parâmetros deve-se, em grande parte, ao fato de que ela define o papel dos dados do *input* no desenvolvimento gramatical, uma questão bastante sensível dentro da estrutura teórica que praticamente eliminou a aprendizagem indutiva como um meio de adquirir conhecimento gramatical abstrato” (Meisel, 1997: 39).

A noção de parâmetro disponibiliza conceitos e mecanismos teóricos que objetivam, entre outras coisas, tratar do número de gramáticas provisórias na aquisição da linguagem. Assim, “um sistema gramatical em desenvolvimento, em cada estágio do processo de mudança, contém somente estruturas e mecanismos que não violam os princípios da GU” (Meisel, 1997: 23).

Um assunto que está relacionado à questão do parâmetro é aquele referente aos efeitos de superfície – características gramaticais – que envolvem a marcação de um parâmetro. Meisel (op. cit.) afirma que “o ponto crucial é que, segundo a teoria dos parâmetros, uma série de fenômenos de superfície pode depender da fixação de um único parâmetro, conferindo, portanto, a este conceito uma considerável força explicativa”. Wexler & Manzini (1987) indicam que se há implicações derivacionais entre parâmetros, então pode ser que realmente haja apenas um parâmetro em jogo. Um parâmetro indica, então, muito mais que uma opção a ser definida nas línguas, ele é a explicação de determinados fenômenos que juntos o definem.

Conforme vimos na seção 1.2 acima, em termos de aquisição, a criança tem todo um aparato à sua disposição para adquirir linguagem e só não o fará se não for exposta a um *input*. O *input* é o indício que a criança tem, do mundo exterior, para perceber como funciona sua língua. Portanto, é a partir dele que a criança percebe se a sua língua é de sujeito nulo ou de sujeito obrigatório; se ela marca plural no artigo e no substantivo (como o PE¹²) ou apenas no substantivo (como o inglês); se possui objeto nulo (como o português¹³) ou não (como o francês, italiano e espanhol). Assim, é através da evidência positiva que a criança – adquirindo linguagem – determina o valor do parâmetro para a sua língua, embora a questão da evidência que a criança possui para a marcação de um dado parâmetro seja ainda muito controversa. Segundo Wexler & Manzini (*op.cit*) apenas dados positivos estão disponíveis

¹² Apesar de o PB ter sido uma língua que apresentava marcação de plural sempre no artigo e no substantivo, atualmente, os estudos têm mostrado que a marcação de plural está recaindo apenas sobre o artigo (ver estudos de Lopes (2004), Magalhães (2004), Corrêa et.al (2004), Simioni (2005) entre outros para uma abordagem desse fenômeno sob a ótica do Programa Minimalista).

¹³ Como veremos nos próximos capítulos, o objeto nulo do PE é diferente do PB em especial por dois motivos: naquela variedade ele é bem menos freqüente que nesta; além disso, em PE as análises consideram o objeto nulo, em geral, como sendo uma variável, enquanto que em PB há controvérsia entre o fato de que ele seja um elemento pronominal do tipo *pro*, ou uma elipse nominal em Forma Fonética e reconstrução desse elemento em Forma Lógica.

para as crianças. Elas não estão em contato com sentenças agramaticais e, em geral, não recebem nenhuma informação direta sobre a agramaticalidade das sentenças. Além disso, a evidência da qual a criança precisa para marcar o valor de um parâmetro é simples, ou seja, não requer presença de estruturas complexas como sentenças encaixadas ou estruturas de ilhas.

Apesar de ter sido um grande avanço na teoria da gramática gerativa, o modelo de P&P ainda apresenta alguns problemas que precisam de solução e alguns pontos ainda polêmicos entre os estudiosos¹⁴. Entre esses pontos, Meisel aponta a questão da marcação do parâmetro, que é algo não muito bem definido na teoria e fruto de controvérsia entre os pesquisadores. Lopes (1995: 84) confirma, de certo modo, as palavras de Meisel quando diz que “embora P&P seja muito atraente como idealização teórica para a aquisição, ainda não há uma clara formulação do que seria um parâmetro”. Tal questão se constitui no Problema Psicológico da Aquisição e inclui, segundo Kato (1999:12), algumas questões: “como os princípios são ativados, como os parâmetros são definidos e de que natureza é o conhecimento da criança nas diversas fases do desenvolvimento”.

Uma das questões primordiais para a teoria é como os parâmetros são definidos, ou ainda, como é uma gramática antes de ter um parâmetro fixado definitivamente. Para responder a essa questão existem duas possibilidades, que serão discutidas abaixo.

Uma das opções, provavelmente a mais conhecida e também a mais aceita, é aquela que indica um valor *default* para a marcação inicial do parâmetro – é um valor padrão fornecido pela GU. Por exemplo, uma criança adquirindo uma língua como o inglês, com a marcação de sujeito obrigatório, teria disponível, em seus dados iniciais, apenas um valor, que segundo Hyams *apud* Meisel (op. cit.: 25) é o de [+ sujeito nulo], e isto explicaria a produção de sujeitos não preenchidos em crianças em estágio inicial de aquisição do inglês e de outras línguas que apresentam sujeito obrigatório na fala adulta. Disso decorre uma série de discussões relacionadas à marcação de um parâmetro. Entre essas discussões está a questão de como determinar o valor padrão *default* entre as opções oferecidas para um determinado parâmetro. O padrão poderia ser um subconjunto dentro de um conjunto maior, no qual a criança teria apenas uma possibilidade (no caso do parâmetro do sujeito nulo a criança teria

¹⁴ Sob o ponto de vista do minimalismo, a aquisição da linguagem deu mais um passo em direção a uma melhor colocação dos fenômenos; os parâmetros não são mais encarados como “interruptores” com marcação binária, uma vez que dados empíricos têm mostrado que algumas línguas não se enquadram exatamente em um dos lados do “interruptor”, com relação a certos fenômenos (como exemplo podemos citar a questão do parâmetro do sujeito nulo em PB).

apenas o valor [-sujeito nulo]). Ou um conjunto que abarcasse as duas opções – sujeito nulo e sujeito preenchido; objeto nulo e objeto preenchido, por exemplo.

A primeira possibilidade diz respeito ao Princípio da Economia ou Princípio do Subconjunto, primeiramente sugerido por Berwick (1985) (cf. Meisel (op. cit) e Wexler & Manzini (op.cit)), no qual a criança iniciaria com o valor do parâmetro mais econômico e, diante de evidência positiva, remarcaria ou não o valor do parâmetro.

The idea is the following. Suppose one value of parameter yields a language $L(i)$ and another value of the parameter yields a language $L(j)$. Suppose further that $L(i)$ is a smaller language than $L(j)$, that is, the $L(i)$ is contained in $L(j)$. $L(i)$ is a strict subset of $L(j)$. Then the learning strategy specified by the Subset Principle is that the learner select the value which yields $L(i)$ first. If this is the correct choose, there will never be evidence that it isn't and the learner will stay with the value. If this is the wrong choose, then there will be positive evidence (sentences from $L(j)$ which are not in $L(i)$) which the learner eventually hear; this evidence must exist, because $L(i)$ is a strict subset of $L(j)$. The Subset Principle specifies that when positive evidence which shows that $L(i)$ is the wrong language is encountered, the learner will switch to the parameter value which yields language. In short, the Subset Principle is a method for specifying a markedness hierarchy when alternative values yield languages which are in a subset relation. (Wexler & Manzini, op.cit.: 44)

Para as crianças adquirindo uma língua de sujeito nulo, a remarcação não apresentaria problemas, visto que elas teriam indícios no seu *input* de que sentenças sem sujeito expresso são possíveis. Porém, as crianças em aquisição de uma língua que não permite sujeito nulo, como o inglês e o francês, teriam que supor, mesmo sem a presença de dados no seu *input* (as chamadas evidências negativas), que sua língua é não pro-drop. Logo, se a criança não ouve dados agramaticais, ela “teria que se tornar consciente do fato de uma das opções oferecidas pela gramática na verdade nunca aparece no *input*” (Meisel, op. cit.: 25). Isso inclui a questão de até quando a criança teria que esperar para se dar conta de que sua língua não permite sujeito nulo?

Segundo Simões (1997), que realizou um estudo de caso relacionado ao parâmetro do sujeito nulo na aquisição do PB, essa explicação para a marcação do parâmetro não procede, pois além de trabalhar com idéias concorrentes (sujeito nulo vs sujeito preenchido) é empiricamente inválida, pois a criança do inglês inicia com a gramática maior. Também as crianças adquirindo francês e italiano começam com uma porcentagem de cerca de 90% de objetos nulos, em fases iniciais, e, a posteriori, marcam o valor “correto” em relação a suas línguas-alvo, diminuindo gradativamente esse número (cf. Schmitz & Muller, 2003); do mesmo modo, no PE as crianças produzem um número muito maior de objetos nulos quando

comparados à língua adulta (cf. Costa & Lobo, 2005)¹⁵.

A segunda opção sugerida é que todos os valores se encontram inicialmente disponíveis na GU e, enquanto a criança não definir o valor referente à sua língua, eles estarão presentes na gramática em desenvolvimento por um tempo limitado. Assim, a marcação do parâmetro, neste caso, leva à eliminação de valores alternativos. Porém, esta alternativa também encerra problemas, visto que, mesmo não violando nenhum princípio da GU, a gramática inicial não é uma gramática final possível, pois os parâmetros ainda não foram fixados. No entanto, a empiria não mostrou resultados fortes para derrubar tal hipótese. Meisel (op. cit.: 26) indica que uma grande vantagem nesta abordagem é que ela está livre da noção problemática de ‘fixação’, além de ainda predizer que “as gramáticas iniciais tornam disponíveis todos os valores de um parâmetro, uma solução que também parece ser necessária por todos os motivos”.

Uma outra questão levantada por Meisel é a da confiabilidade dos dados do *input*, indicando que eles podem apresentar evidências ambíguas para a marcação do parâmetro. Sendo assim, ele sugere algumas soluções possíveis. A primeira delas é considerar que o que interessa como caráter aos dados do *input* não é a frequência com que ocorrem, mas sim se são ‘dados robustos’; a frequência da ocorrência não parece ser relevante. Desta forma, ele defende que exista um fator desencadeante exclusivo para cada parâmetro, que, assim que se apresente nos dados, será captado pela criança, que marcará o valor para o parâmetro.

Ele afirma que os fatores desencadeantes exclusivos não excluem a possibilidade de marcação errada do parâmetro. Os dados do *input* podem se apresentar conflitantes e dar à criança um valor ambíguo e isso é um fato aceitável para Meisel. No entanto, isso é problemático, já que pode comprometer o curso normal da aquisição, conforme o caso da criança alemã – detectado por Muller (1993, 1994) e citado por Meisel – que marcou o valor errado para o parâmetro da finitude, ocasionando problemas na ordem V2. Essa criança aprendeu “o ordenamento correto, separadamente para cada complementizador, em um processo item-a-item que se estende por um espaço considerável de tempo (aproximadamente dois anos)” (Meisel, op. cit.: 38). Embora o autor discuta a questão de que os dados do *input* possam ser conflitantes e apresentarem valores ambíguos, ele nada comenta sobre o fato de

¹⁵ Isso talvez possa indicar algo no sentido de determinar o parâmetro ao qual o objeto nulo esteja ligado, já que em PB, apesar de o clítico não ocorrer, os dados mostram que o nulo deixa de ocorrer em 100% dos casos quando o pronome começa a aparecer na posição de ODA. Sendo assim, há alguma relação, na ocorrência desse fenômeno nas diferentes línguas, que precisa ser observado mais detalhadamente e que talvez possa nos indicar a que parâmetro o objeto nulo estaria ligado.

que uma marcação errada de um certo parâmetro (ou de um de seus fenômenos de superfície) possa levar a uma mudança lingüística.

Lightfoot (1989/1991) é citado por Lopes (1999) como mais um dos pesquisadores que trabalham com a questão do acionamento paramétrico. Para ele, como para os adeptos do gerativismo, em geral, os dados do *input* são pobres,

dados acionadores são necessariamente menores do que a experiência lingüística total da criança, de forma a que ela possa desconsiderar os dados degenerados; mas, por outro lado, devem ser “robustos” – uma função de saliência e frequência – para que a criança não acione um parâmetro com base em dados produzidos por um hóspede da casa que não domine adequadamente a língua-alvo da criança, por exemplo. Dados frequentes são necessariamente dados simples (Lopes, op. cit.: 78/79)

Como pudemos observar, a polêmica de como um parâmetro é marcado/acionado na GU está longe de ser um consenso na literatura. Como mostramos acima, tanto a teoria do subconjunto quanto o ponto de vista de que todos os valores de um parâmetro estejam disponíveis na GU parecem problemáticos, se levarmos em conta línguas que permitem apenas um dos valores possíveis (apenas sujeito preenchido, apenas objeto preenchido).

Os problemas se estendem também para a discussão sobre o que seria o parâmetro do objeto nulo; afirmar se uma ou outra abordagem é a melhor para a explicação desse fenômeno ainda nos parece um pouco arriscado. Sendo assim, não se pretende, nesse trabalho, chegar à formulação de uma proposta paramétrica para o objeto nulo, mas tentar estabelecer, através dos dados empíricos, correlações entre as diferentes línguas, que possam nos mostrar em que medida o fenômeno se aproxima nas línguas. Tal discussão, juntamente com a referência a Galves (2001), que procura formular um parâmetro para o objeto nulo, está no capítulo 4 desta dissertação. A escolha por apresentar essas questões mais adiante se baseia no fato de que será necessário que o leitor tenha contato com a literatura sobre o assunto, referente à sintaxe e à aquisição tanto do PB quanto das demais línguas, que serão apresentadas nos capítulos subseqüentes.

1.6 CONCLUINDO O CAPÍTULO

O capítulo nos deu uma idéia de como a teoria de princípios e parâmetros trouxe vantagens para a explicação do processo de aquisição da linguagem e como, a partir da sustentação da hipótese do inatismo, pode dar uma resposta ao que se chamou de Problema

Lógico da Aquisição. Além disso, P&P também significou um passo importante na direção da adequação explicativa através da noção de princípios presentes na GU. Também discutimos as duas hipóteses de aprendizagem mais presentes na teoria – hipóteses maturacional e continuísta – posicionando-nos em favor de uma abordagem continuísta por todos os motivos já discutidos acima, mas em especial porque este parece cobrir de maneira mais ampla os dados que serão analisados aqui, além de admitir a presença da GU desde o início da aquisição. Importante também foi a discussão sobre a noção de parâmetro e, especialmente, a idéia de como um parâmetro seja fixado no processo de aquisição, questão sem resposta consensual entre os pesquisadores e que ainda precisa ser mais claramente determinado.

O objetivo da discussão desse primeiro capítulo foi estender o pano de fundo sobre o qual se baseou esta pesquisa. Abrimos caminho para o próximo capítulo que mostrará, entre outras coisas, como a aquisição da linguagem teve um papel fundamental na mudança lingüística ocorrida com os clíticos acusativos de terceira pessoa, mudança essa que resultou no objeto nulo no Português do Brasil.

CAPÍTULO 2

O FENÔMENO EM QUESTÃO: CONSIDERAÇÕES DIACRÔNICAS E SINCRÔNICAS

Só podemos postular mudança lingüística se temos uma teoria de aquisição da linguagem que inclui hipóteses coerentes sobre o que constitui evidência disponível para a criança. (Cyrino, 1994: 194)

2.1 INTRODUÇÃO

Se partirmos da idéia de que o objeto nulo é fruto de uma mudança ocorrida no paradigma pronominal do português brasileiro precisamos, antes de mais nada, entender como essa mudança ocorreu e o que levou ao surgimento desse fenômeno; é sobre esse assunto que este capítulo tratará.

A mudança diacrônica pela qual passaram os clíticos acusativos de terceira pessoa – que começou no século XVIII – fez com que eles não mais pudessem ocorrer no sistema pronominal do PB. Entre outras coisas, a mudança na direção de cliticização fonológica, pela qual passou o PB (cf. Nunes (1996)) e a mudança na posição ocupada pelos clíticos (cf. Pagotto (1996) e Cyrino (1994/1996)), provocada pela perda do movimento, tanto dos verbos, quanto dos clíticos, tiveram parcela de responsabilidade na mudança ocorrida com esses clíticos acusativos no PB. Segundo Cyrino (1994,1997), foram os traços semânticos de animacidade e especificidade do antecedente, retomados por esses clíticos em posição de objeto direto anafórico, que guiaram a mudança diacrônica¹⁶.

O primeiro clítico acusativo atingido pela queda foi o clítico *o* neutro, que retomava antecedentes sentenciais, cujo traço semântico é [-animado]. Com o passar do tempo, o nulo foi sendo estendido para todos os antecedentes cujos traços semânticos incluem [-animado], e isso ocorreu no século XIX. Foi também nesse período que o pronome lexical começou a

¹⁶ Sérgio Menuzzi (comunicação pessoal) me chamou a atenção para o fato de que nenhuma dessas hipóteses é tida como completamente aceita.

surgir como opção para retomar antecedentes [+animado]. A mudança diacrônica está totalmente estabelecida no século XX, quando o clítico acusativo está extinto do paradigma do PB, só sendo usado em contextos extremamente formais (nos dados de Duarte (1989) em 4,3% dos casos).

Apesar de essa mudança ter atingido drasticamente os clíticos acusativos de terceira pessoa, ela não atingiu da mesma forma os demais clíticos acusativos, que ainda ocorrem no PB, mesmo que de maneira não muito recorrente em alguns dialetos; por isso faz-se necessário uma discussão, ainda que breve, sobre esses clíticos e seu estatuto no PB atual. Desse modo, os dados deste capítulo trazem um panorama geral de como a mudança ocorreu com o paradigma pronominal do PB, em especial a mudança com os clíticos acusativos.

O capítulo está seccionado da seguinte maneira: em 2.2.1 temos a visão da mudança diacrônica ocorrida com os clíticos acusativos de terceira pessoa. Na seção 2.2.2 trazemos algumas considerações sobre os demais clíticos acusativos, que não os de terceira pessoa. Na seção seguinte (2.2.3) temos as considerações sincrônicas sobre os acusativos de terceira pessoa. Na seção 2.3 está a conclusão do capítulo.

2.2 O ESTATUTO DOS CLÍTICOS ACUSATIVOS EM PB

2.2.1 Considerações diacrônicas

Partimos da afirmação de que a gramática da criança não é necessariamente igual à gramática do adulto, da qual ela recebeu o *input*. Este fato é crucial para pensarmos o fenômeno da mudança lingüística, independentemente da forma da qual lançamos mão para explicar a marcação de um determinado valor de parâmetro. No modelo de P&P, os parâmetros são o espaço para a mudança diacrônica, sendo que tal mudança é implementada através da aquisição da linguagem e ocorre seguindo alguns “passos”.

Dentro da teoria da mudança lingüística, Roberts (1993) *apud* Cyrino (1994) propõe três noções diferentes para a explicação de uma mudança diacrônica. Segundo ele, uma mudança começaria a acontecer no momento em que construções vão se tornando menos freqüentes na língua, mas não são totalmente eliminadas dos dados. O sistema gramatical ainda permite que tal estrutura ocorra. A próxima fase da mudança ocorreria quando a criança analisa uma estrutura de forma “errônea” (reanálise diacrônica) e lhe atribui uma estrutura diferente, mas não incompatível com o sistema; “a gramática da criança será superficialmente

semelhante à gramática de seus pais, porém, será estruturalmente diferente” (Cyrino, 1997: 37). O último passo, pelo qual o processo de mudança lingüística passa, parte do conjunto de reanálises diacrônicas executadas, que juntas desencadeiam a mudança de um certo parâmetro da gramática. Dessa forma, Cyrino (1997: 38) conclui que:

uma mudança paramétrica envolve outras mudanças que ocorrem simultaneamente, ou quase simultaneamente. Uma única reanálise não implicaria na mudança de um parâmetro, mas poderia contribuir para tal, pois ocasionaria a ocorrência de novas construções, removendo evidências que levariam à fixação de um parâmetro de um certo modo. A reanálise diacrônica, portanto, reduz a frequência de certos tipos de construções nos dados, o que muda a experiência detonadora para a criança (‘triggering experience’, Lightfoot, 1991)

Assim, “só podemos postular mudança lingüística se temos uma teoria de aquisição da linguagem que inclui hipóteses coerentes sobre o que constitui evidência disponível para a criança” (Cyrino, 1994: 194).

Baseando-se no fenômeno da mudança diacrônica e na idéia lançada por Lightfoot (1991, 1992) *apud* Cyrino (op. cit.) de que a estrutura que leva à reanálise deve ocorrer em construções ‘robustas’ é que se propõe a observação do fenômeno do Objeto Direto Anafórico sob a perspectiva da aquisição da linguagem. O ponto de partida para essa pesquisa será a mudança gramatical ocorrida com os clíticos acusativos de terceira pessoa do PB – que levou à ocorrência do objeto direto anafórico nulo, quadro descrito por Cyrino – e as conseqüências que essa mudança trouxe para o cenário da aquisição da linguagem em PB.

Sob a perspectiva diacrônica, os clíticos passaram por diversas mudanças. Basicamente as mais relevantes foram a mudança na sua posição – ocasionada por uma perda de movimento tanto dos verbos quanto dos clíticos – e a brusca queda do seu uso.

Quanto à mudança na posição dos clíticos – levando-se em conta os estudos de Pagotto (1996) e Cyrino (1994, 1996, 1997) – podemos afirmar que o estatuto dos clíticos em PB atual é diferente do Português Clássico (PC) e é, especialmente, diferente do estatuto em PE, do qual se originou. Pagotto (op. cit.: 186) afirma, baseado em estudos já realizados, que “a posição ocupada pelos clíticos no nível superficial da sentença constitui uma das mais radicais diferenças entre o PB e o PE.” A próclise ao segundo verbo do grupo verbal, estrutura já enraizada no PB atual, é agramatical em PE e constituiu uma grande inovação do PB. Além disso, os clíticos são muito mais usados em PE que em PB.

Uma primeira questão a se considerar é que tanto o PC quanto o PB atual apresentam próclise. Se partirmos da idéia de que ocorreu uma mudança na posição dos clíticos em PB, temos que explicar qual seria, então, a razão para ambos os estágios (PC e PB) apresentarem a

próclise. Sem dúvida, há vários fatos em que se observa a diferença entre a próclise do PC e a próclise do PB atual e isto se explica pela perda do movimento pela qual passaram tanto os verbos quanto os clíticos em PB.

Até o século XVIII, o pronome clítico, tanto em sentenças com um verbo quanto em sentenças com locuções verbais poderia subir até uma posição acima da negação. Segundo Pagotto (op. cit.: 194), “do século XVI ao século XVIII havia uma tendência muito forte para a anteposição do clítico à negação. Isto mostra que o clítico, no português clássico, se movia independentemente para posições mais altas da sentença”, fenômeno chamado de *clitic climbing*. Podemos observar esse fenômeno no exemplo abaixo, extraído de Pagotto (op. cit.: 188)

(1) “...afim deque entrando povo, quesem estabelicimento o não quer fazer...”
(*Documentos históricos do Espírito Santo*, 1ª metade do século XVIII)

Isso deixa de ser uma possibilidade já a partir do século XIX. “A idéia central é que o português veio sofrendo um processo de perda do movimento do clítico, desde o período medieval” (Pagotto, op. cit.: 194). Assim, no século XX, o clítico, numa locução verbal, apresenta-se sempre proclítico ao verbo principal (mais baixo), que não carrega a concordância, mesmo quando há a presença de partículas atrativas. Além disso, a próclise aos verbos simples também passa a ser categórica. Isso terá sérias implicações para a realização dos clíticos, em especial o clítico acusativo de terceira pessoa, como veremos mais adiante.

Já a ênclise é progressivamente abandonada em PB. De acordo com Cyrino (1996), no século XVIII a ênclise ocorria em 100% dos casos quando a estrutura apresentava imperativo afirmativo, sentenças com infinitivo impessoal e sentenças com gerúndio. Ela ocorria quando o verbo realizava um movimento suplementar, ou seja, depois que o verbo e o clítico se moviam, o verbo realizava mais um movimento, que o colocaria numa posição inacessível ao clítico. Já no século XX, ela ficou restrita a casos em que há os pronomes *a* e *o* com o infinitivo, em contexto de escrita. Em todos os outros casos há próclise, mesmo naqueles considerados impossíveis para o PE. Assim, o que podemos notar é uma generalização de ocorrência da próclise em PB.

Nos exemplos, extraídos de Cyrino (1996: 170), podemos observar que a sentença (4) é impossível em PB atual.

- (2) João me deu um livro.
- (3) João vai me dar um livro
- (4) * João me vai dar um livro.

Isso se dá pelo fato de o pronome não estar mais livre para subir, tendo se fixado à esquerda do verbo principal. O exemplo (2) nos mostra que isso também é verdadeiro para os verbos simples. O que ocorreu é que, diferentemente do PC, em que havia movimento tanto do clítico quanto do verbo – o que ocasionava a próclise –, o PB perdeu o movimento do verbo e do clítico. Assim, a próclise em PB é fruto dessa perda de movimento.

Cyrino (op. cit.) propõe uma explicação para essa mudança, especialmente com locuções verbais. Ela sugere que, para a mudança ter ocorrido, houve uma reanálise para a posição dos clíticos neste caso. A criança teria interpretado a ênclise ao verbo auxiliar como sendo próclise ao verbo principal e isso, juntamente com as demais reanálises, teria acarretado a mudança da posição do clítico. Deste modo, ouvindo uma sentença como:

- (5) João vai-me dar um livro

a criança teria atribuído a ela uma análise como:

- (6) João vai me-dar um livro

Sentenças como (6) acima teriam começado a aparecer, segundo Cyrino, já na primeira metade do século XVIII. Para a autora, “há fortes indícios de que a mudança na posição dos clíticos, especialmente a perda da ênclise no PB, esteja ligada ao fenômeno do objeto nulo” (Cyrino, op. cit.:173). Porém, em trabalho posterior (Cyrino, 2003), ela mostra que não pode haver uma relação de dependência entre queda dos clíticos (segundo as hipóteses, provocada pela mudança na direção de cliticização fonológica) e ocorrência do ON, já que nem todos os clíticos acusativos desapareceram do sistema pronominal. Assim, o que estaria determinando a queda do clítico acusativo de terceira pessoa e a ocorrência do objeto nulo seria a atuação do princípio “Evite Pronome” que, segundo Cyrino, seria algo como: pronuncia-se apenas o que é necessário.

A questão é que, se esse princípio estivesse mesmo agindo, seria de se esperar que os pronomes lexicais – retomando os antecedentes [+animados] – também não ocorressem, o que

não é verdadeiro para os dados. De qualquer maneira, o que não se pode negar é que o ON e o pronome lexical estão desempenhando o papel que os clíticos acusativos de terceira pessoa realizavam até seu desaparecimento.

Isso nos foi indicado por Cyrino (1994,1997), que observou a ocorrência dos clíticos acusativos, durante um período de 4 séculos, em comédias e peças de teatro do século XVI até o século XX. Ela discute o fato de que em lingüística histórica não podemos usar os julgamentos de gramaticalidade dos falantes de uma língua em determinada época.

Porém, podemos assumir que o passado é igual ao presente e que princípios da gramática universal são únicos para as diversas etapas da língua. Se, por exemplo, uma determinada estrutura não ocorre em um corpus significativo, ela então seria agramatical naquele corpus. Desta forma, **os textos antigos podem ser considerados como a explicitação da evidência positiva a que a criança teria acesso em diversas épocas.** (Cyrino, 1997: 230 – grifo nosso)

A partir desses dados históricos, a autora observou a evolução da evidência positiva através do tempo. Seus dados mostram que as posições nulas crescem significativamente, como vemos na tabela abaixo:

| Século | Nulas | | Preenchidas | | Total | |
|--------|-------|------|-------------|------|-------|-----|
| | n. | % | n. | % | n. | % |
| XVI | 31 | 10,7 | 259 | 89,3 | 290 | 100 |
| XVII | 37 | 12,6 | 256 | 87,4 | 293 | 100 |
| XVIII | 53 | 18,5 | 234 | 81,5 | 287 | 100 |
| XIX | 122 | 45 | 149 | 55 | 271 | 100 |
| XX | 193 | 79,1 | 51 | 20,9 | 244 | 100 |

Tabela 1 (Cyrino (1997: 246)): Distribuição de posições nulas vs. posições preenchidas

Esses dados nos mostram que o objeto nulo sempre foi possível na língua, mas sofre um crescimento bastante grande, especialmente no século XIX. Enquanto os nulos progridem com o passar do tempo, a freqüência de preenchimento da posição de objeto direto anafórico cai significativamente, conforme tabela abaixo:

| | |
|-----------------------------|-------|
| I. 1ª metade do séc. XVIII | 89,2% |
| II. 2ª metade do séc. XVIII | 96,2% |
| III. 1ª metade do séc. XIX | 83,7% |
| IV. 2ª metade do séc. XIX | 60,2% |
| V. corpus sincrônico (1982) | 18,0% |

Tabela 2 (Cyrino, 1996: 173 extraído de Tarallo, 1983: 166-193): frequência de retenção de objeto direto anafórico em cinco momentos históricos.

A tabela deixa clara a queda na retenção clítica do objeto direto anafórico, que começa a atuar da segunda metade do século XVIII em diante. Além disso, Cyrino (1994, 1997, 1996) mostra que o primeiro clítico a ser atingido pela queda foi o clítico neutro *o* em retomada proposicional, como no exemplo (7), retirado de Cyrino (1997: 199):

(7) ‘E qual delas é a que casa?’

‘Ainda se não sabe []’ (Antonio José, Guerras do Alecrim e da Manjerona, p.172) (século XVIII)

‘Ainda não se sabe [qual delas é a que casa]’

Paulatinamente, os clíticos acusativos de terceira pessoa (não-neutros), com traço semântico [-animado], também foram sendo atingidos pela queda, ocorrendo, também, em seu lugar, um objeto nulo, como em (8) – de Cyrino (1997: 239):

(8) Uma agência me indicou **um sobrado na Praia Ferosa**, por cima de um açougue, mas o dono não quis alugá [] ... (Arthur Azevedo, O Tribofe, p. 79) (século XIX)

Na tabela abaixo temos a evolução das posições nulas de acordo com o tipo de antecedente:

| Século | DP [+específico] | DP [-específico] | Proposicional |
|--------------|---------------------|--------------------|----------------------|
| XVI | 2,9% (4/139) | 8,8% (3/34) | 20% (18/90) |
| XVII | 4% (4/100) | 17,8% (16/90) | 17,9% (10/56) |
| XVIII | 7,5% (9/120) | 6,1% (2/33) | 46,3% (37/80) |
| XIX | 31,4% (38/121) | 4,2% (1/24) | 83,9% (73/87) |
| XX | 67,4 % (64/95) | 86,1% (31/36) | 90% (90/100) |

Tabela 3 (adaptada de Cyrino (1997: 246)): ocorrências de posições nulas (vs. preenchidas) de acordo com o tipo de antecedente, através do tempo.

Como podemos ver, os nulos proposicionais ocorrem desde o século XVI, mas apresentam um importante crescimento a partir do século XVIII – confirmando o fato de que foram esses clíticos acusativos os primeiros a serem realmente atingidos pela queda. Ainda nessa tabela, vemos que o traço [-específico] leva um DP a ser retomado de forma nula apenas no século XX, enquanto que o nulo com antecedentes [+específico] já significa 31,4% dos dados no século XIX.

Quando o traço de animacidade é cruzado com o traço de especificidade, os nulos são ainda mais visíveis. O traço [-animado] faz com que o número de nulos, especialmente quando o antecedente é [+específico], suba ainda mais no século XIX, atingindo uma porcentagem de 49%:

| Século | DP [+a, +e] | DP [-a, +e] | DP [+a, -e] | DP [-a, -e] |
|--------|-------------|--------------------|-------------|-------------|
| XVI | 1% (1/78) | 5% (3/61) | 3% (1/8) | 8% (2/26) |
| XVII | 7% (2/31) | 3% (2/69) | 4% (1/24) | 23% (15/61) |
| XVIII | 5% (1/21) | 8% (8/99) | 0 | 6% (2/32) |
| XIX | 2% (1/46) | 49% (37/75) | 0 | 8% (1/12) |
| XX | 0 | 87% (64/74) | 57% (4/7) | 93% (27/29) |

Tabela 4 (adaptada de Cyrino (1997: 247/248)): objetos nulos de acordo com o traço semântico do antecedente (numerador: objeto nulo; denominador: objeto nulo + objeto preenchido)

É interessante notar que os dados de antecedentes [+a, -e], em números absolutos, são bem pequenos em todos os séculos. A tabela ainda mostra que quando o traço [-animado] se une ao traço de especificidade, o número de objetos nulos aumenta já no século XIX (especialmente com antecedentes [-animado, +específico]); já os antecedentes [-a, -e] aumentam com

destaque apenas no século XX. Isso mostra a interação dos traços [-animado] e [+específico], privilegiando a retomada pelo objeto nulo.

Uma análise geral dos resultados nos mostra que, no século XVI, tinha-se a opção de usar ou não o clítico neutro (com antecedentes proposicionais), mas a preferência era pelo clítico. Lopes & Cyrino (2005: 6/7) afirmam que:

if this is just an option in the grammar, one would expect no changes through time, which is the picture for EP (see Cyrino, 1992). Nevertheless, in BP a shift in use occurred and in the XXth century the situation was reversed, with the preference for the ellipsis (9% of clitics in the data). As a result of the shift the positive evidence for the child changed through time.

Como forma de observar de maneira mais ampla o que ocorreu com os clíticos no decorrer de 4 séculos, analisemos os dados da tabela abaixo:

| Período | Clítico 1ª p. | Clítico 2ª p. | Clítico 3ª p. | Clítico-o proposicional | Lexical 1ª p. | Lexical 2ª p. | Lexical 3ª p. |
|----------|------------------|------------------|------------------|----------------------------|------------------|------------------|------------------|
| 1ª XVI | 29.0 | 29.4 | 34.8 | 6.8 | - | - | - |
| 2ª XVI | 30.6 | 12.6 | 43.3 | 13.5 | - | - | - |
| XVII | 20.3 | 16.4 | 52.3 | 11.0 | - | - | - |
| 1ª XVIII | 36.5 | 19.3 | 27.8 | 6.4 | - | - | - |
| 2ª XVIII | 40.1 | 15.8 | 27.0 | 7.1 | - | - | - |
| 1838-44 | 32.5 | 10.7 | 51.2 | 5.1 | - | - | 0.5 |
| 1857 | 23.3 | 11.4 | 57.9 | 2.8 | 0.6* | - | 4.0 |
| 1891 | 15.9 | 12.1 | 48.1 | 2.8 | - | - | 11.1 |
| 1940 | 49.1 | 22.4 | 26.7 | - | 0.9* | - | 0.9 |
| 1960 | 51.1 | - | 16.3 | - | 2.2** | 11.9 | 18.5 |
| 1973 | 28.0 | 24.0 | 4.0 | - | - | - | 44.0 |

Tabela 5 (Cyrino, 1996: 175): Tipo de preenchimento através do tempo (% sobre total de preenchimento). * uma ocorrência; ** clítico plural.

Além de indicar a queda do preenchimento pelo clítico acusativo de terceira pessoa, a autora mostra que os clíticos de 1ª e 2ª pessoas ainda ocorrem no PB, mesmo que em uma proporção reduzida (como indica Cyrino (2003), analisando dialetos em que a forma “você” é predominante, como veremos no capítulo5). Observaremos como esses clíticos estão se manifestando na gramática das três crianças analisadas nesta pesquisa, a fim de que possamos

comparar os dados infantis com os dados adultos presentes nesta tabela. Um outro fator interessante é o crescimento das ocorrências do pronome lexical de 3ª pessoa à medida que os clíticos acusativos de terceira pessoa vão deixando de existir; esses pronomes chegam ao atingir 44% nos dados de 1973.

Tanto Cyrino, quanto Pagotto (1996) e Nunes (1996) concordam com o fato de que as reanálises que levaram ao objeto nulo em PB estariam relacionadas às reanálises diacrônicas que levaram à mudança no sistema de clíticos. Pagotto (op. cit.: 201) afirma que “se admitirmos que as mudanças nas regras da gramática fizeram com que aos clíticos restasse uma posição estranha à sua natureza, podemos supor que ou eles deixam de existir no sistema, ou se adaptam ao novo *habitat*”.

Para Nunes (op. cit.: 216-217), pode-se tomar a expansão dos contextos de uso do objeto nulo “como subproduto do desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa, ou, em outras palavras, subproduto da inexistência de aquisição [deste clítico] por crianças que internalizaram um sistema com cliticização fonológica da esquerda para a direita”, direção diferente da realizada em PE – com direção de cliticização da direita para a esquerda – e que resultou na mudança da posição dos clíticos em PB.

Para entender melhor esse fato, reportamo-nos ao PE. Os clíticos, nessa variedade, são predominantemente enclíticos fonologicamente. A direção de cliticização fonológica do PE, da direita para a esquerda, faz com que sentenças iniciadas por clíticos sejam agramaticais, como o exemplo (9) abaixo:

(9) * *Me diga uma coisa.*

Segundo Nunes, o fato de o PE possuir essa direção de cliticização fonológica possibilita várias maneiras para o licenciamento do *onset* da sílaba do clítico. Quando a sílaba em que o clítico se apóia é um verbo, existem dois processos específicos que são ativados: a assimilação das terminações em /s/ e /r/ aos traços do *onset* da sílaba do clítico, como em (10) e a multiassociação do traço [+nasal] quando o clítico segue uma forma verbal terminada em ditongo nasal, conforme o exemplo (11):

(10)¹⁷ a. ver + o – < vê-lo
b. fizemos + o – < fizemo-lo

¹⁷ Exemplos retirados de Nunes (1996: 209)

(11) compraram + o – < compraram-no ([kõprarãwno])

O autor indica que, no que diz respeito à aquisição, dados simples como *vê-lo*, *fizemo-lo* e *compraram-no*, por exemplo, “levam a criança a postular um *onset* subespecificado para a sílaba dos clíticos acusativos de terceira pessoa, uma vez que a aplicação das duas regras mencionadas acima [assimilação e multiassociação] se restringe a esses clíticos” (Nunes, *op. cit.*: 210). Desse modo, ele mostra como o PE, tendo uma direção de cliticização da direita para a esquerda, pode licenciar os clíticos acusativos de terceira pessoa.

Para mostrar a diferença entre a direção de cliticização fonológica do PB e do PE, o autor cita o fato de que o PB permite sentenças iniciadas por clíticos, como (12) abaixo, enquanto o PE não as permite.

(12) Me diga uma coisa.

Tendo em vista que as crianças, adquirindo o PB no início do século XX, adquiriram uma direção de cliticização fonológica da esquerda para a direita (diferentemente do PE), elas teriam três opções em relação aos clíticos: reanalisar os clíticos como sílabas sem *onset*; reformular o sistema fonológico introduzindo novas maneiras de licenciar o *onset* da sílaba dos clíticos ou ainda adquirir uma gramática sem clíticos acusativos de terceira pessoa (fato confirmado no PB).

Esta mudança na direção de cliticização fonológica é concomitante ao surgimento tanto da nova construção com objeto nulo quanto da construção com pronome lexical na posição de objeto. A conclusão de Nunes é que “para uma geração que adquiriu um valor diferente para a direção de cliticização fonológica, tornou-se impossível adquirir também os clíticos acusativos de terceira pessoa, uma vez que o *onset* de suas sílabas não pode mais ser licenciado” (Nunes, *op.cit.*: 210).

Com a impossibilidade de usar o clítico, o falante foi obrigado a fazer uma outra opção, sem que se alterasse a gramática. Essa opção esteve concentrada, inicialmente, na realização da elipse sentencial, ou seja, a substituição do *o* proposicional por uma elipse, como podemos observar nos exemplos abaixo, retirados de Cyrino (1997: 276). Então, a retomada de um antecedente, como (13a), feita pelo clítico, passou, gradativamente, a ser realizada como (13b), na qual o ON sentencial toma o lugar do clítico:

(13) a. “Que é isso sobrinho?”

“Eu não o sei em minha consciência” (Antonio José. *Guerras de Alecrim e Manjerona*, p. 236)

b. “Pois como há aqui outro, fora D. Fuás?”

“Eu não sei __, em minha consciência, que é má” (Antonio José. *Guerras de Alecrim e Manjerona*, p. 220)

(Eu não sei [como há aqui outro, fora D. Fuás], em minha consciência que é má)

Segundo Cyrino (1997: 275):

A criança do século XVIII (...) já não teria a evidência positiva robusta do uso do clítico cujo antecedente era sentencial, isto é, do clítico neutro. Somando-se a isso o fato de que reconstrução com antecedente [+específico/referencial] era também possível (elipse sentencial, verbos proposicionais), a mudança diacrônica ocorreu. Já não sendo possível licenciar o *onset* da sílaba do clítico acusativo de terceira pessoa, mas havendo a possibilidade de objeto nulo em vários casos, há a emergência de um novo tipo de objeto nulo: o objeto nulo (reconstrução em FL, elipse em FF) cujo antecedente é específico [-animado], ou seja, o objeto nulo que corresponderia ao clítico mais ‘próximo’ do clítico neutro.

M. C. Figueiredo Silva nos chamou a atenção para a seguinte questão: se a fonologia não deixa existir um certo elemento, como ele ainda aparecia? Realmente é uma questão interessante e que deve ser levada em consideração, dado o fato apontado por Cyrino no trecho destacado acima. Podemos dizer que a explicação acima de Nunes (1996), que se pauta na mudança de direção de cliticização fonológica do PB, pode nos dar uma pista em relação à explicação fonológica para isso, mas ainda não é capaz de responder de forma completa a essa questão.

De um ponto de vista sintático-semântico, a idéia de que primeiro a queda atingiu um clítico em especial, o proposicional, enquanto os demais clíticos ainda se mantiveram por algum tempo, faz sentido pelo fato de ele ter menor valor referencial e sintaticamente ter como antecedente um elemento sentencial, enquanto que o clítico, retomando um DP tem a função de retomar tanto antecedentes animados quanto inanimados, além de cobrir questões de especificidade desse DP. No entanto, tanto no caso do clítico proposicional quanto do clítico que tinha como antecedente um elemento nominal (DP), não sabemos dizer por que motivo a fonologia permite que um ocorra, enquanto o outro estava sendo extinto do sistema.

Voltando à mudança diacrônica ocorrida na posição de objeto direto anafórico, Cyrino mostrou – seguindo as idéias de Roberts (1993) – que ela ocorreu da seguinte forma: os “passos” são representados pela mudança na direção de cliticização fonológica, que impediu a

realização do clítico. Isso, segundo Cyrino, teria ocorrido entre os séculos XVII – XVIII. Do século XVIII ao século XIX a criança ouve, além de sentenças com o clítico proposicional, ocorrências de uma elipse sentencial. Pensando nos argumentos de Meisel, discutidos na seção 1.5, de que estruturas ambíguas podem levar a uma marcação “errada” do parâmetro, podemos entender um dos motivos pelos quais a mudança teria ocorrido, nesse caso¹⁸. A reanálise diacrônica foi a criança ter estendido a todos os objetos, cujo antecedente – mesmo os não sentenciais – era [-animado], a possibilidade da elipse nominal, como se dava com a elipse sentencial, e isso ocorreu no século XIX. Provém daí a possibilidade, em PB, de realização do objeto nulo em qualquer contexto, inclusive em ilhas, o que parece não ser possível em PE. Além disso, por volta do século XIX, como vemos na tabela 5 acima, o pronome lexical também aparece como possibilidade para a substituição do clítico, quando os antecedentes são [+animado].

Desta forma, a extensão do objeto nulo para outros contextos, que não aqueles que apresentavam antecedente sentencial, foi evidência robusta para as crianças da elipse sentencial em Forma Fonética, cujo antecedente possuía o traço [-animado]. A mudança paramétrica estaria realizada no século XX, quando tanto o clítico neutro *o* proposicional, quanto o clítico *o* com antecedentes [-animado] estão descartados do sistema pronominal, o que, segundo Cyrino, acaba por alterar o paradigma dos pronomes acusativos do PB¹⁹.

2.2.2 Clíticos: resistência ou queda?

Nessa seção, discutiremos questões relacionadas ao preenchimento da posição de objeto direto por outros clíticos acusativos, que não os de terceira pessoa. Nosso intuito é buscar indícios sobre a ocorrência dos demais clíticos, que nos mostrem se eles estão seguindo o mesmo caminho do clítico acusativo de terceira pessoa ou se ainda se mantêm no sistema pronominal do PB.

Pagotto (1996) nos mostra que uma das características dos clíticos encontrada na literatura é que eles se movem para núcleos funcionais (Agr ou T). Inicialmente ele mostra a

¹⁸ Supondo que exista um parâmetro do objeto nulo que tenha dois valores (como hipoteticamente se encara a noção de parâmetro), preenchido e nulo, e que o PB seria uma língua de objeto preenchido, no momento em que o nulo começa a ocorrer nos dados, a criança passa a ouvir duas estruturas, uma com objeto preenchido e outra com objeto nulo; há, então, ambiguidade nos dados do input, em relação ao possível parâmetro ligado ao preenchimento do objeto. Dessa forma, levando em conta a idéia de Meisel, a marcação “errada” do possível parâmetro fez com que a língua passasse a ser de objeto nulo.

¹⁹ Como Cyrino notou, além de outros autores, como Duarte (1989), Pagotto (1996) etc, os clíticos acusativos, após a mudança, só são adquiridos por meio da escolarização.

diferença estrutural entre a próclise do PC e a próclise do PB (o que já discutimos na seção anterior), conforme vemos nos exemplos (14) e (15), respectivamente:

(14) (TP cl-V-T-AGR (AGRP t t (VP t)))

(15) (TP T (AGRP AGR (VP cl-V)))

Podemos notar que a posição ocupada pelo clítico na estrutura referente ao PB (em (15)) não é um núcleo funcional (o que contradiz a característica dos clíticos mencionada logo acima). Decorre daí o questionamento sobre a natureza dos clíticos no PB atual. Lembremos que os clíticos, em PB, por hipótese perderam a capacidade de se movimentarem, mantendo-se na posição em que foram gerados.

Se esses clíticos perderam a capacidade de se movimentar, permanecendo em sua posição de base, eles já não mais se unem a núcleos funcionais (como ocorria em PC, cf.(14)). Levando em conta que o clítico acusativo de terceira pessoa é aquele que mais apresenta traços de concordância (unindo-se a Agr), e se ele não mais se move para esse núcleo de concordância, podemos ter mais uma explicação sobre seu desaparecimento do paradigma pronominal do PB.²⁰

Alguns clíticos ainda persistem no sistema pronominal, talvez realizando a adaptação ao novo *habitat*, mencionada por Pagotto. No entanto, estes clíticos apresentam, segundo ele, neutralidade em relação à concordância, tais como *lhe*, *me te*, *se*. Porém, restam algumas questões relacionadas a eles que ainda precisam ser resolvidas, tais como: os clíticos que ainda sobrevivem teriam vida longa? Qual é o estatuto categorial destes clíticos?

Os exemplos abaixo, apanhados da fala de um personagem de novela, mostram um uso ‘estranho’ dos clíticos, que são repetidos na estrutura:

(16) Desde a primeira vez que eu **a** vi **ela** ...

(17) Eu vou devidamente **as** amarra-**las**.

(18) (...) **me** dê-**me** notícias.

²⁰ Os clíticos acusativos de terceira pessoa possuem concordância tanto de gênero quanto de número, diferentemente dos demais clíticos acusativos, como *me*, *te*, *lhe*. Por exemplo, se o referente desse clítico for um sintagma nominal feminino plural, o clítico utilizado será *as*, como no exemplo abaixo. Rizzi, por exemplo, como outros autores, vai dizer que o clítico é a própria realização de concordância:

(1) Eu encontrei as meninas no shopping, mas não **as** vi no cinema.

(19) Eu estou a **lhe** esperar-**lhe**.

Esses exemplos se unem aos de Cyrino (1997:279) e podem corroborar a hipótese lançada por ela.

(20) Então, **te** pego **você** às cinco.

(21) Cê **me** espera **eu** um pouco.

(22) Eu **te** amo **você**.

Os clíticos de primeira e segunda pessoas, embora ainda existentes em PB, são diferentes dos clíticos de primeira e segunda pessoas do PE, por exemplo. Cyrino (op. cit.:279) afirma: “em Cyrino (1990b) constato que esse clítico [clíticos de 1ª e 2ª pessoas], que podia ‘subir’ para uma posição até acima da negação em português clássico, em PB atual se encontra fixo ao verbo mais baixo (em posição proclítica)”. Sua hipótese diz que esses clíticos, se não gerados na base nessa posição, “devem incorporar-se ao V como um afixo”. Isso explicaria porque temos, em PB oral, sentenças como as apresentadas acima de (16) – (22). Partindo dessa discussão, também mostraremos como os clíticos acusativos de 1ª e 2ª pessoas estão ocorrendo (se estão) na aquisição do PB atual.

Já os clíticos de 3ª pessoa foram totalmente ‘expulsos’ do sistema pronominal, visto que não há mais espaço para eles, pois são os que apresentam maior traço de concordância – fator que não é aceitável para a posição que restou a eles no sistema pronominal do PB, como discutido anteriormente.

2.2.3 Dados sincrônicos: Duarte (1989)

Seguindo o percurso que estamos fazendo desde as primeiras quedas do clítico acusativo de 3ª pessoa até seu total desaparecimento do sistema pronominal do PB, chegamos até alguns dados sincrônicos, que nos dão uma idéia de como o fenômeno aqui estudado aparece nos dados atuais.

Duarte (1989), utilizando-se de um *corpus* proveniente de gravações de fala natural, obtidas através de entrevistas com 50 paulistanos nativos, e de dados de televisão (novelas e entrevistas de TV), observou a ocorrência do objeto nulo em dados sincrônicos. A autora computou todas as ocorrências para o objeto direto anafórico e constatou que, das quatro

possibilidades para a realização deste objeto direto, a mais utilizada foi o [SNe] (objeto nulo) (62,6%) e a menos utilizada foi o clítico (4,9%).

| Variante | Ocorrências | % |
|-----------------|-------------|-------|
| Clítico | 97 | 4,9 |
| Pronome lexical | 304 | 15,4 |
| [SNe] | 1235 | 62,6 |
| SNs anafóricos | 338 | 17,1 |
| Total | 1974 | 100,0 |

Tabela 6 (Duarte, op. cit.: 21): distribuição dos dados computados segundo variante usada.

Duarte levou em conta três condicionamentos para o trabalho com os dados – um morfológico, um sintático e um semântico. Este último se mostrou bastante significativo para a escolha do elemento a ser usado. Assim, o traço [+/- animado] do antecedente foi decisivo na escolha do preenchimento ou não do objeto. A tabela abaixo deixa claras as opções:

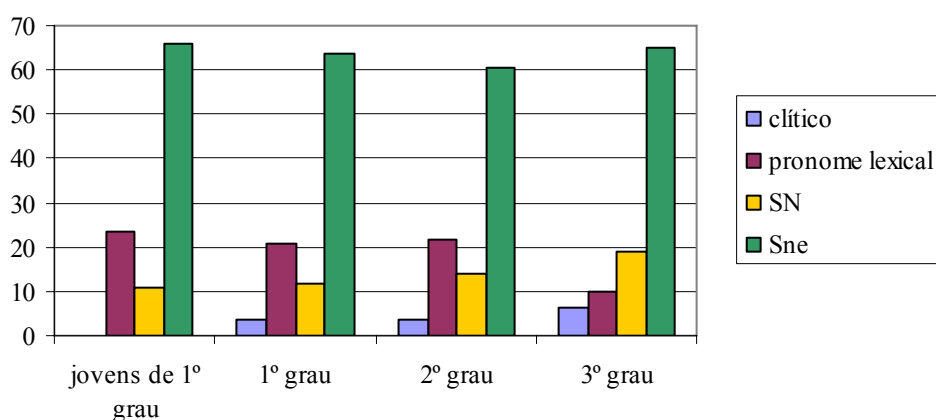
| Traço | Variantes | | | | | | | |
|------------|-----------|-------------|-----------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|
| | Clítico | | Pronome lexical | | SN | | [Sne] | |
| | Quant. | % | Quant. | % | quant. | % | quant. | % |
| [+animado] | 76 | 78,4 | 281 | 92,4 | 99 | 29,3 | 293 | 23,7 |
| [-animado] | 21 | 21,6 | 23 | 7,6 | 239 | 70,7 | 942 | 76,3 |
| Total | 97 | 100,0 | 304 | 100,0 | 338 | 100,0 | 1235 | 100,0 |

Tabela 7 (Duarte, op.cit: 24): distribuição das variantes usadas segundo o traço semântico do objeto.

O que podemos notar, observando a tabela 7, é que os usos do clítico (utilizados ainda em contexto formal) e do pronome lexical são favorecidos quando o antecedente é [+animado], enquanto que o traço semântico [-animado] favorece o uso do nulo ([SNe]) e dos SNs anafóricos.

Para os dados de fala natural adulta, Duarte se valeu de escolaridade e idade para observar as variantes do objeto direto anafórico. No gráfico abaixo ela contabilizou as variantes, levadas em consideração segundo a escolaridade:

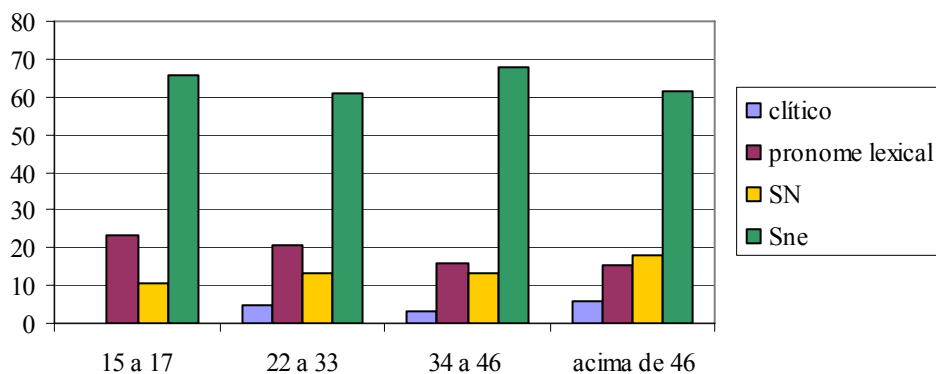
Gráfico 1 (Duarte, 1989: 26): uso das variantes segundo a escolaridade



A avaliação das variantes, de acordo com a escolaridade, nos mostra o predomínio do objeto nulo em todos os graus de escolarização. Quanto aos dados referentes à retomada com o pronome lexical, os dados mostram que eles são mais usados entre os jovens, com uma porcentagem de 23,5%, caindo para 9,8% nos dados de 3º grau. SNs anafóricos crescem à medida que a escolaridade aumenta. Quanto aos clíticos, eles estão totalmente ausentes dos dados dos jovens, além de não estarem tão significativamente marcados em idades posteriores.

Quando a faixa etária foi a medida de avaliação, os dados encontrados foram os que estão no gráfico 2:

Gráfico 2 (Duarte, op. cit.: 27): uso das variantes segundo a faixa etária



Quanto à faixa etária, os dados são praticamente os mesmos referentes à escolaridade. O de SNs anafóricos aumenta com a idade (assim como para a escolaridade) e o uso de pronomes é

mais freqüente entre os jovens. O nulo se mantém desde o início nos mesmos patamares, assim como no gráfico anterior. A única diferença em relação à escolaridade diz respeito aos clíticos, que crescem à medida que o grau de escolaridade aumenta, enquanto que é variável em termos de idade. Partindo desses resultados, Duarte destaca o fato de o objeto nulo estar em uma situação privilegiada em relação às demais variantes; “o favorecimento de [SNe] por todos os grupos mostra o estágio de implementação da variante no sistema lingüístico” (Duarte, *op.cit.*: 27).

Se analisarmos a tabela 8, em que desconsideramos a opção SN anafórico, observamos que os números obtidos se aproximam um pouco mais dos dados infantis, como veremos no capítulo 5:

| Variante | Número | % |
|-----------------|--------|------|
| Nulos | 1235 | 75,5 |
| Pronome lexical | 304 | 18,6 |
| Clítico | 97 | 5,9 |
| Total | 1636 | 100 |

Tabela 8 (Duarte, *op. cit.*: 21, excluído a opção SN anafórico): distribuição dos dados computados segundo variante usada.

A situação de predominância do objeto nulo continua sem mudanças, assim como a porcentagem significativamente menor de ocorrências do pronome lexical. Esse é o padrão que também encontramos nos dados das três crianças analisadas nesta pesquisa, confirmando que a aquisição está correspondendo aos padrões ditados pelo *input*.

2.3 CONCLUINDO O CAPÍTULO

Através de uma passagem pelas mudanças ocorridas com os clíticos, especialmente os acusativos de terceira pessoa, como nos mostrou Cyrino (1994, 1997), Pagotto (1996), Nunes (1996), pudemos observar de que maneira o sistema pronominal do PB mudou, tendo como conseqüência o surgimento da estrutura com objeto nulo e o pronome lexical, substituindo o clítico acusativo na posição de objeto direto anafórico. Numa concepção de mudança lingüística, que se dá por meio da aquisição da linguagem, Cyrino mostrou qual o papel da criança em aquisição para que essa mudança pudesse se estabelecer na língua.

Tendo em vista o fenômeno como parte da gramática do PB, os dados sincrônicos de Duarte (1989) nos mostraram a primazia do objeto nulo sobre as demais possibilidades de preenchimento da posição de objeto direto anafórico. Tal vantagem nas ocorrências de objeto nulo já indica o que a aquisição da linguagem nos mostrará no capítulo 5 – um percentual de mais de 95% de objetos nulos.

No próximo capítulo trataremos das características sintáticas e semânticas que envolvem o objeto nulo, observando como ele ocorre em outras línguas, além do PB, e, sempre que possível, relacionando o fenômeno de forma translingüística.

CAPÍTULO 3

O FENÔMENO EM QUESTÃO: CONSIDERAÇÕES SEMÂNTICAS E SINTÁTICAS

3.1 INTRODUÇÃO²¹

Neste capítulo exploraremos as questões semânticas e sintáticas que estão envolvidas na discussão do objeto nulo do PB e de outras línguas, com as quais estabeleceremos relações.

Em termos semânticos, discutiremos questões relacionadas ao traço semântico do antecedente retomado em posição de objeto direto anafórico, a fim de que possamos deixar claro o que estamos tomando por animacidade e especificidade na discussão de nossa proposta de análise para o objeto nulo na aquisição da linguagem. Além das noções de animacidade e especificidade, trataremos também da noção de definitude, pois é um traço relevante na discussão sobre a marcação de objeto direto (diretamente relaciona em algumas línguas, como veremos. O foco será sobre as noções de especificidade e definitude, procurando mostrar que elas não são diretamente relacionadas. Para essa discussão lançaremos mão do estudo de Enç (1991) e do trabalho de Ihsane & Puskás (2001). Além disso, traremos as contribuições da hipótese semântico-pragmática de Schwenter & Silva (2002/2003) para o objeto nulo do PB, trabalho que mostra que há uma semelhança translingüística entre a marcação de objeto direto animado e inanimado em línguas que não permitem o objeto nulo, como o espanhol, e as opções objeto nulo e pronome lexical na posição de objeto direto anafórico em PB.

Para entendermos como esse fenômeno está se comportando sintaticamente nas gramáticas das línguas que o permitem, como o chinês e o português, por exemplo, dedicamos uma seção que descreve algumas propostas sobre a sintaxe do objeto nulo. Iniciamos com

²¹ As abreviações +/-a, +/-e e +/-gs se referem, respectivamente a +/- animado, +/- específico e +/- gênero semântico.

aquela que é considerada a primeira análise a tratar do assunto, a de Huang (1984). Ele mostrou que em chinês a categoria vazia em posição de objeto é sempre uma variável que pode ser ligada a um tópico, em posição A-barra, ou a um tópico nulo recuperável pelo contexto, não podendo ser nunca A-ligada. Além disso, apresentamos as propostas para o quíchua imbabura, de Cole (1987) e, para o espanhol, de Campos (1986), como também a hipótese para o PE, construída por Raposo (1986), que afirma ser o objeto nulo do PE uma variável, do mesmo modo como em chinês. O trabalho de Raposo & Kato (2001, 2005), que mostram que, diferentemente de Raposo (1986), o ON do PE e também o do PB tem as mesmas características, também serão discutidos, indicando em que pontos as propostas divergem.

Em relação ao objeto nulo do PB, várias são as propostas, desde aquelas que afirmam que o objeto nulo é um elemento pronominal, do tipo *pro*, até aquela afirma que ele é fruto de elipse nominal em PF (do inglês *Phonetic Form*) e reconstrução desse elemento em LF (do inglês *Logic Form*). As propostas apresentadas nessa dissertação têm o objetivo de mostrar a ampla discussão sintática pela qual o objeto nulo já passou, apesar de ainda precisar de algumas definições mais precisas.

Veremos que, dentre as propostas que afirmam ser o objeto nulo do PB um *pro* estão os estudos de Bianchi & Figueiredo Silva (1994)²², Barra Ferreira (2000), Kato & Raposo (2001, 2005), além de Creus & Menuzzi (2005), que fazem uma breve menção a esse estatuto do ON em PB. A idéia de que o objeto nulo do PB é uma elipse nominal em PF e uma reconstrução do antecedente elidido em LF é de Cyrino (1994 e obras posteriores), que mostra o motivo pelo qual o estatuto de *pro* não cabe para o PB, apesar de ser perfeitamente possível em outras línguas.

Como forma de finalizar esse capítulo, realizaremos algumas comparações entre as análises apresentadas, além de uma discussão sobre a natureza do objeto nulo em PB.

O capítulo está organizado da seguinte maneira: na seção 3.2 apresentamos fatores semânticos, como animacidade e especificidade, que envolvem o objeto nulo do PB e a marcação de objeto direto em outras línguas, que não permitem o nulo. Na seção 3.3 apresentaremos todas as propostas relacionadas à sintaxe do objeto nulo. Da seção 3.3.1 a 3.3.4 estão as propostas de Huang, Cole, Campos e Raposo, respectivamente. Na seção 3.3.5 estão as propostas para o PB – Bianchi & Figueiredo Silva, Barra Ferreira, Cyrino e Creus &

²² Na verdade, as autoras afirmam que o objeto nulo [-animado] é um *pro*; ao objeto nulo [+animado] as autoras atribuem o estatuto de variável.

Menuzzi. Na seção 3.3.6 apresentaremos, entre outras coisas, uma discussão sobre a natureza do objeto nulo no PB. A seção 3.4 conclui o capítulo.

3.2 AS QUESTÕES SEMÂNTICAS QUE ENVOLVEM O OBJETO NULO DO PB

A importância em tratar, primeiramente, das questões semânticas que envolvem o preenchimento da posição de objeto direto anafórico é explicada pelo fato de que as noções de animacidade e, especialmente, de especificidade (em oposição à definitude) devem ficar claras, uma vez que são a base da argumentação para a alternância entre pronome lexical e objeto nulo na posição de ODA, estando presentes em todas as análises do PB mencionadas na seção de sintaxe.

3.2.1 Animacidade e especificidade

Primeiramente vamos observar, rapidamente, a questão da animacidade. Animacidade é uma noção semântica que envolve um conjunto de elementos agrupados por apresentarem a característica de serem animados, o que é diferente do traço humano. O conjunto dos elementos que são animados inclui, além dos seres humanos, os demais seres, que assim como a espécie humana, apresentam algum tipo de vida, como gatos, cachorros, insetos, peixes, etc. O entendimento do que signifique animacidade na gramática não é algo complicado, diferentemente da noção de especificidade, que precisa ser definida a fim de que não seja confundida com a noção de definitude.

Segundo Lopes (no prelo), de acordo com a abordagem minimalista, os traços semânticos de animacidade e especificidade do antecedente estão relacionados a pontos distintos na derivação, sendo, no entanto, interpretados em Forma Lógica. O traço de animacidade é intrínseco ao item lexical, já entrando com ele na derivação de uma sentença, ou seja, se tivermos como antecedente o DP *menino* ou o DP *formiga*, mesmo não sabendo, a priori, se são específicos e/ou definidos, saberemos que são antecedentes com traço semântico [+animado]. Por outro lado, o traço de especificidade é derivado sintaticamente, já que, dependendo da estrutura sintática, o antecedente será específico ou não. Como veremos em

seguida, um antecedente será específico ou não a depender do contexto que envolve esse elemento (contexto sintático, além do semântico-pragmático).

O primeiro fato para o qual devemos atentar é que definitude não deve ser confundida com especificidade; ambas são características atribuídas a DPs, mas que se diferenciam. Ihsane & Puskás (2001: 40) – daqui em diante I&P – afirmam que definitude “selects one object in the class of possible objects”, enquanto que especificidade “relates to pre-established elements in the discourse”, sendo assim, elas não são noções equivalentes. A definitude de um DP é facilmente identificada no seu núcleo – um DP é definido se apresentar como núcleo um elemento definido (*o(s)*, *a(s)*, *aquele (a)(s)*, *este (a)(s)*), enquanto será indefinido se for preenchido por indefinido (*um (a)(s)*, *algum (s) (a)*). Assim, em (1) temos um DP definido, enquanto em (2) o DP é indefinido:

(1) **O** carro, **aquele** carro, **esta** casa.

(2) **Alguns** carros, **uma** casa, **uns** meninos.

Para decidirmos se esses DPs, citados nos exemplos, são específicos ou não, temos que observá-los ocorrendo num contexto. Enç (1991) afirma que todos os DPs definidos são específicos, enquanto que indefinidos podem ser específicos ou não. Segundo ela especificidade e definitude são fenômenos claramente relacionados;

both definites and specifics require that their discourse referents be linked to previously established discourse referents, and both indefinites and nonspecifics require that their discourse referents not be linked to previously established discourse referents. What distinguishes these notions is the nature of the linking (Enç, *op.cit.*: 9)

A ligação relevante para NPs definidos é *identidade*. A autora refere-se ao antecedente de um NP definido como um antecedente *forte*. Já a ligação relevante para NPs específicos é *inclusão*. Especificidade envolve uma relação mais solta, mais fraca em relação a um referente já estabelecido que definitude. O antecedente de um NP específico é um antecedente *fraco*. O autor ainda afirma que:

We must conclude that specificity is a phenomenon distinct from the definiteness and that the definiteness of the NP can be determined from the determiner in languages like English, whereas specificity cannot be so determined. (...) We must assume that specificity of NPs is determined by an independent mechanism (...) and that it is partially constrained by the lexicon, by the definiteness of the NP, and by the principle that requires quantifiers to be specific. (Enç, *op.cit.*:16)

Em oposição a Enç, I&P (2001) afirmam que não há correlação necessária entre esses dois conceitos, já que na sentença (3) em francês, o DP *le train* pode ser tanto específico quanto não-específico, a depender do contexto em que a sentença é empregada:

- (3) J' ai pris le train.
'Eu peguei o trem'

Sendo assim, a afirmação de Enç de que todo DP definido é específico é refutada pelas autoras. O DP *le train* pode ser não-específico se seu referente não é pré-estabelecido no discurso, ou seja, quando alguém está se referindo a um trem qualquer e não a um em particular.

Em português, por exemplo, se dissermos: *Eu peguei o ônibus e vim pra casa mais cedo*, isso não significa exatamente que eu peguei um ônibus específico, mas pode significar que eu peguei qualquer um dos vários que passam na rua, ou seja, a afirmação de que um DP definido é sempre específico não é verdadeira.

Por outro lado, um DP indefinido pode ter leitura específica, como em (4):

- (4) Un étudiant est venu voir la professeur.
'Um estudante veio ver o professor'

No exemplo acima, se *un étudiant* tiver um referente preestabelecido no discurso, ele tem leitura específica. As autoras, então, apresentam a definição de cada uma dessas noções semânticas, como vemos em (5) e (6) abaixo:

- (5) Definitude: seleciona um objeto na classe de objetos possíveis
(6) Especificidade: relaciona-se a elementos pré-estabelecidos no discurso.

Em relação à especificidade, enquanto o exemplo em (3) é ambíguo em francês, em húngaro, um DP definido tem sua especificidade identificada de acordo com sua posição na sentença. Em (7), na posição pós-verbal, o DP *a vonatrol* (o trem) pode ser tanto específico quanto não específico:

- (7) Anna lemaradt **a vonatrol**.
'Ana perdeu o trem'

Já na posição de tópico sentencial (pré - verbalmente) ele só pode ser interpretado como específico:

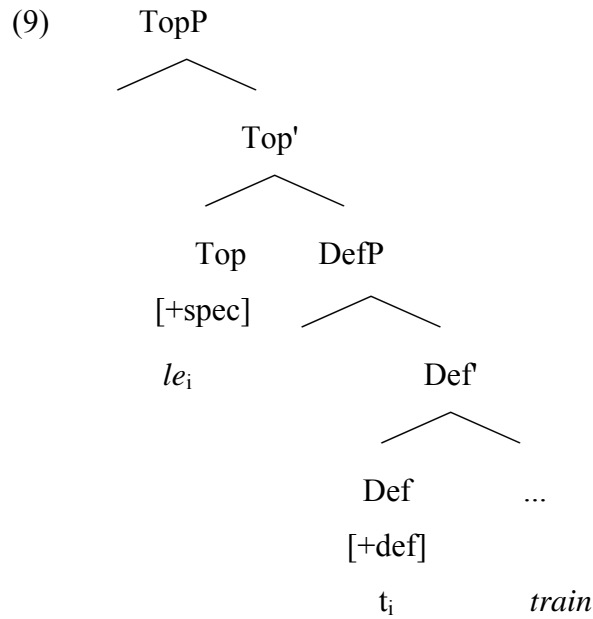
- (8) **A vonatrol** lemaradt Anna.
O trem, a Ana perdeu Ana.
'Ana perdeu o trem.' [+específico]

I&P (*op.cit.*: 41) afirmam: “as topic is generally associated with ‘givenness’, ‘old information’ (...) the restriction to specific DPs is not surprising”.

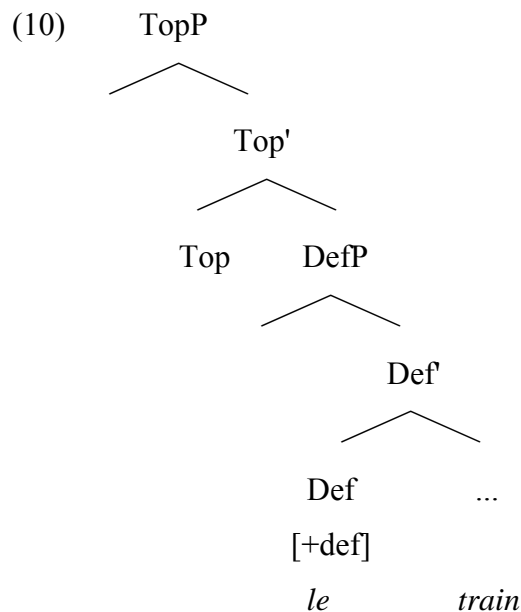
Os exemplos do francês e do húngaro mostram que um DP definido não é necessariamente específico e que as duas propriedades são independentes. Esse fato levou as autoras a fazer uma distinção estrutural entre a projeção funcional em que especificidade é checada e outra em que definitude é checada. A projeção que hospeda o traço de definitude é mais baixa que a que indica o traço de especificidade. A hipótese de I&P (*op. cit*) é que especificidade e definitude são traços que devem ser checados em alguma projeção funcional na periferia esquerda do DP. O traço de definitude é checado em DefP (Definitive Phrase); o núcleo de DefP é caracterizado pelo traço [+/- definido], sendo que o traço [+definido] é realizado por um artigo definido e [-definido] por um artigo indefinido. Como especificidade é diferente de definitude, ela é codificada em uma projeção funcional diferente denominada TopP²³, que fica acima de DefP.

A checagem do traço de especificidade em TopP requer que haja movimento. Então para que na sentença (4) o DP *le train* seja interpretado como específico, o artigo *le* deve subir para Top, como em (9):

²³ De forma geral, DefP corresponde ao IP de uma sentença finita, enquanto que TopP (nominal) funciona da mesma forma que um tópico, na periferia esquerda de uma sentença.



Segundo as autoras, esse movimento pode ser aberto ou encoberto; no caso do francês, ele é encoberto, ocorrendo apenas em LF, já em húngaro ele é aberto; não esquecendo que estamos falando de movimento dentro do DP. Por outro lado, para que o DP da sentença (4) seja interpretado como não-específico, o artigo não deve se mover para Top, como em (10):



Diante dos fatos, a proposta de I&P (2001) parece ser a que mais claramente explica as noções de especificidade e definitude. O objetivo principal dessa seção, no entanto, não foi avaliar as propostas mostradas, mas sim apresentar o que estaremos tomando como especificidade e definitude, bem como animacidade, nas discussões que seguem.

3.2.3 Schwenter & Silva: uma perspectiva semântico-pragmática de análise do objeto nulo

Os trabalhos de Shwenter & Silva (2002/2003) – daqui em diante S&S – analisaram o objeto nulo de um ponto de vista semântico-pragmático. Em S&S (2002) discutiram questões translingüísticas sobre o objeto nulo, sempre buscando comparações com o PB; em S&S (2003) apresentaram resultados quantitativos, que confirmam os dados qualitativos discutidos em S&S (2002).

Eles afirmam que a análise sintática referente ao objeto nulo em PB tem sido bastante debatida, no entanto, não se tem feito quase nenhuma discussão sobre as restrições semântico-pragmáticas que guiam esse nulo em PB. Sendo assim, o objetivo principal dos autores é exatamente examinar essas restrições com mais detalhes, além de tentar situar o objeto nulo do PB em uma perspectiva translingüística mais ampla, relacionada ao que foi chamado pelos autores de *differential object marking*.

Shwenter & Silva (2002)^{24, 25} primeiramente destacam o fato de os clíticos acusativos de 1ª e 2ª pessoas serem obrigatoriamente interpretados como se referindo a antecedentes humanos e específicos, fato que faz com que a sua omissão torne a sentença agramatical, diferentemente do clítico acusativo de 3ª pessoa, que, como vimos no capítulo anterior, é agora realizado ou pelo nulo ou pelo pronome lexical.

Para o objeto nulo e o pronome lexical os traços que importam são, ao invés de [+/-humano], animacidade, além de especificidade e definitude (esta última não sendo importante para a marcação de objeto direto anafórico no PB, mas o é em outras línguas, como veremos adiante). Conforme já destacamos, enquanto animacidade é uma característica semântica inerente a um referente, especificidade e definitude são características pragmáticas, que são estabelecidas em um contexto específico.

Segundo os autores, e como veremos na discussão referente à sintaxe do objeto nulo em PB, os dados mostram que objetos nulos, referentes a antecedentes [-animados], são explicados por uma restrição dos pronomes lexicais a referentes animados, sendo que o traço [-animado] favorece a ocorrência do ON. O objeto direto com os traços [+a, +e] não pode ser nulo, deve ser realizado como um pronome, no caso *ele*. Já antecedentes que sejam [-a] e/ou [-e] podem ser retomados pelo objeto nulo. Dessa forma, eles concluem que é uma conjunção

²⁴ Os autores afirmam não ter encontrado diferenças dialetais entre as regiões brasileiras com relação à alternância objeto nulo vs. objeto realizado, embora reconheçam que um estudo mais detalhado sobre esse aspecto precisa ser feito.

²⁵ Objetos nulos proposicionais não foram incluídos na análise feita pelos autores.

de animacidade e especificidade que governa a ocorrência do objeto nulo e do pronome em PB.

Numa comparação com outras línguas, levando em conta a teoria da *differential object marking*, os autores mostram que em espanhol, por exemplo, existe uma marca morfológica que define o objeto direto (acusativo). Eles afirmam que, segundo Haspelmath (2001), há algumas condições às quais a marcação de objeto está sujeita; uma dessas condições é a que temos em espanhol: “(...) in Spanish for direct objects: the high degree of individuation of the object or its high position on the animacy/definiteness hierarchy strongly favors overt accusative case marking” (S&S, 2002: 10). Objetos diretos, que em espanhol não são marcados pela marca morfológica de acusativo *a*, ainda que não sejam inteiramente nulos, como em PB, formam uma classe semântico-pragmática com aqueles objetos que geralmente são nulos em PB, conforme exemplos (11) e (12) abaixo.

- (11) Ayer vi \emptyset /**a* tu libro.
‘Ontem eu vi seu livro’
[-**anim**, +**spec**]
- (12) Quiero entrevistar \emptyset /*?*a* una persona que sepa catalán.
‘Eu quero entrevistar uma pessoa que saiba Catalão’
[+**anim**, -**spec**]

Já a marca morfológica de acusativo *a* é licenciada pela interação entre os traços de animacidade e especificidade, como vemos nos exemplos (13) e (14):

- (13) Ayer vi ** \emptyset /a* tu hermana.
‘Ontem eu vi sua irmã’
[+**anim**, +**spec**]
- (14) Quiero entrevistar ** \emptyset /a* una persona que sabe catalán.
‘Eu quero entrevistar uma pessoa que sabe Catalão’
[+**anim**, +**spec**]

Esses exemplos nos mostram que, apesar da diferente realização do objeto direto em PB e em espanhol, objetos diretos que são marcados pelo acusativo *a* em espanhol compartilham os mesmos traços semântico-pragmáticos com objetos que tendem a ser não-nulos em PB.

Em outras línguas é animacidade e/ou definitude (e não especificidade) que regula a marcação de acusativo. Em turco, por exemplo, há uma marca morfológica de acusativo para os objetos que são definidos, enquanto no russo, essa marcação é para objetos animados ou

humanos. A conclusão é que enquanto em PB os traços semântico-pragmáticos para a realização do objeto direto são animacidade e especificidade, em outras línguas, como o russo e o turco, por exemplo, não é especificidade, mas sim definitude e animacidade que governam a marcação de objeto.

No entanto, as motivações subjacentes para a realização do objeto direto, tanto em PB quanto nas outras línguas, é bastante similar. “Those direct objects which are the most ‘marked’ semantically/pragmatically in BP, in the sense that they exhibit the most nonprototypical direct object properties, are also the most ‘marked’ in terms of their form, in the sense that they are most likely to be realized phonetically (i.e. to be overt)” (S&S, *op.cit.*: 13). Algumas variedades do espanhol, nas quais o objeto nulo ocorre, mostram distribuição desse nulo bastante semelhante ao PB. Os autores afirmam que Choi (2000) mostrou que tanto falantes bilíngües quanto falantes monolíngües do Paraguai usaram mais de 90% de nulos com [-pessoa] e raramente usaram nulos com [+pessoa].

A partir da observação translingüística do fenômeno da marcação de objeto direto, S&S afirmam que a distribuição tanto de objetos diretos anafóricos nulos quanto de pronominais é igualmente atingida por animacidade e especificidade, efeitos que também estão presentes em línguas de DOM (*differential object marking*):

In our view, then, the phenomena considered under the rubric of DOM – normally restricted to the variable case marking of direct objects as found in languages like Spanish – ought to be expanded to include the differential formal expression that anaphoric DOs take in languages like Brazilian Portuguese. (S&S, 2003: 15)

Schwenter & Silva (2003) apresentam um estudo quantitativo de dados do PB, que procura ratificar as afirmações feitas em S&S (2002), no que tange ao fato de animacidade e especificidade serem fatores decisivos na escolha entre o objeto nulo e o pronome lexical. Eles analisaram 1058 ocorrências de objetos diretos anafóricos de 3ª pessoa dos dados do PEUL – corpus de língua falada do Rio de Janeiro²⁶. As ocorrências totais do objeto nulo e do pronome lexical estão na tabela abaixo:

| | |
|---------|-------------|
| Pronoun | 151 (14,3%) |
| Null | 907 (85,7%) |

Tabela 1 (S&S, *op. cit.*: 6): resultados globais, objeto direto anafórico pronominal e nulo de terceira pessoa

²⁶ Esses dados foram compilados por pesquisadores da UFRJ durante o início dos anos 1980

Eles mostraram que apenas definitude não exerce função na alternância entre objeto nulo e pronome lexical em PB, como vemos nos exemplos:

(15) Eu não conheci **o** professor semana passada, porque ninguém encontrava ele/?*Ø.

(16) Eu não conheci **o** professor semana passada, porque eles ainda não tinham encontrado Ø/um/nenhum.

Enquanto definitude possui uma marca morfológica – *o(s)*, *a(s)* em português – especificidade não a possui. A diferença entre os exemplos acima está relacionada à especificidade e não à definitude. Como já mencionado, um antecedente pode ser definido sem, no entanto, ser específico, como em (16).

Como vemos na tabela 2 abaixo, apenas animacidade ou especificidade não são suficientes para licenciar o uso do pronome, enquanto só animacidade ou só especificidade podem licenciar o objeto nulo. Quando há um objeto com a combinação [+a, +e], o uso do pronome é altamente favorecido, e somente nesse caso ele é maioria; nos demais, o ON é predominante:

| | +anim/+spec | +anim/-spec | -anim/+spec | -anim/-spec |
|---------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| Pronoun | 126 (71.6%) | 12 (10.5%) | 0 (0%) | 13 (2.1%) |
| Null | 50 (28.4%) | 102 (89.5%) | 151(100%) | 604 (97.9%) |

Tabela 2 (S&S, op. cit): objeto direto anafórico pronominal e nulo de terceira pessoa no *corpus* do PEUL (animacidade e especificidade).

Se observarmos a tabela 3, adaptada das tabelas 3 e 4 de Cyrino (1994: 172, 174), podemos ver que os antecedentes [+a, -e] não mostram a predominância de uso do objeto nulo, mostrada na tabela de S&S (2003) acima:

| | +anim/+spec | +anim/-spec | -anim/+spec | -anim/-spec |
|-------------------|-------------|--------------------|-------------|-------------|
| Objeto nulo | 0 (0) | 4 (57,1%) | 64 (86,5%) | 27 (93,1%) |
| Objeto preenchido | 21 (100%) | 3 (42,9%) | 10 (13,5%) | 2 (6,9%) |

Tabela 3 (adaptada das tabelas 3 (p.172) e tabela 4 (p. 174) de Cyrino (1994)): objetos nulos vs. preenchidos (clíticos e repetição de NP) de acordo com especificidade e animacidade do antecedente no século XX.

Se considerarmos que os dados de Cyrino somam apenas 7 ocorrências, enquanto os dados de S&S são de 114, parece-nos que os dados de S&S apresentam mais fielmente o quadro para esses antecedentes na gramática adulta. Além disso, os dados de Cyrino mostram que não houve retomada pelo nulo com antecedentes [+a, +e]; já S&S apontam que mais de 28% desses antecedentes foram retomados pelo nulo. Segundo Ruth Lopes, esperava-se que essa porcentagem fosse mais restrita à gramática infantil (já que os dados adultos de Cyrino não mostram nenhuma ocorrência do nulo com esse tipo de antecedente) e que fosse desaparecer no decorrer do processo de aquisição, fato que os dados de S&S, de certo modo, não confirmam.

Em suma, S&S (2002/2003) nos mostram que animacidade e especificidade são os traços semânticos que definem a ocorrência do objeto nulo/pronome lexical em posição de objeto direto anafórico em PB, assim como mostrou Cyrino (1994 e obras posteriores). Eles ainda fazem um paralelo entre essa característica do PB e o que se chama de DOM (*differential object marking*) e que define características compartilhadas pelas línguas no que se refere à marcação de caso de objeto direto. Eles mostraram que, apesar de em outras línguas, como o Russo e o Turco, por exemplo, ser definitude e não especificidade que marca o objeto direto, as motivações subjacentes para as diferentes realizações desse objeto são bastante similares.

3.30 FENÔMENO DO OBJETO NULO: CONSIDERAÇÕES SINTÁTICAS.

3.3.1 A análise do chinês: Huang (1984)

Por ser Huang (1984) a bibliografia mais comentada e a pioneira a tratar do fenômeno do objeto nulo nas línguas naturais é que se faz importante discutir aqui suas idéias. Ele parte da constatação de que algumas línguas permitem argumentos nulos enquanto outras não os permitem. Surge daí o questionamento sobre que parâmetro, ou parâmetros, são capazes de diferenciar a gramática dessas línguas.

Uma proposta para explicar a diferença de línguas como inglês e francês (que não permitem sujeitos nulos) de línguas como o espanhol e o italiano (que permitem sujeitos nulos) diz respeito à idéia da ‘recuperabilidade’ (recoverability) e à proposta de Taraldsen

(1978) segundo a qual a possibilidade de *pro-drop* em uma língua está relacionada a sua rica morfologia flexional, um rico sistema de concordância. “Furthermore, since neither the Italian type nor the English type of language exhibits any object-verb agreement, no object pronoun may drop in any of these languages” (Huang, *op. cit.*: 535). A conclusão, então, é que uma língua só poderá apresentar um pronome nulo na posição de objeto se ela apresentar concordância verbo-objeto²⁷.

Como evidência empírica desse fato, o autor cita o Pashto, uma língua falada no Afeganistão, que possui um rico sistema de concordância tanto com o sujeito quanto com o objeto; somente o argumento com o qual o verbo concorda pode ser nulo. No entanto, há línguas como o chinês e o japonês que não possuem nem concordância sujeito-verbo nem concordância verbo-objeto, e mesmo assim permitem argumentos nulos. Segundo Huang, “a theory based solely on the ‘Taraldsen Generalisation’ would predict that such languages allow neither zero subject nor zero object pronouns (...) one plausible solution could be to assume that the principle based upon recoverability and agreement may itself be parametrized across languages” (Huang, *op.cit.*: 537).

Para iniciar essa discussão o autor mostra a assimetria existente entre as posições de sujeito e objeto nulos de uma sentença encaixada em chinês, japonês e português. As sentenças abaixo do chinês mostram a assimetria que existe nessa língua:

(17) **Zhangsan**_i xiwang [*e*_i Keyi kanjian Lisi]

‘Zhangsan_i espera que *e*_i possa ver Lisi’

(18) * **Zhangsan**_i xiwang [Lisi Keyi kanjian *e*_i]

‘Zhangsan_i espera que Lisi possa ver *e*_i.’

Como vemos, o sujeito nulo da sentença encaixada pode depender referencialmente do sujeito da sentença matriz, mas o objeto nulo da sentença encaixada não o pode (o referente da *ec* objeto não pode ser *Zhangsan*). No entanto, se substituirmos cada uma das ECs em (17) e (18) por um pronome manifesto, a assimetria deixa de existir.

Contrastes como os observados para o chinês foram também observados em japonês por Kuroda (1965) *apud* Huang (*op.cit.*):

²⁷ Esse fato será contradito por Cole, mostrando que línguas como o Quíchua, que apesar da pobre concordância verbal, podem apresentar um *pro* na posição de objeto.

- (19) *Jonh-wa_i²⁸ [Bill-ga e_i settokusuru] to omotte iru.
 ‘João_i acha que o Bill persuadirá e_i.’

A restrição à ocorrência dessa sentença está no fato de que em (19), além de ser tópico, *John* é também o sujeito da sentença matriz. Huang mostra que se a *ec* encaixada é ligada ao tópico da matriz, e apenas a ele, não há problema, como em (20):

- (20) Jonh-wa_i, minna-ga [Bill-ga e_i settokusuru] to omotte iru.
 ‘João_i, todo mundo acha que Bill persuadirá e_i.’

Assim como em chinês e japonês, o autor indica que a assimetria sujeito/objeto nulos também está presente em português²⁹:

- (21) a. João_i disse que e_i viu o Pedro.
 b. *João_i disse que Pedro viu e_i

O que observamos nessas línguas é que o sujeito de uma sentença matriz pode ligar o sujeito nulo da sentença encaixada, mas não o objeto nulo. Diante dessa constatação, o autor argumenta que somente o sistema de concordância não basta como explicação para a ocorrência de argumentos nulos nas línguas.

Assim como no exemplo do japonês, citado em (20), o chinês também pode ter um objeto nulo ligado a um tópico manifesto:

- (22) neige ren_i, [Zhangsan shuo [Lisi bu renshi e_i]].
 ‘Aquele homem_i, Zhangsan disse que Lisi não conhece e_i.’

Bem como a um tópico nulo, como em (23):

- (23) [_{Top} e_i], Zhangsan shuo [Lisi bu renshi e_i]
 ‘[_{Top} e_i], Zhangsan disse que Lisi não conhece e_i.’

²⁸ O sufixo *wa* marca tópico em japonês.

²⁹ O que veremos mais adiante, na discussão da proposta de Bianchi & Figueiredo Silva (1994) para o PB é que o sujeito da matriz pode ligar o objeto nulo da encaixada, se o sujeito for inanimado, como em (1)

(1) Esse tipo de garrafa_i impede as crianças de abrirem e_i sozinhas.

A partir desses exemplos e da discussão feita até aqui, Huang estabelece que o elemento nulo em posição de objeto, ligado por um tópico, não é um elemento pronominal no sentido usual do termo. Em (23) o objeto é topicalizado primeiro e depois é apagado (gerando um tópico nulo). Ao contrário, em posição de sujeito, como indicado abaixo, há realmente um pronome nulo, já que não há movimento da categoria vazia³⁰:

(24) Zhangsan_i shuo [_i mingtian yao lai].

‘Zhangsan_i disse que *ec*_i quer vir amanhã’

Tomando como base Chomsky (1981), Huang demonstra que a *ec* de (24) é um pronome, pois além de ser ligada A, ela é gerada na base, não envolvendo movimento. Já as ECs ocupando a posição de objeto de uma sentença encaixada, como em (22) e (23) são variáveis, pois não podem ser ligadas a um argumento em posição A, podendo, no entanto, ser ligadas A-barra ou por um tópico expresso ou nulo.

Ele propõe que existem dois diferentes parâmetros para os fatos discutidos: um que distingue línguas com tópicos nulos (chinês) de línguas que não os permitem (inglês e italiano) e outro que distingue línguas que permitem sujeito nulo em sentenças finitas (espanhol, italiano) daquelas línguas que não o permitem (inglês, francês). Diante disso, Huang (*op.cit.*: 564) afirma que

the problem of formulating an appropriate parameter to account for the distribution and reference of what is usually called a ‘zero pronoun’ in various languages can be best approached by recognizing that there are two distinct parameters involved (...) zero-topic from non-zero-topic languages and (...) pro-drop from non-pro-drop languages.

A possibilidade de ligação de uma variável a um tópico zero está reduzida a um parâmetro mais geral que distingue línguas que são orientadas para o discurso (chinês, japonês) de línguas que são orientadas para a sentença (inglês).

Em resumo, o texto de Huang mostra que o parâmetro pro-drop sozinho não bastava para explicar a possibilidade de elementos nulos na posição de objeto de línguas como o chinês e o japonês, pois são línguas que não possuem morfologia verbal, no entanto apresentam argumentos nulos. Ele mostrou que o objeto nulo do chinês é uma variável, ligada

³⁰ Huang afirma que quando ele diz que uma *ec* objeto não pode ser pronominal, ele não está se referindo a línguas com concordância verbo-objeto, como é o caso do Pashto, que possui concordância verbo-objeto nas sentenças no passado.

a um tópico em posição A-barra, não podendo ser A ligado (cf. (18), por exemplo). Esse tópico pode ser preenchido ou nulo, como vimos em (22) e (23).

Usando-se de dados do coreano (citando D.W. Yang, comunicação pessoal ao autor), do japonês (citando Kuroda, 1965) e do português (citando Chao, 1983b; comunicação pessoal ao autor) ele mostra que, assim como o chinês, nessas línguas o nulo em posição de objeto é também uma variável, ligada a um tópico nulo ou manifesto.

Sendo assim, além de as línguas obedecerem ou não ao parâmetro pro-drop, elas também obedecem ao parâmetro das línguas orientadas para o discurso ou para a sentença. Sendo que as línguas que possibilitam a ligação do objeto nulo a um tópico são línguas orientadas para o discurso, como mostram os exemplos em (25) e (26) e aquelas que não permitem essa ligação são línguas orientadas para a sentença, fato atestado pela agramaticalidade da sentença (27) do inglês:

(25) ni yi kan-wan e_i, jiu qing ba shu_i huan gei wo

‘Assim que você terminar de ler e_i, por favor devolva o livro_i pra mim’

(26) Se você não gosta desse vestido_i, não compra e_i

(27) *If you write a good book_i, I will definitely buy e_i

‘Se você escrever um bom livro_i, eu definitivamente comprarei e_i’

As categorias vazias de (25) e (26) estão coindexadas com um elemento que não as comanda, logo podemos dizer que essas ECs são variáveis. Nesses dois exemplos, o autor sugere que exista um operador nulo, adjungido ao nó S mínimo dominando a *ec* objeto, que a liga. Ao contrário de (25) e (26), em (27) temos uma variável livre, violando a condição de que toda variável deva ser ligada, fato que parece explicar a má formação da sentença.

3.3.2 A análise de Cole (1987) para o quíchua imbabura³¹

Cole parte da constatação feita por Huang, a partir da Generalização de Taraldsen, de que línguas em que não há concordância verbo-objeto não podem ter um elemento pronominal

³¹ O quíchua imbabura é uma língua da família do quíchua, falada na província de Imbabura no norte do Equador. Tal língua perdeu muito de sua morfologia verbal, que em outras variedades do Quíchua serve para identificar o objeto.

nulo na posição de objeto. Segundo ele, essa constatação não é verdadeira para línguas como o Quíchua Imbabura, o coreano e o tailandês, que possuem um *pro* em posição de objeto.

O autor mostra que, diferentemente do chinês e do português (como vimos acima), o quíchua imbabura não apresenta assimetria sujeito/objeto nulos, quando esses são ligados ao sujeito da sentença matriz, conforme exemplo (28):

- (28) Juzi_i nin Marya e_i juyanata.³²
'José_i disse que Maria amará e_i'

Uma sentença como (28) não precisa de nenhum contexto especial para ocorrer em quíchua. O autor afirma que a sentença com o pronome nulo é mais freqüente que aquela com o pronome explícito; sendo assim, ele constata que o nulo em posição de objeto pode ser um *pro* nessa língua, já que, entre outras coisas, pode ser ligado A. O autor ainda mostra que em quíchua o objeto nulo não está sujeito à subjacência, logo pode ocorrer em estruturas de ilhas. "The distribution found in Imbabura is to be expected if null objects in Imbabura are instances of *pro* (which does not undergo movement out of island structure) but not if they are variables (which undergo movement to Comp)" (Cole, *op.cit.*: 602). Assim como para o quíchua imbabura, o coreano e o tailandês não apresentam restrição quanto ao objeto nulo da sentença encaixada ser coindexado com o sujeito da sentença matriz.

Partindo desse fato, o autor discute a tipologia das línguas que apresentam objeto nulo. Segundo ele, Huang (1984b³³ e obras posteriores) afirmou que a possibilidade de objetos nulos como variáveis em línguas como o mandarim é um efeito de superfície da existência de tópicos nulos:

- (29) Zhongguo, difang hen da. *ec* [Zhongguo], renkou hen duo. *ec*, tudi hen feiwo. *ec*, women dou hen xihuan.
'China, (sua) área de terra é muito ampla, (sua) população é muito grande. (sua) terra é muito fértil. Nós todos gostamos *ec*.'

³² Segundo Lightfoot (1980), a correferência em (28) é possível porque a Restrição do Sujeito Especificado (SSC – Specified Subject Constraint) bloqueia a Referência Disjunta (Disjoint Reference), assim como em (2):

- (2) **I** expected Sam to visit **me** (Lightfoot, *op.cit.*: 147)
'**Eu** esperei que o Sam **me** visitasse'
'**Eu** esperei o Sam **me** visitar'

³³ Huang. C.-T. J. *Pro-drop in Chinese: A generalised Control Approach*. ms., Cornell University, Ithaca, New York.

Essa sentença mostra duas características de línguas como o mandarim com respeito ao tópico: (i) tópico é nulo; (ii) o tópico não necessariamente corresponde a um argumento da sentença que segue. Ele ainda afirma que

In mandarin Infl is hypothesized to properly govern the topic (and, a fortiori, the subject), whereas in languages that do not display the characteristics in question Infl is not a proper governor.

The claim that Infl properly governs the topic and the subject in Mandarin makes three predictions that distinguish Mandarin from languages in which Infl is not a proper governor.

Tais previsões são referentes à ocorrência de *nongap topics*, *null topics* e nenhuma assimetria, como mostra (30a), com relação à extração:

(30) a. Complement subject extraction

* Who_i does John think that *ec*_i saw Mary?

‘Quem_i o João acha que *ec*_i viu a Maria?’

b. Complement object extraction

Who(m)_i does John think Mary saw *ec*_i?

‘Quem (a quem)_i João acha que Maria viu *ec*_i?’

Em quíchua, uma sentença com *nongap topics* é mal formada, como mostra (31):

(31) * Marya-ka, Juzi Ana-ta juyan.

‘A Maria, José ama Ana.’

Além disso, tópico nulo e uma extração, como mostrada em (30a), não são possíveis, o que mostra que o quíchua não permite variáveis.

Coreano e tailandês, além de apresentarem *pro* em posição de objeto, também podem ter variáveis nessa posição, quando há um contexto correto, ou seja, quando o tópico nominal não corresponde a *gaps* na sentença que segue o tópico, as duas línguas permitem *nongap topics*. Além disso, permitem também tópicos nulos e não há assimetria quanto à extração de constituinte de posição de sujeito ou objeto (como mostrado em (30)).

A conclusão é que enquanto algumas línguas, como o inglês, não apresentam objeto nulo, outras, como o chinês e o português (europeu, segundo Raposo (1986)³⁴), apresentam variáveis na posição de objeto. Outras ainda, como coreano e tailandês, apresentam tanto *pro* quanto variável e por último, línguas como o quíchua apresentam apenas *pro* em posição de objeto.

3.3.3 Campos (1986): o objeto nulo no espanhol.

Campos (1986) afirma que o Espanhol só permite objetos nulos se este tiver interpretação indefinida, como em (32):

- (32) a. Compraste café?
‘Compraste café’
b. Si, compré e. (Campos, *op.cit.*: 354)
‘Sim, comprei e.’

O autor busca, então, definir qual a natureza dessa categoria vazia em posição de objeto direto em espanhol. Como ele mostra, PRO deve ser descartado, já que o vazio é governado pelo verbo, *t*(vestígio) também é descartado, já que a categoria vazia não está ligada a nenhuma posição A; resta-nos variável e *pro*. Este último não pode ser, já que ele é sempre definido em referência (e o objeto nulo do espanhol é indefinido); logo, a única opção que resta é tratar o nulo como uma variável, que assim como Huang (1984) e Raposo (1986) argumentaram para o chinês e o PE, é ligada a um tópico nulo em posição A-barra, o que pode ser visto em (33):

- (33) OP_i[yo compre e_i]

Do mesmo modo que em chinês e em PE, também em espanhol o objeto nulo indefinido obedece à restrição de ilhas sintáticas, não podendo ocorrer nessas estruturas³⁵:

³⁴Como veremos adiante, segundo a proposta de Kato & Raposo (2001, 2005), tanto em PB quanto em PE o ON é um categoria mista, um DP com D nulo e um *pro* como complemento, diferentemente da proposta de Raposo (1986).

³⁵ Todos os exemplos foram extraídos de Campos (1986: 355/356/358)

- (34) a. *No conozco al muchacho [que trajo *e*].
 ‘Não conheço o garoto que trouxe *e*.’
- b. - Pepe necessita gafas?
 ‘Pepe precisa de óculos?’
- * [Que necessita *e*] es obvio.
 ‘[Que precisa *e*] é óbvio’
- c. - Encontraron entradas para la película?
 ‘Encontraram entradas para o filme?’
- Sí, pudimos entrar al cine porque encontramos *e*.
 ‘Sim, pudemos entrar no cinema porque encontramos *e*’

Segundo Campos, as sentenças em (34) mostram que o objeto nulo indefinido do espanhol é o traço de um operador OP que se move na sintaxe. Ainda segundo o autor, o romeno também possui esse objeto nulo indefinido, parecendo obedecer às mesmas restrições mostradas para o espanhol.

3.3.4 A análise para o PE: Raposo (1986) e Kato & Raposo (2001, 2005)³⁶

No artigo **On the Null Object in European Portuguese**, Raposo mostra que em PE o objeto nulo é possível, no entanto, em situações específicas, em que ele possa ser recuperado pelo contexto lingüístico ou pragmático, como é o caso em (35):

- (35) Joana viu [] na TV ontem. (Raposo, 1986: 1)

Se, ao contrário, esse nulo não puder ser recuperado ou pelo contexto estritamente lingüístico ou pragmático, a sentença é agramatical. O autor propõe, seguindo o que foi sugerido para o chinês por Huang (1984) e tomando a definição de Chomsky (1981/1982) de que uma

³⁶ Mesmo que os textos dos autores apresentem uma proposta que inclui também o PB optamos por apresentá-la na seção referente ao PE.

variável, é um elemento A-barra ligado, que o objeto nulo do PE é uma variável, A-barra ligada por um tópico nulo disponibilizado, ou pelo discurso previamente mencionado ou pelo contexto pragmático. Desse modo, a sentença em (35) teria a representação em (36):

(36) $[_{TOP} e_i] [_{S} OP_j [_{S} a \text{ Joana viu } t_j \text{ na TV ontem}]$ (Raposo, *op.cit.*: 6)

Essa variável em posição de objeto resulta da aplicação da regra mova- α na sintaxe, que move uma categoria vazia para a posição de COMP da sentença matriz. Para provar que o objeto nulo em PE é mesmo uma variável, Raposo aponta os efeitos de subjacência apresentados quando se extrai o objeto nulo de uma ilha sintática. Ele mostra que em nenhuma das sentenças abaixo é possível extrair o elemento da posição de objeto, já que o constituinte de onde ele é extraído é uma ilha:

a. NP complexo:

(37) *Eu informei a polícia da possibilidade d[o Manuel ter guardado e_i no cofre da sala de jantar]. (Raposo, *op.cit.*: 8)

(38) * O rapaz [que trouxe e_i agora mesmo da pastelaria] era o teu afilhado. (Raposo, *op.cit.*)

b. Restrição para extração de Sujeito Sentencial:

(39) *[Que a IBM venda e_i a particulares] surpreende-me. (Raposo, *op.cit.*)

c. Restrição para extração de adjuntos:

(40) *O pirata partiu para as Caraíbas [depois de ter guardado e_i cuidadosamente no cofre. (Raposo, *op.cit.*: 9)

Todas essas sentenças em PB são perfeitamente aceitáveis, o que indica que o objeto nulo dessa variedade do português é diferente do da variedade europeia. Além dos efeitos de ilhas mostrados nas sentenças de (37) a (40), o PE também apresenta a restrição do COMP duplamente preenchido, como no exemplo abaixo:

(41) *Quando_j é que o Manuel vai oferecer ao Antonio e_i t_j. (Raposo, *op.cit*)

Raposo (*op.cit.*: 11) afirma: “note that this result may be obtained only under an analysis in which the null object is an ec formed by movement of a null operator to COMP position”. Diante desses fatos, Raposo confirma que o objeto nulo em PE é sim uma variável, nos moldes da Teoria da Ligação. Segundo Barra Ferreira (2000:60):

Mais do que indicar que o ON do PE deva ser tratado como uma variável ligada por um operador nulo, os dados apresentados por Raposo indicam que a derivação das sentenças com ON nesta língua envolve o movimento desse operador da posição do objeto até a periferia esquerda da oração matriz dessas sentenças. **Nesse aspecto o PE diverge do chinês, que não parece manifestar a sensibilidade a ilhas observada por Raposo (Huang, 1991).** (grifo nosso)

Diferentemente dessa proposta, apresentada por Raposo em 1986, a proposta de Raposo & Kato (2005) mostra uma outra abordagem para o objeto nulo em PE. Eles discutem o fato de o português apresentar três características que o diferenciam das demais línguas românicas: a possibilidade do objeto nulo, como em (42), a possibilidade de apresentar tópico, retomado ou por um pronome, ou pelo objeto nulo (como em (44)) e a ocorrência de nome genérico plural (nomes plurais nus), como em (46). Como vemos na comparação com o espanhol, nas sentenças (43b), (45a) e (47), nenhuma dessas ocorrências é possível em espanhol³⁷:

(42) a. Eu só encontrei [] na FNAC
b. Eu só **o** encontrei na FNAC.

(43) a. Sólo **lo** encontré en la FNAC
b. *Sólo encontré [] en la FNAC

(44) a. Esse livro, eu só encontrei [] na FNAC
b. Esse livro, eu só **o** encontrei na FNAC.

(45) a.*Ese libro, sólo encontré [] en la FNAC

³⁷ Como vimos acima, de acordo com Campos (1986), o espanhol admite objeto nulo apenas se ele tiver leitura indefinida.

b. Ese libro, sólo **lo** encontré en la FNAC.

- (46) a. Maria detesta (**as**) cenouras
b. Odeio (**o**) café

- (47) a. Maria detesta *(**las**) zanahorias
b. Odio *(**el**) café

A constatação dos autores é que se uma língua apresenta uma das propriedades, ela vai apresentar as outras duas. Isso será importante na discussão sobre a característica do objeto nulo em português, desenvolvida pelos autores. Além disso, uma outra idéia essencial que eles citam ser imprescindível à hipótese a ser apresentada é a proposta de Postal (1969) *apud* R&K (op. cit), segundo a qual “todo pronome é um determinante subjacente”. Sendo assim, uma sentença como (42b) teria a representação subjacente como em (48):

- (48) Eu só encontrei [**DP o pro**] na FNAC

em que o clítico ocupa o núcleo de D – um determinante definido – e o *pro* é o complemento nominal nulo do DP. Os autores adotam a proposta de Raposo (1999) que afirma que *o* é um proclítico e, como tal, não possui autonomia acentual, logo tem que se ligar a um hospedeiro “fonologicamente realizado a sua direita”. Isso é o que ocorre com DPs, cujo artigo se une ao nome a sua direita:

- (49) a. Só encontrei [**DP o+livro**] na FNAC
b. Comi [**DP o+doce verde**] e [**DP o (pro)+azul**]

Diferentemente de (49), em (48) o clítico não possui hospedeiro no qual ele possa se apoiar. Isso vai motivar a saída do clítico do DP em busca de uma posição em que exista um apoio fonológico. O que está se propondo, então, é que “a regra de movimento dos clíticos no português e nas línguas românicas em geral, é motivada por uma propriedade da interface PF (Phonetic Form) – em particular a falta de acento autônomo nos determinantes clíticos em combinação com a falta de apoio fonético dentro do seu DP” (R&K, *op.cit.*: 3). Desse modo, a derivação completa da sentença em (42b) é o que temos em (50):

- (50) a. eu só encontrei [_{DP} **o** pro] na FNAC
 b. eu só **o** encontrei [_{DP} t pro] na FNAC

Como se vê, o clítico *o* é considerado um artigo e o *pro* é o complemento nominal do DP, ou seja, o *pro*³⁸ não é o argumento por inteiro, mas apenas parte dele. Esta última consideração é importante, visto que os autores buscam unificar a propriedade de *o* português apresentar objeto nulo com a propriedade de ter nomes plurais nus, explicando, assim, a possibilidade de *o* português (que apresenta nomes nus) ter objeto nulo e o espanhol (que não possui nomes nus) não apresentar objetos nulos (exceto nos contextos específicos indicados por Campos (1986)).

Para possibilitar essa unificação, os autores afirmam que se deve aceitar a idéia de Stowell (1989) e de Longobardi (1994) de que todo argumento nominal é um DP. Então, nas sentenças genéricas teríamos o que segue:

- (51) A Maria detesta [**D** cenouras]

Como podemos ver, o objeto direto dessa sentença possui um D nulo que, segundo os autores, é um D nulo [+definido]. Diante disso se explica o contraste entre (46) e (47) acima, uma vez que enquanto o português possui um determinante nulo (definido), o espanhol não o possui. Os autores, então, afirmam: “torna-se agora tentador sugerir que a possibilidade de objectos nulos em português é na realidade um reflexo da existência deste determinante nulo – daí os contrastes mais gerais manifestados entre o português e o castelhano” (R&K, *op.cit.*: 4). Como em espanhol o determinante nulo não existe, não encontramos sentenças com objetos nulos (definidos) nem com objetos formados por nomes plurais nus.

Vamos partir do fato de que sentenças como as mostradas em (52) são estruturalmente paralelas, apenas com a diferença de que em (52b) o determinante tem matriz fonológica e em (52a) ele é nulo:

- (52) a. (esse livro) eu só encontrei [_{DP} **D** pro] na FNAC
 b. (esse livro) eu só encontrei [_{DP} **o** pro] na FNAC

³⁸ Segundo os autores, o licenciamento desse *pro* se dá pelo núcleo de DP e a identificação se dá junto aos traços de número e gênero de D, que estão coindexados com *pro*. A teoria assumida pelos autores é a de Rizzi (1986), especialmente as condições de licenciamento e identificação de *pro*.

Diante disso, a pergunta que se faz é: como *pro* em (52a) pode ser identificado e licenciado se o D é nulo? Supondo, conforme a nota 35, que são os traços de gênero e número de D que identificam *pro*, uma vez que o D de (52a) é nulo (não sendo especificado para esses traços), então *pro* não poderia ocorrer nessa sentença. A idéia é que o *pro* é movido para uma posição em que esteja “suficientemente” próximo do DP antecedente, onde sua identificação é feita.

Sugerimos que essa posição é dada pela categoria "F", discutida em vários trabalhos (ver, por exemplo, Uriagereka 1995, Raposo e Uriagereka 1996, Raposo 2000). Esta proposta encaixa-se bem com a idéia de Uriagereka (1995) de que a função semântica de F consiste em codificar formalmente o contacto entre o nível de interface LF (Forma Lógica) e os sistemas semântico, pragmático e discursivo situados para lá de LF – precisamente o que está em jogo na identificação de pro por um antecedente. (R&K, *op.cit.*: 5)

A derivação da sentença em (52a), de acordo com essa proposta, é a que temos em (53):

- (53) a. (esse livro) [_{FP} F [_{TP} eu só encontrei [_{DP} D pro] na FNAC]]
 b. (esse livro) [_{FP} pro+F [_{TP} eu só encontrei [_{DP} D t_i] na FNAC]]

Segundo os autores, essa análise está próxima à proposta de Kato (1993), à diferença que, na proposta da autora, não é o *pro* que se move, mas sim o D que se move para vP:

- (54) (esse livro) [_{TP} eu só [_{VP}D-encontrei [_{DP} t_i pro] na FNAC]]

Eles afirmam que, empiricamente, a escolha entre (53) e (54) não é fácil.

A análise proposta em (53) é válida para o PE, que utiliza o clítico acusativo em alternância com o objeto nulo. No entanto, essa não é a realidade do PB, no qual a alternância é entre o objeto nulo e o pronome lexical e não clítico, como vemos em (55):

- (55) a. Esse livro, eu só encontrei [] na FNAC.
 b. Esse livro, eu só encontrei **ele** na FNAC.

A pergunta é como conciliar a análise do PE para o PB, tendo em vista a diferença entre (42b) e (55b). Segundo Kato (1996) *apud* R&K (2001: 2), a substituição do clítico *o* pelo pronome lexical se dá pelo fato de que o pronome resulta de uma estrutura invisível de duplicação do clítico, sem a preposição, como vemos em (56):

- (56) a. Eu encontrei **ele**.
 b. Eu \emptyset -encontrei **ele**.
 c. **Lo** vi a **él**.

Se levarmos em conta que em PB o artigo definido também pode não aparecer (como no exemplo (51)) e tomando a proposta de que todo pronome é um determinante, pode-se propor, segundo R&K (*op.cit.*: 6), que o PB “faz sempre opção pelo D nulo, podendo ou não duplicá-lo com o pronome **ele/ela**”. Sendo assim, uma sentença como (56a) tem uma estrutura do tipo (57):

- (57) [Eu D_i-encontrei [DP t_i pro]] (**ele**_i.)

Segundo os autores

O clítico nulo de terceira pessoa (D) se move deixando um vestígio. O pro é ainda passível de identificação pelo vestígio de D, mesmo sem a duplicação, porque no PB o paradigma me, te, \emptyset [nulo] atribui ao clítico nulo – o D no caso – os traços de 3ª pessoa. **O DP contendo pro e interpretado como 3ª pessoa pode ser duplicado pelo pronome forte ele, mas não depende deste para sua identificação.** Segundo Kato (1993), o clítico de terceira pessoa pode ser fonologicamente nulo porque no PB ele está sempre preso ao verbo do qual é um argumento, comportando-se mais como um afixo do que como um clítico. (R&K, *op.cit.*, grifo nosso)

Para uma construção em tópico, como (55b), temos uma estrutura do tipo (58):

- (58) (esse livro)_i [[TP eu só D_i-encontrei [DP t_i pro_i]] **ele**_i] na FNAC]]

Os autores afirmam que o fato de a identificação de *pro* se dar via movimento em PE e o fato de o clítico nulo do PB ter certos traços intrínsecos explicam as diferenças de intuição entre brasileiros e portugueses quando objetos nulos ocorrem em ilhas. Como podemos ver no estudo de Raposo (1986), o objeto nulo em estruturas de ilhas é agramatical em PE, enquanto, em sua maioria, aceitáveis em PB.

Diante das propostas de Raposo, para o PE, e Kato, para o PB, vimos que, nas duas variedades o clítico é analisado como um determinante, com a diferença de que em PB se seleciona sempre um artigo nulo com possibilidade de duplicação por meio de um pronome lexical. Há também, além de diferenças fonológicas, diferenças na identificação do elemento nulo. Em PE, a identificação de *pro* se faz via movimento, enquanto que em PB ele pode permanecer *in situ*, identificado com o pronome lexical “em duplicação clítica à direita”.

Segundo R&K (2001), o clítico nulo se gramaticalizou, ficando como afixo verbal, enquanto que o pronome deixa de ser parte da estrutura de duplicação, passando a ser objeto da sentença. Nesse trabalho os autores realizam um refinamento da análise de R&K (2005). Eles indicam que o objeto nulo, tanto do PE quanto do PB, não pode ser uma variável nos termos propostos por Raposo (1986), já que, de acordo com juízos de gramaticalidade de falantes portugueses (apresentados no trabalho), ele também pode aparecer em ilhas. R&K (*op.cit.*: 11) afirmam que “a ocorrência em ilhas e a possibilidade de podermos ter CLLD ou topicalização como variantes reforçam a natureza pronominal do objeto nulo”.

Eles propõem que a motivação para o movimento de *pro* para a posição F é “inteiramente conceitual” e está baseada na idéia de que o D nulo não poderia identificar *pro* e este se move para F a fim de que se estabeleça a relação entre *pro* e o seu antecedente.

Essa análise, proposta pelos autores para as duas variedades do português, ainda que busque a unificação do fenômeno do objeto nulo em PE e PB, parece apresentar problemas. Mesmo que os autores mostrem que, em alguns casos, o falante português já admita a ocorrência do nulo em ilhas sintáticas, veremos no próximo capítulo que um experimento de Costa & Lobo (2005), testando contextos de ilhas fortes, confirmou que o objeto nulo tem restrição de ocorrência nessas estruturas; os resultados do grupo de controle adulto obtidos pelos autores mostram que a posição de objeto direto anafórico foi preenchida em 100% dos casos (88,88% por clíticos e 11,11% por DPs anafóricos). Esse fato indica que as conclusões obtidas por Raposo (1986) quanto à restrição de objeto nulo a ilhas parece continuar valendo para o PE. Sendo assim, supor um elemento pronominal na posição de objeto direto anafórico parece não ser uma hipótese possível e, mais do que isso, supor movimento desse *pro* (mesmo que esse movimento seja “conceitual” (ou seja, tenha motivação)) não parece ser viável nem para o PE, pelo fato de não permitir nulos em ilhas, nem para o PB que, ao contrário do PE, admite nulos em ilhas, fato constatado pela gramaticalidade das sentenças de (37) a (40) acima, aparentemente impossíveis em PE.

3.3.5 A análise para o PB

No âmbito do português brasileiro, várias são as análises sobre o objeto nulo no campo da sintaxe. A maioria dessas análises propõe que o objeto nulo dessa variedade do português seja um elemento pronominal do tipo *pro*. Cyrino & Reich (2002) afirmam que as primeiras análises em relação aos argumentos nulos foram de Wheeler (1981), Galves (1987; 1989),

Kato (1993), todos argumentando que a categoria vazia em posição de objeto seria um pronome nulo, do mesmo tipo que o sujeito nulo, ou seja, um *pro*. Do mesmo modo, Bianchi e Figueiredo Silva (1994)³⁹, Barra Ferreira (2000) e, como vimos, Raposo & Kato (2001, 2005) também propuseram que o objeto nulo é um elemento pronominal em PB. Ao contrário, Cyrino (1994 e obras posteriores) mostra dados empíricos que não confirmam essa classificação.

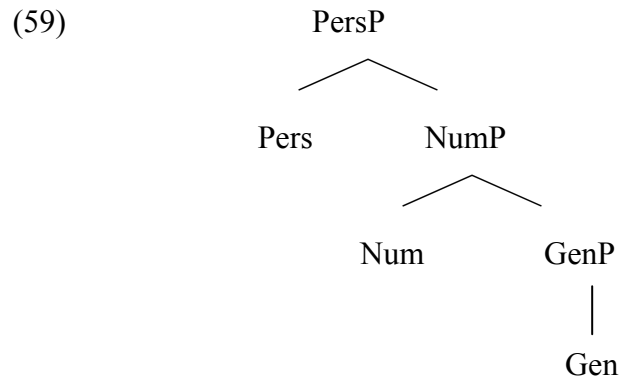
Na seqüência, discutiremos as propostas de Bianchi & Figueiredo Silva (1994), Barra Ferreira (2000), Cyrino (1994 e obras posteriores) e Creus e Menuzzi (2005) apresentando um panorama do que essas análises significam para os dados do PB.

3.3.5.1 Bianchi & Figueiredo Silva (1994)

De uma perspectiva translingüística, está claro que o verbo pode concordar tanto com o sujeito quanto com o objeto, fato que, segundo Bianchi & Figueiredo Silva (daqui em diante (B&FS) leva à postulação de dois núcleos distintos de concordância, concordância de sujeito (AgrSP) e concordância de objeto (AgrOP). Para elas, a concordância morfológica não envolveria apenas um núcleo, mas um “sistema” de núcleos distintos. Sendo assim, existiriam traços – cada um deles correspondendo a um núcleo funcional – que seriam realizados independentemente dos outros.

Adaptando a estrutura abaixo, desenvolvida para o árabe padrão e o hebraico moderno por Shlonsky (1989), é que elas vão explicar por que o PB admite nulos com interpretação referencial, enquanto que o italiano não os permite. No esquema de Shlonsky, a morfologia verbal conta com traços de gênero, número e pessoa:

³⁹ Como veremos logo abaixo, Bianchi e Figueiredo Silva, além de caracterizarem o objeto nulo como um elemento pronominal (aquele objeto nulo com antecedente inanimado), elas também afirmam que o objeto nulo com antecedentes animados é uma variável, que está sujeita ao princípio C, logo não pode ocorrer, porque não pode ser coindexado com nenhum argumento que a c-comande.



Esses traços podem ser realizados independentemente uns dos outros, mas há uma implicação de ordenamento: se uma forma verbal é especificada para o traço de pessoa, ela é especificada para número e se é para número é também para gênero. Essa estrutura, segundo as autoras, pode ser adotada para as línguas românicas, com algumas diferenças, já que os verbos finitos são flexionados para número, não tendo, porém, especificação distintiva para gênero (no entanto, nas formas participiais há especificação para gênero). O exemplo abaixo mostra que em PB, pelo menos gênero e número estão envolvidos na concordância – o que dá suporte à separação sintática dos traços:

(60) Foram presas umas garotas. (B&FS, *op.cit.*: 186)

Elas propõem que a estrutura em (59) acima é um sistema complexo de concordância presente na Gramática Universal. “In particular, this structure underlies the Semitic and Romance agreement morphology. Every language in these families ‘cuts out’ of this universal structure more or less ‘rich’ Agreement systems, which contain a less or greater number of heads” (B&FS, *op. cit.*). Essa idéia é importante para a hipótese das autoras, especialmente na diferença que será estabelecida entre PB e italiano.

B&FS propõem uma diferença entre animacidade e não-animacidade do antecedente, que baseia as diferenças entre as categorias vazias variável e *pro* na posição de objeto direto anafórico. Elas defendem que a diferença entre o uso de um objeto nulo inanimado e um animado (sendo que esse não é possível, em contextos de ilha, por exemplo) tem a ver com questões que envolvem o Princípio C. Elas mostram que quando o objeto nulo tem uma interpretação animada, parece estar sujeito ao princípio C (é uma variável), e não pode ser coindexado com nenhum argumento que o c-comande, como em (61):

- (61) a. * O José_i impediu a esposa [de matar e_i]
 b. * O José_i sabe [que a Maria gostaria [de conhecer e_i.]]

No entanto, um objeto nulo inanimado pode ser coindexado com um argumento pertencente à sentença anterior, como em (62), não apresentando restrições quanto ao princípio C.

- (62) a. Esse tipo de garrafa_i impede as crianças [de abrirem e_i sozinhas]
 b. Esse prato_i exige [que o cozinheiro acabe de preparar e_i na mesa]

Nesse caso, a categoria vazia em posição de objeto seria um elemento pronominal do tipo *pro*, que é licenciado por um núcleo de um sistema de concordância e identificado pelo elemento com o qual está coindexado.

Elas também mostram que um objeto nulo animado em uma ilha ((63a)) produz o mesmo julgamento de gramaticalidade que um movimento Wh ((63b)), enquanto que um objeto nulo inanimado não apresenta esse tipo de efeito (como em (63c)):

- (63) a. * O José conhece [a mulher [que beijou e_i]].
 b. * Quem o José conhece [a mulher [que beijou t_k]]
 c. O José_i conhece [a mulher [que comprou e_k]]

No entanto, as autoras não fazem o mesmo teste em (63b) para (63c). Se fizermos esse mesmo teste, aplicando Mova- α , observamos que a sentença (63c) se torna agramatical:

- (64) * O que_k o José_i conhece a mulher [que comprou e_k]

Isso nos mostra que a categoria vazia em posição de objeto, retomando o antecedente inanimado, não pode ser uma variável, já que quando supomos um movimento dessa *ec*, a sentença passa a ser agramatical⁴⁰. As autoras propõem que o objeto nulo inanimado de (63c) não é sensível a ilhas, sendo assim, ele é um elemento nulo do tipo [-anafórico] [+pronominal], ou seja, um *pro*.

⁴⁰ Cyrino (2000) aponta esse fato de as autoras não contrastarem a sentença com uma estrutura de ilha, como fizemos em (64), concluindo que parece, então, que é o próprio traço [-animado] sozinho que permite objetos nulos em PB.

Partindo da argumentação de Rizzi (1986), elas demonstram que “the different interpretations that *pro* can get correspond to more or less rich grammatical specifications” (B&FS, op. cit.: 190). Assim, um NP tem um traço [+referencial] apenas se tiver a especificação de pessoa e é [+argumental] se tiver a especificação de número.

B&FS propõem que, no italiano, o sistema de concordância de objeto contém os núcleos de gênero e número, mas não de pessoa. Sendo assim, um objeto *pro* no italiano nunca pode receber a especificação para o traço de pessoa, logo não pode ter uma interpretação referencial, porque não pode ser um NP com traço [+referencial]⁴¹. Já em PB, o traço de pessoa está presente no sistema morfológico de concordância de objeto e, assim, *pro* pode ter uma interpretação referencial.

Quanto ao licenciamento e identificação do objeto nulo em PB, elas afirmam que um núcleo do sistema de concordância licencia o nulo, enquanto sua identificação é feita pelo elemento com o qual ele está coindexado.

3.3.5.2 Barra Ferreira (2000)

Barra Ferreira (2000) também apresenta uma proposta de que o ON do PB é um elemento pronominal. O autor propõe uma análise minimalista para o objeto nulo nesta língua discutindo a ocorrência desse nulo em outras três línguas: o chinês, segundo Huang (1984), o quíchua imbabura, segundo Cole (1987) e o PE, conforme Raposo (1986). Barra Ferreira comenta as três análises e faz um paralelo dessas com o PB.

Como vimos acima, Huang (1984) mostrou que no chinês o ON se comporta como uma variável ligada a um operador em posição A-barra, que pode ser preenchido ou nulo. Ele mostra a impossibilidade de o chinês possuir um elemento vazio na posição de objeto, quando este é ligado a um elemento em posição argumental, como em (65a), em contraste com o pronome em (65b), que é ambíguo entre a leitura de que a Lisi conhece Zhangsan ou qualquer outra pessoa:

- (65) a. * Zhangsan_i shuo Lisi bu renshi e_i
‘Zhangsan_i disse que Lisi não conhece e_i ’

⁴¹ Segundo Rizzi (1986), o objeto nulo só é possível em italiano se ele tiver leitura arbitrária.

b. Zhangsan_i shuo Lisi bu renshi ta.

‘Zhangsan disse que Lisi não conhece *ele*’

Já Cole (1987), como vimos, mostra que tanto a sentença em (65a) como em (65b) são possíveis em quíchua, sendo que nessa língua o objeto nulo é um pronome vazio do tipo *pro*. A terceira análise mostrada pelo autor é a de Raposo (1986), que apresentamos acima, na qual o ON no PE seria uma variável ligada a um operador nulo em uma posição A-barra.

Comparando essas três análises com as características do ON do português brasileiro, Barra Ferreira mostra que, em relação ao PE, o PB tem a propriedade de apresentar ON em ilhas, diferentemente do PE; enquanto todas as sentenças apresentadas por Raposo em (37), (38), (39) e (40) acima são agramaticais em PE, elas são completamente possíveis em PB. Em decorrência disso, tanto em relação ao PE quanto em relação ao chinês, o ON do PB não apresenta movimento, por isso não poderia ser uma variável. Já o PB difere do quíchua imbabura por não aceitar sentenças como (66) abaixo, possíveis em quíchua imbabura, mas impossíveis em PB (e também no chinês, como indicamos em (65b) acima):

(66) *João_i falou que a Maria não conhece *e_i*.

O autor então observa, a partir dessas comparações, que se torna difícil enquadrar o comportamento do ON do PB tanto junto aos pronomes quanto junto às variáveis. Segundo BF (*op.cit.*: 61) “dizer que o ON é um epíteto nulo [conforme a análise reformulada de Huang (1991) para o chinês] resolveria tanto o problema relacionado à ausência de efeitos de ilha, quanto à impossibilidade de (6a) [exemplo (65a) acima], já que nesse caso o ON estaria A-ligado, violando a Teoria da Ligação (cf. * O João_i disse que a Maria ama [o infeliz]_i)”.

Porém, a análise como um epíteto nulo apresenta problemas, pois, segundo o autor, sofre do mesmo mal da análise do ON como *pro*, já que não consegue explicar o contraste dos exemplos abaixo:

(67) a. A mãe do João_i acha que a Maria está traindo [o infeliz]_i.

b. * A mãe do João_i acha que a Maria está traindo *e_i*.

Ele, então, recorre a Cyrino (1997) e concorda com ela no fato de que o objeto nulo não tolera antecedentes animados. A conclusão a que ele chega é que o ON do PB é como o do quíchua imbabura, “trata-se simplesmente de um pronome, que, em PB, não admite antecedentes

animados.” (BF, *op.cit.*: 63). Porém, como veremos mais adiante, essa análise encerra problemas.

O autor toma como ponto de discussão a seguinte questão: como brasileiros e portugueses adquirem as diferenças entre suas línguas, já que essas diferenças são encontradas em estruturas complexas que, por hipótese, não fariam parte dos dados dos quais a criança lança mão para adquirir uma estrutura de sua língua⁴²? Para que se responda a essa questão, o autor admite que é preciso encontrar dados exclusivos do PB que permitam à criança adquirindo tal língua descobrir a possibilidade de uma categoria vazia, em sua língua, capaz de licenciar a estratégia do objeto nulo *in situ*. Tomando sentenças como (68) abaixo, o autor segue a discussão:

- (68) a. João precisa desse livro.
b. * O João precisa esse livro
c. Esse livro, o João precisa.

As suposições são as seguintes: uma criança que ouvisse uma sentença como (68a) concluiria que o verbo *precisar* não checa caso acusativo junto a seu objeto e que, por esse motivo, a preposição é necessária. Além disso, (68b) é impossível, exatamente porque não possui a preposição e o DP *esse livro* não tem seu traço de caso checado. A criança ainda teria que descobrir qual seria a categoria vazia na posição de objeto em (68c). Se se tratar a categoria vazia como um vestígio – formado por movimento – o DP *esse livro* não teria seu traço de caso checado, da mesma maneira como em (68b), já que a checagem do caso ocorreria antes do movimento. Assim, a única opção, segundo BF (*op.cit.*: 66), “é admitir a existência de um elemento foneticamente não realizado contido na numeração correspondente à derivação da sentença e que é inserido na posição de objeto do verbo *precisar*”. Este elemento foneticamente não realizado teria as seguintes características: (i) ser capaz de preencher uma posição temática; (ii) não possuir traço de caso; (iii) poder estar ligado A-barra.

Baseado nessas propriedades, Barra Ferreira, então, caracteriza o ON do PB como um pronome nulo sem traço de Caso e que pode estar A-barra ligado. Porém, fica a questão: como eliminar os traços não interpretáveis de *v* se o ON não possui traço de caso? Assumindo

⁴² Lightfoot (1991) afirma que as crianças são aprendizes de grau zero, ou seja, marcam os parâmetros de sua língua baseadas apenas em dadas de domínios não-encaixados – degree-0 learnability. Sendo assim, crianças adquirindo PE e PB não lançariam mão de domínios encaixados (domínios de ilhas) para adquirem as diferenças entre suas línguas.

que ν não possua traço EPP⁴³, para que a derivação convirja, basta apenas que o conjunto de traços- Φ de ν (sonda) entre em relação com o conjunto de traços- Φ do ON (alvo), eliminando os traços não interpretáveis de ν .

A conclusão do autor é que o ON do PB é um pronome sem traço de Caso que pode, mas não necessita, estar ligado A-barrado por um antecedente na periferia esquerda da sentença e que, além disso, por não possuir traço de Caso, não está disponível para operações de movimento. “O conjunto de traços- Φ do ON é suficiente para permitir que ele entre em relação de checagem com os traços- Φ de um núcleo que possua traços não-interpretáveis”. (BF, op. cit.: 99). É interessante notar que, no seu trabalho, o autor está assumindo que traços- Φ e traços de caso são elementos independentes, diferentemente da versão atual do Programa Minimalista (Chomsky 1998 e obras posteriores), que liga o traço de caso à presença ou ausência de traços- Φ completos no alvo, que valora os traços- Φ completos (não-interpretáveis) de uma sonda.

3.3.5.3 Os trabalhos de Cyrino

As propostas de Cyrino já vêm sendo discutidas desde o capítulo anterior, quando detalhamos seu estudo diacrônico, referido nos trabalhos de (1994, 1996 e 1997). De acordo com as considerações diacrônicas feitas, o clítico acusativo de terceira pessoa passou por uma mudança que teve como consequência a sua extinção do sistema pronominal do PB. Como Cyrino mostra, o guia da mudança está relacionado aos traços semânticos de especificidade e animacidade do antecedente. Os resultados apresentados por ela mostram que antecedentes [-animado] são retomados, regra geral, pelo objeto nulo e antecedentes [+animado] pelo pronome lexical. Unido ao traço de animacidade, o traço de especificidade define ainda mais a escolha, especialmente quando os antecedentes são [+animado]. Tudo isso foi detalhado no capítulo anterior por meio de tabelas e exemplos, que mostraram a situação em peças de teatro do século XVI ao século XX.

Nesses mesmos trabalhos, Cyrino propõe um estatuto para o objeto nulo no PB, afirmando que ele é uma elipse nominal em Forma Fonética e reconstrução desse elemento em Forma Lógica. Para a autora, o que teríamos seria uma “inaudibilidade” de uma construção presente em LF. A proposta de reconstrução para explicar o ON do PB vem de

⁴³ Chomsky (1986: 126) afirma que “o PPA [EPP] é um modo particular de exprimir o princípio geral de que todas as funções têm de ser saturadas”.

Fiengo & May (1994) que, segundo Cyrino (2003: 44) “afirmam que a elipse, além de exigir a condição de que a reconstrução seja aplicada, demanda também uma condição de recuperabilidade”. A reconstrução nos informaria a identificação da categoria sintática, enquanto que a “recuperabilidade” nos daria a informação do conteúdo da categoria sintática. Assim, além da reconstrução do material elidido, teremos que ter também a recuperação do conteúdo desse material⁴⁴.

Em Cyrino (1999) a autora procura confirmar em dados sincrônicos o que seus dados diacrônicos já haviam mostrado; “neste trabalho, o objeto direto nulo no corpus do NURC é analisado, para verificar se os resultados provenientes de textos escritos (peças teatrais em Cyrino, 1994) podem ser comparáveis a resultados de dados de um corpus oral” (Cyrino, *op.cit.*: 604). Ela se valeu de dados de Dillinger *et al* (1996) (segundo ela da região de São Paulo e Rio de Janeiro) e também de dados provenientes de corpus compartilhado de Porto Alegre, Salvador e Recife. Os dados apresentados em sua primeira tabela⁴⁵ parecem mostrar que, assim como sugeriram Schwenter & Silva (2002) acima, não há diferenças dialetais quanto ao uso do objeto direto nulo nas regiões do Brasil:

| Região | Total | Obj. direto nulo |
|-----------|-------|------------------|
| SP | 49 | 25 (51%) |
| RJ | 44 | 22 (50%) |
| Salvador | 31 | 24 (77%) |
| P. Alegre | 61 | 32 (52%) |
| Recife | 27 | 13 (48%) |
| Total | 212 | 116 (55%) |

Tabela 4 (Cyrino, *op.cit.*: 610): ocorrência de complementos nulos

Como vemos nessa tabela, à exceção de Salvador, o percentual de ocorrência do nulo nas demais regiões brasileiras analisadas é semelhante. Além disso, a autora mostra que em

⁴⁴ A proposta de Cyrino sobre o estatuto de elipse nominal do objeto nulo em PB não será aqui trabalhada mais detalhadamente, uma vez que nosso objetivo principal não é discutir o estatuto do objeto nulo em PB, nem tentar explicar nossos dados por meio dessa análise, mas sim observar de que maneira esse nulo é adquirido nessa variedade do português. Para maiores detalhes sobre a proposta de Cyrino remeto o leitor a Cyrino (1994/1997).

⁴⁵ Nessa tabela, Cyrino apresenta os dados referentes ao objeto direto nulo, objeto indireto nulo e aos dois complementos nulos, ou seja, não está levando em conta, além das posições nulas, também as posições preenchidas. Realizamos esse recorte da tabela porque objetivávamos mostrar o percentual de ocorrência do objeto direto nulo, tema dessa dissertação.

relação aos antecedentes do objeto nulo, os dados apresentados em sua pesquisa diacrônica (tabela 5) são confirmados pelos dados sincrônicos (tabela 6):

| Antecedente | Número | % |
|---------------|--------|------|
| [+esp., +ani] | 0 | 0 |
| [+esp., -ani] | 64 | 67,4 |
| [-esp., +ani] | 4 | 4,2 |
| [-esp., -ani] | 27 | 28,4 |
| Total | 95 | 100 |

Tabela 5 (Cyrino, *op.cit.*: 615): ocorrência de objetos nulos no século XX

| Antecedente | Número | % |
|---------------|--------|------|
| [+esp., +ani] | 10 | 8,9 |
| [+esp., -ani] | 72 | 64,3 |
| [-esp., +ani] | 7 | 6,3 |
| [-esp., -ani] | 23 | 20,5 |
| Total | 112 | 100 |

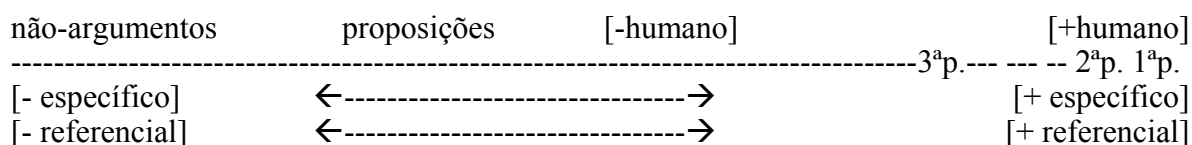
Tabela 6 (Cyrino, *op.cit.*: 611): antecedentes do objeto direto nulo

Quando comparamos as tabelas 5 e 6, especialmente em relação aos antecedentes [+específico, -animado], observamos a semelhança de resultados dos dados diacrônicos com os dados sincrônicos; o objeto nulo ocorre em 64,3% dos casos quando o antecedente possui esses traços nos dados do NURC e em 67,4% nos dados diacrônicos (escritos).

Segundo a autora, “os resultados confirmam as pesquisas sincrônicas e diacrônicas existentes: o objeto direto nulo do PB é preferencialmente [-animado] e ocorre em qualquer tipo de estrutura, seja ilha ou não” (Cyrino, *op.cit.*: 618).

Em um outro trabalho (Cyrino, 2003), a autora afirma que a correlação entre a queda dos clíticos e o aparecimento do objeto nulo (como afirmaram a própria Cyrino (1994,1997), Pagotto (1996) e Nunes (1996)) não é simples, visto que nem todos os clíticos desapareceram do sistema pronominal brasileiro. Ao contrário disso, a queda dos clíticos acusativos e o conseqüente aparecimento da construção com objeto nulo é fruto de uma espécie de princípio, que estaria agindo na posição de objeto, mas não na posição de sujeito – o Princípio Evite Pronome, como mencionamos no capítulo anterior.

Assim, segunda a autora, o objeto nulo só poderá ocorrer quando tiver um antecedente em uma posição baixa da hierarquia da referencialidade. Tal hierarquia da referencialidade foi proposta por Cyrino, Duarte & Kato (2000) que, segundo Cyrino, mostraram que a referencialidade tem uma alta relevância na pronominalização em diversas línguas.



(Hierarquia da referencialidade (Cyrino, *op.cit.*: 41))

Segundo ela, a generalizada queda dos acusativos de 3^a pessoa, ao contrário dos demais clíticos, é explicada pela posição que cada um deles ocupa na Hierarquia; quanto mais à esquerda o elemento estiver (como o nulo com antecedente [-animado]) menor valor referencial ele terá. “Para uma língua que tem a opção entre variantes plenas ou nulas, um dos fatores que influencia a escolha é o estatuto referencial do antecedente” (Cyrino, *op.cit.*).

A autora ainda admite que no caso do objeto direto anafórico, os clíticos acusativos de terceira pessoa podem ser ‘evitados’, pois ocupam uma posição baixa na hierarquia da referencialidade. Como discutido no capítulo anterior, se esse princípio estivesse agindo de maneira incisiva na posição de objeto então era de se esperar que o pronome lexical também não estivesse ocorrendo, na retomada de antecedentes inanimados, o que não acontece, visto nossos dados de aquisição da linguagem e, especialmente, os dados de retomada pronominal de antecedentes inanimados na gramática adulta, que serão discutidos no capítulo 5.

Também como já afirmamos no capítulo anterior, mesmo que a correlação entre a queda dos clíticos e o aparecimento do objeto nulo não se confirme, o fato é que a função antes exercida pelo clítico acusativo de terceira pessoa é agora realizada ou pelo objeto nulo ou pelo pronome lexical.

3.3.5.4 Creus & Menuzzi (2005)

Além das análises apresentadas até aqui temos a análise que Creus & Menuzzi (2005) – daqui em diante C&M (2005) – propuseram para o ON no PB. Para eles, a ocorrência do objeto nulo em PB tem a ver com o gênero semântico do antecedente que esse nulo retoma. Os traços de animacidade e especificidade desempenham um papel secundário, nesse caso.

Segundo os autores, quando o pronome pleno ocorre é porque retomou um antecedente que possui gênero semântico – ou seja, um elemento que possui sexo natural identificável (cf. exemplo (69a)). Já o ON ocorrerá na posição de objeto quando seu antecedente não tiver gênero semântico – quando seu sexo natural não puder ser identificado (cf. exemplo (69b)). Isso porque, para os autores, ONs não são especificados para gênero enquanto pronomes o são.

- (69) a. Sabe **a Maria**_i? Eu encontrei **ela**_i ontem no cinema.
 b. Você já ouviu falar do **último filme do Almodóvar**? Eu fui ver []_i ontem e achei []_i meio chato.

Essa hipótese não difere da hipótese baseada no traço de animacidade com relação aos antecedentes [-animado], mas difere quando o antecedente é [+animado]. Para eles, “substantivos com gênero semântico inerente, terão, necessariamente um gênero semântico determinado **independentemente de o NP ser específico ou não**” (C&M, op. cit.: 8 – grifo nosso).

Para avaliar essas predileções, os autores realizaram um teste de gramaticalidade aplicado a 13 alunos de pós-graduação. Os resultados obtidos estão descritos na tabela abaixo:

| Classe do Antecedente | Objetos Nulos | Pronomes Plenos |
|---------------------------------|----------------------|------------------------|
| [+a, -e, -gs] | 24/37 (64.9%) | 13/37 (35.1%) |
| [+a, -e, +gs] | 09/31 (29.0%) | 22/31 (71.0%) |
| [+a, +e, +gs] | 08/31 (25.8%) | 23/31 (74.2%) |
| ant. da frase (g) ⁴⁶ | 09/16 (56.3%) | 07/16 (43.7%) |

Tabela 7 (C&M, op. cit.: 10) Ocorrências de ONs e PrPls segundo o tipo do antecedente

⁴⁶ Frase (g): *Quando viu alguns turistas que estavam jogando lixo nas ruas, o policial xingou {__/eles}.*

Os autores separam o antecedente da frase g – *alguns turistas* – dos antecedentes que apresentaram um comportamento como o indicado para antecedentes [+a, -e, -gs]. A consideração dos autores é a seguinte: “uma vez que o NP *alguns turistas* é do tipo [+a, -e, -gs], esperaríamos que mostrasse uma forte preferência por ONs como opção anafórica, como os demais antecedentes deste tipo testados. De fato, *alguns turistas* mostra uma certa preferência por ONs; mas ela não é tão significativa: a diferença percentual entre ONs e PrPls é de cerca de 10%. Assim, concluímos que há algum outro aspecto da frase (10g) perturbando os resultados.” (Creus & Menuzzi, op. cit.: 11/12)

Essa tabela nos mostra que os antecedentes [+a, -e], quando submetidos à variável *gênero semântico*, apresentam comportamentos diferentes, mostrando grande preferência ou pelo nulo (quando o antecedente é [-gs]) ou pelo pronome (quando o antecedente é [+gs]) – o que indica que é gênero semântico, e não traço semântico de animacidade, que é relevante para a alternância entre nulo e pronome para esses antecedentes. Os autores indicam que os dados da tabela, referentes aos antecedentes [+a, -e, +gs] e [+a, +e, +gs] mostram um padrão de resposta praticamente idêntico – “formam uma classe natural de antecedentes” – quando comparados aos antecedentes [+a, -e, -gs]. Eles afirmam que isso “mostra claramente que os efeitos dos traços de animacidade e especificidade são secundários em relação ao efeito do traço de gênero semântico” (C&M, *op.cit.*: 10). Sendo assim, há a evidência de que a presença/ausência de gênero semântico é fator fundamental para a alternância objeto nulo/pronome lexical, porém, não único.

No final do artigo os autores comentam rapidamente sobre a natureza do ON em PB. Para eles, a solução mais simples seria admitir que o ON é algum tipo de elemento pronominal, “se estamos certos em presumir que a distinção entre ONs e PrPIs [pronomes lexicais] é essencialmente uma oposição entre formas anafóricas de 3ª pessoa especificadas ou não para gênero – isto é, para um traço- φ ” (C&M, *op. cit.*: 12).

3.3.6 A natureza do objeto nulo: comparando as análises

Como vimos nas análises aqui discutidas, as línguas não são homogêneas quanto ao tipo de elemento nulo apresentado na posição de objeto direto anafórico. Em chinês, como mostrou Huang (1984), essa categoria vazia é uma variável, que é ligada A-barrado a um tópico nulo ou manifesto. Como mostrado em (18), repetida aqui em (70), essa *ec* em posição de objeto não pode ser ligada A em chinês:

(70) * **Zhangsan**_i xiwang [Lisi Keyi kanjian **e**_i]
 ‘Zhangsan_i espera que Lisi possa ver e_i.’

Cole (1987) mostrou que, diferentemente do chinês (e do PE na análise de Raposo (1986)), o quíchua imbabura apresenta um elemento pronominal (*pro*) na posição de objeto e que coreano e tailandês podem apresentar tanto *pro* quanto variável nessa posição. Raposo (1986) propôs que em PE o objeto nulo, assim como em chinês, é também uma variável (ele

reformula, posteriormente, essa proposta afirmando que tanto o objeto nulo do PE quanto do PB são, na verdade, um *pro*, como também vimos na discussão de suas propostas acima).

Voltemos à sentença em (70). O nulo na posição de objeto direto em chinês só pode se referir a um elemento cujo referente é fixado fora da sentença, portanto ligado ao discurso. A interpretação da *ec* ligada ao sujeito da sentença matriz é impossível, assim como a sentença (71a) em PB; a ligação do objeto ([+animado]) de uma sentença encaixada ao sujeito da sentença matriz só é possível em chinês e português se em lugar da *ec* tivermos um pronome lexical (se esse objeto for [-animado] o problema deixa de existir). Além dessa leitura, o pronome ainda pode gerar uma outra, aquela em que o *ele* é ligado no discurso. Essa ambigüidade de interpretação também está presente em inglês (sentença (72)), que só permite a posição de objeto preenchida, já que é uma língua que não permite argumentos nulos.

- (71) a. *O José_i sabe que a Maria gostaria de conhecer e_i.
b. O José_i sabe que a Maria gostaria de conhecer ele_{i/j} (Galves, 2001, p. 173)

- (72) John said that Bill knew **him**.
'John disse que Bill conheceu **ele**.'

Bianchi & Figueiredo Silva (1994), como vimos acima, explicam a impossibilidade da sentença em (71a) pelo fato de que o nulo está ligado a um antecedente animado, o que, segunda elas, fere o princípio C. Assim, como ON e pronome lexical não estão em variação livre, a co-referência indicada só é perfeita se empregarmos um pronome lexical. No entanto, se essa ligação ocorre com um antecedente inanimado, esse efeito já não pode ser visto:

- (73) Esse prato_i exige que o cozinheiro termine de preparar e_i na mesa.

De acordo com (73), então, as autoras afirmam que o objeto nulo [-animado] do PB é um elemento pronominal, do tipo *pro*, como já detalhamos acima (já que é A-ligado e é c-comandado pelo antecedente). Assim como B&FS, também a maioria dos outros autores, que tratam do assunto, considera o objeto nulo do PB um elemento pronominal do tipo *pro*.

Para Barra Ferreira, um exemplo como em (71a) não é possível devido à restrição do objeto nulo, em PB, a antecedentes animados. Para ele, como também já mencionamos acima, o objeto nulo do PB é um *pro* sem traço de Caso.

Ele mostra que, qualquer que seja a categoria vazia em posição de objeto em PB, ela é diferente do PE, uma vez que sentenças como (74) abaixo são agramaticais em PE:

- (74) a. Esse livro_i, a Maria conhece o cara que escreveu []_i
b. [_{TopP}[esse livro]_i Top [_{TP}a Maria disse que o João comprou _{ti} em Paris]].

As sentenças, segundo Barra Ferreira, seriam ambíguas entre o movimento de um elemento para TopP ou um *pro* sem traço de caso (ON *in situ*). No entanto, como vestígios de movimentos seriam impossíveis em ilhas, uma sentença como (75) só seria possível se o objeto nulo for um *pro*:

- (75) **Esse aluno**, eu ainda não consegui encontrar um professor que elogiasse []_i

Sentenças como essas seriam impossíveis em PE devido à estrutura de ilha, já que em PE a topicalização é sempre o resultado de movimento.

No entanto, Cyrino (2000) quer mostrar que a proposta de Barra Ferreira não está correta. Segundo Raposo & Kato (2001), encontramos sentenças que são consideradas gramaticais tanto em PB quanto em PE, como temos abaixo:

- (76) a. **Este livro**_i, Maria acha que ele decepcionou o público quando a editora pôs []_i à venda
b. **Este autor**_i, nem todos cumprimentaram []_i

Cyrino afirma que diante desses exemplos não podemos tomar as sentenças em (74) e compará-las com objetos nulos anafóricos do PB. “If we do that and consider the null object a *pro* without Case in BP as opposed to EP, in which it would be a variable, the generalization and the subsequent contrast between these languages, which Barra Ferreira wants to stress in his analysis, is lost, since the sentences in (9) [nosso exemplo (76)] appear to be grammatical in both languages” (Cyrino, *op.cit.*: 3).

Além disso, a autora também aponta que a análise do ON em PB, feita por Farrel (1990), que também argumenta que o ON seja um *pro*, apresenta problemas. Segundo o autor, o objeto nulo em PB seria intrinsecamente especificado para 3ª pessoa para sua identificação e seria formalmente licenciado por Infl ou V. Segundo Cyrino, o problema com a proposta de

Farrel é que teríamos um tipo de *pro*, para a posição de objeto, que é diferente da posição de sujeito (que não tem especificação de pessoa).

Ainda segundo a autora, o ON não poderia ser um *pro* em PB, pois se o exemplo com o pronome manifesto (71b) é gramatical, então se esperaria que o exemplo com ON também o fosse (exatamente o que ocorre com o quíchua imbabura). Como (71b) não é agramatical, a conclusão é que o ON do PB não é *pro*.

Baseada nesses e em outros problemas com relação às propostas de que o objeto nulo do PB é um *pro*, Cyrino (1994 e obras posteriores) propõe que o ON do PB é, então, resultado de elipse nominal em Forma Fonética e reconstrução desse elemento em Forma Lógica, conforme discutimos anteriormente. É nesse sentido que consideramos que, de um modo geral, essa é a proposta que parece explicar melhor a questão do objeto nulo, apesar de não termos procurado explicar nossos dados infantis lançando mão de tal hipótese⁴⁷.

Gostaria de mencionar, ainda que rapidamente, o trabalho de Lopes (no prelo) que procura mostrar que, pelo menos nos dados infantis, o objeto nulo é licenciado por Aspecto (AspP). A autora parte do trabalho de Cyrino & Matos (2002), que discute elipse de VP em PE e PB, concluindo que em PB tanto os clíticos como a elipse de VP podem ser licenciados por um núcleo funcional diferente de T. Lopes (op. cit.: 10) afirma que “para as autoras, as elipses de VP e de clítico seriam licenciadas, em PB, por qualquer categoria funcional abaixo de T, pois diacronicamente tais projeções teriam sido reanalisadas na língua como projeções estendidas de V, contendo traços verbais plenos”.

A proposta de Lopes é que a categoria Asp estaria desenvolvida na gramática da criança adquirindo o PB no mesmo momento em que o pronome passa a ocorrer na posição de objeto, que é também o momento em que o nulo dêitico passa a ser anafórico (como veremos no capítulo 5).

Estamos diante de um desafio: especificar como o objeto nulo do português brasileiro é licenciado e qual é a sua natureza. A questão do licenciamento do objeto nulo por um núcleo aspectual, assim como a idéia de que no Programa Minimalista não poderíamos mais ter reconstrução em LF, o que teria efeitos sobre a proposta de Cyrino, serão desenvolvidas em pesquisa futura. Por ora, mesmo percebendo os problemas envolvidos nas diferentes análises, vamos assumir que o objeto nulo do PB é fruto de uma elipse nominal em PF e reconstrução do elemento elidido em LF, conforme discutido por Cyrino.

⁴⁷ No entanto, dado que o Programa Minimalista não admite mais a idéia de reconstrução de categorias e traços semânticos em LF, nos casos de elipse de modo geral, parece que temos um problema a resolver, também para essa análise, o que observaremos com mais detalhes em pesquisa futura.

3.4 CONCLUINDO O CAPÍTULO

Nesse capítulo detalhamos o fenômeno que é foco desta dissertação sob os pontos de vista semântico e sintático. Sob a ótica da semântica, observamos em que sentido os traços de animacidade e especificidade (e também definitude) estão envolvidos na delimitação do objeto nulo em PB e da marcação da posição de objeto direto em línguas como o espanhol, por exemplo. Schwenter & Silva (2002/2003) nos mostraram de que maneira os condicionamentos do preenchimento da posição de objeto direto anafórico em PB (objeto nulo e pronome lexical) podem estar relacionadas à marcação de acusativo, dependendo dos traços semânticos do objeto, como vimos em espanhol e em turco, por exemplo.

Em termos sintáticos, apresentamos alguns trabalhos importantes que nos deram a idéia de como o objeto nulo ocorre em outras línguas, além do português brasileiro. Entre eles os trabalhos clássicos de Huang (1984), Raposo (1986), Campos (1986) e Cole (1987), que nos mostraram o comportamento do objeto nulo nas línguas que eles analisaram. Para o PB, apresentamos alguns dos trabalhos que julgamos mais significativos para nosso estudo em termos da sintaxe do objeto nulo, com a consciência de que não esgotamos a discussão referente ao assunto. Apresentamos algumas das análises que consideram o objeto nulo do PB um *pro* (B&FS (1994), BF (2000), C&M (2005) (apesar de estes últimos não desenvolverem muito esse assunto), confrontando com as análises de Cyrino (1994 e obras posteriores) para a qual o nulo é fruto de elipse nominal em PF e reconstrução do elemento nominal em LF.

Assumimos que a proposta de Cyrino parece ser a mais adequada, ainda que também apresente problemas, e deixamos em aberto a discussão sobre a natureza e licenciamento do objeto nulo em PB.

No capítulo que segue entraremos propriamente nas discussões sobre a aquisição do objeto direto anafórico. Apresentaremos uma síntese de alguns trabalhos importantes desenvolvidos sobre o assunto em algumas línguas. Nosso objetivo foi unir tantas análises de línguas diferentes quantas nos fosse possível a fim de que pudéssemos comparar o fenômeno nas diferentes línguas e estabelecer, tanto quanto possível, uma aproximação entre as línguas no que se refere ao preenchimento da posição de objeto, sugerindo uma “pista” do que seria o parâmetro ao qual o objeto nulo estaria ligado.

CAPÍTULO 4

A POSIÇÃO DE OBJETO DIRETO NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

4.1 INTRODUÇÃO

Quando se trabalha com qualquer fenômeno da gramática em uma língua específica, surge a curiosidade de saber como tal fenômeno ocorre em outras línguas (se é que ocorre) e em que medida as restrições que regulam um fenômeno específico numa língua X podem estar presentes também numa língua Y. Com o fenômeno estudado aqui não foi diferente, até porque, quando se trabalha nos limites da teoria gerativa – que busca a adequação descritiva e explicativa de forma mais econômica – procuramos sempre mostrar como as gramáticas de línguas particulares podem ser aproximadas.

Sendo assim, este capítulo se preocupa em mostrar o fenômeno do objeto nulo em várias línguas. Na seção 4.2, apresentamos e discutimos alguns trabalhos que analisam a existência de uma categoria vazia em posição de objeto. O fato importante a se destacar é que existem línguas que permitem essa categoria vazia na gramática adulta, enquanto outras não o permitem, o que nos levou a diferenciar o fenômeno do objeto nulo – que ocorre na gramática adulta de línguas como o português, o chinês, o japonês, o cantonês – do que chamamos de omissão do objeto – fase pela qual passam crianças adquirindo línguas como o espanhol, o italiano, o inglês, que não permitem essa omissão na língua adulta.

Tal seção tem como objetivo mostrar de que maneira essa omissão é semelhante nas diferentes línguas e o que leva as crianças a passarem por essa fase. Podemos ainda dizer que, sempre que possível, indicaremos as aproximações existentes entre as línguas mencionadas.

Além disso, na seção 4.3, mostramos os estudos já realizados sobre o objeto nulo na aquisição do português. Os trabalhos de Costa & Lobo (2005) e Magalhães (2006) mostram como a aquisição ocorre em PE, indicando quais as características do objeto nulo na variedade europeia. Em relação à aquisição do PB, além de o trabalho de Magalhães mostrar alguns aspectos sobre o objeto nulo, é o trabalho de Lopes & Cyrino (2005) que detalha a aquisição do chamado objeto direto anafórico em PB. Elas mostraram que os traços semânticos de especificidade e animacidade que, segundo Cyrino (1997), guiaram a mudança nessa posição, continuam agindo, agora na aquisição da linguagem.

Em suma, o que pretendemos é apresentar as hipóteses sobre aquisição do objeto nulo e dos clíticos acusativos em diferentes línguas, para que se possa entender as relações que serão feitas entre a aquisição do objeto direto em PB e em outras línguas aqui mencionadas.

Além disso, dedicaremos uma seção para discutirmos a questão de um parâmetro ao qual o objeto nulo estaria ligado. Não pretendemos chegar a uma proposta paramétrica, mas sim tentar estabelecer, através da empiria, correlações entre as diferentes línguas.

Uma última questão que discutiremos brevemente nesse capítulo tem a ver com as diferenças entre gênero semântico e gramatical e qual a ligação disso com a proposta de Creus & Menuzzi (2005) que, como discutimos no capítulo anterior, defendem a idéia de que é o gênero semântico que direciona a escolha entre objeto nulo e pronome lexical na posição de objeto direto anafórico. Para isso, lançaremos mão das idéias de Correa & Name (2002) e Correa *et al* (2004) e de Figueira (2004), procurando mostrar o quanto as crianças usam do gênero gramatical para determinar o gênero semântico.

O capítulo está dividido da seguinte maneira: na seção 4.2 descrevemos a fase da omissão de objeto em crianças adquirindo línguas que não permitem o objeto nulo, além de estabelecer uma diferença entre omissão de objeto e o objeto nulo propriamente dito. Na seção 4.3 apresentamos algumas propostas de análise da aquisição do objeto nulo em português – Magalhães (2006), Costa & Lobo (2005) e Lopes & Cyrino (2005), respectivamente. A seção 4.4 traz uma discussão sobre gênero gramatical e semântico, procurando indicar o quanto essas duas noções estão relacionadas. Na seção 4.5 apresentamos as relações entre as línguas analisadas, indicando até que ponto essas relações podem nos dizer algo sobre o parâmetro do objeto nulo. A seção 4.6 finaliza o capítulo.

4.2 CRIANÇAS PASSAM POR UMA FASE DE OMISSÃO DE OBJETOS EM LÍNGUAS NÃO-OBJETO-NULO⁴⁸

Para iniciarmos essa seção é preciso que estabeleçamos as diferenças quanto ao preenchimento da posição de objeto direto nas línguas. Existem línguas que admitem o objeto nulo (por exemplo, o chinês, o quíchua, o português, como vimos no capítulo anterior) e aquelas que não o permitem. Dentre as que não o permitem temos aquelas que preenchem a posição de objeto com um clítico acusativo (como em espanhol, italiano⁴⁹) – exemplo (1) – e aquelas que utilizam, nessa posição, um pronome forte/fraco (como o inglês) – exemplo (2):

(1) Maria **la** vede. (Shimdtz & Muller, 2003: 6)
'Maria vê ela'

(2) Mary saw **her**
'Maria viu ela'

Sendo assim, usaremos o termo “omissão de clíticos”, quando nos referirmos ao não preenchimento da posição de objeto direto na fala infantil de crianças adquirindo línguas como o espanhol e o italiano, enquanto que “omissão de objeto” será o termo usado para nos referirmos à falta do objeto direto em línguas como o inglês.

Italiano e espanhol, apesar de não admitirem o objeto nulo na gramática adulta, são línguas nas quais as crianças em fase de aquisição passam por uma fase em que omitem os clíticos. Por outro lado, numa língua como o grego, que também não permite objetos nulos na língua adulta, as crianças não passam por essa fase, e quando apresentam essa omissão, ela é muito baixa. Nesse caso, podemos comparar os dados de omissão dos clíticos do grego aos dados de omissão de objeto em inglês (que apresenta números muito baixos de não preenchimento da posição de objeto direto), segundo Tsakali & Wexler (2003).

Por outro lado, esse fenômeno é totalmente possível em outras línguas, como o PB, já que, nesse caso, a posição de objeto direto anafórico não é mais preenchida por um pronome clítico, mas sim por um objeto vazio (Objeto Nulo) que retoma o antecedente, antes retomado

⁴⁸ Estamos chamando de *línguas não-objeto-nulo* aquelas línguas que não permitem o fenômeno do objeto nulo na gramática adulta e de *línguas objeto-nulo* as que permitem o objeto nulo na gramática adulta.

⁴⁹ Campos (1986) para o espanhol e Rizzi (1986) para o italiano mostraram que nessas línguas o objeto nulo só é possível em contextos muito restritos; para o espanhol quando o objeto tem leitura indefinida e para o italiano quando tem leitura arbitrária.

pelo clítico (cf. considerações diacrônicas feitas por Cyrino (1997), apresentadas no capítulo 2). Uma vez que o *onset* da sílaba do clítico não é mais licenciado, como hipotetizado por Nunes (1996), o objeto nulo entra como opção na gramática; na falta do clítico, a retomada de antecedentes [-animado] passou a ser realizada pelo objeto nulo, sendo que o clítico ficou reservado a contextos totalmente formais (nos dados sincrônicos de Duarte (1989) eles somam apenas 4,9% dos dados).

Dessa forma, queremos mostrar que a fase de omissão do objeto direto (clítico ou pronome forte/fraco), pela qual passam crianças adquirindo línguas que não permitem o objeto nulo, é um fenômeno diferente do fenômeno do objeto nulo, permitido e licenciado na gramática adulta de línguas como o português ou o chinês. A posição de objeto, em línguas como o espanhol e o italiano, sendo realizada de forma nula, constitui-se numa violação à gramática dessas línguas, o que novamente indica que nulos na posição de objeto de línguas não-objeto-nulo são diferentes dos nulos na posição de objeto direto de línguas objeto-nulo. Em última instância, a divisão que estabelecemos aqui entre línguas que apresentam, na gramática infantil, omissão de clíticos/pronome forte-fraco e as línguas que apresentam objeto nulo propriamente dito na gramática infantil é explicada pelo fato de que, no primeiro caso, a gramática adulta não permite o objeto nulo, e assim em algum momento a criança não o produzirá mais, lançando mão do clítico/pronome forte-fraco. O segundo caso é o das línguas que produzem o objeto nulo e nas quais esse nulo é evidência positiva (faz parte do *input*) para as crianças adquirindo essas línguas.

Estamos pressupondo que a omissão em línguas de clítico não envolve a mesma categoria que o nulo infantil de crianças adquirindo línguas de objeto nulo. Porém, assumimos que a gramática da criança adquirindo uma língua de clítico deva funcionar dentro daquilo que a GU permite, embora não iremos aqui discutir qual a natureza da categoria envolvida na omissão, pois isso foge ao escopo e aos objetivos do nosso trabalho. São raros os autores a se preocupar com essa discussão; dos trabalhos que apresentaremos adiante, apenas o de Tsakali & Wexler (2003) e Wexler et al (2003) discutem isso, afirmando que a omissão do clítico é fruto de checagem da categoria nominal apenas em um núcleo funcional, como veremos.

Na seqüência, apresentaremos os trabalhos de Fujino (2000), Ticio & Reglero (2001), Tsakali & Wexler (2003), Schmitz & Muller (2003) e Yip & Matthews (2005) e Wang et.al (1992), os três primeiros mostrando que os dados das línguas que analisaram indicam que as crianças, apesar de estarem adquirindo uma língua não-objeto-nulo, passam por uma fase em que omitem os clíticos, enquanto que Yip & Matthews mostram a influência de uma língua que permite objeto nulo – o cantonês – sobre uma que não o permite – o inglês – em crianças

bilíngües cantonês-inglês. Em Wang et al (1992) veremos a baixa ocorrência de objetos nulos na fala infantil de crianças monolíngües adquirindo inglês, na comparação com os dados das crianças bilíngües.

Levando em conta que o espanhol é uma língua que não permite objetos nulos, Fujino (2000) mostra que há uma fase, na aquisição dessa língua, em que as crianças omitem, *de forma ilícita*, o objeto. Investigando três crianças, com faixa etária entre 1;7 e 3;9, ela mostrou que esse fenômeno é gramatical por natureza (ou seja, ocorre no nível da competência) e está relacionado à aquisição dos clíticos objetos. O importante a destacar é que essa colocação, feita por Fujino, é no sentido de não admitir que o caso de omissão dos clíticos seja um caso de performance.

Nessa fase de omissão, os clíticos estão ausentes ou são bem poucos; porém, assim que eles começam a ocorrer com maior frequência, o número de omissões cai significativamente. Sendo assim, grosso modo, o rápido crescimento dos clíticos é concomitante à queda na ocorrência dos objetos nulos.

Para Fujino, duas evidências sugerem que o objeto nulo⁵⁰ ocorre no nível da competência. A primeira delas é que eles parecem ocorrer onde os clíticos ocorrem (o que Fujino chamou de uma relação *trade off*). Isso pode ser observado comparando as porcentagens de NPs lexicais, objetos nulos e clíticos na fase de ocorrência dos objetos nulos com o estágio onde os nulos não ocorrem:

| | NP lexical | Clítico | Nulo |
|----------------------------|-------------|--------------------|-------------------|
| Estágio de objeto nulo | 102 (52,3%) | 10 (5,1%) | 83 (42,3%) |
| Estágio de não-objeto nulo | 187 (56,2%) | 106 (31,8%) | 40 (12,0) |

Tabela 1 (Fujino, *op.cit.*: 28): proporção de NP lexical vs. clítico vs. objetos nulos.

O que a tabela acima nos mostra é que tanto na fase de objetos nulos quanto na fase de objetos não-nulos a ocorrência dos NPs lexicais praticamente não muda. O que realmente apresenta diferença são as porcentagens de nulos e clíticos nos dois estágios. A porcentagem

⁵⁰ Fujino se refere ao fenômeno da omissão dos clíticos em posição de objeto em espanhol como *objeto nulo* porque argumenta que seja realmente esse fenômeno que está em jogo na gramática infantil daquela língua, apesar de o espanhol ser uma língua que não admite o objeto nulo. No entanto, se levarmos em conta a teoria da *Unique Checking Constraint*, apresentada em seguida na discussão do texto de Tsakali & Wexler (2003), veremos que há algumas línguas, cuja gramática infantil, segundo os autores, omite os clíticos em fase inicial de aquisição. Seja qual for o fenômeno que está em jogo nessas línguas (que não admitem o objeto nulo na gramática adulta), o que estamos considerando é que parece prudente diferenciá-lo do fenômeno do objeto nulo, que é parte da gramática de algumas línguas (português e o chinês, como vimos no capítulo anterior).

de objetos nulos, durante o estágio de objeto nulo, é correspondente à porcentagem de clíticos, no estágio de não-objeto nulo.

A segunda evidência para o fato de os objetos nulos das crianças adquirindo o espanhol fazerem parte da competência é que eles podem aparecer em posições não-finais, como em (3):

(3) Hay que pompar [] encima de la silla. (M, 2;3) (Fujino, 2000: 28)

‘Tem que colocar [] em cima da cadeira’

Se a omissão do clítico fosse um problema de *performance*, por exemplo, a criança não daria conta de colocar mais material fonológico depois de *pompar*. Isso nos mostra que não há uma limitação da memória de trabalho, mas sim há falta de convergência na gramática adulta.

Comparando os clíticos com outros elementos (segundo ela, artigos e o que ela chamou de *proto-forms* – formas incompletas, tais como *a*, *e* e *o*), que com ele compartilham certas propriedades, a autora sugeriu que a ausência dos clíticos, nessa fase da aquisição do espanhol, tem a ver com o estabelecimento de “dependência” entre o clítico e a posição de objeto, com a qual ele está ligado. Ela afirma que clíticos objetos são elementos prosodicamente fracos, sendo assim, se eles são omitidos devido a sua fraqueza, então era de se esperar que os artigos – que também são elementos fracos – estivessem também ausentes nessa fase; no entanto, isso não ocorre. Do mesmo modo, se o clítico objeto fosse omitido porque as crianças têm dificuldade de ligação entre o objeto pronominal e seu referente no discurso, outros pronomes objetos também estariam ausentes, como os demonstrativos, o que também não ocorre.

Diante desses fatos a autora confirma sua hipótese alternativa de que os clíticos são inoperantes porque as crianças falham no estabelecimento da “dependência” entre o clítico e a posição de objeto. A autora argumenta que demonstrativos e pronomes objetos são adquiridos muito cedo pelas crianças; esses diferem dos clíticos pelo fato de serem interpretados sem depender de uma outra posição. “Although the claim lacks empirical support, I speculate that the ‘dependency’ is a difficulty factor for children at the null object stage, preventing the full use of clitics” (Fujino, *op.cit.*: 30).

De que maneira, então, o objeto nulo é licenciado na gramática infantil do espanhol? A autora apresenta duas explicações: uma delas é que alguns clíticos aparecem como ONs devido a falhas no spell-out. Para Fujino (*op. cit.*: 30) “this provides a straightforward account

for the ‘trade off’ between null objects and clitics, **because null objects are clitics themselves, the only difference being that they lack phonological form**”⁵¹ (grifo nosso).

A segunda explicação está baseada no fato de que, no espanhol coloquial, é possível o objeto nulo quando este é um tópico do discurso. Como vimos no capítulo anterior, Campos (1986) afirma que o objeto nulo do espanhol só é possível se ele tiver uma interpretação indefinida:

- (4) a. ¿Compraste café?
‘Compraste café’
b. Si, compré e. (Campos, 1986: 354)
‘Sim, (eu) comprei e’

Grande parte dos objetos nulos das crianças ocorre nesse tipo de contexto. “Since topic-drop does not affect the interpretation, it is possible that children resort to this operation until object clitics become fully operative” (Fujino, op. cit.: 31).

Além de Fujino, Tsakali & Wexler (2003) – daqui em diante T&W – também observaram características da fase de omissão de clíticos em línguas que não permitem objetos nulos. Investigando translingüisticamente propriedades dos clíticos objetos diretos, em especial nos dados do grego, eles estabeleceram como foco a seguinte questão: a omissão de clíticos é um estágio universal pelo qual todas as crianças falantes de uma língua de clíticos passam ou isso ocorre apenas em algumas línguas? Há de se chamar a atenção para o caráter de universalidade que os autores pretendem investigar, partindo dessa questão. Eles procuraram mostrar que a mesma restrição, atuante na gramática das línguas que apresentam estágio de infinitivo opcional na gramática infantil⁵², também pode ser utilizada para explicar a fase de omissão de clíticos em crianças adquirindo línguas que não permitem essa omissão em posição de objeto.

Os autores procuram explicar o estágio de Infinitivo Opcional através de uma restrição, supostamente presente na Gramática Universal, chamada de *Unique Checking Constraint* (UCC), que estabelece que o traço D de um DP pode ser checado contra apenas uma categoria funcional. Segundo eles, o estágio do Infinitivo Opcional apresenta algumas características:

⁵¹ Essa afirmação é válida para o espanhol, cujos objetos omitidos serão, num período mais tardio da aquisição, substituídos pelos objetos clíticos, mas não se aplica aos dados do PB, cujos clíticos não possuem mais espaço na gramática.

⁵² Para os autores, essa correlação tem a ver com línguas de sujeito nulo vs. língua de sujeito preenchido.

(5) Estágio do Infinitivo Opcional

- a. Sentenças raiz não-finitas são produzidas;
- b. Sentenças finitas são produzidas no mesmo período de tempo;
- c. No entanto, as crianças sabem as propriedades gramaticais de finitude e não-finitude;
- d. Em inglês, crianças produzem sujeitos não-nominativos (him go), assim como sujeitos nominativos (he go, he goes), mas não produzem sujeitos não-nominativos quando a concordância está presente.

O que se vê, segundo essas características, é que as crianças conhecem as propriedades de finitude e não-finitude, no entanto elas produzem sentenças com infinitivo-raiz. Para que se pudesse levar em conta esses fatos relacionados ao estágio do infinitivo opcional, Schutze and Wexler (1996) *apud* T&W (2003), desenvolveram um *Modelo de Omissão de Tempo/Concordância (Agreement/Tense omission Model – ATOM)*. Esse modelo é constituído de três afirmações:

(6) *Modelo de Omissão de Tempo/Concordância*

- a. As crianças no estágio do infinitivo opcional omitem ou concordância (AGRS) ou tempo (TNS) (relacionados ao sujeito);
- b. As crianças conhecem os traços morfológicos, isto é, sabem que *-s* em inglês é [+3ª pessoa, +singular, +tempo presente];
- c. Crianças inserem traços flexionais de acordo com o modelo correto de morfologia.

Para Wexler (1998), a estrutura de uma sentença finita é a que temos em (7) abaixo:

- (7) a. AGRS [D] TNS [D] [VP DP V ...]
b. [AGRSP DP_i AGRS₀ [TNSP t_i TNS₀ [VP t_i V ...]]]

De acordo com essa estrutura, tanto AGRS quanto TNS possuem um traço D, que deve ser eliminado na checagem contra o traço D de um DP, que sobe para realizar a checagem de

traços⁵³. Segundo os autores, Wexler (1998) tenta explicar a variação que parece existir entre línguas com infinitivos durante a fase do infinitivo opcional e o parâmetro do sujeito nulo. Para isso toma a generalização em (8):

(8) Correlação Sujeito Nulo/Infinitivo Opcional

Uma língua passa por um estágio de infinitivo opcional se e somente se a língua não é língua de sujeito nulo, licenciado por Infl.

O problema, segundo T&W, é derivar o Modelo de Omissão de Tempo/concordância juntamente com a correlação Sujeito Nulo/Infinitivo Opcional; “the theory that can capture the essence of both is the Unique Checking Constraint (Wexler 1998)” (T&W, *op.cit.*:4):

(9) *Unique Checking Constraint*

O traço D de um DP só pode ser checado contra apenas uma categoria funcional.

Eles afirmam que numa língua que possui sujeitos nulos licenciados por flexão (INFL), como o italiano, as crianças em aquisição não passam pelo estágio do infinitivo opcional, já que o traço D de AGR-S é interpretável, não precisa ser checado. Logo, há checagem apenas do traço D de Tense. A relação é a seguinte: UCC não é violada, e não há razão para omitir AGR-S ou Tense, sendo assim a criança não produz sentenças com infinitivo raiz (já que o traço D foi checado apenas uma vez – contra Tense). Eles argumentam que numa língua que não possui sujeitos nulos (em que AGR-S e Tense possuem um traço D não-interpretável, que precisam ser checados), a UCC exclui ou AGR-S ou Tense, para que exista a checagem de apenas um traço D, e por isso ocorrem sentenças com infinitivo raiz.

Assim, da mesma forma como a ocorrência ou não de infinitas-raiz em gramáticas infantis é explicada por meio de um mecanismo universal, a UCC é também utilizada para dar conta de línguas em que há ou não omissão de objeto. Tsakali & Wexler (2003:1) afirmam que:

(...) clitic omission and its cross-linguistic variation stem from some universal principle that prevents children from carrying out certain computational processes of

⁵³ De acordo com Wexler (1998: 50), Chomsky propõe que “EPP is the requirement that a D (Determiner) feature be checked”.

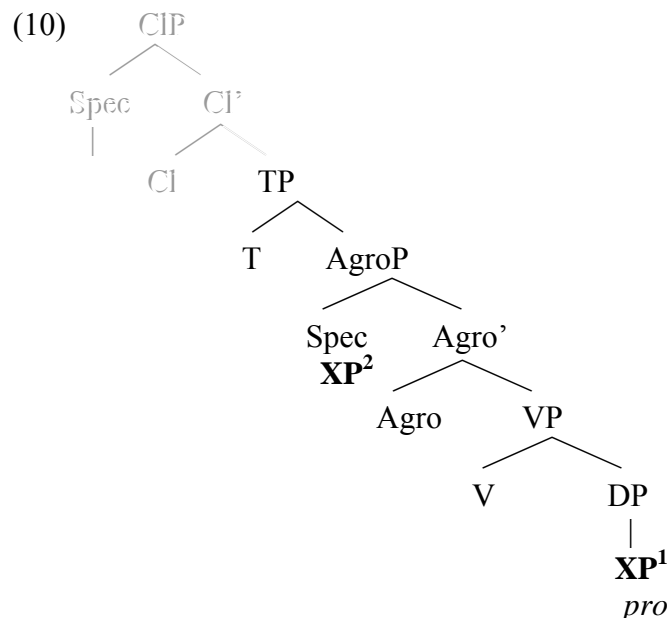
syntax, namely the Unique Checking Constraint, that applies to the Grammar as a whole and allows children to accept and produce ungrammatical constructions.

Sendo assim, a omissão dos clíticos não é uma imperfeição da gramática da criança, mas o resultado de restrições que são princípios da sua gramática.

Partindo do fato de que o clítico objeto checa traço D não-interpretável de AGR-O e Clitic Phrase e que tem seu caso (ACC) checado em AGR-O, podemos entender a explicação para o estágio de omissão de clíticos em algumas línguas, partindo da UCC. A UCC atua excluindo ou Clitic Phrase ou AGR-O, se os dois precisarem checar traço D em uma determinada língua. Esse é o caso de línguas que possuem concordância morfológica de participio com complemento, como por exemplo, o italiano e o francês.

No caso das línguas com essa concordância, há dupla checagem de um traço D, um em AGR-O e outro em Clitic Phrase – já que o clítico é gerado na base, um *pro* checa caso contra AGR-O e se move para Clitic Phrase para concordar com o clítico, então o movimento de *pro* para AGR-O e de lá para ClitP é motivado por um traço não-interpretável D em cada um desses núcleos funcionais.

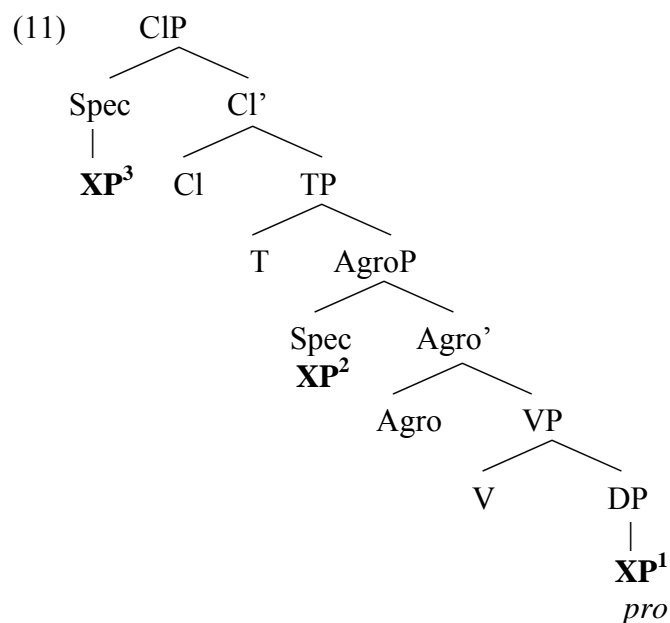
UCC age eliminando um dos traços D a serem checados. Quando elimina Clitic Phrase, há a omissão do clítico e um *pro* checa caso em AGR-O⁵⁴, como vemos em (10):



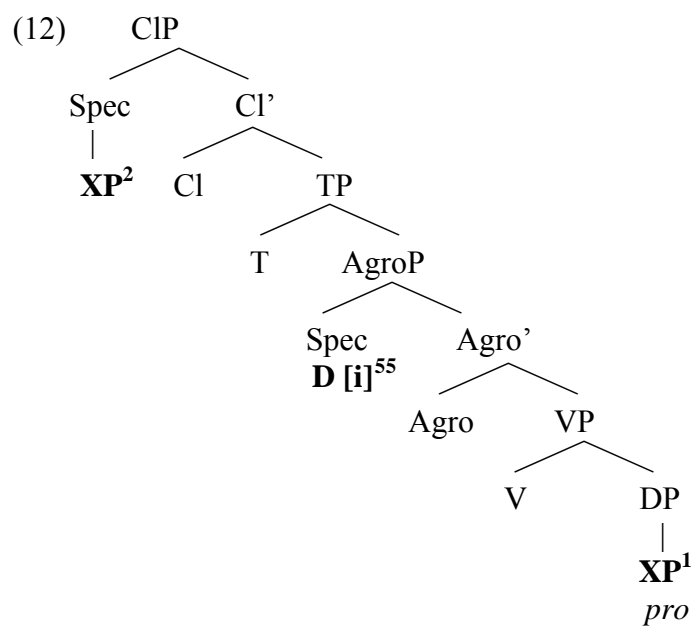
Em línguas que não apresentam concordância de participio, como o espanhol e o grego, *pro* sobe para ClitP para checar os traços-D do clítico, sem, no entanto, necessitar de

⁵⁴ XP aqui indica a relação de checagem entre *pro* e Agro/Clit.

relação de checagem entre AGR-O e *pro* e deste com o clítico. A estrutura em árvore em (11) abaixo mostra o que ocorre quando o *pro* checa o traço D em AgroP e em ClitP:



Já em (12) mostramos a estrutura gerada em línguas que não possuem concordância de participípio:



⁵⁵ D [i] indica que o traço D em Agro é interpretável.

Para confirmar a sua hipótese, os autores mostram estudos realizados com dados infantis de línguas como o espanhol e o francês e seus dados sobre a aquisição do grego. Eles afirmam que o espanhol, assim como grego, não possui concordância de participio com o complemento, os traços-D de AGR-O são interpretáveis, não havendo necessidade de checagem desses. Assim, o único traço-D que precisa ser checado é o traço-D do clítico e não há violação da UCC. Sendo assim, não há razão para omitir o clítico da sentença, já que UCC não está agindo. T&W (2003:7) afirmam que “there is good evidence that Italian kids at a very young age know that participles agree with clitics. Greek or Spanish children never try to make that happen”. Assim, é possível dizer que as crianças conhecem o parâmetro; em espanhol e grego o traço-D em AGR-O é interpretável, enquanto que em italiano e francês esse traço é não-interpretável.

Como consequência, os clíticos não são omitidos em espanhol e grego, no entanto o são em italiano e francês, na fase de omissão de objetos, pela qual passam as crianças adquirindo essas línguas.

Wexler, Gavarro and Torrens (2003) – daqui em diante W,G&T – confirmam o fato de que crianças adquirindo o espanhol quase não apresentam omissão de clíticos. Eles realizaram uma tarefa de elicitación com o objetivo de observar se as crianças adquirindo espanhol e catalão omitem clíticos. Participaram do teste 31 crianças catalãs e 28 crianças espanholas, agrupadas em três grupos de idade (2, 3 e 4 anos de idade). Eles partem da mesma base de T&W – a *Unique Checking Constraint*; como o catalão apresenta concordância de participio, enquanto o espanhol não, o esperado é que haja omissão de clíticos em catalão, mas não em espanhol.

Os resultados apontam quase nenhuma omissão em espanhol, quando comparados com o catalão, como observamos na tabela abaixo⁵⁶:

| | Catalão | Espanhol |
|---------------------|----------------|--------------|
| 1 – 2 anos de idade | (49/62) 79,05% | (5/32) 7,81% |
| 3 anos de idade | (19/86) 22% | (1/40) 1,25% |
| 4 – 5 anos de idade | (5/94) 5,3% | 0 |

Tabela 2 (adaptada de W,G&T (2003: 8): omissão de clíticos na aquisição do catalão e do espanhol.

Os resultados apresentados pelos autores mostram que o percentual de omissão dos clíticos decresce à medida que os clíticos começam a ocorrer na gramática da criança.

⁵⁶Os demais dados são referentes ao uso de clíticos e DPs lexicais.

Para confirmar os resultados com relação ao espanhol, W,G&T (*op.cit.*) recorrem ao trabalho de Lyczkowski (1999), que analisou dados de produção espontânea de três crianças falantes de espanhol. Segundo os autores, os dados de Lyczkowski mostraram apenas 1,89% de omissão de clíticos nos dados. Além disso, eles compararam os dados de omissão em catalão com os dados de omissão de clíticos em italiano (segundo Schaeffer, 2000), mostrando que os números de omissões, nas duas línguas, para a mesma faixa de idade das crianças, é bastante parecido:

| | Catalão | Italiano |
|---------------------|----------------|----------|
| 1 – 2 anos de idade | (49/62) 79,05% | 64% |
| 3 anos de idade | (19/86) 22% | 15% |
| 4 – 5 anos de idade | (5/94) 5,3% | 0% |

Tabela 3 (adaptada de W,G&T (2003: 8/14): omissão de clíticos na aquisição do catalão e do italiano

Tendo em vista os dados de aquisição analisados pelos autores e a comparação com outros estudos, os autores confirmam a teoria da UCC, explicando a fase de omissão de clíticos, recorrente na aquisição de algumas línguas.

Voltando ao trabalho de T&W (2003), eles ainda mostram que dados de crianças adquirindo francês apontam que há grande omissão de clíticos nas fases iniciais de aquisição (faixa de idade entre 1;11 – 2;6). Todos os estudos citados por Tsakali & Wexler, para o francês, mostraram que em períodos iniciais os clíticos são raros. As conclusões indicadas aqui para a aquisição em italiano e o francês são as mesmas atingidas por Schmitz & Muller (2003), conforme veremos adiante, analisando dados dessas mesmas línguas.

Passemos agora à análise dos dados do grego realizada pelos autores. A análise da aquisição foi baseada em produção espontânea de quatro crianças adquirindo o grego, em uma faixa etária entre 1;9 – 2;9 e um experimento de produção eliciada com 25 crianças monolíngües.

Os dados de produção espontânea mostraram os seguintes resultados: entre 1;9 – 1;11 o número de omissão de clíticos ficou em 13,43%, já entre 2;3 – 2;9 a porcentagem já cai para 3,1%, sendo na idade 2;9 a omissão é de apenas 0,6%. A média de omissão dos clíticos entre 1;9 – 2;9 ficou em 7,52%. Uma das crianças, na faixa de 2;0 – 2;8, produziu uma média de 1,75% de omissão, sendo que a partir dos 2;5 ela não omite mais o clítico. Os autores afirmam que “there is no real clitic/object omission in early Modern Greek already from the age of 2” (T&W, *op.cit.*:9).

No experimento de produção eliciada, apenas uma criança (com 2;6) omitiu o clítico uma vez, o que significa um percentual de omissão de 0,8%. Já na faixa dos 3 anos de idade, nenhuma omissão do clítico foi encontrada, dados que são comparáveis, segundo os autores, à omissão de pronome objeto em inglês (cf. Wang et.al. (1992), que apresentaremos mais adiante).

A análise dos autores mostrou que, enquanto há um prolongamento no período de omissão dos clíticos em crianças adquirindo italiano e francês, para além dos dois anos de idade, para os dados do grego isso não é verdade, já que a taxa de omissão de clíticos é bastante baixa, especialmente depois dos dois anos de idade. Segundo os autores, isso é previsto pela teoria da UCC, uma vez que o grego não possui concordância de participio com o complemento.

Assim como o grego, o espanhol é uma língua que não apresenta concordância de participio, não violando UCC e não exigindo a eliminação de ClitP. As crianças adquirindo essa língua não passariam pelo estágio de omissão dos clíticos, como as do italiano e francês. No entanto, como vimos no estudo acima, realizado por Fujino (2000), crianças adquirindo o espanhol omitem o clítico em mais de 42% dos casos. Esse número é bem diferente do número de omissão observado na aquisição do grego; logo, podemos afirmar que as crianças do espanhol passam pelo estágio de omissão do clítico, enquanto as do grego não.

Quanto aos dados do espanhol, um outro estudo confirma que os clíticos são omitidos na fase inicial de aquisição. Ticio & Reglero (2001) apresentaram dados de produção espontânea de duas crianças monolíngües adquirindo o espanhol entre 1;7 e 2;5. A média de omissão dos clíticos para os dados está na tabela abaixo:

| Idade | Clíticos | Clíticos nulos |
|-------------|----------|----------------|
| 1;07 – 1;09 | 15,6% | 84,4% |
| 1;09 – 1;10 | 78,65% | 21,35% |

Tabela 4 (adaptada de Ticio & Reglero (*op.cit.*: 1/2)): percentual de clíticos/clíticos nulos

Como podemos observar, no primeiro período os clíticos nulos chegam a atingir quase 85%, enquanto que no segundo período eles somam apenas 21,35%.

As autoras adotam a proposta de análise dos clíticos nas línguas românicas, desenvolvida por Uriagereka (1995), que diz que os clíticos são gerados em posição de objeto e sobem para o núcleo de uma projeção funcional acima de IP, a saber: FP. Tendo como base essa proposta de Uriagereka, as autoras propõem que a falta de clíticos na aquisição da

linguagem é fruto da ausência dessa projeção final (FP). A previsão é que se essa projeção não está presente para as crianças, não se pode esperar que nenhum elemento possa se localizar em FP ou acima dele, no período em que este ainda não esteja presente. Com base nisso, as autoras afirmam que, diferentemente de Fujino (2000), para quem há um estágio de objeto nulo na produção das crianças adquirindo o espanhol, o que há é um estágio de clítico nulo.

Deixando de lado a discussão se a ausência do clítico em espanhol é caracterizada por um estágio de objeto nulo ou de clítico nulo, o que se pode destacar é que os dados de produção espontânea de Ticio & Reglero mostram altas porcentagens de omissão dos clíticos, corroborando os dados apresentados por Fujino.

O que observamos nessa discussão, que envolve os trabalhos de Fujino (2000), Ticio & Reglero (2001), T&W (2003) e W,G&T (2003), é que os resultados quanto à omissão de clíticos em espanhol é diferente; especialmente, os dois primeiros estudos se diferenciam dos dois últimos. Poderíamos explicar essa diferença de resultados baseados no fato de que enquanto Fujino e Ticio & Reglero trabalharam com produção espontânea, T&W e W,G&T se basearam em dados experimentais. Estamos diante de um impasse: como explicar, então, o fato de os dados de Fujino e Ticio & Reglero serem diferentes dos dados de W,G&T? Para responder a essa pergunta podemos lançar mão do trabalho de Avram (2006). Ela afirmou que os resultados parecem depender do tipo de dado: produção espontânea ou produção eliciada.

Avram afirma que essa diferença, quanto ao tipo de dado, pode ser detectada também em grego. Ela mostra que dados de produção longitudinal (em Chondrogianni, 2005) apresentaram 43% de omissão, enquanto os dados de produção eliciada de T&W apresentados aqui, somam um percentual bastante baixo. Como veremos adiante, dados do PE também seguem esse padrão. O trabalho de Magalhães (2006), que analisou dados de produção espontânea apontou uma média de 34,5% de objetos nulos, enquanto os dados de produção experimental de Costa & Lobo (2005) apresentaram porcentagem bastante maior de objetos nulos, uma média de 62,51% numa faixa de idade entre 2 – 4 anos.

Uma outra questão que surge dessas análises está relacionada à motivação que a criança tem para sair da fase de omissão dos clíticos. T&W e W,G&T comentam que o estágio de omissão se estende até idades mais avançadas, mas não dizem nada sobre o que motiva as crianças a deixarem a fase de omissão e começarem a produzir os clíticos; até quando a UCC está ativa na gramática infantil?

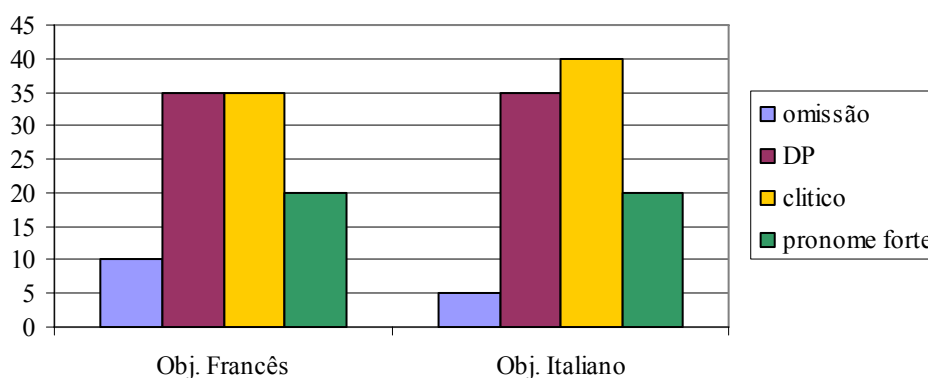
Um outro estudo, que confirma os dados do francês e do italiano mencionados por T&W, é o de Schmitz & Muller (2003) (daqui em diante S&M (2003)). Elas realizaram um

estudo longitudinal com crianças monolíngües, adquirindo francês e italiano e crianças bilíngües, adquirindo alemão-italiano e alemão-francês. A faixa etária das crianças bilíngües alemão-francês é, para Alexander de 2;2,6 – 2;11,20 e para Céline de 2;0,9 – 3;8,28 e das crianças bilíngües alemão-italiano é, para Carlota de 1;8,28 – 3;0,25 e para Lukas de 1;7,12 – 3;1,16. Para as crianças monolíngües, a faixa de idade foi de 1;9,18 – 2;5,27 para Grégoire (francês) e de 1;7,18 – 2;7,15 para Martina (italiano).

Inicialmente elas mostraram como se comporta o francês e o italiano adultos em dados de interação espontânea⁵⁷ no que diz respeito ao uso de clíticos, tanto em posição de sujeito quanto em posição de objeto. Em relação à posição de sujeito, o francês apresenta 85% de usos dos clíticos, enquanto omite apenas 10% deles (sendo que esta omissão é do sujeito clítico expletivo *il*). Ao contrário, o italiano apresenta 70% de omissão do sujeito (sujeito nulo), sendo que a segunda opção mais usada são os pronomes fortes (25%) – não existem clíticos sujeitos no italiano.

Já com a posição de objeto, as duas línguas apresentam semelhanças, como podemos ver no gráfico abaixo:

Gráfico 1 (adaptado de S&M, 2003: 10): porcentagens de preenchimento do objeto em francês e italiano.



Como vemos, as duas línguas omitem pequeno número de elementos em posição de objeto (cerca de 10% para o francês e 5% para o italiano), usam de 35 a 40% de clíticos, porcentagens semelhantes ao uso de DPs e 20% de pronomes fortes.

Os resultados referentes à aquisição são os seguintes: para as crianças bilíngües, Alexander não usa objetos clíticos, mas apenas pronomes fortes nos dois primeiros arquivos

⁵⁷ As autoras indicam que todos os dados vêm de adultos monolíngües que interagem com crianças com idade de 3 a 4 anos de idade, “therefore the adults did not adapt their speech to the children any more (only in terms of syntactic complexity)” (S&M, *op.cit.*: 9)

analisados e, mesmo depois, a partir de 2;2,27, os clíticos são usados em menor grau que em posição de sujeito. A criança começa a usar objetos clíticos por volta de 2;8,28, num percentual de 40%. Sua omissão de objeto decresce de 60% (2;2,6) para apenas 3%, havendo uma queda total de omissão (0%) aos 2;6,8, queda que permanece constante em 10% no decorrer dos demais arquivos.

Céline não usa pronome clítico no primeiro ano analisado (2;0 – 3;1); os clíticos objetos começam a ocorrer apenas com 3;3,12. Assim como Alexander, ela usa grande porcentagem de pronome forte na posição de objeto, especialmente nos primeiros arquivos. Sua omissão de objetos cai de 34% para 6%, e depois dos 3;6,12 mantém-se constante em 10%. No geral, o uso de DPs e pronomes fortes supera bastante o uso dos clíticos, que no último inquérito ficou em 25%.

Em resumo, os pronomes clíticos na posição de objeto estão ausentes no período inicial da produção das duas crianças. Além disso, o uso de DPs e pronomes fortes supera o uso dos pronomes clíticos e a omissão do elemento na posição de objeto estabiliza-se em 10% nas duas crianças. A estabilização da porcentagem de omissões de clíticos em 10% e os dados adultos de omissão, mostrados no gráfico acima, nos fazem crer que não haverá ocorrência do objeto nulo no decorrer do desenvolvimento das crianças bilíngües alemão-francês, visto que seu *input* não se constituirá de evidência positiva para o objeto nulo, como discutimos no início desta seção.

Para as crianças bilíngües alemão-italiano os autores chegaram aos seguintes resultados: Carlota usa apenas pronomes fortes na posição de objeto até a idade de 2;3,2, depois disso os clíticos são introduzidos em sua gramática, numa porcentagem de 60%. Sua omissão de elementos na posição de objeto cai de 100% para 10% (queda altamente significativa). Para a segunda criança bilíngüe alemão-italiano os resultados não são diferentes. Lukas inicia usando, a partir de 2;4,9, apenas pronomes fortes, sendo que os clíticos aparecem por volta de 2;4,23. Seu uso de clíticos aumenta para no máximo 50%, enquanto a omissão cai de 100% para 11%.

Resumindo, pudemos notar que o uso do clítico fica em média de 50% dos casos e a omissão do objeto mostra resultados impressionantes. As crianças começam omitindo objetos em 100% das vezes, no entanto, com a entrada do pronome objeto clítico, essa omissão cai para apenas 10%. O que chama a atenção é que as crianças começam com uma porcentagem de uso do nulo que é a mesma observada em línguas de objeto nulo, como veremos para o PB (em que as crianças começam usando 100% de objetos nulos, que são inicialmente dêiticos), no entanto, mudam esse valor para apenas 10%, mostrando que suas gramáticas não aceitam o

objeto nulo, diferentemente da gramática do PB. As crianças bilíngües alemão-francês começam omitindo 60% dos objetos, mas também estabilizam essa omissão em 10%, assim como as crianças bilíngües alemão-italiano.

Para as crianças monolíngües do francês e do italiano, o número de omissões de objeto não é muito diferente do que ocorre nas crianças bilíngües. Grégoire (francês) usa o clítico muito raramente, apenas a partir dos 2;3 (20%), enquanto que pronomes objetos fortes são usados já com 2;0,5. A omissão de objetos cai de 50% para 9% e, além disso, o uso de DPs na posição de objeto é significativa. Já Martina (italiano) usa inicialmente de 20 a 30% de objetos clíticos em posição de objeto, porcentagem que aumenta, atingindo de 40% a 50% em média. Ela é a única criança que usa pronome forte e clítico ao mesmo tempo no desenvolvimento. Sua omissão de objeto cai de 80% para 20%. O uso de DPs na posição de objeto também é significativa; no entanto, em francês é um pouco maior.

Como pudemos ver, também as crianças adquirindo apenas o francês ou o italiano começam omitindo objetos numa porcentagem de 50 a 80%, porém, esse número cai para cerca de 10 – 20%, mostrando que essas línguas apresentam poucos casos de omissão de objeto, assim como mostramos nos dados adultos discutidos inicialmente.

Comparando os resultados das crianças bilíngües, com o das crianças monolíngües, vimos que os números são bastante parecidos. Tanto as crianças bilíngües quanto as crianças monolíngües começam omitindo grandes porcentagens de objeto, que fica entre 50 – 60% para as crianças francesas e chega a 100% de omissão para as crianças italianas. No entanto, esse número cai significativamente, mantendo-se entre 10 – 20%.

Além desse estudo longitudinal, as autoras observaram dados de produção espontânea, num estudo translingüístico. A comparação entre o grupo de crianças francesas e italianas mostrou que as crianças italianas dos dois grupos usam mais objetos clíticos (42%) que as crianças do grupo francês (cerca de 20%). O fato a ser destacado é que a omissão de objetos cai à medida que há o aumento de ocorrências dos objetos clíticos. Além desses resultados, um quadro geral nos mostra que “strong subject pronouns are acquired at the same time as strong objects pronouns. Subject clitics are acquired at the same time as strong subject pronouns while object clitics are acquired clearly later than subject clitics” (S&M, op. cit.:32). Em todos os casos, os clíticos objetos são adquiridos por último, depois do sujeito forte e do sujeito clítico e depois do pronome forte em posição de objeto, o que pode explicar a omissão inicial de objetos nas crianças estudadas, já que os objetos clíticos são responsáveis por grande parte do preenchimento da posição de objetos nas línguas analisadas.

Yip & Matthews (2005) – (daqui em diante Y&M) – também observaram a omissão de objetos na aquisição da linguagem. Tomando os dados de duas crianças bilíngües cantonês⁵⁸ – inglês entre 1;6 – 3;6, os autores mostraram de que maneira os objetos nulos do cantonês influenciam a omissão de objetos na gramática infantil do inglês, conforme vemos no exemplo abaixo:

- (13) You get, I eat... [father takes chocolates off shelf] (2;02;03) (Y&M, op. cit.:2421)
‘Você pega, eu como ... [pai pega os chocolates da prateleira]’

Os autores partem da seguinte questão: “por que os objetos nulos são mais frequentes no desenvolvimento bilíngüe que no desenvolvimento monolíngüe e são produzidos por um período mais longo?” Seguindo as idéias de Müller (1998), os autores sugerem que a ambigüidade dos dados do *input* pode explicar a interação que acontece entre dois sistemas separados no desenvolvimento bilíngüe (o cantonês e o inglês). Segundo eles

Müller (1998:153) hypothesizes that transfer may occur when “two different grammatical hypotheses are compatible with the same surface string.” A language becomes a prime target of transfer when input ambiguity arises in a certain area of its grammar (...) By hypothesizing that the relevant rules and representations provided by the grammar of A applies to both languages, the child can handle the ambiguous data, but will also produce non-target forms in B based on grammar A (Y&M, *op.cit.*: 2428).

Como forma de proporcionar um parâmetro de comparação, os autores analisaram o uso dos objetos nulos na gramática do inglês, produzidos pelas crianças bilíngües, mostrando como ocorre a omissão de objetos na gramática do inglês adulto. Segundo eles, os objetos nulos podem ocorrer, no inglês adulto, quando a ação é determinada por um verbo aspectualmente iterativo, como o exemplo (14a) ou quando se tem um evento genérico, como em (14b):

- (14) (a) The chef-in-training chopped and diced all afternoon
‘O chefe em treinamento picou e cortou a tarde toda’

(b) Tigers only kill at night. (Y&M, op. cit.: 2422)
‘Tigres só matam à noite’

⁵⁸ O cantonês é o terceiro dialeto mais falado do chinês depois do mandarim e do wu.

Ao contrário, o objeto nulo não é permitido quando a ação se refere a um evento específico, como em (15) abaixo:

- (15) - What happened to that carrot?
‘O que aconteceu com aquela cenoura?’
- I chopped *[]/(it). (Y&M, op. cit.: 2422)
‘Eu piquei-a’

Além disso, Y&M (op. cit.) também mostraram alguns estudos relacionados à ocorrência do objeto nulo em crianças monolíngües do inglês. Tais estudos mostraram que a omissão de objetos é bem pequena e que ocorre em contextos bastante específicos. Um deles é explicitado no trabalho de Haegeman (1987), que sugere que há verbos como *eat*, *read*, *teach* que possuem um argumento interno genérico, um argumento paciente implícito, não representado sintaticamente. Também Ingham (1993) *apud* Y&M mostrou que existem verbos que permitem objeto opcional, sendo que estes objetos possuem referentes específicos. Analisando uma criança monolíngüe do inglês, ele notou que há baixa omissão de objetos – cerca de 4,8%. Os autores ainda citam o trabalho de Huang (1999), que analisou os dados de aquisição de uma criança adquirindo inglês, sendo que na idade entre 2;05 – 2;09 sua média de omissão de objetos é de 3,5%. Isso nos mostra que o número de omissão do objeto na criança adquirindo o inglês é bem restrito, como notado acima por Tsakali & Wexler (2003), que compararam os dados de omissão de objetos em grego com os dados do inglês.

A análise dos dados das duas crianças bilíngües mostrou os seguintes resultados: para uma das crianças (Timmy), a porcentagem de ocorrência do nulo, relativos aos dados do inglês, na idade entre 2;04 e 2;08, atingiu de 9,1% a 28,6% em média, número que é mais alto em comparação ao que os estudos monolíngües têm mostrado. Já entre 2;09 e 3;06, esse número cai, ficando em 5%. Para os dados do cantonês (da mesma criança), na faixa etária entre 2;04 e 2;08 a ocorrência do nulo ficou entre 12,3% a 35,3%, permanecendo entre 22,9% a 35,8% na idade entre 2;09 e 3;06, quadro comparável às porcentagens de crianças monolíngües adquirindo o cantonês – de 20-30% em Wong (1998) *apud* Y&M (op.cit.: 2425) – e o mandarim – 22.5 % em Wang *et al.*(1992).

Wang *et.al* (op.cit.) também mostraram que crianças monolíngües adquirindo o inglês produziram 3,75% de objetos nulos; no entanto, como indicaram os autores, o uso desses objetos nulos não é gramatical, ou seja, elas nunca usam objetos nulos verdadeiros.

Comparando esses números com os números de omissão de objeto das crianças adquirindo cantonês – inglês, observamos que há diferença entre a aquisição monolíngüe e bilíngüe; a omissão de objetos, referentes ao inglês, das crianças bilíngües se mostrou bastante significativa.

Na tabela abaixo, os autores mostram os números de objetos nulos que ocorreram com alguns verbos no *corpus* do inglês:

| Verbo | Nº de objetos nulos | | Nº total de ocorrências de cada verbo | | % de objetos nulos | |
|-------|---------------------|--------|---------------------------------------|--------|--------------------|--------|
| | Timmy | Sophie | Timmy | Sophie | Timmy | Sophie |
| get | 36 | 5 | 163 | 11 | 22% | 45% |
| like | 5 | 7 | 71 | 26 | 7% | 27% |
| put | 27 | 14 | 78 | 14 | 35% | 100% |
| take | 6 | 8 | 32 | 14 | 19% | 57% |
| want | 9 | 38 | 47 | 96 | 19% | 40% |

Tabela 5 (Y&M, op. cit.: 2425): frequência de objetos nulos no corpus bilíngüe do inglês.⁵⁹

É notável a quantidade de objetos nulos com o verbo *to put*, 35% nos dados de Timmy e 100% nos dados de Sophie. Isso está relacionado ao fato de que esse verbo seleciona um locativo, como um complemento obrigatório, conforme (16):

(16) a. INV: Where shall we stick it?

‘Onde devemos colocá-lo?’

CRI: Put here. (T. 2;05;05) (Y&M, op. cit.:2426)

‘Ponha [] aqui.’

(b) CRI: I put in the where? (S, 2;05;25) (Y&M, op. cit.)

‘Onde eu ponho []?’

Esse tipo de estrutura se assemelha à estrutura do cantonês, como em (17):

⁵⁹ Timmy: 32 arquivos de 2;04,14 – 3;06,25; Sophie: 11 arquivos de 2;07,24 – 3;0,09

- (17) baai2 dai1 sin1 (S, 2;02;26, recebendo um copo de leite)
 put down first
 ‘largue [o] primeiro’ (Y&M: op. cit.)

Segundo os autores “such null object structures are commonly found in the children’s Cantonese, serving as the basis for transfer into English” (Y&M, op. cit.).

Quando comparamos os dados da tabela 5 com os dados da tabela abaixo, observamos que os números de objetos nulos na gramática do cantonês são bem mais significativos que na gramática do inglês:

| Verbo | Nº de objetos nulos | | Nº total de ocorrência de | | % de objetos nulos | |
|---------------------------|---------------------|--------|---------------------------|--------|--------------------|--------|
| | Timmy | Sophie | Timmy | Sophie | Timmy | Sophie |
| <i>lo2</i> ‘get’ | 50 | 53 | 93 | 72 | 54% | 74% |
| <i>zung1ji3</i> ‘like’ | 21 | 59 | 32 | 91 | 66% | 65% |
| <i>baai2</i> ‘put’ | 39 | 20 | 43 | 21 | 91% | 95% |
| <i>jiu3</i> ‘want’ | 62 | 97 | 90 | 136 | 69% | 71% |

Tabela 6 (Y&M, op. cit.): frequência de objetos nulos no corpus bilíngüe do cantonês⁶⁰

Os dados mostram que o número de objetos nulos fica entre 54% e 95%, bem maior que a frequência correspondente para os dados do inglês. “Isso implica que as crianças não estão meramente tratando inglês como cantonês. No entanto, elas estão produzindo objetos nulos sob a influência da gramática cantonesa delas” (Y&M, op. cit.).

Um outro argumento para sustentar que a gramática do inglês é influenciada pelo cantonês é a provável transferência do mecanismo que licencia objetos nulos em cantonês para a gramática inglesa de sujeitos bilíngües. A análise assumida pelos autores envolve uma relação entre topicalização do objeto e a ocorrência do objeto nulo, como em (18), onde se pode ver como um objeto topicalizado pode produzir um objeto nulo.

⁶⁰ Timmy: 22 arquivos de 2;01,22 – 3;0,09; Sophie: 28 arquivos de 2;0,07 – 3;0,09

- (18) Schoolbag put here, put at the door. (T., 2;07,12) (Y&M, op. cit.: 2427)
 ‘A mochila ponha aqui, ponha [] na (perto da) porta.’

O objeto da primeira ocorrência do verbo *to put* foi topicalizado e o objeto nulo da sua segunda ocorrência se refere a esse mesmo tópico. Essa é a base da proposta de Huang (1984), como vimos no capítulo 3, que, segundo os autores, é amplamente adotada nos estudos em aquisição (cf. Yip 1995:81, Yuan 1997:473). Sendo assim, a análise da sentença abaixo do cantonês lança mão da proposta de Huang:

- (19) [TOPIC syu1-baau1]_i [Ø] baai2 [x_i] hai2 ni1dou6, baai2 [x_i] hai2 mun4hau2 dou6
 book-bag put at here put at doorway there
 ‘(Vamos) colocar a mochila aqui, colocar [a] na (perto da) porta’

Tal análise também pode ser tomada para explicar a sentença em (20), suportando mais uma vez o argumento da transferência sintática (do mecanismo que licencia objetos nulos em cantonês para a gramática do inglês):

- (20) You bought **this** for me. Last time you bought []. I know you bought []. (T, 2;07;11)
 ‘Você comprou isso pra mim. Da última vez você comprou []. Eu sei que você comprou [].’

Os autores explicam que “the object *this* is introduced as the object of *bought*, then becomes the (null) topic on the following discourse, thereby licensing the null objects in the follow two clauses” (Y&P, op. cit.: 2427):

- (21) You bought [this]_i for me. [TOPIC]_i last time you bought [x_i]. [TOPIC]_i I know you bought [x_i].
 ‘Você comprou [isso]_i pra mim. [TOPIC]_i da última vez você comprou [x_i]. [TOPIC]_i Eu sei que você comprou [x_i].’

A questão que surge desses dados é *por que a transferência ocorre nessa área da gramática?* Como já se discutiu, a transferência da língua A para a língua B é facilitada pela ambigüidade do *input*: “the possibility for transfer arises when a surface string in the input is

compatible with the grammar of A as well as that of B”(Y&M, *op.cit.*: 2428). Os autores afirmam que quando as crianças omitem o objeto de *eat*, por exemplo, elas estão analisando esse objeto vazio como ligado a um tópico (que pode ser nulo ou não), assim como no chinês, sendo que o contexto fornece um tópico específico. “We have ample evidence that our subjects are applying the Chinese-based analysis” (Y&M, *op.cit.*). Em inglês, apenas alguns verbos transitivos, como *eat*, *read*, *teach* podem aparecer sem objeto, mas em cantonês, todos os transitivos podem estar com ou sem objeto expresso, desde que sejam licenciados por um tópico (que pode ser nulo ou não).

Como vimos acima, na discussão da omissão de clíticos em espanhol, segundo Fujino, o objeto nulo das crianças adquirindo esta língua é também ligado a um tópico discursivo (pragmático), assim como alguns casos do inglês e do cantonês, que tem o nulo licenciado por meio do tópico.

O estudo de Y&M (2005) mostrou que as crianças adquirindo inglês continuam omitindo o objeto ainda por um período prolongado de tempo. Eles observaram objetos nulos em dados de seis anos de idade. Segundo eles, a dificuldade de desaprendê-los pode ser explicada pelo desafio colocado pela interação entre a ambigüidade dos dados no ambiente e a predominância do cantonês sobre o inglês. Eles não indicam nem quando nem como os sujeitos bilíngües superam essa fase.

Em relação aos argumentos nulos das crianças monolíngües adquirindo o inglês, Wang *et. al* (*op.cit.*) mostram que o número de sujeitos nulos é bem maior que o número de omissões do objeto, o que mostra uma assimetria na aquisição dos argumentos nulos em inglês. Como já mencionamos acima, a porcentagem de omissão do objeto em crianças monolíngües é de apenas 3,75%, sendo que 100% desses casos são agramaticais, como nos exemplos abaixo, retirados de Wang *et. al* (*op.cit.*: 19):

- (22) a. * Look at [*e_i*]. [*e_i*] go a little higher
‘Look at (him). (He) goes up a little higher.’
‘Olhe *e*. (ele) sobe um pouco mais alto.’
- b. *The other little pigs worry about [*e*]
‘The others little pigs worry about (him).’
‘Os outros porquinhos se preocuparam (com ele).’

Os autores ainda afirmam que os números de argumentos nulos, das crianças adquirindo o inglês, caem drasticamente com 3 – 4 anos de idade, diferentemente do que mostraram Y&M, que encontraram omissões do objeto com seis anos de idade, o que, de certa forma, confirma a hipótese da “transferência” da gramática do cantonês para a gramática infantil do inglês, em crianças bilíngües cantonês – inglês.

Nesse ponto já somos capazes de fazer uma avaliação sobre uma análise a assumir para explicar a omissão de objetos nas línguas que não permitem o objeto nulo. Diante dos fatos empíricos, discutidos até aqui, parece-nos que a *Unique Checking Constraint* (UCC) está mesmo atuando na gramática infantil, levando à omissão dos clíticos na fase inicial de aquisição, fato constatado nos dados do italiano, francês, espanhol e também do PE (como veremos mais adiante na seção que trata da aquisição dos clíticos e do objeto nulo em PE).

Alguma coisa há de comum agindo na aquisição dessas línguas e a proposta da UCC parece dar uma resposta plausível para explicar o fenômeno da omissão do objeto nessas línguas. Apesar disso ainda precisa responder a duas questões: (i) o que ativaria esse princípio nas línguas; (ii) o que levaria a criança, adquirindo uma língua não-objeto-nulo, a deixar a fase de omissão e passar à produção dos clíticos em posição de objeto, ou seja, o que desativaria esse princípio na gramática infantil?

A primeira questão é motivada pelo fato de que em PB a UCC, aparentemente, não estaria ativada. A segunda questão surge da constatação de que nenhum dos estudos citados aqui, apesar de afirmarem que a omissão deixa de existir à medida que o clítico é produzido, dá alguma explicação sobre o que levaria a criança a ter esse princípio desativado de sua GU e, conseqüentemente, passar a produzir os clíticos.

4.3 AQUISIÇÃO DO OBJETO NULO NO PORTUGUÊS: AS CONTRIBUIÇÕES DE ALGUNS AUTORES

4.3.1 O estudo de Magalhães (2006)

O estudo recentemente apresentado por Magalhães (2006) sobre aquisição do sistema pronominal sujeito e objeto em PE e PB confirmou que há diferenças de uso do objeto nulo nas duas variedades. Algumas dessas diferenças, já indicadas por outros autores (cf. Barra Ferreira (2000) entre outros), estão aqui listadas: (i) em PB o nulo é bem mais freqüente que

em PE; (ii) em PE a categoria vazia concorre com o clítico acusativo, enquanto que em PB o ON concorre com o pronome lexical e (iii) o ON em PB é mais livre que em PE.

A autora baseou-se na oposição objeto nulo/objeto preenchido para indicar as diferenças de ocorrências do nulo nas duas variedades⁶¹. A autora não controlou questões relacionadas aos traços semânticos do antecedente, por exemplo, nem detalhou porcentagem dos dados em relação às opções clítico (PE), pronome lexical (PB) e DP, que estão todos no conjunto dos objetos preenchidos. Ela analisou a produção espontânea de duas crianças portuguesas – João (2;0,2 – 2;7,16) e Raquel (1;10,2 – 2;11,22) – e duas crianças brasileiras – Ana (2;4,11 – 2;10,29) e Raquel (1;9,08 – 3;0,15).

Sobre as crianças portuguesas, os dados de J. mostram, desde o início, indícios de que a preferência é pelo objeto preenchido; a maior ocorrência de objetos nulos se dá com 2;0,2, quando estes ocorrem em 40% dos dados. A média geral de uso nos dados de J. ficou em 28,8% de objetos nulos e em 71% de objetos preenchidos. R (PORT) mostra números iniciais (três primeiros arquivos) que dão preferência ao objeto nulo, o que muda do quarto arquivo em diante, quando começa a manifestar a preferência pelo objeto preenchido. Ela apresentou 41,7% de objetos nulos e 58,2% de objetos preenchidos.

Magalhães (op. cit.: 118) aponta, nos dados de R. (PORT), que “a partir de 2;1,1, os contextos de objetos começam a variar, ou seja, já não estão tão restritos aos imperativos [como nos três primeiros arquivos] e a tendência dos objetos nulos é cair”. Como veremos nos dados do PB, o número de objetos nulos dêiticos (imperativos e situacionais) é bastante grande nos primeiros arquivos das crianças analisadas: eles são praticamente unanimidade nesse período. Nos arquivos subseqüentes, no entanto, as demais opções de objetos nulos passam a ocorrer com mais freqüência, enquanto que os nulos dêiticos deixam de ser tão freqüentes.

Já para os dados de J., o fato de haver menos casos de objetos nulos com imperativos talvez possa indicar por que seus dados são mais estáveis⁶². A autora mostra que há diminuição do número de objetos nulos em PE com o uso mais freqüente do clítico; o maior percentual de uso dos clíticos se dá nas duas últimas seções, o que, segundo ela, “indica que a aquisição dessas categorias é mais tardia” (Magalhães, op. cit.: 127), o que veremos em detalhes na discussão do trabalho de Costa & Lobo (2005), que sugerem que a complexidade do sistema europeu é a causa da aquisição tardia dos clíticos na posição de objeto. A autora

⁶¹ No trabalho de Magalhães, objetos preenchidos se referem a objetos lexicais, pronomes demonstrativos, clíticos (em PE) e pronomes tônicos (em PB), o que nesta dissertação estamos chamando de pronome lexical.

⁶² Os dados de J. mostram a predominância do uso de objetos preenchidos desde o início.

indica que, nos dados de R. (POR) o uso dos clíticos aumenta de 6% (2;8,11) para 20% (2;10,8), o que é acompanhado pela queda do ON de 38 para 22%. **“Isso faz prever que à medida que o uso do clítico for se consolidando na gramática da criança, o uso do objeto nulo tenderá a diminuir”** (Magalhães, op. cit.: 128, grifo nosso).

Esse tipo de constatação, como vimos na seção 4.2, também aparece nos estudos das línguas nas quais as crianças passam pela fase de omissão de clíticos, indicando o momento em que essa omissão passa a diminuir, e a língua infantil vai se aproximando do padrão adulto.

Além disso, o fato de o objeto nulo ser favorecido, nos dados iniciais, pela ocorrência dos contextos de imperativo pode explicar a diferença de uso do objeto nulo nas duas crianças portuguesas, uma vez que os dados de R. (PORT) cobrem uma faixa etária anterior aos dados de J., o que pode influenciar o fato de que R. (PORT) produz mais objetos nulos até a idade de 2;11, enquanto J. já mostra predominância do objeto preenchido. Sabemos que idade não é um bom parâmetro de estudo em aquisição; o que realmente deve ser levado em consideração são padrões de ocorrência. Porém, dados de outras línguas, como vimos acima, além de nossos dados do PB, mostram que, em fases iniciais, os nulos são bastante recorrentes, cenário que muda com a entrada dos clíticos na gramática infantil, assim como em PE.

A autora ressalta que “nas duas primeiras seções os objetos nulos encontrados nos dados de Raquel (POR) ocorrem na sua grande maioria com o verbo *haver* e com enunciados imperativos” (Magalhães, op. cit.: 117). O que os dados do PB de nossa investigação mostraram é que os objetos nulos iniciais são predominantemente dêiticos, o que muda com a entrada do pronome lexical como opção na posição de objeto. Segundo Kato (1994) contextos imperativos são contextos de ocorrência de nulos universais, o que, de certa forma, traz luz ao fato de que os nulos de R.(PORT) são em maior número, visto que em seus arquivos iniciais os contextos de imperativos são bastante recorrentes, como indicou Magalhães.

Em relação às crianças brasileiras, a autora afirma que não se vê preferência pelo ON, “como se esperaria pelos resultados que têm sido apontados para a gramática do adulto” (Magalhães, op. cit.:118)⁶³. As crianças brasileiras começam com altas porcentagens de nulos, em contextos dêiticos, conforme os dados mostrados pela autora (e como veremos também para os dados analisados nesta dissertação), nulos que depois competem com o objeto preenchido. A média geral das crianças brasileiras ficou assim: A. produziu 54,4% de objetos nulos e 45,4 % de objetos preenchidos e R. (BRAS) mostrou 47,8% de nulos e 52% de

⁶³ Os dados sincrônicos de Duarte (1989:21) mostram que a porcentagem total de objetos nulos na fala adulta (computadas também as variantes *clítico*, *pronomes lexicais* e *SNs anafóricos*) fica em 62,6%.

preenchidos (estes últimos números próximos a R. (POR)). Isso indica uma média de 51% de uso do objeto nulo e 48,7% de objetos preenchidos nos dados das crianças brasileiras.

Como veremos em nossa pesquisa, descrita no capítulo 5, a média geral de uso das três crianças analisadas ficou em cerca de 96% de uso do objeto nulo e 4% de uso do pronome lexical (objeto preenchido). É claro que a comparação entre os dados de Magalhães e os nossos dados não pode ser feita na relação um a um, pois nossa análise não levou em conta a retomada anafórica via DPs. O que isso nos mostra é que, quando levados em consideração pronomes lexicais (ou clíticos, no caso do PE), DPs anafóricos e objetos nulos, a predominância do nulo não é tão sintomática (como vemos na tabela 7 abaixo); no entanto, quando se leva em conta apenas pronomes lexicais e objetos nulos, o nulo é bastante recorrente, como veremos. A tabela abaixo, retirada de Lopes & Cyrino (2005), mostra a proporção dos nulos, quando DPs anafóricos e nomes nus são levados em conta:

| Nulo | | Pronomes | | DPs + Ns nus | | Total | |
|------|------|----------|-----|--------------|----|-------|-----|
| N | % | N | % | N | % | N | % |
| 275 | 29,2 | 93 | 9,8 | 575 | 61 | 943 | 100 |

Tabela 7 (Lopes & Cyrino (2005:8)): Resultados gerais de preenchimento da posição de objeto direto anafórico nas duas crianças analisadas.

Ainda em relação ao PB, Magalhães mostrou que A. usou cerca de 4,3% de pronomes lexicais (9 ocorrências em todos os dados), enquanto R. (BRAS) usou o pronome em 10% das vezes (10 ocorrências). Ela conclui, com base nos dados mostrados nas tabelas abaixo, que as crianças brasileiras usam mais objetos nulos que as crianças portuguesas:

| | R. (PORT) | J. (PORT) | Média |
|---------------------|-----------|-----------|-------|
| Objetos preenchidos | 58,2 | 71 | 64,6 |
| Objetos nulos | 41,7 | 28,8 | 35,4 |

Tabela 8 (dados de Magalhães (op. cit.: 122)): porcentagem de objetos nulos e preenchidos para as crianças portuguesas.

Enquanto as crianças portuguesas usam cerca de 65% de objetos preenchidos e apenas 35% de objetos nulos, as brasileiras produziram 51% de nulos e 49% preenchidos.

| | R. (BRA) | A. (BRA) | Média |
|---------------------|----------|----------|-------|
| Objetos preenchidos | 52 | 45,4 | 49 |
| Objetos nulos | 47,8 | 54,4 | 51 |

Tabela 9 (dados de Magalhães, op. cit.: 122): porcentagem de objetos nulos e preenchidos para as crianças brasileiras.

Segundo ela, esse já é um resultado esperado, pois o PB tem menos restrições ao ON que o PE, conforme observamos na discussão dos dados da autora que acabamos de fazer.

4.3.2 A proposta de Costa & Lobo (2005)

Costa & Lobo (2005) realizaram um estudo experimental de aquisição do PE com o objetivo de observar se as crianças omitiam clíticos. Seus resultados foram um pouco diferentes dos obtidos por Magalhães, no que diz respeito à omissão de objetos (e ao objeto nulo) em PE.

Eles partiram da constatação de que crianças adquirindo línguas com paradigma de clítico objeto iniciam a aquisição omitindo os clíticos se a língua que estão adquirindo apresenta concordância de participio passado com o objeto (cf. Tsakali and Wexler (2003), Wexler, Gavarró and Torrens (2003)). Uma vez que o PE não apresenta esse tipo de concordância, como vemos em (23), é esperado que não haja omissão de clíticos:

- (23) a. O Pedro já os tem lido.
b. *O Pedro já os tem lidos.

No entanto, o PE apresenta objeto nulo, ainda que em contextos de ilhas fortes esse nulo não seja possível, como mostra o contraste entre (24) e (25):

- (24) Joana viu ___ na TV ontem. (Raposo, 1986: 1)
(25) A: E a Maria?
B: O Pedro está triste [porque o Zé *[]/(a) beijou]⁶⁴

⁶⁴ Em PB, nesse tipo de contexto, o preenchimento da posição é obrigatório: O Pedro está triste [porque o Zé beijou **ela**].

Diante dessa restrição sobre a distribuição de objetos nulos em contextos de ilha sintática, os autores perceberam a necessidade de testar tais contextos na produção de crianças. Para isso, realizaram um experimento de produção eliciada que testou os clíticos em contextos de ilhas fortes, em ênclise e em próclise (que segundo Duarte e Matos (2000) *apud* Costa & Lobo (2005) são as posições em que os clíticos podem aparecer em PE, dependendo do ambiente sintático); além de um experimento de repetição de 4 sentenças com clíticos em contexto de próclise.

As crianças analisadas tinham entre 2 e 4 anos de idade e foram separadas em dois grupos (2 – 3 anos e 4 anos), pois, segundo eles, alguns estudos mostraram “efeitos de desenvolvimento” em diferentes grupos. Eles ainda organizaram um grupo de controle com 6 adultos. Os testes foram construídos de modo que se pudesse ter como resposta a retomada com um clítico em ênclise, para o teste 1, clítico em próclise, para o teste 2, e objeto nulo/clíticos, para o teste 3, cuja ocorrência se dá num contexto de ilha.

A tabela abaixo mostra os resultados obtidos para o grupo de controle:

| Tipo de retomada | Ênclise | | Próclise | | Ilha sintática | |
|------------------|---------|------------|----------|--------|----------------|--------|
| | Clítico | 8/18 | 44,44% | 12/18 | 66,66% | 16/18 |
| DP | 1/18 | 5,55% | 2/18 | 11,11% | 2/18 | 11,11% |
| Objeto nulo | 9/18 | 50% | 4/18 | 22,2% | 0 | 0 |
| Pronome forte | 0/18 | 0 | 0/18 | 0 | 0 | 0 |

Tabela 10 (adaptado de Costa & Lobo, op. cit.: 15): porcentagens das retomadas em cada contexto sintático do teste de produção eliciada; **grupo de controle**.

Como podemos ver, os resultados do grupo de controle mostraram preferência pelos clíticos no experimento de produção eliciada – sendo que apenas em contexto de ênclise há ligeira preferência pelo nulo. Além disso, os resultados do experimento de repetição (que consistia na repetição de um clítico em contexto de próclise) mostraram que há o uso categórico dos clíticos em 100% dos casos.

Observando os dados infantis, esses números praticamente se invertem, já que o número de omissões do clítico é maior que seu uso. Como vemos na tabela 11, a ocorrência do nulo é bastante significativa, se comparada com a produção de clíticos, especialmente se comparada com o padrão adulto apresentado na tabela anterior:

| Tipo de retomada | Ênclise | | Próclise | | Ilha sintática | |
|------------------|---------|---------------|----------|---------------|----------------|---------------|
| | | | | | | |
| Clítico | 3/41 | 7,31% | 5/39 | 12,82% | 1/43 | 2,32% |
| DP | 8/41 | 19,5% | 6/39 | 15,38% | 24/43 | 55,81% |
| Objeto nulo | 28/41 | 68,29% | 28/39 | 71,79% | 18,43 | 41,86% |
| Pronome forte | 2/41 | 4,87% | 0/39 | 0 | 0/43 | 0 |

Tabela 11 (adaptado de Costa & Lobo, op. cit.: 16): porcentagens das retomadas em cada contexto sintático do teste de produção eliciada; **crianças entre 2 – 3 anos**.

Nos três contextos sintáticos, na faixa etária entre 2 – 3 anos, a predominância é do objeto nulo/omissão dos clíticos, enquanto os clíticos são produzidos em pequeno número. Um ponto bastante interessante é a produção de apenas 2,32% de clíticos em contexto de ilha, o que se diferencia radicalmente dos resultados obtidos nos dados adultos. Além do contexto de ilha, para os demais contextos, a produção de clíticos também é baixa. Na tarefa de repetição (a mesma descrita acima para os adultos) as crianças produziram 46,2% de clíticos e 53,7% de objetos nulos, nesse mesmo período.

Os dados referentes ao segundo grupo desenvolvimental estão mostrados na tabela 12. A diferença de idade entre o primeiro e o segundo grupo não muda muito o quadro da predominância da omissão dos clíticos:

| Tipo de retomada | Ênclise | | Próclise | | Objeto nulo (Ilha) | |
|------------------|---------|---------------|----------|---------------|--------------------|---------------|
| | | | | | | |
| Clítico | 1/21 | 4,76% | 5/22 | 22,72% | 0/23 | 0 |
| DP | 4/21 | 9,72% | 2/22 | 9,09% | 15/23 | 65,21% |
| Objeto nulo | 16/21 | 76,19% | 15/22 | 68,18% | 8/23 | 34,78% |
| Pronome forte | 0/21 | 0 | 0/22 | 0 | 0/23 | 0 |

Tabela 12 (adaptado de Costa & Lobo, op. cit.: 17): porcentagens das retomadas em cada contexto sintático do teste de produção eliciada; **crianças de 4 anos**.

Esses dados nos mostram que o objeto nulo ainda é predominante nos dados das crianças portuguesas, que continuam empregando baixos números de clíticos. O dado que mais impressiona é que, nesse grupo, em contexto de ilha, as crianças não produziram nenhum clítico, apesar de o número de objeto nulo cair, em relação ao primeiro grupo. A retomada por DP é ainda privilegiada nesse contexto. A modificação de maior destaque é em relação ao experimento de repetição, em que as crianças produziram 75% de clíticos e apenas 25% de objetos nulos, número que já se aproxima mais do padrão adulto.

Em termos gerais, as crianças apresentaram produção de objetos nulos, nos dois casos, bem maior em relação aos adultos. No grupo de 2 – 3 anos, o objeto nulo é preferência esmagadora sobre os clíticos em todos os casos, inclusive no experimento de repetição, como vimos. Além disso, é gritante também a diferença entre o uso de objetos nulos em contextos de ilhas pelos adultos e pelas crianças. Os adultos não usam nenhum objeto nulo, e mais de 88% de clíticos, enquanto que as crianças usam pouquíssimos clíticos (2,32% no primeiro grupo), chegando a 0% no segundo grupo, e apresentam 41,86% de uso do nulo no primeiro grupo e 34,78% no segundo grupo. O restante dos dados (55,81% no primeiro grupo e 65,21% no segundo grupo) diz respeito à produção de DP em ilha, o que mostra que as crianças já apresentam uma certa sensibilidade a esse contexto sintático, apesar de ainda não se utilizarem do clítico para preenchê-lo e ainda lançarem mão da estratégia do objeto nulo.

Sendo assim, a previsão de que o PE não apresentaria omissão de objeto, pois não possui concordância de participio passado, não é confirmada. Além disso, já que não há produção, nos dados infantis, de clíticos em contextos de ilhas (e há crescimento da produção de DPs), os autores concluíram que as crianças têm algum conhecimento da distribuição de objetos nulos, além de omitirem clíticos.

Qual é, então, a explicação para o fato de que há omissão de clíticos em PE?

A resposta, segundo os autores, está no fato de que os clíticos dessa variedade são argumentais (não é uma língua com duplicação de clítico). Dessa forma, eles checam caso e são atraídos para Infl. A checagem de dois traços D pelo mesmo clítico envolve a violação de *Unique Checking Constraint* (como vimos na discussão de Wexler et al acima) e essa é a explicação para a omissão de clíticos em PE, apesar de não existir concordância de participio passado com objeto nessa língua.

Entretanto, uma proposta um pouco diferenciada foi apresentada pelos autores em Costa *et.al.* (2006). Eles afirmaram que a UCC não seria a melhor explicação para a omissão de clíticos em PE:

Verificou-se, contudo, que a omissão persiste até mais tarde do que nas outras línguas estudadas [línguas em que se constatou que a UCC estaria também agindo, como vimos acima], pelo que é possível defender que a omissão observada não se explique pela UCC, mas derive de factores de complexidade no sentido de Reinhart (1999), por ter de ser feita uma escolha pós-sintáctica entre duas derivações convergentes (com clítico ou objecto nulo) (Costa *et. al.*, 2006: 123).

Uma vez que todos os clíticos entram em verificação em um domínio funcional, não haveria nenhuma diferença entre os clíticos; a UCC agiria de maneira igual em todos. No experimento

de elicitación com clíticos reflexivos, os resultados mostraram que a porcentagem de omissão desse clítico reflexivo é consideravelmente menor que o clítico acusativo, isso porque, entre outras coisas, no contexto de reflexivo, não há concorrência entre objeto nulo e clítico, o que não representaria complexidade para a criança⁶⁵. Desse modo, a explicação para a omissão dos clíticos acusativos em PE está relacionado ao fator “complexidade” que envolve esses clíticos em PE, que, segundo os autores, são dois: (i) concorrência entre objeto nulo vs. clítico; (ii) possibilidade de próclise e ênclise. E são esses fatores que fazem com que o período de omissão dos clíticos se estenda para idades além de 4 anos.

Além disso, as crianças precisam desenvolver sensibilidade a ilhas fortes; essa sensibilidade já se observa na grande quantidade de produção de DPs nesses contextos, comparada com outras condições, segundo mostraram Costa & Lobo (2005). Tanto Costa & Lobo (2005) quanto Costa *et.al* (2006) afirmam que a UCC permanece ativada até mais tarde devido a esses fatores de complexidade.

Em resumo, o que pudemos ver é que a média de uso do objeto nulo por crianças portuguesas no estudo de produção eliciada e repetição de Costa & Lobo (2005) é bem maior que no estudo de produção espontânea de Magalhães (2006), o que poderia ser explicado pela metodologia diferenciada utilizada nos dois estudos. Uma coisa a ressaltar é que o estudo de Costa & Lobo eliciou também contextos de ilha, o que não aparece em produção espontânea. A importância do estudo é justamente mostrar que mesmo numa língua que também permite objeto direto anafórico nulo, a criança omite o clítico em contextos não permitidos na gramática adulta, embora também utilize DPs como estratégia de retomada em ilhas.

Além disso, existe um fato que julgamos ser importante na análise dos dados: enquanto Magalhães trabalhou com a oposição objeto nulo vs. objeto preenchido, Costa & Lobo manipularam variáveis como os clíticos e DPs e o objeto nulo, especificando contextos, o que nos dá uma idéia mais precisa das possíveis retomadas do objeto direto anafórico em PE, mostrando em que medida os clíticos estão (ou não) sendo omitidos.

Para o PB ainda são poucos os estudos detalhados de aquisição do objeto direto anafórico, especialmente englobando questões relacionadas às possibilidades de preenchimento dessa posição (nulos, pronomes e DPs plenos, por exemplo) e o que condiciona a ocorrência de cada uma dessas opções. Na seção seguinte, veremos o trabalho de Lopes & Cyrino (2005), no qual nos baseamos para desenvolver essa pesquisa.

⁶⁵ Avram (2006), analisando dados do romeno mostrou que nessa língua os reflexivos são adquiridos bastante cedo e deixam de ser omitidos bem antes que os clíticos acusativos.

4.3.3 A hipótese dos traços semânticos na aquisição: Lopes & Cyrino (2005)

Lopes & Cyrino (2005) – daqui em diante L&C (2005) – observaram a fala espontânea de duas crianças – uma entre 1;9 – 2;8 e outra entre 1;8 – 3;7. Elas defendem a hipótese de que os traços semânticos de animacidade e especificidade do antecedente são decisivos no momento em que a criança vai optar por uma ou outra estrutura em posição de objeto direto anafórico, assim como esses traços foram decisivos na mudança diacrônica ocorrida com os clíticos acusativos, como vimos no capítulo 2 (cf. Cyrino (1994/1997)⁶⁶.

De acordo com os dados diacrônicos de Cyrino (1994/1997), a ocorrência do objeto nulo estaria ligada, de maneira geral, ao fato de o antecedente ser [-animado], enquanto que a realização do pronome lexical se dá quando o traço do antecedente é [+animado]. Assim, uma categoria nula nunca pode ocorrer quando um antecedente for [+animado]⁶⁷, a não ser que ele seja não específico, como nos casos abaixo, extraídos de L&C (op. cit.: 3):

(26) O policial insultou o preso antes de torturar (ele)⁶⁸

(27) O policial insulta presos antes de torturar []

Fica clara a diferença entre o uso da especificidade no exemplo (26) – o que é indicado pelo fato de o verbo *insultar* estar empregado no pretérito, indicando um evento episódico, cuja interpretação denota um DP específico – e a não especificidade no exemplo (27), privilegiada pelo fato de o verbo estar no presente, o que denota uma leitura genérica. Assim, o traço de especificidade se une ao traço de animacidade para definir a escolha da estrutura. Tanto a hipótese de Cyrino (1994 e obras posteriores) quanto a hipótese de L&C (2005), discutida nessa seção, estão embasando a pesquisa realizada nesta dissertação.

Outro aspecto importante relacionado ao objeto nulo, indicado pelas autoras, é que ele tem um efeito interessante, em alguns casos. Ele pode produzir uma leitura ambígua, em casos

⁶⁶ Questões relacionadas aos traços semânticos de animacidade e especificidade estão discutidas no capítulo 3, seção 3.2.

⁶⁷ Isso, de certa maneira, deve estar ligada ao fato, indicado no capítulo 3, quando discutimos a análise de Creus e Menuzzi (2005), de que enquanto pronomes lexicais são especificados para gênero, objetos nulos não o são. Logo, o estranhamento de uma retomada de antecedente [+animado, +específico] pelo nulo provavelmente está ligado a esse fato, algo que ainda precisa ser observado a fundo para que possamos demonstrar, de maneira clara, de que maneira o gênero semântico pode influenciar (ou não) essa escolha.

⁶⁸ A sentença não é agramatical sem o pronome, mas a preferência é pelo preenchimento, o que além de ser explicado pelo fato de o antecedente ser específico e animado, possa talvez estar ligado a questões de gênero semântico do antecedente, conforme vimos na nota 62.

de elipse, – o que na teoria é chamado de *strict and sloppy readings*, ou seja, leituras estrita e imprecisa respectivamente, como podemos ver nos exemplos abaixo, extraídos de L&C (op. cit.:3/4):

(28) De noite, João liga seu aparelho de som, mas o Pedro desliga [].

(29) De noite, João liga seu aparelho de som, mas Pedro desliga **ele**.

Nos exemplos acima, (28) é ambígua entre uma leitura estrita (em que Pedro desliga o aparelho de som do João) e uma imprecisa (em que Pedro desliga seu próprio aparelho de som), enquanto (29) representa a leitura estrita. A análise de Foley et.al (2003) para os dados de aquisição de elipse de VP em inglês mostram que a leitura estrita exige uma motivação pragmática; uma vez que a sensibilidade das crianças a fatores pragmáticos se desenvolve com a idade, a leitura estrita se torna mais recorrente em estágios avançados da aquisição. L&C (op. cit.: 17 – tradução nossa) ainda afirmam que “a mudança diacrônica torna-se possível devido a uma tendência inicial da criança para a leitura imprecisa”; da mesma forma como as crianças analisadas por Foley *et al* demonstraram preferência por essa leitura.

Como vimos nos exemplos acima, apenas com o uso do pronome a sentença tem a interpretação única da leitura estrita, caso contrário ela é ambígua, uma vez que a leitura estrita requer mais contexto pragmático para ser interpretada pelas crianças, o que ocorre em estágios posteriores da aquisição, como mencionamos. Sendo assim, podemos imaginar que o pronome lexical ocorre como opção mais tarde na gramática infantil, uma vez que ele denota a leitura estrita (desambigüizando a sentença); quando esta leitura torna-se possível na gramática da criança, o objeto nulo muda seu estatuto, passa de exclusivamente dêitico à anafórico⁶⁹ (como veremos mais detalhadamente).

Quanto à caracterização do objeto nulo em PB, as autoras discutem o fato de que muitos autores propuseram que ele seja um pronome nulo, do tipo *pro* (como vimos no capítulo 3). No entanto, essas propostas têm o problema de não concordarem quanto ao licenciamento e identificação do ON em PB, de serem incapazes de capturar as restrições de animacidade, ligadas ao ON (não explicando satisfatoriamente os fatos) além de apresentarem dificuldade para a sua sustentação, especialmente se dados diacrônicos e de aquisição são levados em conta.

⁶⁹ Como já mencionamos na introdução desta dissertação, o termo *anafórico* descreve a relação de correferência entre um elemento na posição de objeto direto com seu antecedente, e não se refere ao princípio A da Teoria da Ligação.

Partindo da questão – *esses traços se tornaram evidência para a estabilização da gramática?* – as autoras analisaram os dados infantis. Em termos gerais, a tabela abaixo mostra que, quando contabilizados apenas pronomes lexicais e objetos nulos, os números para os nulos são bem superiores⁷⁰:

| Criança | Nulo | | Pronome lexical | | Total | |
|---------|------|------|-----------------|------|-------|-----|
| | N | % | N | % | N | % |
| R. | 134 | 75.2 | 44 | 24.8 | 178 | 100 |
| AC. | 141 | 74.2 | 49 | 25.8 | 190 | 100 |
| Ambas | 275 | 74.7 | 93 | 25.3 | 368 | 100 |

Tabela 13 (L&C, 2005:9): Média de resultados para a realização nula e pronominal do objeto.

No entanto, os dados referentes aos nulos não querem dizer que eles são sempre do mesmo tipo (ou seja, possuem sempre o mesmo estatuto). A tabela 14 nos mostra que a porcentagem de uso do objeto nulo cai à medida que o pronome lexical entra como opção na posição de objeto:

| Idade | AC | | R | | Total |
|---------|------|-----------|------|-----------|-------|
| | Nulo | Pronome | Nulo | Pronome | |
| 1;8-1;9 | 100 | 0 | 100 | 0 | 9 |
| 1;10 | 100 | 0 | 75 | 25 | 17 |
| 2;1 | 100 | 0 | 69.7 | 30.3 | 95 |
| 2;3 | 85 | 15 | 84.7 | 15.3 | 85 |
| 2;8 | 73 | 27 | 64 | 36 | 52 |
| 3;0 | 64 | 36 | - | - | 78 |
| 3;7 | 81 | 19 | - | - | 32 |
| Total | 74.2 | 25.8 | 73.5 | 24.7 | 368 |

Tabela 14 (L&C, 2005: 9): porcentagem de objetos nulos e pronominais para cada criança em cada idade.

Desses dados surge um questionamento: essa categoria nula é a mesma ou muda no decorrer da aquisição? A hipótese é de que o objeto nulo inicial é essencialmente dêitico, como nos exemplos dados por L&C (op. cit.: 9/10):

⁷⁰ Quando levadas em conta, além das variáveis objeto nulo e pronome lexical, os DPs e nomes nus, a porcentagem de nulos é de apenas 30%.

(30) Garda (=guarda) aqui. (R., 1;9)

(31) Tila (=tira) umbassu (=embaixo) (R., 1;9)

Porém, quando o pronome lexical começa a ser usado em posição de objeto, a categoria nula se torna anafórica. Esse momento – que se mostrou diferente, em termos de idade, para as duas crianças observadas – é um período de transição na gramática infantil, para esse caso. É neste período, em que a criança começa a usar o pronome lexical como opção na posição de objeto, que o nulo passa a ser anafórico e o traço de animacidade torna-se expressivo para ela. Esse padrão, identificado por L&C (2005), foi testado nas crianças analisadas nesta dissertação e confirmado pelos dados, como veremos no próximo capítulo.

Em resumo, o que pudemos constatar é que os traços semânticos de animacidade e especificidade, que se mostraram decisivos para a mudança diacrônica em PB, estão ainda operando na aquisição da linguagem, segundo o estudo de L&C (2005), mostrado nesta seção.

4.4 AS NOÇÕES DE GÊNERO GRAMATICAL E SEMÂNTICO NA AQUISIÇÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO.

Esta seção foi incluída aqui como forma de adiantar questões que serão importantes no capítulo 5, quando analisaremos os dados infantis desta pesquisa. Tratar de questões relacionadas a gênero é importante, pois nos ajudará a explicar dados que pareceram “fugir” do padrão estabelecido pelas análises aqui discutidas, mostrando o quanto a informação de gênero gramatical pode estar sendo usada pela criança para a identificação do gênero semântico (diretamente relacionado a sexo natural). Ainda é importante frisar que essa discussão surgiu, especialmente, a partir da proposta de Creus & Menuzzi (2005), discutida no capítulo anterior, que é baseada na noção de gênero semântico como determinante da alternância entre objeto nulo e pronome lexical na posição de objeto direto anafórico.

Para a discussão proposta, lançamos mão dos estudos de Corrêa & Name (2002), Corrêa et.al (2004) e Figueira (2004) que trabalharam, sob pontos de vista diferentes, com a questão da manifestação do gênero (gramatical) no processo de aquisição da linguagem, em crianças adquirindo o PB.

Partindo de um ponto de vista psicolinguístico e utilizando-se do aparato teórico do Programa Minimalista, Corrêa & Name (2002) e Corrêa et.al. (2004) buscam identificar de

que maneira se dá a concordância⁷¹ de gênero no DP. Nesses estudos, os autores afirmam que as crianças *processam* informação de gênero no determinante e que “todo o determinante é, não obstante, flexionado em gênero em função do gênero intrínseco ou opcional do nome” (Corrêa et.al, *op.cit.*: 127). As autoras ainda indicam que é possível considerar que gênero funciona como um traço interpretável no nome. Levando em conta essas considerações poderemos, mais adiante, tecer algum comentário mais consistente no sentido de mostrar, juntamente com os dados de Figueira (2004), que a criança pode estar usando informação referente ao gênero gramatical para atribuição de gênero semântico.

Os dados de Figueira (2004) parecem apresentar base empírica importante quanto a isso. Partindo de dados de crianças em idades que vão desde 2;3 até 5;3, a autora quer mostrar de que modo as crianças estão realizando a expressão do sexo por meio do gênero gramatical. Os dados mostram que as crianças estão supergeneralizando ou o masculino ou o feminino por conta dos morfemas *o* ou *a* das palavras referidas, levando em conta esses morfemas para a atribuição de sexo (masculino/feminino). Um desses casos está em (32):

- (32) a. (*a criança fica sensibilizada depois de ouvir a mãe contar algo sobre criança desprotegida*)
A. Ela é **pobra**. Ela é **pobra**, mãe? (5;3,17)
- b. (*A e J brincam de repórter; a primeira fala sobre o prédio em construção ao lado de sua casa*)
J. Ta petando (=está apertando) muito a minha casa com aquele prédio **idioto**. (4;5,25)

A mesma autora ainda cita uns casos em que a criança se utiliza do gênero para expressar o sexo:

- (33) (*J. toma seu café da manhã; em certa altura pergunta a sua mãe*)
J. Carro bebe café, mãe?
M. Não.
J. Então eu não bebo. Porque eu sou carro.

⁷¹O termo “concordância” aqui diz respeito à operação que relaciona traços-φ do determinante com os traços-φ do nome, adotada no Programa Minimalista.

M?!

J. Quer dizer, eu sou **carra**. Sou **carrinha**. (4;6,28)

(34) (*J brinca de fazer entrevistas, como se fosse o repórter da televisão*)

M. Eu tava perguntando se ia sair ou não a reportagem, Ju. E você é o repórter.

J (levantando a voz). **Reporta**.

M (rindo) “Reporta”? Por que “reporta”?

J. Porque reporta é mulher. Que eu não quero ser homem. Eu sou reporta, vai. (4;6,01)

Nesses casos, como bem comenta a autora “a criança inscreve – de maneira inequívoca a qualquer interpretação – a sua inegociável condição de menina, portanto sexo feminino, portanto gênero feminino” (Figueira, op. cit.: 65), ou seja, a sua condição de ser do sexo feminino é expressa formalmente pelo morfema *-a*. Para ela ainda, essa fala da criança revela “o caminho que o funcionamento do gênero gramatical assumiu na estória da aquisição da língua materna por essa criança”. Ainda em relação a (33) e (34), a autora argumenta que a criança se encontra diante de um “embate com a língua”, que reside na marcação, não de gênero, mas sim de gênero-sexo.

Sendo assim, diante dos fatos mostrados acima, pode-se dizer que a motivação semântica para a marcação do gênero gramatical não está totalmente ausente, pelo menos na aquisição da linguagem, conforme Figueira. Se observamos as sentenças em (32) podemos ver o que parece ser a confirmação da idéia de Corrêa & Name (2002) e Corrêa et.al (2004) de que o traço de gênero é interpretável no nome, já que a criança usa coisas como *prédio idioto* e *criança pobre*, flexionando o adjetivo em função do nome.

Como bem vimos nesses dados, a noção de gênero gramatical da criança está bastante ligada ao sexo natural, o que acaba por fazer com que ela supergeneralize o gênero gramatical em função do sexo ((33) e (34)), assim como se utiliza do gênero gramatical para indicar o sexo, como em (32).

4.5 AMARRANDO AS PONTAS: PARÂMETRO DO OBJETO NULO?

Em primeiro lugar, gostaríamos de citar rapidamente que Galves (2001) apresenta uma proposta sobre o que seria o parâmetro do objeto nulo. Ela assume que o objeto nulo em PB é um elemento pronominal do tipo *pro* e é partindo desse ponto que ela procura formular o parâmetro, ao qual o objeto nulo estaria ligado. Não entraremos na discussão da proposta de Galves, uma vez que isso requereria discussões sobre assuntos específicos, que não estão contemplados nesta dissertação, e passaremos diretamente à discussão dos fatos observados no decorrer deste capítulo.

Não pretendemos, aqui, chegar à formulação de uma proposta paramétrica, mas tentar estabelecer, empiricamente, correlações entre as diferentes línguas no que concerne ao objeto nulo e aos fenômenos que estão envolvidos nesse caso.

Em resumo, o que pudemos observar neste capítulo é que, em algumas das línguas que não permitem a ocorrência de objetos nulos na gramática adulta, as crianças em aquisição passam por uma fase em que omitem os clíticos em posição de objeto. Como vimos, esse é o caso para línguas como o espanhol, o francês, o italiano e até mesmo para o inglês (que é uma língua que não possui pronomes clíticos, mas sim pronomes forte/fraco) em contexto de aquisição bilíngüe cantonês-inglês, quando influenciado pela gramática do cantonês. Em todos os casos há um padrão, que é seguido pela aquisição dos clíticos nas línguas que o permitem. Inicialmente esses clíticos não aparecem, sendo assim há o que chamamos de omissão dos clíticos, fato que não é aceito na gramática adulta de nenhuma dessas línguas, exceto em contextos bastante específicos. Em casos como o italiano, a omissão dos clíticos chega a 100% nos primeiros estágios da aquisição. No entanto, assim que os clíticos começam a ser usados em posição de objeto, esse número cai bruscamente, ficando num máximo de 10% de omissão.

O fato de estarmos diferenciando o fenômeno do objeto nulo dos casos de omissão dos clíticos, como descrevemos neste capítulo, é justificado pela idéia de que, nas línguas em que o objeto nulo não é permitido na gramática adulta, o que há é apenas uma fase em que os clíticos são omitidos; ou seja, a criança adquirindo uma língua como o italiano, por exemplo, não tem evidência positiva de que o objeto nulo é gramatical na sua língua: seu *input* é constituído de clíticos, mas não de objetos nulos. Segundo Lopes (comunicação pessoal), poder-se-ia pensar que o clítico seja muito complexo em função de ser uma marca de

concordância e isso levaria a criança a não lidar com ele⁷². A gramática não daria conta de derivar uma estrutura tão complexa; neste caso, teríamos um problema ainda no nível da competência, relacionado ao sistema computacional que não consegue “rodar” como o do adulto. Conseqüentemente, o nulo produzido por uma criança que não o tem em seu *input* parece, então, não ter as mesmas características que o nulo produzido por uma criança que está adquirindo uma língua de objeto nulo.

Nas línguas em que as crianças passam pelo período de omissão dos clíticos, a partir do momento em que elas começam a usá-los, as omissões caem bruscamente, o que se pode explicar pelo fato de que a omissão está realizando o trabalho que o clítico realizará quando estiver presente (como indicou Fujino (2000) para dados do espanhol, discutidos acima).

Por outro lado, nas línguas em que o objeto nulo é parte da gramática adulta, a criança o tem como evidência em seu *input*; desde sempre ela ouve sentenças em que o nulo está presente. No caso do PB, como vimos no capítulo 2, mudanças diacrônicas ocorreram com os clíticos acusativos de terceira pessoa e os levaram à total extinção do paradigma pronominal do PB, ou seja, eles não fazem mais parte da gramática, uma vez que não são mais licenciados por ela (cf. Pagotto (1996) e Nunes (1996)). As opções que substituíram os clíticos acusativos de terceira pessoa em PB são o pronome lexical e o objeto nulo; isso significa que são esses os elementos que fazem parte da gramática da língua. Logo, a diferenciação entre a omissão dos clíticos e o fenômeno do objeto nulo que defendemos aqui está pautada no fato de que, enquanto no primeiro caso o nulo é apenas provisório na gramática das crianças, sendo, em seguida, substituído pelos clíticos, no segundo é parte da gramática adulta.

Resumindo, objetos nulos na aquisição de línguas não-objeto-nulo não são objetos nulos propriamente ditos, como os do chinês, por exemplo, mas sim fruto de uma ausência do clítico, provocada pelo fato de as crianças ainda não serem capazes de lidar com ele (seja por motivos de processamento/performance, seja por fatores relacionados à complexidade derivacional desses clíticos; segundo a UCC esses fatores estão relacionados à competência). Por outro lado, o objeto nulo produzido pelas crianças adquirindo línguas objeto-nulo é a manifestação de um fenômeno da gramática da língua que ela está adquirindo, portanto um fenômeno gramatical.

⁷² O que também, talvez, pudesse ser o caso das retomadas anafóricas em PB. Uma vez que a criança precisa lidar com mais informação lingüística para usar o pronome em posição de objeto – ela precisa especialmente lidar com questões relacionadas a gênero, o que envolve maior grau de complexidade em relação ao uso de nulo dêitico, por exemplo.

Em última instância, mesmo considerando omissão de clíticos e objeto nulo como dois fenômenos diferentes, temos que levar em consideração que há um padrão sendo apresentado na aquisição do elemento em posição de objeto direto anafórico.

Isso se mostra no fato de que, em línguas em que a gramática adulta não permite a omissão dos clíticos, à medida que esses elementos passam a ocorrer, a omissão cai proporcionalmente. Já em PB, por exemplo, o clítico não ocorre e o objeto nulo é parte da gramática adulta; mesmo assim, os dados mostram que o nulo deixa de ocorrer em 100% dos casos, quando o pronome lexical começa a aparecer na posição de objeto direto. O que parece acontecer é que a criança não lida com os traços do pronome [gênero, especialmente (além de animacidade e especificidade)] até uma certa idade, por isso não o produz, o que, como indicamos, parece também ser o caso para os clíticos, nas línguas que ainda os mantêm. Sendo assim, há alguma relação, na ocorrência desse fenômeno nas diferentes línguas, que precisa ser observada mais detalhadamente e que talvez possa nos indicar a que parâmetro o objeto nulo estaria ligado.

4.6 CONCLUINDO O CAPÍTULO

Neste capítulo observamos as análises sobre a ocorrência de uma categoria vazia na posição de objeto em crianças adquirindo línguas que não permitem o objeto nulo na fala adulta (espanhol, francês, italiano) e línguas que o permitem (português, cantonês). Dividimos essas línguas em dois grupos e nomeamos os fenômenos que nelas ocorrem: no primeiro grupo ficaram as línguas em que as crianças em aquisição passam por uma fase em que omitem clíticos, sem, no entanto, isso ser possível na gramática adulta – consideramos a categoria vazia em posição de objeto como fruto da omissão de um clítico, que será depois adquirido por essas crianças. Já no segundo grupo, ficaram as línguas que permitem uma categoria vazia em posição de objeto na gramática adulta, ou seja, o objeto nulo é um fenômeno recorrente que faz parte da gramática daquela língua. O que encontramos de semelhante entre esses dois grupos de línguas é o fato de que elas apresentam grandes porcentagens de nulos na posição de objeto durante as fases iniciais de aquisição.

Além disso, apresentamos resultados de como ocorre a aquisição do objeto nulo em PE, de acordo com as análises de Costa & Lobo (2005) e Magalhães (2006). Os primeiros constataram que, apesar de a gramática adulta do PE apresentar severas restrições quanto à ocorrência do objeto nulo (especialmente o fato de que ele não pode ocorrer em ilha), a

gramática infantil apresentou grandes porcentagens de omissão dos clíticos. Contextos de produção eliciada mostraram que as crianças adquirindo o PE utilizaram o objeto nulo em grande parte das retomadas, especialmente em ambientes de ilha sintática, enquanto que no grupo de controle adulto o uso dos clíticos foi categórico. Já o estudo de Magalhães (2006), que trabalhou com a oposição objeto preenchido vs. objeto nulo, mostrou números de objetos nulos bastante menores que os números mostrados por Costa & Lobo (2005), o que acreditamos ser consequência da metodologia utilizada em cada trabalho. Apesar disso, um certo padrão pode ser identificado nos dois casos: o fato de que o clítico, em idades mais avançadas da aquisição, toma o lugar do nulo. Mesmo no trabalho de Costa & Lobo (2005), os clíticos, especialmente no contexto de ilha sintática, já se mostram bastante presentes no grupo de 4 anos de idade.

Para o PB, apresentamos a proposta de Lopes & Cyrino (2005). Segundo elas, como vimos, os mesmos traços semânticos de animacidade e especificidade, que guiaram a mudança na posição de objeto direto anafórico (excluindo os clíticos do paradigma pronominal), conforme Cyrino (1994, 1997), estão ainda presentes, direcionando a aquisição do objeto nulo em PB.

Outras questões ainda foram discutidas neste capítulo. Uma delas diz respeito às noções de gênero gramatical e semântico e em que medida elas podem estar relacionadas. Essa discussão voltará a aparecer no próximo capítulo quando analisarmos os dados infantis. A outra questão que destacamos diz respeito a um possível caminho para chegarmos à formulação do parâmetro ao qual o objeto nulo estaria ligado. Através das correlações empíricas entre as línguas aqui citadas, pudemos mostrar em que medida elas se aproximam.

No próximo capítulo apresentaremos nossos resultados, cuja investigação envolveu a fala espontânea de três crianças, procurando mostrar se as previsões de Lopes & Cyrino (2005), detalhadas aqui, se confirmam em um maior número de dados.

CAPÍTULO 5

CLÍTICOS ACUSATIVOS NA AQUISIÇÃO DO PB

5.1 INTRODUÇÃO

Um dos pontos mais fascinantes da teoria gerativa é o fato de ela basear seus argumentos no processo de aquisição da linguagem, procurando estruturar a teoria de maneira a explicar os fatos que ocorrem durante esse processo. Foi Chomsky, por meio da hipótese do inatismo, que nos mostrou que a criança nasce capacitada a adquirir uma língua (qualquer que seja o *input*) e, especialmente, que possuímos uma Faculdade da Linguagem – um órgão biológico, como o coração, o fígado – responsável unicamente pelas habilidades da linguagem.

Como vimos no capítulo 2, a aquisição da linguagem é o lugar da mudança lingüística; é por meio da aquisição que uma mudança se estabelece em uma língua. Vimos ainda que foi a criança em aquisição, por meio das evidências recebidas no seu *input*, que proporcionou a mudança ocorrida no paradigma dos clíticos acusativos de terceira pessoa em PB.

Este capítulo está destinado à análise dos dados infantis de três crianças – duas entre 1;8 e 3;7 e uma entre 1;6 e 3;2 – por meio dos quais objetivamos mostrar que os traços semânticos que levaram à mudança com os clíticos acusativos, em PB, (cf. Cyrino (1997)) ainda estão agindo na gramática, agora na aquisição da linguagem. Partindo da proposta de Lopes & Cyrino (2005), esboçada no capítulo anterior, buscaremos mostrar, entre outras coisas, que, de forma geral, quando o antecedente do objeto direto anafórico possui traços semânticos [-animado, +específico], ele é normalmente retomado pelo objeto nulo e, quando esse antecedente tiver traços [+animado, +específico], é retomado pelo pronome lexical. Como veremos, essa proposta é confirmada em nossos dados, mostrando que os traços de animacidade e especificidade estão agindo na aquisição da linguagem como um guia lingüístico para a criança, na alternância entre objeto nulo e pronome lexical.

Além disso, desenvolvemos uma discussão sobre retomadas feitas pelo pronome lexical (sejam os antecedentes animados ou não) levando em conta nossa hipótese de trabalho (baseada em Lopes & Cyrino) e a proposta relacionada ao gênero semântico desenvolvida por Creus & Menuzzi (2005). A análise, nesse caso, consistiu em aplicar as duas hipóteses para a verificação dos dados e mostrar até que ponto elas podem, ou não, dar conta deles.

Um outro fato a ser levado em conta é que tendo os traços semânticos efeitos sobre a interpretação semântica, a criança deveria iniciar produzindo o elemento de menor valor referencial. Partindo dessa sugestão colocamo-nos diante da questão: será que o fato de a criança iniciar lidando com os elementos de menor valor referencial (como os objetos nulos dêiticos, em relação aos objetos nulos anafóricos, que precisam de recuperação dos traços lingüísticos do antecedente) pode explicar por que ela inicia com produção de 100% de nulos e, ao introduzir o pronome lexical como possibilidade, esse valor decresce? Como veremos na discussão abaixo, a resposta a essa pergunta se pretende positiva, se levarmos em conta alguns fatores, como, por exemplo, o estatuto diferenciado do objeto nulo em diferentes etapas da aquisição.

Além dos dados infantis, no final do capítulo apresentamos uma proposta de análise para o pronome lexical, retomando antecedentes [-animado, +específico] em dados adultos. Esses dados, se levarmos em conta as propostas analisadas, não seriam esperados, uma vez que a retomada de antecedentes [-animado] parece ser categoricamente feita pelo objeto nulo. A proposta de análise para esses dados é que o pronome *ele* é um pronome fraco, nos termos de Cardinaletti & Starke (1995, 1999).

O capítulo está dividido nas seguintes seções: seção 5.2 trazemos a metodologia de pesquisa utilizada para o trabalho com os dados. Em 5.3 está a análise dos dados propriamente ditos, em que indicamos como estes podem confirmar a hipótese adotada aqui. Além disso, mostramos dados que fogem do domínio da hipótese e também discutimos a questão do tratamento dado pela criança a alguns antecedentes, que se mostraram de difícil identificação quanto aos traços e gênero semânticos. Já na seção 5.4 teremos a discussão dos dados, indicando a confirmação da nossa hipótese e questões que ainda restam quanto ao tratamento dado a certos antecedentes pela criança. A seção 5.5 apresenta a proposta de análise dos pronomes retomando antecedentes [-animado, +específico] em dados adultos e a seção 5.6 finaliza o capítulo.

5.2 METODOLOGIA

Como forma de averiguar se o padrão estabelecido por Lopes & Cyrino (2005) se confirma em outros casos, analisamos a fala espontânea de três crianças: A de faixa etária entre 1;8;12 - 3;7,6 e G de faixa etária de 1;10,21 – 3;6, 28, adquirindo o PB na Região de Porto Alegre, RS, em cujo dialeto ocorre o pronome *tu* e R, de faixa etária entre 1;6,29 – 3;2,06⁷³, adquirindo o PB em São Paulo, região que usa o pronome *você*, ao invés de o pronome *tu*⁷⁴, como forma de tratamento para segunda pessoa; essa diferença em relação ao uso dos pronomes *tu* e *você* é importante na medida em que significarão o uso de diferentes formas relacionadas aos acusativos de segunda pessoa.

Em relação aos enunciados considerados para cada criança, de acordo com a faixa etária, observemos a tabela abaixo⁷⁵:

| | AC | G | R | Total |
|----------------|-----|-----|-----|-------|
| 1;8/ - /1;6 | 4 | - | 22 | 27 |
| 1;10/1;10/1;7 | 4 | 6 | 10 | 21 |
| 2;1/2;1/2;9,10 | 6 | 41 | 31 | 78 |
| 2;3/2;3/2;9,15 | 21 | 39 | 30 | 92 |
| 2;8/2;8/2;10 | 26 | 18 | 16 | 60 |
| 3;0/3;0/3;2 | 42 | 23 | 31 | 96 |
| 3;7/3;6/ - | 33 | 32 | - | 65 |
| TOTAL | 136 | 162 | 141 | 439 |

Tabela 1: Número de enunciados considerados em cada faixa etária para cada criança.

Para o cálculo do número de enunciados em cada inquérito consideramos que tínhamos um enunciado quando a ocorrência analisada se dava nos limites de uma sentença – do início da fala da criança até o ponto final da transcrição – como em (1), onde temos duas ocorrências de nulo dêitico situacional no mesmo enunciado:

⁷³ Chamamos a atenção para o fato de que os dados disponíveis de R. mostram uma lacuna entre 1;7 e 2;9.

⁷⁴ Os dados de AC e G são do banco de dados do CEAAL – PUCRS e os dados de R. são do banco de dados do CEDAE/IEL/UNICAMP. Agradecemos veementemente o acesso aos dados facultado pelas instituições.

⁷⁵ Colocamos em cada linha da tabela, apenas por uma questão de organização, os arquivos referentes ao primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto e sétimo arquivos de cada criança na seqüência, logo, o primeiro arquivo de cada criança está na primeira linha, o segundo na segunda, e assim por diante. O “-” indica que não existe o arquivo da criança indicada naquela linha. As idades indicadas em cada linha correspondem aos arquivos de AC, G e R. respectivamente.

(1) CRI⁷⁶: não pode nem tirar []⁷⁷ nem mexer []. (AC, 3;0,29)

INV: tá bom.

ou do início da fala da criança até uma pausa, como em (2), (em que temos duas ocorrências de objeto nulo anafórico e a pausa é indicada por #), onde temos dois enunciados:

(2) CRI: tirei [] # mas consegue por [], né? (R. 3;2,06) (referindo-se a uma garrafa)

Tomemos a sentença em (1) para a discussão sobre os dados de objeto nulo dêitico. Na sentença, temos um caso de objeto nulo dêitico situacional – o nulo que ocorre com um não-imperativo e cujo referente está no contexto. De acordo com Kato (1994), além do nulo dêitico, fruto do uso do imperativo (como em (3)) – considerado um contexto universal de ocorrência de objeto nulo –, o PB também dispõe do dêitico nulo do tipo (1), que ocorre em contexto de não-imperativo. Chamaremos o nulo de (1) de nulo dêitico situacional e o nulo de (3) de nulo dêitico imperativo.

(3) CRI: e fessa # e põe aqui. (G, 2;1,27)

Partimos, agora, para a delimitação de nosso *corpus* de análise, pois, como nos dados das crianças a possibilidade de argumentos nulos na posição de objeto direto se apresentou de diversas maneiras, decidimos trabalhar apenas com os dados que dizem respeito ao objeto nulo de verbos transitivos, bitransitivos, marcadores excepcionais de caso e nulos proposicionais, que em outras línguas românicas teriam a ocorrência de um clítico em lugar do ON. Chamamos a atenção para o fato de que as ocorrências do pronome lexical também foram levadas em conta seguindo os mesmos critérios estabelecidos para as ocorrências de objetos nulos.

Dessa forma, outros casos de apagamento do objeto, que não dizem respeito ao ON, foram descartados no momento da análise. Entre os dados descartados está a elipse de VP, mostrada no exemplo abaixo:

⁷⁶ As siglas INV. e CRI. se referem, respectivamente, à fala da investigadora e da criança.

⁷⁷ Os colchetes serão utilizados para indicar a presença de um objeto nulo, que só será marcado pelo colchete se tiver relevância para a discussão que estiver sendo feita. Além disso, os antecedentes em jogo serão marcados em negrito.

- (4) INV: então, eu vou te servir um suco, então?
INV: a senhora aceita um suco?
CRI: aceito. (AC, 2;1,26)

Já é sabido que respostas a perguntas sim/não são sempre dadas repetindo o verbo finito utilizado na pergunta, e por isso não são contextos apropriados para observação do objeto nulo, visto que o objeto direto será sempre ocultado. Além disso, argumentos internos de verbos inacusativos (como em (5)) também foram descartados devido à ambigüidade de localização do nulo – se o apagamento ocorreu com o elemento *in situ* (*chegou o bichinho*) ou se ele ocorreu com o elemento movido para a posição de sujeito da sentença (*o bichinho chegou*), onde resolve seus traços de caso.

- (5) INV: olha aqui, ó.
INV: esse bichinho.
CRI: **chegou**.
INV: chegou?
CRI: chegou. (G, 2;3,16)

Variáveis – frutos de movimento do objeto para posição A-barra – também não foram contabilizadas nos dados. Casos como o exemplo (6) abaixo:

- (6) CRI: **e esse** eu vou botar [] nela. (AC, 2;8,28)

Ainda em relação às decisões metodológicas, consideramos que, quando uma mesma ocorrência (de ON ou pronome lexical) se referiu à mesma estrutura, ela deveria ser contabilizada apenas uma vez, como no exemplo (7):

- (7) CRI: eu quero ver [], quero ver [], quero ver []. (AC. 2;3,0)
(se referindo a um filme que a criança insistia em querer ver – *o filme do Woody*)

Já se o objeto é o mesmo, mas apareceu em estruturas diferentes, consideramos ocorrências diferentes, como nos exemplos (8) e (9), (mesmo antecedente de (7)):

- (8) CRI: eu vou assistir [] aqui no t(r)av(e)seilo. (AC. 2;3,0)

(9) CRI: ah, agora eu vou ver []. (AC 2;3,0)

Contabilizamos como estruturas diferentes, além dos casos de (8) e (9), os casos em que o objeto nulo ou o pronome lexical ocorreram com o mesmo verbo, mas flexionado em um outro tempo/aspecto, como em (10) abaixo:

(10) CRI: aí, quando [/] quando eu não consegui **tilar ele**, tive que xx tilar (*) ele.

CRI: pela escada subiu e **tilou ele**. (G, 2;3,17)

Isso se justifica, por exemplo, pela discussão de Lopes (no prelo), que destaca o núcleo aspectual como um possível licenciador do elemento na posição de objeto direto, além disso, como vimos nos exemplos (15) e (16) do capítulo anterior, repetidos aqui como (11) e (12), as diferentes flexões de tempo e aspecto sentencial do verbo podem indicar se o DP é específico ou não, fator importante para nossa análise:

(11) O policial insultou o preso antes de torturar (ele)

(12) O policial insulta presos antes de torturar []

Isso também vale para o fato de que, quando há ocorrências do mesmo objeto com o mesmo tempo e com o mesmo aspecto elas serão contabilizadas apenas uma vez, como em (13):

(13) CRI: ele ficou p(r)eso e agora **vou lava** ele.

(...)

CRI: agora eu **vou lavar** ele

(...)

CRI: **vou lavar** ele

(...)

CRI: eu **vou lavar** ele aqui.

Nesse caso o antecedente *bichinho*⁷⁸ (com traços semânticos [+animado, +específico]) foi retomado 4 vezes, no entanto, sempre na mesma estrutura – *vou lavar* – por isso o pronome lexical foi contabilizado apenas uma vez.

Também é importante mencionar que, quando o antecedente do objeto direto anafórico não ficou claro, decidimos por desconsiderá-lo dos dados para que não comprometesse a análise. E ainda quando tínhamos um antecedente que era um DP cujo núcleo era indefinido, analisamos caso a caso, porque em alguns momentos a criança utiliza um DP indefinido, mas para se referir a algo que está muito bem definido para ela discursivamente, como no exemplo (14) abaixo:

- (14) CRI: e olha aqui, ó!
CRI: *uma casinha*.
INV: quem te deu uma casinha?
CRI: é o meu pai.
CRI: ele fez [] pra mim. (AC, 2;8.28)

considerando a análise sobre especificidade e definitude dos DPs, discutida no capítulo 3, vimos que um DP indefinido pode ter leitura específica, desde que esse se refira a algo preestabelecido no discurso. Nesse caso, mesmo que esse antecedente esteja marcado como indefinido, discursivamente ele é identificado com o objeto que se encontra no ambiente de produção da criança (considerando que a retomada da investigadora (*uma casinha*) é referente ao objeto introduzido no discurso pela criança). Além disso, a retomada pelo nulo leva em consideração o objeto já preestabelecido. Isso demonstra uma característica da posição de objeto direto anafórico do PB: o fato de que definitude não importa para a alternância ON vs. pronome nessa posição, mas sim importa especificidade do DP.

Um fato que chama a atenção nos dados diz respeito aos problemas que tivemos durante a análise dos dados relacionados à retomada de um antecedente por um pronome lexical. O principal desses problemas foi o fato de não sabermos que tipo de traço (se +animado ou –animado) a criança está atribuindo a certos antecedentes. Em alguns casos, consideramos, inicialmente, que o antecedente seria de um tipo, mas a análise total de nossos dados mostrou que não havia uniformidade em tais ocorrências.

⁷⁸ Nesse caso o *bichinho* é um bicho de verdade, que aparece no momento em que a criança interage com a investigadora.

Passemos aos exemplos para explicitarmos nosso raciocínio. Dado que a hipótese na qual nos baseamos diz que, de maneira geral, antecedentes [+animado], em especial [+específico] são retomados pelo pronome lexical, em todas as vezes que encontramos um pronome retomando um antecedente, procuramos ver se ele correspondia ao padrão estabelecido. Encontramos casos como (15) abaixo:

- (15) CRI: vou tila [*] **o bicho**.
(...)
CRI: vamos matar **ele**. (AC, 2;3,0)

Nesse caso, o antecedente *o bicho* é inequivocamente [+animado, +específico], o que o contexto completo de sua ocorrência nos confirma. O uso do termo *inequivocamente* tem a intenção de indicar que a característica de [+animado] é indiscutível no antecedente que está sendo retomado pelo pronome.

Além das retomadas de antecedentes [+animado], também tivemos retomadas de antecedentes *inequivocamente* [-animado] pelo pronome, como no exemplo abaixo:

- (16) CRI: que ela vai pro banho então vamo(s) separar **a toalha dela**.
INV: ah, ela vai pro banho e tem que separar a toalha.
CRI: ãh+hã.
CRI: vou esticar bem **ela**. (G, 3;6,02)

Nesse caso, o DP *a toalha dela* é indiscutivelmente [-animado], sendo retomado pelo pronome. Uma vez que a retomada pelo objeto nulo não deve ser tomada como categórica para antecedentes [-animado], entendemos que a retomada pelo pronome não traz problemas para nossa análise, já que ele não está restrito a antecedentes [+animado] apenas.

Com os casos mostrados em (15) e (16) não houve problemas em identificar o antecedente e seus traços semânticos. Os casos que se tornaram um pouco difíceis de analisar foram aqueles referentes a brinquedos, que a criança estava manuseando. Um caso que ilustra essa dificuldade é que, em algumas situações, a criança retomou o DP *a boneca* por um pronome, assim como o *Ursinho Puff* e o *playmobil*. Inicialmente analisamos tais dados como sendo [+animado], pois a criança, no momento da brincadeira, parece dar a esses brinquedos características humanas, como comer, tomar banho, machucar-se, entre outros. No entanto, os mesmos antecedentes, retomados pelo pronome, são também retomados por um objeto nulo, o

que acabou não dando uniformidade a nossa explicação em relação a esse tipo de dado. Além disso, em alguns casos, tivemos que imaginar que tipo de traço a criança estaria atribuindo a determinado antecedente, o que julgamos ser uma situação difícil, entre outras coisas, pelo fato de estarmos assumindo uma dada interpretação para os dados das crianças.

Diante disso, acabamos por dividir os pronomes em três tipos, dois desses já mostrados, os que retomam antecedentes inequivocamente [+animado] e aqueles que retomam antecedentes inequivocamente [-animado], além de um terceiro que rotulamos “pronomes lexicais com traços semânticos duvidosos”. São os casos indicados logo abaixo, para os quais não pudemos identificar, com clareza, se o antecedente é [+animado] ou [-animado]:

(17) INV: como é que é o nome dele?

CRI: U(r)sinho [*] Puff.

INV: Ursinho Puff!

INV: ele é bonitinho, né?

CRI: eu quero pegar **ele** [/] quero pegar ele. (AC, 2;8,28)

Aqui temos o caso de um antecedente que é um objeto (inanimado), um boneco de pelúcia com o qual a criança estava brincando. A identificação dos traços semânticos torna-se duvidosa/difícil, uma vez que não podemos partir, por exemplo, do predicado em que o elemento ocorre para inferirmos alguma coisa sobre a interpretação dada ao antecedente pela criança. O fato de termos que inferir essa ou aquela interpretação já é um problema, visto que estaríamos lançando nosso ponto de vista sobre os dados⁷⁹. Poderíamos simplesmente ter contabilizado os dados de maneira a contar todos os bonecos das crianças como sendo objetos com animacidade e, portanto, a retomada pelo pronome sendo a opção natural. Temos aqui um problema metodológico, que se estende também aos casos de retomada nula de antecedentes animados (segundo a interpretação adulta): se a criança usa pronome, então deve ser animado pra ela, se ela usa nulo, deve ser não animado; no entanto, como já dissemos, ainda assim teríamos que atribuir uma interpretação aos dados da criança. Diante disso e do fato da não-uniformidade dos dados, fomos levados a tomar essa decisão de separar esse tipo de ocorrência do pronome lexical das demais ocorrências.

⁷⁹ Simões (1997) considerou que os personagens representados pelos bonecos da criança por ela analisada possuíam traços semânticos [+animado], em oposição aos carrinhos e peças de montar. Inicialmente também tínhamos considerados os bonecos como sendo [+animado]; no entanto, isso não explicava todos os dados, pois existem antecedentes que ora são retomados com objeto nulo ora com o pronome, além do fato que, em um exemplo como (17) acima, não temos indícios seguros de que o antecedente é realmente tratado como [+animado].

A explicação, então, para uma categoria de pronome com traços duvidosos é baseada em nosso compromisso com a análise realizada. Esse tipo de indefinição quanto aos dados infantis constituiu um problema tanto para essa análise, baseada nos traços semânticos do antecedente, quanto para a aplicação da proposta de Creus & Menuzzi (2005), visto que não pudemos afirmar com precisão qual é o gênero semântico que a criança está atribuindo aos antecedentes. Acreditamos que a solução para esse problema é a realização de experimentos, específicos para esses antecedentes, e que possam nos indicar qual o tratamento que a criança está dando a eles. A partir disso poderemos afirmar com segurança qual o traço/gênero semântico do antecedente retomado pelo pronome lexical. A realização de tais experimentos está além dos limites dessa dissertação, portanto será tema de pesquisa posterior⁸⁰.

A discussão sobre os pronomes retomando antecedentes [+/-animado] será apresentada nas tabelas e gráficos, enquanto que as ocorrências dos pronomes com traços duvidosos serão discutidas separadamente, no decorrer do texto.

Uma última consideração a fazer é sobre o tipo de dado que está incluído em cada um dos rótulos utilizados. Dentro da opção *objeto nulo* estamos considerando os nulos dêiticos (situacionais e imperativos), nulos de antecedentes [+/- animado] e os nulos proposicionais; todos serão devidamente diferenciados no momento da análise. Na opção *pronome lexical*, consideramos todas as retomadas de antecedentes [+/-animado] e os pronomes cujos antecedentes possuem dados duvidosos, como já vimos logo acima, que também serão especificados numericamente adiante.

Chamamos a atenção para o fato de que a retomada de um antecedente, feita por meio de um SN anafórico, não foi controlada nessa pesquisa, logo não temos resultados significativos quanto a isso, por exemplo, com relação a que tipo de traço semântico do antecedente favorece essa retomada. Na seção seguinte, partiremos para a análise propriamente dita dos dados que foram selecionados, tendo por base a metodologia descrita nesta seção.

5.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise que realizaremos nesta seção tem o objetivo principal de verificar se as previsões feitas por Lopes & Cyrino (2005) – nossa hipótese-base – são confirmadas nos dados infantis analisados nessa pesquisa. Tal hipótese dá aos traços semânticos de

⁸⁰ A realização de tais experimentos já está prevista para nossa pesquisa de doutorado.

animacidade e especificidade do antecedente papel importante na aquisição do elemento em posição de objeto direto anafórico; estes são os mesmos traços que guiaram a mudança diacrônica, o que levou à entrada do objeto nulo na língua.

Além disso, observaremos em que sentido a hipótese de Creus & Menuzzi (2005) pode lançar luz sobre os dados analisados, indicando até onde a hipótese pode explicar os dados infantis. Lembramos que a hipótese desses autores, conforme discutimos no capítulo 3, dá ao gênero semântico do antecedente – e não aos traços semânticos, especialmente não especificidade do antecedente – o papel fundamental na alternância entre pronome lexical e objeto nulo na posição de ODA.

Antes de partirmos para a discussão sobre a alternância objeto nulo vs. pronome lexical (que, como vimos nas considerações diacrônicas do capítulo 2, ocuparam a posição antes preenchida pelo clítico acusativo de terceira pessoa), observaremos alguns aspectos relacionados aos clíticos acusativos de 1ª e 2ª pessoas. Nosso objetivo, com relação a esses clíticos, é identificar como eles estão ocorrendo (e se ocorrem) na fala das crianças, isto é, qual é a sua frequência de uso, quando comparados com o *input* recebido pelas crianças no ambiente de aquisição, especialmente com o *input* imediato (fala da investigadora). É importante apontar, no entanto, que nosso objetivo principal não é a análise desses clíticos, mas sim a distinção nulo vs. preenchido no que se refere aos clíticos acusativos de 3ª pessoa.

Tendo em mente que os clíticos acusativos de terceira pessoa já não existem mais no paradigma do PB, nos perguntamos: qual é o estatuto dos demais clíticos? Clíticos de 1ª e 2ª pessoas ainda são correntes em PB, apesar de em algumas regiões eles apresentarem menor frequência de uso (como apresentaremos a seguir).

No dialeto de duas das crianças analisadas (AC e G, ambas de Porto Alegre, RS) os clíticos de 1ª e 2ª pessoas estão ainda bem presentes, o que pudemos notar, especialmente, a partir da fala da investigadora (*input* imediato). Analisando a fala da criança, observamos que os clíticos acusativos de 1ª e 2ª pessoas – *me* e *te* – não foram, em nenhum momento, substituídos pelos pronomes lexicais *eu* e *tu/você*, respectivamente. Isso mostra que a aquisição desses clíticos correspondeu ao padrão da gramática adulta, na qual os clíticos *me* e *te* são bastante produtivos⁸¹.

Já os dados de R. (de São Paulo) não mostram a mesma força para esses clíticos. Em seus dados, há 3 ocorrências do pronome *eu* em lugar da forma *me*, sendo que esta ocorreu 2

⁸¹ Apesar de em nossos dados nenhum clítico acusativo de primeira pessoa (*me*) ser substituído pelo pronome nominativo (*eu*), Simões (1997) afirma que os dados da criança analisada por ela (A. – 2;4,14 – 3;4,13 – adquirindo o PB também em Porto Alegre) mostram a ocorrência do pronome nominativo de 1ª pessoa em função acusativa, algo que, como vimos, não encontramos nas duas crianças gaúchas analisadas.

vezes. Isso nos indica que o clítico acusativo de primeira pessoa não mostra a mesma intensidade de uso observada nas duas primeiras crianças. Quanto aos clíticos de segunda pessoa, não há homogeneidade no seu emprego, uma vez que tanto na fala adulta, quanto na gramática da criança, tanto a forma *te* quanto a forma *você* são usados para preencherem a posição de objeto direto. Esse resultado, para os clíticos de segunda pessoa, se dá pelo fato de que é o pronome *você* a forma de tratamento predominante no dialeto paulista e não a forma *tu*, como no dialeto gaúcho.

Na tabela 2, adaptada de Cyrino (2003: 32), podemos observar que os clíticos acusativos de 1ª e 2ª pessoas apresentam porcentagem de uso, no último bloco analisado, que se assemelha à do século XVI:

| | Clítico de 1ª pessoa | Clítico de 2ª pessoa |
|----------|----------------------|----------------------|
| 1ª XVI | 29.0 | 29.4 |
| 2ª XVI | 30.6 | 12.6 |
| XVII | 20.3 | 16.4 |
| 1ª XVIII | 36.5 | 19.3 |
| 2ª XVIII | 40.1 | 15.8 |
| 1838-44 | 32.5 | 10.7 |
| 1857 | 23.3 | 11.4 |
| 1891 | 15.9 | 12.1 |
| 1940 | 49.1 | 22.4 |
| 1960 | 51.1 | - |
| 1973 | 28.0 | 24.0 |

Tabela 2 (adaptada de Cyrino, 2003: 32): Ocorrência dos clíticos de 1ª e 2ª pessoas no decorrer dos séculos.

Isso pode nos indicar que, se esses clíticos passaram por alguma mudança no PB, essa mudança não impediu sua ocorrência, pelo menos em alguns dialetos, como das crianças AC e G. Na análise da autora, apesar de o clítico de 2ª pessoa estar presente nos últimos dados, eles se referem à forma *você* e não à forma *tu*. Isso pode ser verdade para os dialetos em que a forma *você* é a predominante – como nos dados de R. – em que esse pronome ocorre também em função acusativa, em lugar do clítico acusativo, mas parece não ser o caso do dialeto no qual as duas primeiras crianças mencionadas estão inseridas. O que vimos, nesse caso, é que as crianças corresponderam às expectativas da sua gramática-alvo, adquirindo um paradigma completo para a segunda pessoa – *tu, te, ti*.

O que observamos é que, aparentemente, em dialetos nos quais a forma *tu* está preservada, isso se reflete no uso dos clíticos acusativos, diferentemente dos dialetos que usam a forma *você*, em que há predomínio dessa forma também em posição de objeto.

Finalizada a breve discussão sobre os acusativos de primeira e segunda pessoas, entraremos agora no tema mais importante dessa pesquisa: observar de que maneira as crianças estão adquirindo o objeto nulo e o pronome lexical em PB. A principal idéia da pesquisa é mostrar quais os indícios lingüísticos que a criança tem para preencher a posição de objeto direto anafórico com uma dessas opções.

Como vimos no capítulo anterior, as autoras propõem que a ocorrência do ON estaria ligada, de maneira geral, ao fato de o antecedente ser [-animado], enquanto que o pronome lexical ocorreria quando o traço do antecedente for [+animado]. Assim, uma categoria vazia não ocorre quando um antecedente for [+animado], a não ser que ele seja não específico, como os exemplos (18) e (19):

(18) O policial insultou o preso antes de torturar **(ele)**.

(19) Policial (geralmente) insulta preso antes de torturar []

Como já discutido no capítulo anterior, há diferenças entre o uso da especificidade no exemplo (18) e a não especificidade no exemplo (19). Assim, o traço de especificidade se une ao traço de animacidade para definir a alternância entre categoria nula e pronome lexical na posição de objeto direto anafórico.

Iniciemos pelos resultados gerais das três crianças em relação às ocorrências de objetos nulos e pronomes lexicais, apresentadas na tabela abaixo:

| Tipo de retomada | AC | | G | | R | | Total | |
|------------------|-----|-------|-----|-------|-----|-------|-------|-------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Objeto nulo | 137 | 94,48 | 160 | 96,96 | 142 | 97,93 | 439 | 96,48 |
| Pronome lexical | 8 | 5,52 | 5 | 3,04 | 3 | 2,07 | 16 | 3,52 |
| TOTAL | 145 | 100 | 165 | 100 | 145 | 100 | 455 | 100 |

Tabela 3: Média geral de uso de objetos nulos vs. pronome lexical nos dados das crianças

Como podemos ver nos dados da tabela, as três crianças utilizaram uma porcentagem bastante alta do objeto nulo – de cerca de 94 a 97% - perfazendo uma média de 96,48%, enquanto que o uso do pronome lexical foi consideravelmente baixo, 3,52%. Como indicamos acima, na

seção sobre a metodologia utilizada aqui, não controlamos a variável DP anafórico – temos que levar em conta o fato de que, quando essa variável é contabilizada, os números de objetos nulos são um pouco menores (cf. indicam os dados de Duarte (1989)).

A próxima tabela apresenta um olhar global sobre os dados, detalhando as porcentagens de uso de cada tipo de retomada:

| Tipo de retomada | AC | | G | | R | | Total | |
|--------------------------|-----|-------|-----|-------|-----|-------|-------|--------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| ON [-a, +e] | 83 | 57,24 | 72 | 43,63 | 49 | 33,79 | 204 | 44,83 |
| ON [-a, -e] | 12 | 8,27 | 14 | 8,5 | 5 | 3,45 | 31 | 6,81 |
| ON [+a, +e] | 4 | 2,76 | 0 | 0 | 2 | 1,38 | 6 | 1,32 |
| ON [+a, -e] | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| ON dêítico (imperativo) | 10 | 6,9 | 24 | 14,54 | 50 | 34,48 | 84 | 18,46 |
| ON dêítico (situacional) | 23 | 15,86 | 48 | 29,09 | 27 | 18,62 | 98 | 21,54 |
| ON proposicional | 5 | 3,45 | 2 | 1,21 | 9 | 6,21 | 16 | 3,52 |
| Pronome lexical [+a, +e] | 7 | 4,83 | 0 | 0 | 1 | 0,69 | 8 | 1,76 |
| Pronome lexical [-a, +e] | 1 | 0,69 | 5 | 3,03 | 2 | 1,38 | 8 | 1,76 |
| Total | 145 | 100 | 165 | 100 | 145 | 100 | 455 | 100 |

Tabela 4: Média geral dos tipos de retomadas feitas em posição de objeto direto.

Vamos agora dividir a tabela 4 para que possamos apresentar os dados de maneira mais precisa, mostrando os traços que guiam cada tipo de antecedente ocorrido. Começamos pelos primeiros dados que aparecem nos arquivos das crianças. Esses dados são compostos pelos objetos nulos dêíticos, que são os dados predominantes nos arquivos iniciais das crianças. Como indicamos na introdução, os nulos dêíticos são os elementos de menor referencialidade, uma vez que fazem parte do contexto imediato da fala da criança:

| Tipo de retomada | AC | | G | | R | | Total | |
|--------------------------|--------|-------|--------|-------|--------|-------|---------|-----------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| ON dêítico (imperativo) | 10/145 | 6,9 | 24/165 | 14,54 | 50/145 | 34,48 | 84/455 | 18,46 |
| ON dêítico (situacional) | 23/145 | 15,86 | 48/165 | 29,09 | 27/145 | 18,62 | 98/455 | 21,54 |
| Total | 33/145 | 22,76 | 72/165 | 43,63 | 77/145 | 53,1 | 182/455 | 40 |

Tabela 5: média de uso dos nulos dêíticos (situacionais e imperativos) nos dados das três crianças (numerador: nulo dêítico; denominador: total geral de dados analisados).

Como os dados nos mostram, as porcentagens de uso desses nulos são maiores nos dados de G e R, quando comparados aos dados de AC. Eles somam 40% do total de dados gerais. Como vemos, os nulos situacionais ocorrem em porcentagens ligeiramente maiores que os imperativos, o que nos sugere a importância de eles terem sido levados em consideração nesta pesquisa, visto que somam uma parte significativa dos dados de objetos nulos, especialmente da faixa etária inicial de aquisição. Mais adiante discutiremos detalhadamente os fatos relacionados aos nulos dêiticos, observando os dados em cada criança.

Ainda temos os objetos nulos anafóricos, que também ocorrem nos dados iniciais das crianças, mas em menores proporções; esses nulos são mais frequentes, como veremos adiante, após a primeira ocorrência do pronome lexical nos dados de cada criança. A tabela abaixo nos mostra as porcentagens desses nulos de acordo com o traço semântico do antecedente que esse nulo retoma:

| Tipo de retomada | AC | | G | | R | | Total | |
|-----------------------|---------|-------|--------|-------|--------|-------|---------|--------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| ON [-a, +e] | 83 | 57,24 | 72 | 43,63 | 49 | 33,79 | 204 | 44,83 |
| ON [-a, -e] | 12 | 8,27 | 14 | 8,5 | 5 | 3,45 | 31 | 6,81 |
| ON [+a, +e] | 4 | 2,76 | 0 | 0 | 2 | 1,38 | 6 | 1,32 |
| ON [+a, -e] | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| ON proposicional [-a] | 5 | 3,45 | 2 | 1,21 | 9 | 6,21 | 16 | 3,52 |
| Total | 104/145 | 71,72 | 88/165 | 53,33 | 65/145 | 44,83 | 257/455 | 56,48 |

Tabela 6: média de uso do objeto nulo de acordo com os traços semânticos do antecedente (numerador: objeto nulo; denominador: total geral de dados analisados)

A grande maioria desses nulos retomou antecedentes [-animado] – 55,16% dos dados – e apenas 1,32% dos dados são de retomada de antecedente animado. As maiores porcentagens de ocorrência do nulo é quando seu antecedente é um elemento [-animado, +específico], como em (20):

- (20) a. CRI: o que que é isso rosa?
 INV: é **a fitinha** do cabelo da boneca.
 CRI: po(r)que [*] tu botou []?
 INV: *caiu e depois eu não coloquei [] mais, eu guardei [] ali.*
 (AC, 3;0,29)

- b. INV: de quem é esse chaveiro?
CRI: é da mamãe e ela comprou [].(G, 2;3,17)
- c. CRI: o t(r)em não (es)tá andan(d)o ainda.
CRI: (es)tá palado # eu palei []. (R, 2;9,10)

Nos três trechos temos um exemplo de ocorrência do objeto nulo com antecedente [-animado, +específico] na produção de cada uma das crianças. Tal fato está de acordo com o que esperávamos, tendo em vista a hipótese da qual partimos; um elemento combinando tais traços possui fortes chances de ser retomado pelo objeto nulo, mostrando que o padrão adulto (vide os dados da investigadora destacados em (20a)) também é recorrente nos dados infantis. Como também veremos mais adiante, a ocorrência desses nulos anafóricos é favorecida com a entrada do pronome lexical como opção na posição de objeto direto anafórico.

A tabela (7) nos mostra as porcentagens dos pronomes nos dados das crianças, também de acordo com os traços semânticos do antecedente:

| Tipo de retomada | AC | | G | | R | | Total | |
|--------------------------|-------|------|-------|------|-------|------|--------|-------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Pronome lexical [+a, +e] | 7 | 4,83 | 0 | 0 | 1 | 0,69 | 8 | 1,76 |
| Pronome lexical [-a, +e] | 1 | 0,69 | 5 | 3,03 | 2 | 1,38 | 8 | 1,76 |
| Total | 8/145 | 5,52 | 5/165 | 3,03 | 3/145 | 2,07 | 16/455 | 3,52 |

Tabela 7: média de uso do pronome lexical de acordo com os traços semânticos do antecedente (numerador: pronome lexical; denominador: total geral de dados analisados)

Como vemos, AC é a que mais produz o pronome lexical, seus dados somam metade do total geral dos pronomes. É ela também que mostra a predominância do uso do pronome para antecedentes [+animado]. G. não produz nenhum pronome retomando antecedente animado e R. produz apenas 3 pronomes em todos os seus dados.

No total geral, tivemos apenas 16 ocorrências do pronome lexical nos dados das três crianças, o que significa apenas 3,52% dos dados totais, mostrando que eles foram pouco usados, o que é conseqüência, em parte, da pouca referência a elementos animados. Ainda que a tabela (6) mostre 6 ocorrências de elementos [+animado, +específico] sendo retomados pelo objeto nulo, essas retomadas se referem, em sua maioria, a partes da fala das crianças em que elas retomam por várias vezes o mesmo antecedente, utilizando como opção também o nulo;

no entanto, nesses casos, a retomada com o pronome ainda é predominante, como podemos ver nos exemplos (21) e (22) abaixo, casos em que a retomada se faz alternando pronome lexical e objeto nulo:

- (21) CRI: quando o pai do **príncipe do Egito** era pequeno, ele mandou que ele seja matado
INV: ele mandou que ele seja matado?
INV: o pai mandou?
INV: e daí?
CRI: e daí ele não ficou matado sabe
INV: e daí ele não ficou matado
CRI: e não matou **ele**.
(...)
INV: e não mataram ele?
CRI: por que?
CRI: porque a mãe dele salvou **ele**.
(...)
INV: mas o pai dele era ruim, né
INV: como que um pai vai querer que matem um filho, né
CRI: já matou [].
(...)
INV: imagina que a mãe dele não salvasse [], né
CRI: é, pegou [] no colo.
(...)
CRI: e sabe quem que que que gostava dele?
CRI: a irmã dele
INV: a irmã dele
CRI: ela botou [] num cesto e fechou com a tampa.
(...)
CRI: e sabe quem pegou **ele** no final?
(...)
CRI: a mãe dele
INV: ah, daí a mãe dele pegou [] dentro do lago
CRI: e salvou **ele**. (AC, 2;7,6)

Nesse excerto da produção de AC, onde ela discorre sobre a estória de um certo *Príncipe do Egito*, há a retomada desse antecedente (indiscutivelmente [+animado]) por 7 vezes, sendo que 4 foram retomadas por pronomes e 3 pelo nulo. Lembrando do que estabelecemos na metodologia, quando há ocorrências na mesma estrutura (com mesma flexão de tempo/aspecto) elas são contabilizadas apenas uma vez; então, ao invés de 4 ocorrências do pronome lexical, temos apenas 3, já que (conforme verbos sublinhados no trecho) dois pronomes ocorrem na estrutura *salvou ele*.

Ainda em relação a (21), gostaríamos de mencionar que o fato de termos considerado uma ocorrência de objeto nulo (e não de elipse de VP) no trecho “como que um pai vai querer que matem um filho, né” “já matou []” vem da idéia que esse nulo está se referindo ao personagem tema da estória que a criança está contando e não é uma resposta à pergunta da investigadora.

Continuando a discussão, no trecho abaixo também temos a retomada de um antecedente animado pelo nulo; no entanto, nesse caso, apenas uma vez o nulo ocorre:

- (22) CRI: sai daqui **bichinho!**
CRI: ele ficou p(r)eso [*] e agora vou lava **ele**.
(...)
INV: que que é isso dai Ana Clara?
CRI: é um sabonete de [/] de [/] de +...
CRI: agora eu vou lavar **ele** +...
INV: ah, um sabonete e vai lavar?
(...)
CRI: vou lavar **ele** +...
(...)
CRI: já limpei **ele**.
INV: já lavou [].
(...)
CRI: agora eu vou [/] eu vou bota(r) [/] agora eu vou lavar [] na máquina [*].
INV: ah, agora na máquina?
CRI: eu vou lavar **ele** aqui.
(...)
CRI: eu tô lavando **ele**.
(...)

CRI: e tá lavando [/] eu tô lavando **ele** com o sabonetinho rosa. (AC, 3;0,29)

Nesse trecho, a criança retoma o antecedente por 8 vezes. Descartando as repetições de estrutura (como já discutimos) são 3 retomadas pelo pronome e apenas uma pelo objeto nulo, confirmando, assim, que as retomadas de um elemento [+animado, +específico] pelo objeto nulo somente se dão em trechos como (22) onde o mesmo elemento é retomado por várias vezes.

A sétima ocorrência do pronome retomando antecedentes [+a, +e] nos dados de AC é a que temos no trecho abaixo:

- (23) CRI: vou tila [*] o bicho.
INV: tirar o bicho?
(...)
INV: vamos matar esse bicho pra ele não fazer dodói, né?
(...)
CRI: vamos matar **ele**. (AC, 2;3,0)

Nesse caso, assim como nos exemplos (21) e (22), temos como antecedente um elemento [+animado, +específico]; no entanto, nesse trecho e em (22) temos uma diferença que será importante no momento em que discutirmos a proposta de Creus & Menuzzi (2005) para os dados de aquisição. No exemplo em (21), o antecedente possui sexo natural identificável – masculino – enquanto que nos exemplos (22) e (23) não podemos afirmar nada sobre isso, voltaremos a essa discussão mais adiante.

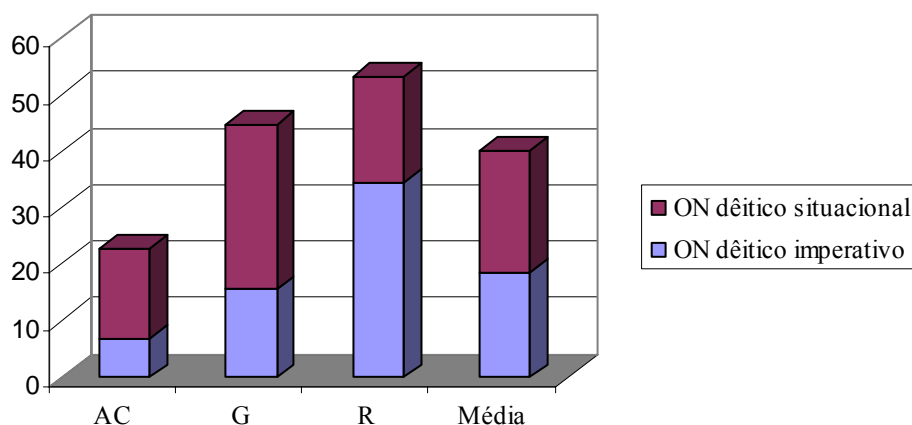
Destacamos que é importante para nós mostrarmos todos os dados de pronomes lexicais retomando antecedentes [+animado] de AC, porque foi a criança que mais produziu esse tipo de dado e foi apenas nesses casos que o objeto nulo, em alternância com o pronome, retomou um antecedente [+animado]. As outras duas ocorrências do objeto nulo com esses elementos nos dados gerais são ocorrências isoladas da produção de R; G. não produziu nenhum objeto nulo com antecedentes [+animado], o que imediatamente pode ser explicado pelo fato de que ela não retomou nenhuma vez antecedentes desse tipo.

Como mencionamos acima, os casos de pronomes lexicais cujos antecedentes possuíam traços semânticos duvidosos não seriam contabilizados nas tabelas, mas discutidos no decorrer do texto. Com relação a esses pronomes, eles somaram 17 ocorrências nos dados das três crianças – número maior que os de [+/-animado], como confirmamos na tabela acima,

onde o total foi de 16. Tais dados serão discutidos mais detalhadamente quando olharmos para os dados das três crianças separadamente.

Voltemos aos dados referentes às retomadas dêiticas. O gráfico abaixo mostra as porcentagens de retomadas por nulo dêítico imperativo e situacional nos dados gerais das crianças⁸²:

Gráfico 1: porcentagem de nulos dêíticos nos dados gerais



Veremos em seguida que esse tipo de nulo é privilegiado nos estágios iniciais da aquisição do PB, como poderemos observar especialmente nos dados de AC. De acordo com o gráfico, o número de nulos dêíticos de AC é um pouco mais baixo que os de G, especialmente mais baixo que os de R, cujos dados mostram que esse tipo de nulo soma mais de 53% dos dados totais, o que, talvez, possa ser explicado pela grande interação que a criança tinha com o meio, sendo que suas retomadas se referiam grandemente a elementos do contexto de fala. Como forma de ilustrar as ocorrências dos nulos dêíticos, observemos os exemplos abaixo⁸³:

- (24) a. CRI: vou guardar os anéis.
INV: ah, vai guardar os anéis?
CRI: é.
INV: aí dentro?
CRI: ãh.

⁸² Essas porcentagens são parte do total geral dos dados, mostrado na tabela 4.

⁸³ Três casos se mostraram ambíguos entre objeto nulo imperativo e infinitiva-raiz, dessa forma decidimos excluí-los dos dados por falta de contexto apropriado para a decisão entre um ou outro. Ainda ressaltamos que houve um caso de infinitiva-raiz nos dados de G, que segundo Lopes (2003) e Magalhães (2006) são raros em PB.

CRI: eu vou fechar []. (AC, 2;1,26)

b. CRI: p(r)a que que é isso?

INV: enfeitar o bolo.

INV: e aqui, ó?

CRI: bota ati [*]. (G. 2;1, 27)

c. CHI: tila.

%pho: ti:la

INV: tirei!

(%com: Ester tira a bolsa da maçaneta e dá para Raquel) (R, 1;6,29)

Em (24a) temos um nulo dêitico situacional e em (24b) e (24c) temos nulos dêiticos imperativos. O caso dos objetos nulos dêiticos também foi discutido por Lopes & Cyrino (2005), que mostraram que esses nulos estão presentes, principalmente, nas fases iniciais de aquisição do objeto nulo em PB; segunda elas, o objeto nulo inicial é essencialmente dêitico. Observemos os dados das três crianças analisadas aqui individualmente e atentemos para a ocorrência dos dêiticos em cada inquérito. A primeira tabela mostra os dados de AC:

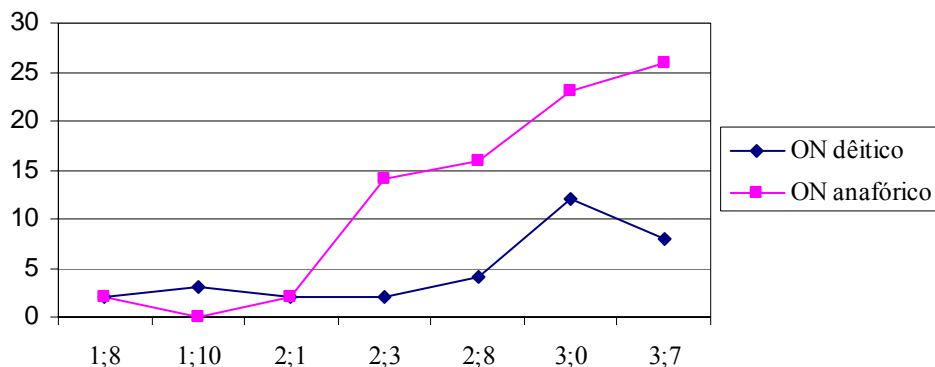
| Tipo de retomada | 1;8 | 1;10 | 2;1 | 2;3 | 2;8 | 3;0 | 3;7 | Total |
|--------------------------|-----|------|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| ON [-a, +e] | 2 | 0 | 2 | 14 | 16 | 23 | 26 | 83 |
| ON dêitico | 2 | 3 | 2 | 2 | 4 | 12 | 8 | 33 |
| Pronome lexical [+a, +e] | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 3 | 3 | 7 |
| Pronome lexical [-a, +e] | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Total | 4 | 3 | 4 | 17 | 21 | 38 | 37 | 124 |

Tabela 8: número de ocorrências de objetos nulos dêiticos, objetos nulos [-animado, +específico] e pronomes lexicais nos dados de AC.

De acordo com os dados da tabela, os nulos dêiticos se igualam ou são superiores aos nulos de antecedentes [-a, +e] até a idade de 2;1, quando o pronome lexical ainda não ocorreu nos dados da criança. Com 2;3 temos a primeira ocorrência do pronome lexical, retomando um antecedente [+a, +e]. A partir dessa idade, os números de nulos dêiticos aumentam, mas não atingem os nulos [-a, +e] (anafóricos), que crescem significativamente com a entrada do

pronome lexical como opção da posição de objeto direto anafórico, conforme podemos ver no gráfico 2:

Gráfico 2: número absoluto de nulos dêíticos vs. nulos anafóricos em cada faixa etária de AC



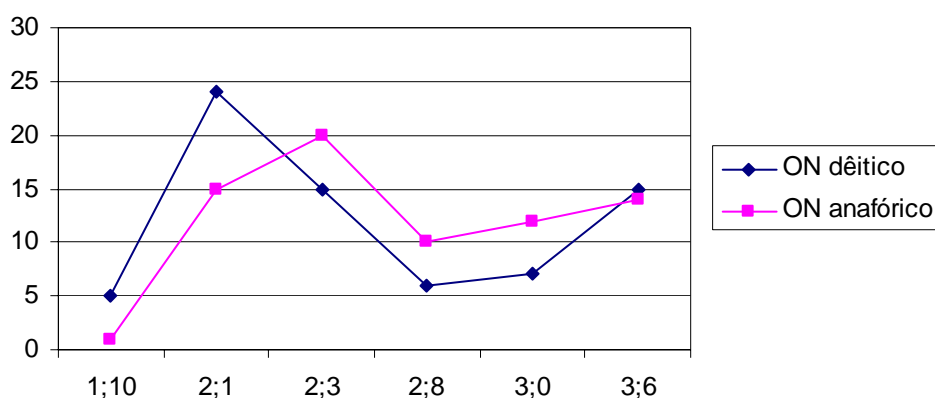
Observemos agora os dados de nulos dêíticos e anafóricos em comparação à ocorrência dos pronomes nos dados de G:

| Tipo de retomada | 1;10 | 2;1 | 2;3 | 2;8 | 3;0 | 3;6 | Total |
|----------------------------|------|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| ON [-animado, +específico] | 1 | 15 | 20 | 10 | 12 | 14 | 72 |
| ON dêítico | 5 | 24 | 15 | 6 | 7 | 15 | 72 |
| Pronome lexical [+a, +e] | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Pronome lexical [-a, +e] | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 3 | 5 |
| Total | 6 | 39 | 37 | 16 | 19 | 32 | 149 |

Tabela 9: número de ocorrências de objetos nulos dêíticos, objetos nulos [-animado, +específico] e pronomes lexicais nos dados de G.

Os dados de G também mostram a predominância dos nulos dêíticos nos dois primeiros inquiridos, em que são significativamente superiores aos nulos de antecedentes [-a, +e]. No entanto, assim como nos dados de AC, quando o pronome começa a ser usado pela criança (com a idade de 2;3 também), seus números de nulos dêíticos diminuem e os nulos anafóricos aumentam, mostrando que há uma mudança de comportamento dos dados, provocada pela entrada do pronome lexical. O gráfico 3 mostra essa tendência também para os dados de G:

Gráfico 3: número absoluto de nulos dêíticos vs. nulos anafóricos em cada faixa etária de G



Observando os dados referentes a AC e G pudemos notar uma semelhança no que diz respeito ao número de nulos dêíticos, comparados aos nulos anafóricos antes e depois da entrada do pronome lexical. Os dados das duas crianças, especialmente AC, nos mostram que a entrada do pronome lexical como opção na posição de objeto direto anafórico faz com que os nulos dêíticos caiam em porcentagem (ou permaneçam em porcentagens menores) em relação aos nulos anafóricos. Os dois gráficos mostram um aumento significativo desses nulos no mesmo arquivo em que o pronome ocorre pela primeira vez, o que parece ser um padrão de aquisição consistente nas duas crianças.

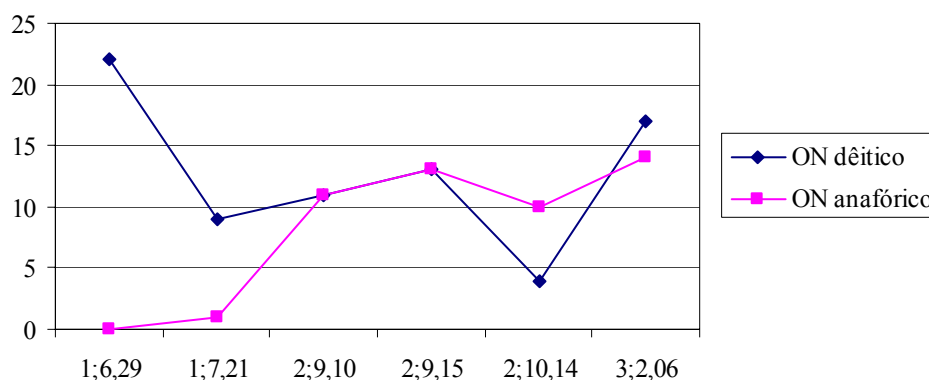
Finalmente, na tabela 10, temos os dados de R, que, como comentamos na seção anterior, tem um intervalo de mais de um ano entre dois dos inquiridos, que pode estar ocultando fatos importantes do desenvolvimento lingüístico da criança:

| Tipo de retomada | 1;6,29 | 1;7,21 | 2;9,10 | 2;9,15 | 2;10,14 | 3;2,06 | Total |
|------------------------|--------|--------|--------|--------|---------|--------|-------|
| ON [-a, +e] | 0 | 1 | 11 | 13 | 10 | 14 | 49 |
| ON dêítico | 22 | 9 | 11 | 13 | 4 | 17 | 76 |
| Pron. lexical [+a, +e] | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pron. Lexical [-a, +e] | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| Total | 22 | 10 | 24 | 27 | 14 | 31 | 128 |

Tabela 10: número de ocorrências de objetos nulos dêíticos, objetos nulos [-animado, +específico] e pronomes lexicais nos dados de R.

Mesmo com esse intervalo entre 1;7 e 2;9, vemos que os nulos dos dois inquéritos iniciais de R. são dêiticos em sua essência, com apenas uma ocorrência do nulo [-a, +e]. Mesmo que o pronome possa ter ocorrido em idade relativa ao intervalo de tempo faltante, quando ele realmente aparece (2;9,10), a porcentagem dos nulos dêiticos fica um pouco menor e os nulos [-a, +e] crescem, mesmo não ficando em níveis muito maiores que os nulos dêiticos. Devemos considerar que são poucas as ocorrências de pronomes, o que não garante que já façam parte efetiva da gramática da criança. Observemos o gráfico 4:

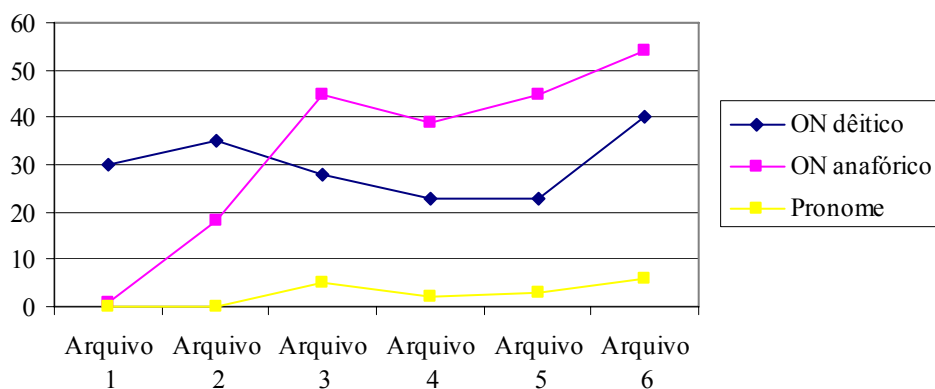
Gráfico 4: número absoluto de nulos dêiticos vs. nulos anafóricos em cada faixa etária de R



Como vimos na tabela 5, é a criança R. que mostra a maior frequência de uso dos nulos dêiticos (tanto imperativos quanto situacionais). Isso faz com que o aumento do número de nulos anafóricos depois da entrada do pronome lexical não esteja tão em destaque quanto nos dados de AC e G. No entanto, reafirmemos o fato de que esse nulo aumenta sua ocorrência depois da entrada do pronome (como podemos ver mais claramente no gráfico 4), padrão de aquisição que gostaríamos de confirmar.

Comparados os dados das três crianças, vimos que os nulos dêiticos são predominantes em períodos anteriores à entrada do pronome lexical. Depois que este se torna uma opção na posição de objeto direto anafórico, os nulos dêiticos diminuem, ou permanecem em números um pouco menores que os nulos anafóricos, que crescem bastante, especialmente nos dados de AC e G. Isso nos mostra que a entrada do pronome exerce alguma mudança no modo como as retomadas são feitas na posição de ODA. Para observarmos melhor esse fenômeno, analisemos o gráfico 5 abaixo:

Gráfico 5: número absoluto de nulos dêiticos vs. nulos anafóricos em comparação com o pronome nos dados das três crianças



Somados os dados das três crianças podemos ver que o nulo dêitico é bastante superior nos dois primeiros inquéritos, sendo que, no primeiro arquivo, o nulo anafórico ocorre apenas uma vez. No entanto, depois que o pronome entra como opção na posição de objeto (arquivo 3), os nulos dêiticos diminuem bastante, cedendo espaço aos nulos anafóricos. Discutiremos esses dados com mais detalhes juntamente com as implicações da proposta de Lopes & Cyrino (2005) para nossos dados na próxima seção.

Analisemos agora as ocorrências do pronome lexical na produção de cada criança. AC produz 8 pronomes lexicais na posição de objeto direto, sendo que 7 deles retomam antecedentes [+animado, +específico] – são aqueles mostrados nos exemplos (21), (22) e (23) acima – e apenas um desses pronomes retoma um antecedente [-animado], que é o caso mostrado em (25) abaixo:

- (25) INV: penerei **o tomate!**
 CRI: agola eu vou co(r)tar **ele**. (AC, 2;8,28)

Esse é o caso em que o antecedente é inequivocamente [-animado], mas é retomado pelo pronome. Além desses 8 casos, a criança ainda produziu outros 3 pronomes, mas retomando aqueles antecedentes que chamamos de duvidosos, como em (26):

- (26) INV: vamo(s) pôr **ela** ali em pé? (referindo-se a *a boneca*)
 CRI: pode.
 CRI: ela é minha filha.

(...)
 INV: com o que que ela vai se secar agora?
 CRI: secar?
 CRI: ela vai secar lá.
 INV: que que eu te alcancei, hum?
 INV: a gente tá secando **ela**.
 CRI: é p(r)a [*] ela ficar bem assim.
 (...)
 CRI: agora eu vou secar **ela**. (AC, 2;8,28)

Nesse caso o antecedente retomado é *a boneca*; inicialmente tínhamos considerado que esse era um antecedente [+animado] por se tratar de um caso em que a criança está atribuindo características humanas ao brinquedo, como *pentear* (que foi o critério utilizado por Simões (1997) para contabilizar os dados da criança que ela analisou). No entanto, o comportamento das crianças não se mostrou uniforme no tratamento desse tipo de objeto (bonecos de brinquedo), pois ora a criança os retoma com pronome ora os retoma com o nulo – que é o caso do exemplo abaixo:

(27) INV: e de quem é essa daí?
 CRI: hã?
 INV: de quem é essa daí?
 INV: é a boneca?
 CRI: eu tenho um # uma mais bonita do que essa.
 INV: tu tem uma mais bonita?
 CRI: ãh+hã # é a que eu vou te mostrar quer ver []? (AC, 3;7,06)

Diante da dúvida em relação a esses tipos de dados, optamos por deixá-los à parte na análise, contabilizando apenas aqueles dados cujos traços são inequívocos, como já mencionamos. (26) e (27) mostram um tipo de dado que poderia nos indicar que não temos idéia sobre o que ocorre com a gramática infantil. Também como já discutido anteriormente, é preciso que se realize experimentos específicos para esses casos, a fim de que possamos indicar qual o tratamento que a criança está dando a esse tipo de antecedente.

Quanto aos dados de G., ela produziu, de acordo com a tabela 7, apenas 5 pronomes lexicais e todos esses retomando antecedentes [-animado, +específico]. Um desses casos está no exemplo (28):

- (28) CRI: vou fechar a porta e pode deschavear.
INV: ah, tu vai fechar a porta e vai deschavear.
CRI: chavear bem **ela** e vou deschavear.
INV: e vai chavear?
CRI: agora que eu vou chavear essa porta. (G, 3;6,28)

Nesse caso a criança retomou o DP *a porta*, cujos traços é [-a, +e] pelo pronome, caso que também ocorre com AC e, como veremos, com R. Em relação aos antecedentes duvidosos, G. foi a criança que mais os produziu, contabilizando 12 ocorrências. Um dos casos é o que temos no exemplo abaixo:

- (29) INV: **o anjinho** é muito queridinho, né?
CRI: onti [*] eu derrubei **ele** no chão eu fica (*) triste.

Esse é um dos exemplos sobre o qual se tem mais dúvidas. Apesar do fato de a investigadora dar uma característica humana ao anjo (que para a interpretação adulta, não possui sexo), a criança usa um verbo que utilizamos para nos referir a objetos inanimados – *derrubar* – ao mesmo tempo em que o retoma pelo pronome. Esse foi mais um dos motivos que nos levou a separar dados que chamamos *duvidosos*, no momento da análise.

Finalmente, nos dados de R. temos 3 retomadas pelo pronome lexical, duas retomando um antecedente [-a, +e] e apenas 1 retomando um antecedente [+a, +e], que é o caso de (30):

- (30) INV: e o caçador levou **a Branca de Neve** para o mato e depois?
CRI: num["] não sei # que faziam # num["] não sei que faziam.
INV: e agora?
CRI: e agora
CRI: os coelhinhos # cobriu **ela** os coelhinhos.
INV: por quê?
INV: ela não sabia cobrir sozinha?
CRI: é não sabia. (R. 2;9,10)

Outros 3 pronomes lexicais ocorrem na posição de ODA, mas retomando aqueles antecedentes duvidosos. Todos esses três casos são referentes a retomadas de objetos feitos com peças de um jogo, como em (31):

- (31) INV: agora quem vai andar no carneirinho quem que é?
CRI: os meninos.
INV: **os meninos do playmobil?**
(...)
CRI: agora tem que # tem que monta(r) **eles**.
INV: monta(r) como?
CRI: monta(r) # não é # aiai!
(...)
CRI: pra eles segura(rem) nos bois.
(...)
CRI: primeiro nos boi # vo(u) monta(r) # tem que tira(r) as coisa(s) deles. (R. 3;2,06)

Então, ao mesmo tempo em que temos a criança retomando um antecedente pelo pronome, o que nos levaria a atribuir a esse antecedente o traço semântico de animacidade, constatamos que *os meninos do playmobil* é um brinquedo feito com peças de um jogo, ou seja, algo inanimado.

Como pudemos notar, conforme mostramos nos dados de retomada pronominal, vários são os casos desses dados *duvidosos* na produção das crianças, o que nos levou a detalhar cada um deles, para que ficasse claro de que tipo de dado estávamos falando quando mencionamos os dados quantitativos. Na próxima seção, utilizaremos os dados descritos nessa seção para estabelecermos uma discussão a partir da proposta de Lopes & Cyrino (2005) – para a aquisição – e a proposta de gênero semântico de Creus & Menuzzi (2005), essa última especialmente importante no caso dos pronomes lexicais.

5.4 DISCUSSÃO DOS DADOS

Nessa seção procuraremos discutir todos os pontos de nossa hipótese base, para a qual, na aquisição do objeto direto anafórico em PB, são os traços semânticos do antecedente que definem a alternância entre o pronome lexical e objeto nulo. A conclusão que mostraremos é que os dados confirmam, de maneira convincente, as previsões de nossa hipótese, especialmente no que diz respeito à preferência do objeto nulo pela retomada de antecedentes [-animado], não importando se específico ou não.

Além disso, relembremos a proposta de Creus & Menuzzi (2005) segundo a qual a escolha entre pronome lexical e objeto nulo nessa posição é guiada pelo gênero semântico do antecedente – e não pelos traços semânticos, especialmente não pela especificidade. O que veremos é que tal hipótese se confirma nos dados relacionados ao objeto nulo, mas parece não cobrir dados de retomada pronominal.

Iniciemos a discussão pelos clíticos acusativos de primeira e segunda pessoas. Como vimos, os dados de AC e G (ambas adquirindo o PB em Porto Alegre) mostram que esses clíticos ainda estão bem presentes em seu dialeto, cuja forma de segunda pessoa é *tu*. Em nenhum dos dados as crianças utilizaram o pronome *eu* em lugar do pronome *me*, embora em Simões (1997), cujos dados são de uma criança também adquirindo o PB em Porto Alegre, houve a ocorrência da forma *eu* em lugar do pronome *me*. Em relação ao clítico acusativo de 2ª pessoa, a forma *te* se mostra bastante presente; em nenhuma das crianças ela foi substituída pela forma *você*, mostrando que esse acusativo ainda apresenta força no dialeto gaúcho. Já, ao contrário de AC e G., R. produziu o pronome *eu* em lugar de *me*, além de usar tanto *te* quanto a forma *você* para a segunda pessoa. Isso nos mostra uma certa diferença dialetal, quando analisamos os clíticos acusativos de primeira e segunda pessoas (*me* e *te*).

Quanto aos clíticos acusativos de terceira pessoa, como vimos no capítulo 2, não ocorrem mais em PB, ocupando o seu lugar ou o pronome lexical ou o objeto nulo; sendo assim, o fenômeno que ocorre na gramática infantil é do objeto nulo em si e não se refere à omissão dos clíticos, que ocorre em línguas que não permitem o objeto nulo na gramática adulta, como vimos no capítulo 4.

Mostraremos aqui que os traços semânticos do antecedente que, como vimos, guiaram a mudança na posição de objeto direto anafórico, ainda continuam presentes em PB, agora guiando a aquisição do elemento nessa posição, conforme análise dos dados na seção anterior.

Para observarmos a frequência em que o objeto nulo está ocorrendo na aquisição do PB, quando comparados com os números de retomada com pronome lexical, temos a tabela 3

acima. Partindo do fato de que a aquisição da linguagem se dá por meio de evidência positiva de dados adultos, podemos imaginar como o objeto nulo está enraizado na gramática adulta do PB. Duarte (1989) mostrou que se os clíticos acusativos de terceira pessoa são usados na gramática adulta, eles ocorrem em contextos bastante formais; seus dados mostraram uma porcentagem de apenas 4,9% de clíticos.

Como vimos, aqueles antecedentes cujos traços semânticos são [-animado, +específico] são maioria entre os nulos, que se somam ao ON de antecedentes [-animado, -específico], mostrando que no caso de antecedentes [-animado] o traço de especificidade praticamente não atua. Juntos, esses dois tipos de nulos somam 51,64% dos dados das três crianças e confirmam a hipótese de que a não animacidade do antecedente favorece, também na aquisição, o uso do objeto nulo, uma vez que apenas 1,76% desses antecedentes foram retomados pelo pronome.

Um outro objeto nulo, que se mostrou bastante significativo em nossos dados é o ON em contexto dêitico, como vimos no gráfico 1. Contabilizando tanto os casos de nulos dêiticos imperativos (situação universal de ocorrência do nulo dêitico, segundo Kato (1994)) quanto os situacionais tivemos uma porcentagem de 40% desse tipo de nulo nos dados gerais, o que mostra a freqüente referência a objetos do contexto enunciativo. Esses nulos estão especialmente concentrados nos estágios iniciais da aquisição das crianças, como vimos nos gráficos 2, 3 e 4 individualmente para cada criança, e, no gráfico 5, a média geral das três crianças, confirmando a hipótese de L&C de que o ON inicial é essencialmente dêitico, dominando a posição de objeto direto até a entrada do pronome lexical como opção nessa posição. Como vimos, o primeiro arquivo em que o pronome ocorre nos dados das três crianças (independentemente da idade) é aquele em que há uma mudança no estatuto do objeto nulo; a partir desse momento, os nulos dêiticos diminuem e o nulo retomando antecedentes [-animado, +específico] se sobressai nos dados.

Lopes & Cyrino afirmam que quando o pronome lexical começa a ser usado em posição de objeto, a categoria nula dêitica se torna anafórica (a referência a antecedentes mencionados anteriormente é bem maior), e isso indicaria um período de transição na gramática da criança. É neste período, em que a criança começa a usar o pronome lexical, que o nulo passa a ser anafórico e também parece ser o momento em que ela começa a distinguir traços de animacidade dos antecedentes.

Essa constatação do estudo de L&C foi confirmada por nossos dados; AC e G têm a primeira ocorrência do pronome lexical com 2;3 e, a partir desse momento, o nulo anafórico é sempre mais freqüente nos dados. Já a primeira ocorrência do pronome nos dados de R. se dá

com 2;9, mostrando-nos também o impacto dessa ocorrência no crescimento dos nulos anafóricos, quando comparados às ocorrências iniciais desses mesmos nulos.

Partindo do fato de que, em aquisição, o importante não é a idade na qual os fenômenos ocorrem, mas sim o padrão de ocorrência desses fenômenos, concluímos que os dados analisados nessa pesquisa (no que se refere ao período de transição entre nulo dêitico e nulo anafórico) parecem fortemente confirmar os dados de L&C (2005) quanto à alternância pronome vs. nulo.

Em relação aos traços semânticos do antecedente que estão envolvidos nessa distinção nulo dêitico/nulo anafórico as autoras afirmam: “parece plausível que a criança, tendo que lidar com traços semânticos que trazem um efeito sutil para a interpretação semântica, deveria iniciar com os elementos de menor valor referencial” (L&C, 2005: 15, tradução nossa). Certamente isso, diante da confirmação da hipótese, pode responder positivamente nossa pergunta inicial: Será que o fato de a criança iniciar lidando com os elementos menos referenciais pode explicar por que ela inicia com produção de 100% de nulos e, ao introduzir o pronome lexical como possibilidade, esse valor decresce? Como mencionamos na introdução, a resposta a essa pergunta é positiva, em nosso ponto de vista. Parece que a criança passa por períodos em que será capaz de lidar com maior informação referente a traços semânticos. O fato indicado por Creus & Menuzzi de que o pronome lexical é especificado para gênero, enquanto o nulo não o é pode nos dizer algo sobre a informação semântica com a qual a criança precisa lidar quando usa um pronome lexical. Isso pode explicar por que eles aparecerem um pouco mais tarde e influenciam o estatuto do objeto nulo, que passa de dêitico a anafórico.

Quando da fase em que os nulos dêiticos são predominantes na produção das crianças, cujos exemplos mostramos em (24a), (24b) e (24c), o que as crianças precisam identificar é apenas o objeto do contexto discursivo ao qual elas estão se referindo, não necessitando de nenhuma identificação dos traços desse referente, pois o que está relacionado é apenas uma ação de apontamento (o referente será sempre específico). A partir do momento em que o pronome lexical entrou como opção na posição de objeto, isso quer dizer que a criança começa a lidar com traços semânticos, pois diferencia os poucos antecedentes [+animado] daqueles [-animado, +específico]. O fato de ela retomar antecedentes [+a] e [-a] de formas diferentes mostra que ela está lidando com maior informação semântica (no caso, relacionada a traço semântico), o que diferencia sua produção inicial, restrita aos nulos dêiticos, de sua posterior referência a elementos linguisticamente já mencionados e que necessitam dessa identificação semântica.

Comparemos, agora, os dados obtidos nessa pesquisa com os dados sincrônicos de Duarte (1989), discutidos no capítulo 2. Como vimos, ela computou todas as ocorrências para o Objeto Direto Anafórico e constatou que, das quatro possibilidades para a realização deste objeto direto, a mais utilizada foi o [Sne]/objeto nulo (62,6%) e a menos utilizada foi o clítico (4,9%). Duarte levou em conta três condicionamentos para o trabalho com os dados – um morfológico, um sintático e um semântico. Este último se mostrou bastante importante para a escolha do elemento a ser usado. Assim, o traço +/- animado do antecedente foi decisivo na escolha do preenchimento ou não do objeto. A tabela 11 mostra as opções computadas por Duarte para a posição de objeto:

| Variante | Ocorrências | % |
|-----------------------|--------------------|--------------|
| Clítico | 97 | 4,9 |
| Pronome lexical | 304 | 15,4 |
| [SNe] (Objetos nulos) | 1235 | 62,6 |
| SNs anafóricos | 338 | 17,1 |
| Total | 1974 | 100,0 |

Tabela 11 (Duarte, 1989: 21): distribuição dos dados computados segundo a variante usada.

Se considerarmos apenas os dados relativos ao uso de pronomes lexicais e objetos nulos, o que observamos é que há uma grande vantagem do ON sobre o pronome lexical, que os dados infantis também nos mostram. A porcentagem de 4,9% de uso do clítico é indicada por Duarte como sendo fruto da escolaridade dos informantes, o que nos indica que os clíticos acusativos de terceira pessoa só se fazem presentes com a escolarização, e mesmo assim em porcentagens muito baixas. Além disso, a diferença de aproximadamente 34% entre os nulos da tabela de Duarte e os nulos dos dados infantis, que mostramos na tabela 3 da seção anterior, é explicada pelo fato de que Duarte contabilizou, também, as retomadas feitas por SNs anafóricos.

Excluindo as porcentagens de SNs anafóricos e clíticos dos dados de Duarte e contabilizando apenas objeto nulo e pronome lexical, observamos que a porcentagem de objetos nulos atingi um nível bastante próximo aos dados infantis – 80,25% (ainda que ainda seja menor que os dados infantis).

Considerando ainda as ocorrências de objetos nulos, pudemos ver que, em alguns casos, houve retomadas de elementos [+animado, +específico] pelo objeto nulo. Uma vez que nossa proposta diz que, regra geral, antecedentes [+animado] são retomados pelo pronome

lexical, devemos nos deter um pouco nesses dados, a fim de que possamos encontrar uma explicação para tais ocorrências. Relembremos a discussão sobre a proposta de Creus & Menuzzi que fizemos no capítulo 3. Para eles, antecedentes com sexo natural identificável, e, portanto, com gênero semântico, são retomados pelo pronome lexical, isso porque, enquanto o objeto nulo não é especificado para gênero (é usado tanto para retomar coisas femininas quanto masculinas) o pronome lexical é especificado para gênero, ou seja, a depender do gênero do antecedente, será usado ou o pronome *ele* ou o pronome *ela*.

Observemos, exemplos como os de (21) acima (repetido aqui em (32)):

- (32) CRI: quando o pai do **príncipe do Egito** era pequeno, ele mandou que ele seja matado
INV: ele mandou que ele seja matado?
INV: o pai mandou?
INV: e daí?
CRI: e daí ele não ficou matado sabe
INV: e daí ele não ficou matado
CRI: e não matou **ele**.
(...)
INV: e não mataram ele?
CRI: por que?
CRI: porque a mãe dele salvou **ele**.
(...)
INV: mas o pai dele era ruim, né
INV: como que um pai vai querer que matem um filho, né
CRI: já matou [].
(...)
INV: imagina que a mãe dele não salvasse [], né
CRI: é, pegou [] no colo.
(...)
CRI: e sabe quem que que que gostava dele?
CRI: a irmã dele
INV: a irmã dele
CRI: ela botou [] num cesto e fechou com a tampa.
(...)

CRI: e sabe quem pegou **ele** no final?
 (...)
 CRI: a mãe dele
 INV: ah, daí a mãe dele pegou [] dentro do lago
 CRI: e salvou ele. (AC, 2;7,6)

Esses exemplos, a princípio, trariam problemas tanto para a nossa hipótese, baseada nos traços semânticos de animacidade e especificidade, quanto para a proposta de Creus & Menuzzi (2005), que lança mão da noção de gênero semântico, uma vez que temos um antecedente que é [+animado, +específico] e com gênero semântico (pois possui sexo natural identificável – masculino) sendo retomado três vezes pelo nulo.

No entanto, como vimos na descrição dos dados na seção anterior, a predominância das retomadas é do pronome. Poderíamos dizer que, se a criança utilizou o objeto nulo para retomar esse tipo de antecedente, ela ainda não atingiu totalmente o padrão da gramática adulta, cuja preferência é pela retomada pronominal; ou que ela está utilizando o seu *input* imediato como possibilidade para usar o nulo, já que a investigadora também retoma o antecedente pelo nulo algumas vezes. Em suma, tais dados não invalidam nossa hipótese.

Continuando no exemplo (32) acima, vamos examinar as retomadas pronominais. Nesse caso, tanto nossa proposta quanto a proposta de C&M (2005) contemplam os dados, uma vez que o antecedente possui traços semânticos [+animado, +específico] e também gênero semântico, como já mencionamos acima, sendo retomado, predominantemente, pelo pronome. No entanto, os antecedentes em (22) e (23) – repetidos aqui em (33) e (34) respectivamente – já trazem alguns problemas para a proposta de gênero semântico.

(33) CRI: sai daqui **bichinho!**
 CRI: ele ficou p(r)eso [*] e agora vou lava ele.
 (...)
 INV: que que é isso dai Ana Clara?
 CRI: é um sabonete de [/] de [/] de +...
 CRI: agora eu vou lavar ele +...
 INV: ah, um sabonete e vai lavar?
 (...)
 CRI: vou lavar ele +...
 (...)

CRI: já limpei **ele**.

INV: já lavou [].

(...)

CRI: agora eu vou [/] eu vou bota(r) [/] agora eu vou lavar [] na máquina [*].

INV: ah, agora na máquina?

CRI: eu vou lavar **ele** aqui.

(...)

CRI: eu tô lavando **ele**.

(...)

CRI: e tá lavando [/] eu tô lavando **ele** com o sabonotinho rosa. (AC, 3;0,29)

(34) CRI: vou tila [*] o bicho.

INV: tirar o bicho?

(...)

INV: vamos matar esse bicho pra ele não fazer dodói, né?

(...)

CRI: vamos matar **ele**. (AC, 2;3,0)

Os antecedentes são, ambos, [+animado, +específico], e portanto a retomada pelo pronome é o padrão esperado. No entanto, de um ponto de vista adulto, nenhum dos dois antecedentes podem ter seus sexos identificados, sendo assim, pela visão da gramática adulta, não teriam gênero semântico; logo a proposta de C&M encontraria, aqui, um problema.

Porém, do ponto de vista infantil esse não é, necessariamente, o caso. O fato de não identificarmos o sexo dos antecedentes animados não significa que a criança também não o faça. Nossa sugestão é que a criança está, nesses dois casos, apelando para o gênero gramatical – atribuindo sexo masculino, o que pode ser deduzido pelo morfema *o* em *bichinho* e pelo determinante *o* em *o bicho*. Tal sugestão vem de alguns dados, trabalhados por Figueira (2004), que mostra crianças supergeneralizando ou o masculino ou o feminino por conta dos morfemas *o* ou *a* das palavras referidas, como é o caso de (35):

(35) a. (a criança fica sensibilizada depois de ouvir a mãe contar algo sobre criança desprotegida)

A. Ela é **pobra**. Ela é **pobra**, mãe? (5;3,17)

b. (A e J brincam de repórter; a primeira fala sobre o prédio em construção ao lado de sua casa)

J. Ta petando (=está apertando) muito a minha casa com aquele prédio **idioto**. (4;5,25)

A mesma autora ainda cita uns casos em que a criança utiliza-se do gênero para expressar o sexo:

(36) (J. toma seu café da manhã; em certa altura pergunta a sua mãe)

J. Carro bebe café, mãe?

M. Não.

J. Então eu não bebo. Porque eu sou carro.

M?!

J. Quer dizer, eu sou **carra**. Sou **carrinha**. (4;6,28)

Nesse caso, como bem comenta a autora “a criança inscreve – de maneira inequívoca a qualquer interpretação – a sua inegociável condição de menina, portanto sexo feminino, portanto gênero feminino” (Figueira, op. cit.: 65). Sendo assim, como bem vimos nesses dados, a noção de gênero gramatical da criança está bastante ligada ao sexo natural, o que acaba por fazer com que ela supergeneralize o gênero gramatical em função do sexo, assim como se utiliza do gênero gramatical para indicar o sexo, como em (35). Isso mostra que as crianças de nossa pesquisa podem, sim, estar tomando o gênero gramatical para atribuir um sexo aos antecedentes, e desse modo fazendo com que esses elementos possuam gênero semântico. É claro que essa é apenas uma sugestão e precisa ser investigada de uma maneira mais aprofundada para que possamos confirmar ou refutar tal idéia. Isso pode ser feito através de experimentos que possam avaliar em que medida as crianças estão tomando gênero gramatical para atribuir gênero semântico.

Quanto aos pronomes lexicais que retomam antecedentes [-animado] (presentes nos exemplos (25) e (28)), vimos que eles ocorrem na mesma porcentagem que os pronomes que retomam antecedentes [+animado]. Observando cada criança separadamente, vimos que AC é a que menos retoma um antecedente [-a] pelo pronome: apenas 1 ocorrência (contra 7 retomadas de antecedentes [+a]). No caso de G., nenhuma retomada de antecedente

[+animado] ocorre, logo seus 5 casos de pronomes lexicais são de retomada inanimada. Finalmente, R. apresenta 2 desses casos.

Do ponto de vista das duas hipóteses trabalhadas aqui (L&C (2005) e C&M (2005)), esses não são casos esperados, já que os antecedentes desses pronomes são inanimados, além de não possuírem gênero semântico (não possuem sexo natural identificável exatamente pelo fato de que são objetos inanimados). Obviamente, não é categórico o fato de que antecedentes [-animado] tenham que ser exclusivamente retomados por objetos nulos, logo, tal fato não necessariamente interfere na confirmação de nossa hipótese. No entanto, também não poderíamos deixar de observar esses dados mais atentamente, tendo em vista a discussão que fizemos no capítulo 2 sobre essas ocorrências em dados adultos.

Ainda, como vimos, durante a catalogação dos dados, enfrentamos problemas com a identificação de antecedentes de pronomes lexicais; foi o que chamamos de antecedentes com traços semânticos duvidosos. Apesar de em muitos casos parecer mais correto tratar esses antecedentes – que são, em sua maioria, bonecos com os quais as crianças estavam brincando – como sendo [+animado], nem todos os casos pareciam poder ser tratados da mesma forma. A dúvida diante dos dados – mostrados nos exemplos (26), (29) e (31) – então, foi o motivo que nos levou a separá-los dos dados gerais.

A instigação diante desses dados nos leva a dar seqüência às investigações dessas ocorrências de pronomes lexicais a fim de determinar de que modo as crianças estão tratando tais antecedentes – se realmente os estão tratando como [+animado], sendo o pronome a forma esperada de retomada, ou se elas estão dando outra interpretação a eles. Para que possamos investigar esses dados de maneira mais profunda será necessária a criação de experimentos específicos que possam nos dar uma resposta correta e direcionada sobre isso⁸⁴.

Finalmente, gostaríamos de trazer aqui algumas considerações sobre o papel dos traços semânticos de animacidade e especificidade nos dados trabalhados. Em primeiro lugar, relembremos que enquanto o traço de animacidade é sempre intrínseco a um item lexical, especificidade é sempre calculada no contexto em que o item lexical vai ocorrer. Como os dados indicaram, para os antecedentes [-animado], a especificidade não exerceu nenhuma influência sobre a forma da retomada anafórica, sendo que o objeto nulo foi categórico para esses tipos de antecedentes. Se a especificidade tem algum papel a exercer, esse se mostrou na retomada de antecedentes [+animado], como vimos no contraste entre (18) e (19). Para C&M (2005) especificidade não exerce nenhum papel nesse caso, apenas animacidade e gênero semântico. Quanto à animacidade, não há dúvidas de que esse é o traço semântico que mais

⁸⁴ Tal indagação é um dos nossos objetos na pesquisa de doutorado.

importa no momento da escolha entre objeto nulo e pronome lexical na posição de objeto direto anafórico.

Em suma, nossos dados confirmaram a hipótese de que os traços semânticos do antecedente – que exerceram diacronicamente um papel importante na mudança ocorrida com os clíticos acusativos de 3ª pessoa – continuam agindo na aquisição da linguagem, assim como afirmado por L&C (2005). Nossos dados ainda ratificaram outra previsão das autoras: a de que o objeto nulo inicial é essencialmente dêitico e que esse nulo, com a entrada do pronome lexical em posição de objeto, diminui significativamente, destacando-se, então, o número de nulos anafóricos, o que parece indicar o momento em que as crianças começam a distinguir traços de animacidade.

Quanto à proposta de C&M (2005), podemos ver que ela é confirmada em grande parte dos dados, deixando, no entanto, alguns casos sem explicação direta, como discutimos para os dados de (33) e (34).

5.5 O QUE AS HIPÓTESES NÃO EXPLICAM: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE PARA PRONOMES LEXICAIS NA POSIÇÃO DE OBJETO

As análises que vimos no capítulo 3, sobre a sintaxe do objeto nulo vs. pronome lexical na posição de objeto direto anafórico, mostraram que, de maneira geral, antecedentes [-animado] são retomados pelo o objeto nulo e antecedentes [+animado], pelo pronome lexical. Também Duarte (1989) mostra que essa generalização é recorrente nos dados sincrônicos por ela analisados. Além disso, os dados infantis que analisamos aqui indicam que a predominância do nulo para a retomada [-animada] é confirmada. Esse padrão é bastante recorrente para a grande maioria dos dados, mas não explica alguns casos que mostraremos em seguida.

O fato interessante diz respeito à retomada de antecedentes [-animado, +específico] pelo pronome lexical que, seguindo as hipóteses aqui mencionadas, seriam retomados pelo nulo, especialmente porque o traço de animacidade teria grande influência na escolha, mais ainda que o traço de especificidade.

Os dados em que se baseia a discussão dessa seção, que se constitui de uma análise qualitativa, são dados de produção espontânea adulta, coletados por nós no decorrer 4 meses (novembro de 2005 a fevereiro de 2006)⁸⁵. Inicialmente esse não era nosso objetivo de

⁸⁵ Nesses quatro meses coletamos cerca de 80 sentenças. Como as sentenças não tinham hora pra ocorrer, muitas foram perdidas por falta de papel e caneta.

pesquisa, visto a hipótese da qual estávamos partindo, mencionada no primeiro parágrafo desta seção. No entanto, começamos a notar a recorrência com que o pronome lexical (e não o objeto nulo) estava sendo produzido por adultos, na retomada de antecedentes inanimados. Isso nos motivou a anotar cada novo dado que escutávamos e buscar uma explicação para essas ocorrências. Depois de 4 meses anotando cada nova sentença escutada, percebemos que tínhamos um número de sentenças que exibiam um mesmo padrão: todas retomavam antecedentes [-animado, +específico]; isso nos fez parar as anotações, mas não quer dizer que deixamos de ouvir tais sentenças, pelo contrário, parece que elas são, a cada dia, mais recorrentes.

Como vimos acima, tanto para Cyrino (1994 e obras posteriores), quanto para Barra Ferreira (2000) e Creus & Menuzzi (2005), o traço de animacidade é fator importante na determinação da opção nulo/pronome. Conforme Creus & Menuzzi (op. cit.: 1), se o antecedente é [-animado] “**a opção nula é, nitidamente, a mais natural**”, o que está de acordo com as demais análises, especialmente a de Cyrino. O que temos é um consenso entre os pesquisadores sobre que traços levam ao preenchimento nulo ou pronominal.

Porém, o que os dados mostram é a retomada do antecedente [-animado, +específico] pelo pronome lexical. Podemos observar alguns exemplos nas sentenças abaixo:

- (37) a. Pra liberar o crédito, leva **ele** ali no atendimento. (ele: cartão do banco – I., 20/11/05)
- b. **Os dados** são fantásticos, tem que trazer **eles** pra dissertação. (R., 28/11/05)
- c. Você ainda pode encontrar **ele** na periferia esquerda. (ele: sujeito gramatical – F, 01/12/05).
- d. – **Esse teu relógio** tá adiantado, né?
– Eu desisti de regular **ele**. (L., 26/08/06)

Nessas sentenças, e em outras que coletamos, o que chama a atenção é que essa retomada pelo pronome lexical se faz sempre de um antecedente que é [+específico], sendo que todos os elementos retomados fazem parte do contexto de forma bastante definida. Dessa forma, o que intriga nesses dados não tem a ver com o traço de especificidade (já que ele não muda), mas com o de animacidade. A partir disso lançamos a questão: *o que essa opção pode estar mostrando em relação à gramática do PB? Estaríamos diante de uma mudança no padrão*

até agora incontestável das abordagens sobre o objeto nulo e sobre o uso do pronome na posição de objeto em PB?

Segundo Lopes (no prelo), de acordo com a abordagem minimalista, os traços semânticos de animacidade e especificidade do antecedente estão relacionados a pontos distintos na derivação, sendo, no entanto, interpretados em Forma Lógica. O traço de animacidade é intrínseco ao item lexical, já entrando com ele na derivação de uma sentença. Por outro lado, o traço de especificidade é composicionalmente derivado na sintaxe, já que, dependendo da estrutura sintática, o antecedente será específico ou não.

Sendo assim, se há alguma mudança em jogo nesse caso, ela não estaria no traço de animacidade do antecedente [-animado], mas sim no estatuto da retomada desse antecedente, já que, conforme Lopes (*op.cit.* 16) também apontou, “o traço de animacidade não é intrínseco a um pronome de 3ª pessoa, mas dependente do antecedente”.

Cyrino (1994) aponta que em todas as sentenças de seus dados que tinham antecedentes [-animado] em 1973, esses foram retomados pelo objeto nulo, não importando se esse antecedente era um NP ou uma sentença. O que poderíamos sugerir, a partir de nossos dados, é que, se esse mesmo estudo fosse realizado hoje, talvez não tivéssemos esse número categórico de nulo para antecedentes [-animado].

Além disso, Duarte (1989) mostrou, entre outras coisas, o percentual de cada ocorrência na posição de objeto direto anafórico de acordo com o traço semântico do antecedente. Os resultados estão na tabela abaixo:

| Traço | Variedades | | | | | | | |
|------------|------------|-------|-----------------|------------|--------|-------|---------------------|-------|
| | Clítico | | Pronome lexical | | SN | | [SNe] ⁸⁶ | |
| | Quant. | % | Quant. | % | Quant. | % | Quant. | % |
| [+animado] | 76 | 78,4 | 281 | 92,4 | 99 | 29,3 | 293 | 23,7 |
| [-animado] | 21 | 21,6 | 23 | 7,6 | 239 | 70,7 | 942 | 76,3 |
| Total | 97 | 100,0 | 304 | 100,0 | 338 | 100,0 | 1235 | 100,0 |

Tabela 12 (Duarte, 1989: 24): distribuição das variantes usadas segundo o traço semântico do objeto.

Observando a ocorrência do pronome lexical de acordo com o traço semântico do antecedente, podemos notar que ele retomou apenas 7,6% dos antecedentes [-animado], enquanto que sua predominância é com os referentes [+animado], 92,4%. Duarte (*op. cit.*: 24)

⁸⁶ [SNe] se refere às ocorrências de objeto nulo.

afirma que “enquanto o uso do clítico e do pronome lexical é fortemente condicionado pelo traço [+animado] do objeto, a preferência pela categoria vazia e pelos SNs anafóricos recai sobre os objetos com antecedente [-animado]”. Sendo assim, Duarte também não faz nenhuma previsão quanto aos dados que apresentamos aqui.

Além de dados de produção espontânea adulta, também em dados de aquisição da linguagem, constatamos a retomada de antecedente [-animado] pelo pronome lexical. Como vimos na seção anterior, esses dados somam 8 ocorrências nas três crianças. Observe os trechos abaixo:

- (38) a. INV: penerei **o tomate!**
CRI: agola eu vou co(r)tar **ele**. (AC - 2;8,28)
- b. CRI: que ela vai pro banho então vamo(s) separar **a toalha dela**.
INV: ah, ela vai pro banho e tem que separar a toalha.
CRI: ãh+hã.
CRI: vou esticar bem **ela**. (G, 3;6,)
- c. INV: que (vo)cê vai fazer agora?
INV: com **os bloquinhos** # heini?
CRI: vo(u) esconde(r) **ele** de vocês. (R, 2;9,15)

Ainda que esses dados ocorram em apenas 1,76% dos dados infantis (diferentemente dos 7,6% dos dados adultos), não podemos deixar de mostrá-los, uma vez que ilustram que o que vimos para os dados adultos, também ocorre nos dados das crianças, ainda que, como já ressaltamos, em porcentagem não muito significativa.

É claro que o antecedente [-animado] não está fadado à retomada pelo nulo, pois a retomada pelo pronome também seria uma opção, já que, como bem destacou Lopes (no prelo), o traço de animacidade do pronome de 3ª pessoa não é intrínseco, mas depende de seu antecedente. O que pretendemos discutir é o fato de que até bem pouco tempo, o pronome parecia ser usado quase que exclusivamente para a retomada do antecedente animado (de acordo com a retomada categórica dos referentes inanimados pelo nulo nos dados de Cyrino (1994) e os 92,4% de retomada de antecedente animado pelo pronome nos dados de Duarte). No entanto, se nos pautarmos pelos dados adultos que temos aqui, observamos que o pronome

também está retomando o antecedente inanimado, e isso envolve uma discussão sobre as características desse pronome em posição de objeto direto.

O texto de Cardinaletti & Starke (1999) – daqui em diante C&S – discutindo sobre o que caracteriza os pronomes fortes afirma que há duas propriedades notáveis destes pronomes: (i) o pronome deve ser o foco da sentença (informação nova); (ii) seu referente só pode ser [+humano]. Exemplo disso está em (40) abaixo, extraído de Galves (2001: 163):

- (39) a. Eu vi **ELE** (e não ela) (o João e não a Maria).
b. * Eu li **ELE** (e não ela) (o livro e não a revista).

Porém, em nossos dados, o pronome *ele* nunca ocorre tendo as propriedades de (40). Em todos os casos, como vimos acima em (37) e (38), o pronome está em uma função anafórica, ou seja, possui um antecedente, do qual depende e, desse modo, não pode carregar informação nova. Além disso, a interpretação do pronome não é, necessariamente, [+humana], no entanto, todas as sentenças são gramaticais em PB. Voltemos, então, à questão colocada acima: *o que essa opção pode estar mostrando em relação à gramática do PB?*

Primeiramente, vamos observar qual a classificação estabelecida por C&S para os pronomes e posteriormente apresentaremos a proposta para a análise desses dados. Segundo os autores, os pronomes pessoais são divididos em duas classes: pronomes fortes e pronomes deficientes. Dentre os pronomes deficientes estão os pronomes fracos e os clíticos. Pronomes clíticos são sistematicamente deficientes em relação aos pronomes fracos que, por sua vez, também são sistematicamente deficientes em relação aos pronomes fortes. Essa deficiência sistemática que diferencia os pronomes é encontrada na sintaxe, semântica, morfologia e fonologia, deficiência que aumenta do pronome forte em direção ao clítico: pronome forte > pronome fraco > pronome clítico, ou seja, pronomes fracos sofrem apenas uma “ativação” de deficiência, enquanto clíticos passam por duas⁸⁷. Na tabela abaixo temos as diferenças entre os pronomes fortes e fracos:

⁸⁷ Como nosso interesse aqui é trabalhar com a oposição entre pronome forte e fraco, deixaremos de lado a referência aos clíticos.

| Propriedade | Pronomes fortes | Pronomes fracos |
|-------------|--|---|
| Sintática | Pronomes fortes têm propriedade distribucional de NPs lexicais. | Pronomes fracos podem ocorrer apenas em uma posição na sentença (posição derivada). |
| Semântica | Pronomes fortes têm as mesmas capacidades referenciais de NPs. | Pronomes fracos são incapazes de introduzir um novo referente no discurso. |
| Fonológica | Pronomes fortes carregam acento nuclear da sentença, assim como NPs. | Pronomes fracos ativam retração de acento nuclear (não podem receber acento). |
| Morfológica | Pronomes fortes são mais pesados, ou seja, contêm mais morfemas subjacentes. | Pronomes fracos são, conseqüentemente, mais leves porque contêm menos morfemas subjacentes. ⁸⁸ |

Tabela 13 (adaptada de C&S (1995,1999)): pronomes fortes e fracos apresentados em relação a suas diferenças de deficiência.

C&S (1995: 5) afirmam que essas propriedades parecem fazer parte do elenco universal das características humanas referentes à linguagem:

to add to the neatness of the generalization, the *strong* > *weak* > *clitic* deficiency system around which pronominal systems are organized seems to be a universal, in the strong sense. Not only does it seem to be the case that (personal) pronominal systems always fall into such a tripartite pattern of gradual deficiency, but the very properties which distinguish the different classes seem to be uniform across languages.

Uma vez universal, é de se esperar que a mesma característica se manifeste em todas as línguas. Sendo assim, testamos algumas sentenças com o objetivo de observar se o pronome lexical, retomando um antecedente [-animado, +específico], pode ser considerado um pronome fraco em PB, conforme a proposta de C&S, proposta que pretendemos defender.

⁸⁸ Segundo Cardinaletti & Starke (1999: 27), o pronome fraco contém menos morfemas subjacentes porque ele compreende menos núcleos sintáticos. Ainda conforme os autores, essas relações não são sempre visíveis em estrutura superficial.

C&S indicam que pronomes fracos não podem ser coordenados, nem podem sofrer modificação ou serem focalizados, como podemos ver nos exemplos do inglês em (40), retirados de C&S (1995: 11):

(40) **a. Coordenação:**

* I like **it** and {it, the other one, this, ...}

‘Eu gosto disso e {disso, do outro, desse...}’

b. Modificação

* I like only **it**.

‘Eu gosto só disso/desse’

c. Focalização:

* **IT**, I like

‘DISSO/DESSE, eu gosto.’

it é restrito a entidades não-humanas e segundo os autores, entidades não-humanas só podem ser referidas por pronomes deficientes (entre eles os fracos).

Em PB, parece que estas mesmas restrições estão presentes quando um antecedente [-animado, +específico] é retomado por um pronome lexical; o pronome não parece aceitar nenhuma das três condições expostas em (40). Em (41) abaixo temos três sentenças em que um pronome lexical foi coordenado quando retomava um antecedente [-a, +e]:

(41) a. *Minha formatura é dia 22 e meu aniversário é dia 24. Eu tô pensando em passar **ela** na fazenda e **ele** na cidade.

b. ??Comprei o vaso verde e as flores do campo, mas alguém roubou eles. Depois disso vi **ele** na rua e encontrei **elas** no lixo.

c. ??Comprei a manga rosa e o mamão papaia. Guardei **ela** e comi **ele**.

A sentença (41a), como nos indica o asterisco, parece totalmente agramatical, enquanto que (41b) e (41c) são sentenças um pouco mais aceitáveis, mas ainda assim ruins. Isso pode

se explicar, talvez, pelo fato de que em (41a) temos eventos (aniversário, formatura), enquanto que em (41b) e (41c) temos objetos como antecedente.

O pronome lexical em PB também parece não aceitar modificação, como vemos em (42):

(42) a. *Minha formatura é dia 22 e meu aniversário é dia 24. Eu tô pensando em passar só ela na fazenda. (questão de ser evento)

b. ??Comprei a manga rosa e o mamão papaia. Guardei só ela na geladeira.

Do mesmo modo, a focalização também não pode ocorrer:

(43) a. Eu vi **ELE** (e não ela) (o João e não a Maria).

* Eu li **ELE** (e não ela) (o livro e não a revista) (Galves, 2001:163)

b. *Eu comprei ELE e não ela. (ele: o mamão papaia – ela: a manga rosa)

Os exemplos parecem mostrar, de algum modo, que o pronome lexical, retomando antecedentes inanimados em PB, é um pronome fraco, na tipologia de C&S, pois, ele parece não tolerar coordenação, modificação e focalização, seguindo as mesmas características dos pronomes fracos, ilustradas pelos autores.

Voltemos, então, ao foco desta seção, que é tentar explicar qual o motivo que está levando pronomes lexicais a ocorrerem em posição de objeto retomando antecedentes inanimados, uma vez que o mais esperado, de acordo com as análises que observamos no capítulo 3, seria a retomada pelo nulo. Para isso nos baseamos em C&S (1995, 1999) e no trabalho de Galves (2001), que discutiu a tipologia de pronomes em PB, sugerindo que o pronome *ele* é um pronome fraco, que ocupa o lugar do clítico acusativo de terceira pessoa. Vejamos algumas razões para isso.

Uma das mais importantes propriedades dos pronomes fracos é que eles devem estar sempre ancorados em um antecedente, além de não possuírem restrição quanto a esse antecedente (enquanto pronomes fortes exigem que seu referente seja exclusivamente [+humano]): no caso em (39), o pronome só pode ser forte, dadas suas características já mencionadas. No entanto, nos dados que coletamos, o comportamento do pronome é

diferente, não obedecendo às propriedades relacionadas aos pronomes fortes. Observemos o que ocorre nos exemplos (44), (45) e (46):

(44) Encontrei o João_i no shopping e vi **ele**_i no cinema.

Em (44), a interpretação do pronome é *humana*, mas o pronome não está focalizado, logo não podemos tratá-lo como forte, pois a exigência de informação nova não foi cumprida; ele está retomando um antecedente linguisticamente já mencionado, realizando sua função anafórica. Analisemos agora (45), em que temos uma sentença cujo antecedente do pronome é animado, porém *não-humano*:

(45) Encontrei o cachorro_i na rua e logo depois vi **ele**_i na casa da Joana.

Nesse caso, o pronome *ele* ocorre na mesma posição que nas sentenças anteriores (é argumento interno do verbo *ver*); no entanto, retoma um antecedente que não é humano. Esse pronome poderia ainda se referir a um antecedente que nem animado é, como no caso abaixo:

(46) Meu aniversário_i é dia 12 de fevereiro e eu tô pensando em passar **ele**_i aqui em Minas. (E. – 23/01/2006)

Temos, assim, uma situação em que o pronome retoma desde um antecedente exclusivamente humano até um não-animado. Esses exemplos nos mostram que o pronome, nesses casos, não apresenta restrição quanto ao seu antecedente e, além disso, que sua interpretação depende exclusivamente do antecedente.

Diante desses fatos, somos levados a crer que o pronome *ele* na posição de objeto direto anafórico em PB, quando não focalizado, é um pronome fraco. Galves (op. cit.: 154) chama a atenção para o fato de que “o PB, na verdade, representa um caso raro, no domínio românico, de um paradigma pronominal cujos objetos diretos de primeira e segunda pessoa são clíticos e o de terceira pessoa é um pronome fraco”. Ela ainda dá um exemplo – retirado do *corpus* do NURC – em que o antecedente do pronome é [-animado] (*o carro*):

(47) Se tiver muita pressa, eu largo **ele** num lugar proibido mesmo.

Segundo Galves (op. cit.: 162), essa sentença “ilustra bem a ausência de restrições quanto ao traço [+humano]”, além de mostrar o valor anafórico do pronome fraco.

Adotada a proposta de o pronome *ele*, retomando antecedentes [-animado, +específico] ser, em PB, um pronome fraco, temos agora que indicar como ele é legitimado em nossa gramática; tentemos esboçar uma análise para esse caso. Vamos construir a representação estrutural da parte que interessa das sentenças acima, desconsiderando a sentença em que o antecedente ocorre. Observemos a sentença (48) abaixo, em que temos o verbo *ver* – transitivo:

(48) Eu vi ele.

cuja representação estrutural está em (49):

(49) [TP Eu_j [T v_i [vP ele_k v' eu_j v t_i [VP v_i ele_k]]]].

No decorrer da derivação sintática da sentença, o que temos é o pronome *ele* sendo sondado por *v*, que é uma sonda Φ -completa. Essa sonda, então, possui as propriedades que são capazes de valorar o caso do pronome, sendo que, ao mesmo tempo, valora seus próprios traços- Φ (que vêm como traços não-interpretáveis do léxico).

Galves (op. cit) afirma que a legitimação dos pronomes deficientes se faz por meio da verificação dos traços- Φ que os constituem, verificação essa que é executada no domínio de complementação de *v*. Segundo ela:

o pronome deficiente se adjunge a *vP*. Essa posição também é a posição de legitimação do objeto nulo pronominal, o qual também é, na tipologia de Cardinaletti & Starke, um pronome deficiente (...) O pronome não-clítico *ele* não ocupa, portanto, sua posição temática, comportando-se assim como todos os pronomes deficientes. **A ordem verbo pronome é derivada do movimento do verbo para Tempo**” (172, grifo nosso)

Na análise de Galves, então, o pronome *ele* não ocupa a sua posição temática depois que todas as operações derivacionais foram realizadas. Como podemos ver na derivação da sentença (49), o pronome *ele* sai da posição onde faz seu primeiro *merge* e ocupa a posição de spec extra do *v* (ele se adjunge a *vP*). Além disso, o argumento externo do verbo sobe para spec de T para satisfazer o traço EPP de T e o verbo se une, primeiro ao núcleo de *v*, e depois ao núcleo de T. Sendo assim, o pronome *ele* passa a ocupar a posição derivada, indicada por

Galves, fato que está de acordo com o que Cardinaletti & Starke indicam sobre a posição ocupada por um pronome fraco que, segunda eles, deve ser uma posição derivada e não uma posição temática (de base).

É seguindo as idéias esboçadas aqui que esperamos ter indicado um caminho para a explicação da ocorrência do pronome lexical retomando antecedentes inanimados em PB. As sentenças mostradas acima, que parecem confirmar que o pronome lexical não tolera coordenação, modificação e focalização, juntamente com essa última idéia de Galves de que o pronome *ele* em PB ocupa uma posição derivada concordam com as características mencionadas por C&S para os pronomes fracos e nos levam a sugerir, ainda que inicialmente, que esse pronome em PB seja um pronome fraco, nos termos estabelecidos por esses autores. A proposta, como se apresenta no momento, ainda não está totalmente formulada e seu refinamento ficará para pesquisas futuras.

5.6 CONCLUINDO O CAPÍTULO

Duas conclusões principais podem ser tiradas deste capítulo, em que analisamos os dados de três crianças adquirindo o PB; uma delas diz respeito à confirmação das hipóteses lançadas por Lopes & Cyrino (2005), na qual nos baseamos aqui, e a outra aos prováveis andamentos das pesquisas relacionadas ao fenômeno do objeto nulo.

Como vimos na análise e discussão dos dados feitas nas duas seções anteriores, as hipóteses de Lopes & Cyrino (2005) para o preenchimento da posição de ODA em crianças adquirindo o PB foram confirmadas, tanto em relação ao fato de que os traços semânticos estão agindo na aquisição do objeto nulo vs. pronome lexical, quanto com respeito ao fato de que os objetos nulos iniciais das crianças são predominantemente dêiticos, em contexto imperativo ou situacional, mudando esse estatuto com a entrada do pronome lexical como opção na posição de objeto.

A segunda conclusão geral que podemos tirar dessa pesquisa é o fato de que existem algumas questões que ainda precisam ser observadas em relação ao fenômeno do objeto nulo. Uma que está ligada a toda a discussão que realizamos quanto aos dados duvidosos, que nos impediram de chegar a uma conclusão ainda mais sólida sobre nossa hipótese-base (em relação ao PB) e a outra que diz respeito ao possível parâmetro ao qual o objeto nulo estaria ligado, conforme discutimos no capítulo anterior.

Uma outra questão que ainda precisa de maior aprofundamento é em relação à análise que fizemos sobre a retomada de antecedentes [-animado, +específico] pelo pronome lexical, que, conforme nossa proposta, apresenta grandes indícios de que é um pronome fraco em PB, nos termos estabelecidos por Cardinaletti & Starke (1995, 1999).

CONCLUSÃO

Esta pesquisa se propôs a investigar de que maneira as crianças estão adquirindo o elemento em posição de objeto direto anafórico, referente à terceira pessoa, em português brasileiro. Procuramos mostrar quais são os indícios lingüísticos que a criança tem para escolher entre o uso da categoria nula e do pronome lexical nesta posição; mais precisamente, qual o papel que os traços semânticos de animacidade e especificidade do antecedente desempenham nessa escolha.

Partimos da análise diacrônica realizada por Cyrino (1994), que mostrou quais as mudanças que ocorreram em PB e que levaram ao aparecimento do objeto nulo. Como vimos, o estudo sintático-diacrônico de Cyrino mostrou as mudanças que ocorreram no paradigma pronominal do PB e que atingiram os clíticos acusativos, em especial os de terceira pessoa. Cyrino mostrou que o clítico *o* proposicional foi o primeiro a ser atingido pela queda na frequência de uso, sendo que esse clítico foi paulatinamente substituído pelo objeto nulo. Aos poucos todos os antecedentes cujos traços semânticos eram os mesmos do nulo proposicional, ou seja, antecedentes [-animado], passaram a ser retomados pelo objeto nulo, excluindo o clítico acusativo de terceira pessoa do paradigma do PB. Ainda, no século XIX, os antecedentes que possuíam traços semânticos [+animado] passaram a ser retomados pelo pronome lexical.

Nunes (1996) mostrou que, depois da mudança estrutural pela qual passou o *onset* da sílaba dos clíticos, não restou ao clítico acusativo de terceira pessoa outra escolha a não ser a sua exclusão do sistema pronominal brasileiro.

Para Nunes (op. cit.), Pagotto (1996) e Cyrino (1994, 1996, 1997), a queda do clítico acusativo de terceira pessoa tem muito a dizer sobre o aparecimento da estrutura com o objeto nulo em PB. Consideramos que, apesar de Cyrino (2003) afirmar que não há como fazer essa ligação direta entre queda do clítico acusativo de terceira pessoa e aparecimento do objeto

nulo, já que nem todos os clíticos caíram, é indiscutível que o objeto nulo e o pronome lexical estão desempenhando a função antes realizada pelo clítico acusativo de 3ª pessoa.

Sendo assim, no lugar do clítico acusativo de terceira pessoa, duas opções estão em competição: o objeto nulo que, segundo Duarte (1989) e Cyrino (1994 e obras posteriores), ocorre quando o antecedente tem o traço semântico [-animado], e o pronome lexical, recorrente quando esse antecedente é [+animado]. Esse é o quadro para a gramática adulta do PB.

Além da proposta de Cyrino, discutimos também, entre outras, a proposta de Creus e Menuzzi (2005), que dá ao gênero semântico papel importante na alternância entre pronome lexical e objeto nulo. Segundo eles, é a noção de gênero semântico (que envolve a idéia de sexo natural identificável ou não) que melhor pode explicar a alternância na posição de objeto direto anafórico; no entanto, eles não descartam totalmente o tratamento que leva em conta os traços semânticos, especialmente animacidade. Esta proposta teve outros desdobramentos quando observada à luz dos dados infantis, como indicaremos mais abaixo.

Em relação à aquisição da linguagem, observamos que em muitas línguas em que o objeto nulo não faz parte da gramática adulta, as crianças passam por uma fase em que omitem o objeto. Essa fase vai sendo paulatinamente extinta à medida que o clítico acusativo começa a ocorrer na gramática da criança. Vimos que esse fato parece ser explicado de forma clara pela teoria da *Unique Checking Constraint*, apesar de essa teoria não dizer nada sobre o que levaria as crianças a deixar a fase de omissão para começar a preencher a posição de objeto, e também de não explicar de que maneira esse princípio é ativado na gramática infantil, já que em línguas como o PB, por exemplo, ele parece não estar ativado.

O trabalho de Lopes & Cyrino, que analisou dados infantis de crianças adquirindo o PB, nos mostrou que as crianças brasileiras começam produzindo 100% de objetos nulos, porcentagem que diminui um pouco com a entrada do pronome lexical como opção na posição de objeto. Como observamos no capítulo 4, apesar de estarmos diferenciando a categoria vazia na fase de omissão de objeto (pela qual passam crianças adquirindo línguas que não admitem o objeto nulo na gramática adulta) do objeto nulo da gramática de crianças adquirindo línguas de objeto nulo, parece bastante tentador imaginar que a motivação subjacente a esses fenômenos seja a mesma nas gramáticas e podemos, a partir disso, pensar em um parâmetro ao qual o objeto nulo esteja ligado, questão que será mais aprofundada em pesquisa posterior.

Em relação aos dados infantis do PB analisados, esboçaremos os principais resultados na seqüência.

No que diz respeito às porcentagens de cada elemento em posição de objeto direto em crianças brasileiras, observamos que elas produziram bem mais objetos nulos que pronomes lexicais. Cerca de 96,5% das retomadas se deram por meio do nulo, enquanto que apenas aproximadamente 3,5% foram retomadas por pronomes lexicais, o que mostra a predominância do objeto nulo nos dados infantis, predominância essa já indicada pelos dados adultos mostrados por Duarte (1989) e Cyrino (1994 e obras posteriores).

Como vimos, esse nulo não é sempre o mesmo durante a aquisição. Inicialmente ele é essencialmente dêitico e ocorre em 100% dos casos, no entanto, depois que o pronome lexical começa a ocorrer nos dados, esse nulo dêitico diminui significativamente suas porcentagens de ocorrência em favor de um aumento nas ocorrências de objetos nulos anafóricos, o que parece indicar o momento em que a criança começa a diferenciar traços de animacidade dos antecedentes.

Como discutido, parece que a criança passa por períodos em que será capaz de lidar com mais informação referente a traços semânticos (informação propriamente lingüística), o que pode explicar a mudança nos dados de aquisição.

Em relação às ocorrências dos pronomes lexicais, como vimos, tivemos algumas dificuldades para identificar traços semânticos de certos antecedentes, que chamamos de *duvidosos*. Diante disso, resolvemos separar esses dados dos dados gerais, a fim de que não comprometessem nossos resultados. Além disso, sugerimos que, para entender como esses antecedentes estão sendo tratados pela criança, é necessária a realização de testes específicos, que possam nos indicar de maneira clara e precisa os traços semânticos do antecedente retomado pela criança. Tais testes, já que não puderam ser realizados nessa dissertação, ficarão para pesquisa próxima.

Em termos gerais, os dados de aquisição analisados confirmaram, em certo sentido, os resultados obtidos por Lopes & Cyrino (2005) e mostraram que o padrão da gramática adulta indicado por Cyrino (1994 e obras posteriores) está também presente na aquisição. Em relação à proposta de Creus & Menuzzi (2005), observamos que ela explica de forma clara a maioria dos dados de aquisição. No entanto, como apontamos no capítulo 5, existem alguns casos em que não foi possível identificar o antecedente de acordo com o gênero semântico, como vemos em (1):

- (1) CRI: vou tila [*] o bicho.
INV: tirar o bicho?
(...)
INV: vamos matar esse bicho pra ele não fazer dodói, né?
(...)
CRI: vamos matar **ele**. (AC, 2;3,0)

Nesse caso temos um antecedente, que para a proposta de Lopes & Cyrino, seria um [+animado, +específico], logo a retomada pelo pronome sendo a opção mais natural. No entanto, para a proposta de Creus & Menuzzi, não há um sexo natural, do ponto de vista da gramática adulta, que possa ser identificado; logo, não teríamos sexo natural, e a opção, seguindo a proposta dos autores, seria a retomada pelo objeto nulo.

No entanto, não podemos dizer que esta interpretação, do ponto de vista adulto, é necessariamente a interpretação da criança. O que sugerimos, baseados em Figueira (2004) e Correa & Name (2002) e Correa *et.al* (2004), é que a criança pode estar atribuindo o gênero semântico com base no gênero gramatical. Sendo assim, ela estaria atribuindo sexo masculino a *o bicho* em função do determinante *o*.

Em relação a um possível parâmetro, ao qual o objeto nulo estaria ligado, acreditamos que deva existir algum parâmetro na GU responsável pelo preenchimento da posição de complemento nas línguas naturais, falando mais especificamente, talvez um parâmetro do objeto nulo. Como sugerimos no capítulo 4 (seção 4.5) há um padrão sendo apresentado na aquisição do elemento em posição de objeto direto anafórico.

Apesar de termos tratado omissão de clítico/pronome fraco como um fenômeno diferente do objeto nulo propriamente dito, parece haver questões que ligam os dois fenômenos e, portanto, nos permitem fazer (ou pelo menos sugerir) uma generalização. Tal generalização passa pelo fato de que em línguas em que a gramática adulta não permite a omissão dos clíticos, à medida que esses elementos passam a ocorrer, a omissão cai proporcionalmente; o que está em jogo é o fato de que a criança parece não ser capaz de lidar, inicialmente, com os traços relacionados ao clítico, que são um pouco complexos, por isso ela não os produz (ou seja, não é um acionamento paramétrico o responsável pelo uso dos clíticos).

Já em PB, os dados mostram que o nulo deixa de ocorrer, em 100% dos casos, quando o pronome lexical começa a aparecer na posição de objeto direto. O que parece acontecer é que a criança não lida com os traços do pronome [gênero, especialmente] até uma certa idade,

por isso não o produz, o que, como indicamos, parece também ser o caso para os clíticos, nas línguas que ainda os mantêm.

Acreditamos que podemos nos basear nesses fatos para ir em busca dos universais que envolvem esse fenômeno e, conseqüentemente, determinar a qual parâmetro o objeto nulo esteja ligado, assunto que precisará de pesquisa futura para ser analisado.

Estamos cientes de que nossa hipótese de trabalho se propôs mais descritiva que explicativa, apenas ratificando uma proposta, cuja confirmação já era esperada, dados os resultados diacrônicos e sincrônicos comentados aqui. No entanto, a importância da descrição está no fato de que pudemos ter uma idéia mais geral do fenômeno em PB e de onde partimos para tentar buscar idéias gerais que nos ajudarão a delinear um quadro passível de comparação com outras línguas, mostrando, então, uma generalização que explique o maior número de línguas possível – atingindo a clareza explicativa que se buscou sempre nos limites do modelo gerativista.

Essas e outras discussões realizadas no decorrer desta dissertação, que nos trazem material de análise e pesquisa vasto, nos fazem crer que, mais do que confirmar as hipóteses da qual partimos, essa dissertação dá um pontapé inicial em questões que surgiram ou que já estavam em discussão durante a pesquisa que realizamos e que lançam luz à pesquisa futura que nasce a partir desta dissertação. Mais do que respostas, nosso trabalho lança perguntas importantes que, quando respondidas, auxiliarão no entendimento do fenômeno do objeto nulo, não só em PB, mas também em outras línguas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRAM, L. Object Clitics as Last Resort: implications for language acquisition. Trabalho apresentando no *The Romance Turn*. Utrecht, 2006.

BARRA FERREIRA, M. *Argumentos nulos em Português Brasileiro*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2000.

BIANCHI, V. E; FIGUEIREDO SILVA, M. C. On Some Properties of Agreement-Object in Italian and Brazilian Portuguese. In: MAZZOLA, M. (ed.) *Issues and Theory in Romance Languages XXIII*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1994.

CAMPOS, H. Indefinite object drop. *Linguistic Inquiry*. V. 2: 1986. p. 354 – 359.

CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The Tripartition of Pronouns and its Acquisition: Principle B Puzzles are Ambiguity Problems. *NELS* 25, 1995. ms.

_____. The typology of structural deficiency. A case study of the three classes of pronouns. In: Riemsdijk, H. van (org.) *Clitics in the languages of Europe*. Berlim, Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 1999. ms.

CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*, Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

_____. Remarks on nominalizations. In: JACOBS, R.A; ROSENBAUM, P.S. (eds) *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham, MA: Ginn and Company, 1970.

_____. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. *Conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Tradução: Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves. Lisboa: Caminho, 1986.

_____. *Minimalist Inquiries: the framework*. MITOPL, 15, 1998

_____. *O Programa Minimalista*. Tradução: Eduardo Paiva Raposo. Lisboa: Caminho, 1999.

_____. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. Tradução: Marco Antônio Sant'Anna. São Paulo: UNESP, 2005.

COLE, P. Null Objects in Universal Grammar. *Linguistic Inquiry*, 18: 1987. p. 597-612.

CORREA, L. M. S.; NAME, M.C. L. Young children sensitivity to determiners and the identification of the gender system in Portuguese. In: *Proceedings of the GALA' 2001 Conference on Language Acquisition*. Associação Portuguesa de Lingüística. Lisboa, 2002. ms.

CORRÊA, L. M. S.; NAME, M. C. L.; FERRARI NETO, J. O processamento de informação de interface na aquisição de gênero e de número no Português Brasileiro. In: **Letras de Hoje**. Porto Alegre. v. 39, n. 3, set. 2004. p. 61 – 74.

COSTA, J.; LOBO, M. *Clitic omission, null objects or both in the acquisition of European Portuguese?* Trabalho apresentado no *Gala*: Siena, 2005.

COSTA, J.; CARMONA, J.; LOBO, M.; SILVA, C. Omissão de clíticos em português europeu: complexidade pós-sintáctica ou verificação de traços? In.: *Caderno de Resumos do 7º Encontro Nacional sobre Aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: PUCRS, 2006. p. 123.

CREUS, S.; MENUZZI, S. *O papel do gênero na alternância entre objeto nulo e pronome pleno em português brasileiro*. PUCRS: 2005. ms.

CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1994.

_____. Observações sobre a mudança diacrônica no Português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: KATO, M. A.; ROBERTS, I. (org.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 163 – 185.

_____. *O Objeto nulo no Português do Brasil*. Londrina: UEL, 1997.

_____. Elementos nulos pós-verbais no Português Brasileiro oral contemporâneo. In.: NEVES, M. H. M. (org.) *Gramática do Português Falado*. v. 7. Novos Estudos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, Campinas: UNICAMP, 1999. p. 595 – 625.

_____. *The null object in Brazilian Portuguese*. Trabalho apresentado na Universidade de Hamburg, 2000. ms.

_____. Para a história do Português Brasileiro: a presença do objeto nulo e a ausência dos clíticos. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v. 38, n. 1, mar. 2003. p. 31 – 47.

CYRINO, S.M.L.; DUARTE, M.E.L.; KATO, M. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In Kato, M.; Negrão, E. (eds) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter* Frankfurt am Main, Vervuert, 2000

CYRINO, S.M.L.; MATOS, G. VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese. In: *Journal of Portuguese Linguistics*, 1:2, 2002. p. 177 – 195.

CYRINO. S. M. L.; REICH, U. Uma visão integrada do objeto nulo no PB. In: *Romanistisches Jahrbuch*. Walter de Gruyter: Berlim/Nova York, 2002. p. 360-386.

DUARTE, M. E. L. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: UNICAMP/Pontes, 1989. p. 19 – 33.

ENÇ, M. The semantic of specificity. *Linguistic Inquiry*. 22: 1991. p. 1 – 25.

FIGUEIRA, R. A. A criança na língua: marcas de subjetivação na aquisição do gênero. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v. 39, n. 3, set. 2004. p. 61 – 74.

FOLEY, C.; NUÑEZ DEL PRADO, Z.; BARBIER, I.; LUST, B. Knowledge of variable binding in VP ellipsis: language acquisition research and theory converge. In: *Syntax 6:1*. Blackwell Publishing: Oxford/Massachusetts, apr. 2003. p. 52 – 83.

FUJINO, H. Grammatical null objects in child Spanish. In: Otsu, Yukio (ed.) *Proceedings of the First Tokyo Conference on Psycholinguistics*. Tokio: Hituzi Syobo, 2000. p. 23 – 34.

GALVES, C. C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: UNICAMP, 2001.

HUANG, C.-T. J. On The Distribution and Reference of Empty Pronouns. *Linguistic Inquiry*, 15: 1984. 531 – 574.

IHSANE, T.; PUSKÁS, G. Specific is not definite. In: *Generative Grammar in Geneva*. 2: 2001. p. 39 – 54. Disponível em: <http://www.unige.ch/lettres/lingel/syntaxe/journal/2/3.pdf>. Acesso em: 23/08/06.

KATO, M. A. A theory of null objects and the development of a Brazilian Child Grammar. In: TRACY, R.; E. LATTEY (eds) *How tolerant is Universal Grammar?* Tübingen: Verlag, 1994. p. 125 – 153.

_____. Sintaxe e aquisição na teoria de princípios e parâmetros. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v. 30, n. 4, dez. 1995. p. 57 – 73.

_____. Questões atuais da aquisição de L1 na perspectiva da teoria de princípios e parâmetros. In: GALVES, C.; KATO, M. A.; PERRONI, M. C. (org.). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: UNICAMP. n. 36. Jan/Jun. 1999.

LIGHTFOOT, D. Trace theory and explanation. In: MORAVEIK, E. A; WIRTH, J. R. *Syntax and semantic. Current approaches to syntax*. V. 13. New York: Board, 1980.

_____. How to set parameters: Arguments from Language Change. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1991.

LOPES, R. E. V. O que a criança não nos diz: o lugar da empiria no modelo chomskyano. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v. 30, n. 4, dez. 1995.

_____. *Uma proposta minimalista para o processo de aquisição da linguagem: relações locais*. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, 1999.

_____. (Des)aprendizagem seletiva: argumentos em favor de uma hipótese continuísta para a aquisição. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v. 36, n. 3, set. 2001. p. 113 – 139.

_____. The production of subject and object in Brazilian Portuguese by a young child. In: *Probus* 15. 2003. p. 123 – 146.

_____. Estágios no processo de aquisição de número no DP do Português Brasileiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.39, n.3, 2004. p.157 – 171.

_____. *Katar, kata, katou: a aquisição do objeto nulo e sua relação com aspecto*. (no prelo)

LOPES, R.E.V; CYRINO, S.M.L. Evidence for a cue-based theory of language change and language acquisition: The null object in Brazilian Portuguese In: Geerts, Twan; Jacobs, Haike (eds.). *Romance Languages and Linguistic Theory*. Amsterdam: John Benjamins, 2005. ms.

MAGALHÃES, T. M. V. A valoração de traços de concordância dentro do DP. *DELTA*, São Paulo, v.20, n.1, 2004. p. 149 – 170.

_____. *O sistema pronominal sujeito e objeto na aquisição do Português Europeu e do Português Brasileiro*. Tese de Doutorado, UNICAMP, 2006.

MEISEL, J. Parâmetros na aquisição. In: Fletcher, Paul; Macwhinney, Brian. *O compêndio da linguagem da criança*. Tradução: Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MENUZZI, S. Sobre a evidência para a maturação de universais lingüísticos. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v. 36, n. 3, set. 2001. p. 141 – 166.

NUNES, J. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome lexical na posição de objeto em português brasileiro. In: Kato, M. A.; Roberts, I. (org.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 207 – 222.

PAGOTTO, E. Clíticos, mudança e seleção natural. In: Kato, M. A.; Roberts, I. (org.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 185 – 206.

RAPOSO, E. On the Null Object in European Portuguese. In: Jaeggli, O.;Silva-Corvalan, C. (eds). *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, 1986. ms.

_____. *Teoria da gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.

RAPOSO, E.; KATO, M. A. O objecto nulo definido no português europeu e no português brasileiro: convergências e divergências. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*: Lisboa, 2001. ms.

RAPOSO, E; KATO, M.A. Objeto(s) e artigos nulos: similaridades e diferenças entre o português europeu e o português brasileiro. In: MOURA, M. D.; FARIAS, J. (org.). *Reflexões sobre a sintaxe do português*. Maceió: UFAL, 2005. ms.

RIZZI, L. Null objects in Italian and the theory of *pro* . *Linguistic Inquiry*. 17: 1986. p. 501-558.

_____. Remarks on early null subjects. In: Friedmann, M.; RIZZI, L. (eds) *The acquisition of syntax*. Londres: Longman, 2000.

ROEPER, T. *Universal Bilingualism*. Amherst, Massachusetts: Department of Linguistics, University of Massachusetts, 1999.

ROSS, J. R. Excerpts from Constraints on Variables in Syntax (1967). In.: HARMAN, G. (ed.) *On Noam Chomsky: Critical essays*. Garden City/USA, 1994.

SCHMITZ, K. M; MÜLLER, N. Strong and clitic pronoun in monolingual and bilingual first language acquisition: Comparing French and Italian. In: *Working papers in multilingualism*. Universidade de Hamburgo. Série B. n. 9. 2003.

SCHWENTER, S. A.; SILVA, G. Overt vs. null direct objects in spoken Brazilian Portuguese: a semantic/pragmatic account. In.: *Hispania* 85, 2002. ms.

_____. Anaphoric direct objects in spoken Brazilian Portuguese: semantics and pragmatics. In.: *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana* 2, 2003. ms.

SIMIONI, L. *Aquisição de concordância nominal de número: um estudo de caso*. Trabalho de Conclusão de Curso, UFRGS, 2005.

SIMÕES, L. J. *O parâmetro do sujeito nulo em português brasileiro*. Tese de Doutorado, PUCRS, 1997.

TICIO, E.; REGLERO, L. The Acquisition of Clitics in Child Spanish. Trabalho apresentado na 4th Conference on the Acquisition of Spanish and Portuguese, 2001.

TSAKALI, V.; WEXLER, K. *Why Children Omit Clitics in Some Languages but not in Others: New Evidence from Greek*. Gala, 2003.

Disponível em: <http://lotos.library.uu.nl/publish/articles/000084/bookpart.pdf> . Acesso em: 07/12/05.

WANG, QI; LILLO-MARTIN, D.; BEST, C.; LEVITT, A. Null subject vs. null object: Some evidence from the acquisition of Chinese and English. *Language Acquisition* 2: 1992. p. 221 – 254.

WEXLER, K. Very early parameter setting and the Unique Checking Constraint: A new explanation of the optional infinitive stage. In.: *Lingua* 106, 1998. p. 23 – 79.

WEXLER, K.; R. MANZINI. Parameters and learnability in binding theory. In: Roeper, T.; Williams, E. (eds). *Parameter setting*. Dordrecht: Reidel, 1987.

WEXLER, K. GAVARRÓ, A.; TORRENS, V. Feature checking and object clitic omission in child catalan and Spanish. In.: Bok-Bennema, R; Hollebrandse, B.; Kampers-Manhe, B (eds.). *Selected Papers from Going Romance 2002*. 2003

Disponível em: <http://seneca.uab.es/ggt/Reports/GGT-03-5.pdf>. Acesso em: 15/04/06

YANG, C.D. Universal Grammar, statistics or both? *TRENDS in Cognitive Sciences*. v.8, n. 10, Oct. 2004. p. 451 – 456.

YIP, V.; MATTHEWS, S. Dual Input and Learnability: Null Objects in Cantonese-English Bilingual Children. In: COHEN, J; MCALISTER, K. T.; RDSTAD, K.; MACSWAN, J. (eds.) *Proceedings of the fourth International Symposium on Biligualism*. Somerville MA: Cascadilla, 2005. p. 2421 – 2431.